



REVISTA
TERRITORIAL

PERIÓDICO ELETRÔNICO DE GEOGRAFIA
ISBN 2317 - 0360

Vol. 13

N. 02

Ano 2024

PPGEO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

câmpus
Cora Coralina



REVISTA
TERRITORIAL

PERIÓDICO ELETRÔNICO DE GEOGRAFIA
ISBN 2317 - 0360

A revista Territorial é uma publicação on-line de periodicidade semestral da Universidade Estadual de Goiás que tem por objetivo divulgar produções atinentes aos estudos e reflexões sobre diversas temáticas relacionadas à Geografia e áreas afins.

REVISTA
TERRITORIAL

PERIÓDICO ELETRÔNICO DE GEOGRAFIA
ISBN 2317 - 0360



Vol. 13

N. 02

Ano 2024

PPGEO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Câmpus
Cora Coralina



CORPO EDITORIAL

Editores

Dra. Lorraine Gomes da Silva - Universidade Estadual de Goiás - UEG

Dr. Alexsander Batista e Silva - Universidade Estadual de Goiás - UEG

Dr. Vinicius Polzin Druciaki - Universidade Estadual de Goiás - UEG

Conselho Editorial

Douglas Santos - Prof. Dr. Aposentado pela PUC/São Paulo

Eguimar Felício Chaveiro - Universidade Federal de Goiás (UFG)

Edvaldo Cesar Moretti - Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

Jorge Barcellos - Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

Júnior Miranda Scheuer - Universidad de la República / URUGUAI

Nohora Inés Carvajal Sánchez - Universidad Pedagógica y Tecnológica de Colombia

Marcos Aurélio Saquet - Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

Marti Boneta - Departament d'Educació Generalitat de Catalunya, Espanha

Manoel Calaça - Prof. Dr. Aposentado pela UFG/Goiânia

Conselho Científico

Ana Carolina Marques - Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Ana Ivania Alves Fonseca - Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES)

Auristela Afonso da Costa - Universidade Estadual de Goiás (UEG)

Avacir Gomes dos Santos Silva - Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Bruno Ferreira Campos - Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

Carlos de Almeida Toledo - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Carlos de Melo e Silva Neto - Instituto Federal de Goiás (IF)

Cristiano Biazzi Simon - Universidade Estadual de Londrina (UEL)

Denis Castilho - Universidade Federal de Goiás (UFG)

Diego Tarley Ferreira Nascimento - Universidade Federal de Goiás (UFG)

Douglas Santos - Prof. Dr. Aposentado pela PUC/São Paulo

Doralice Satyro Maia - Universidade Federal da Paraíba (UEPB)

Edevaldo Aparecido Souza - Universidade Estadual de Goiás (UEG)

Edson Batista da Silva - Universidade Estadual de Goiás (UEG)

Edvaldo Cesar Moretti - Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

Eguimar Felício Chaveiro - Universidade Federal de Goiás (UFG)

Elizandra Iop - Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC)

Eunice Pirkodi Caetano Moraes Tapuia - Universidade Federal de Goiás (UFG)

Fábio José Cardias Gomes - Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Felipe Barradas - Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

Jean Carlos Vieira Santos - Universidade Estadual de Goiás (UEG)

João Batista Alves de Souza - Instituto Federal do Mato Grosso do Sul (IF)

Jorge Barcellos - Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

José Carlos de Souza - Universidade Estadual de Goiás (UEG)

Júnior Miranda Scheuer - Universidad de la República / URUGUAI

Lucas Maia dos Santos - Instituto Federal de Goiás (IF)

Luciano Duarte - Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

Marcelo Rodrigues Mendonça - Universidade Federal de Goiás (UFG)

Maria Angelita da Silva - Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

Marti Boneta - Departament d'Educació Generalitat de Catalunya, Espanha

Melissa Salinas Ruiz - Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

Murilo Mendonça Oliveira de Souza - Universidade Estadual de Goiás (UEG)

Nohora Inés Carvajal Sánchez - Universidad Pedagógica y Tecnológica de Colombia
Patrícia de Araújo Romão - Universidade Federal de Goiás (UFG)
Patrick Thomaz de Aquino Martins - Universidade Estadual de Goiás (UEG)
Quim Bonastra - Universidad de Lleida, Catalunya, ESPANHA
Ricardo Junior de Assis Fernandes Gonçalves - Universidade Estadual de Goiás (UEG)
Sélvia Carneiro de Lima - Instituto Federal de Goiás (IF)
Tathiana Rodrigues Salgado - Universidade Estadual de Goiás (UEG)
Vandervilson Alves Carneiro - Universidade Estadual de Goiás (UEG)
Vicente Eudes Lemos Alves - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)
Vivian Mendes Hermano - Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES)
Weder David de Freitas - Instituto Federal de Goiás (IF)

SUMÁRIO

Editorial.....	08-10
-----------------------	--------------

Artigos

A Geografia do Brasil Douglas Santos.....	11-46
---	-------

Brasil, Cidade e Campo. Urbano e Agrário. Dois Modelos, dois Caminhos Ruy Moreira.....	47-65
--	-------

O mundo da sustentabilidade e a produção da natureza no Brasil Edvaldo Cesar Moretti Bruno Ferreira Campos Angélica Maiara Pivatto Mader.....	66-95
---	-------

O Brasil desde Guarulhos: notas sobre a geografia de uma rede escolar municipal e a configuração de um formato de escola e do exercício da docência Jorge Luiz Barcellos da Silva.....	96-122
--	--------

A pesquisa sobre ensino de Geografia no Brasil (2013-2023): um panorama em construção Flaviana Gasparotti Nunes.....	123-138
--	---------

Geografias do Turismo no Brasil: uma perspectiva socioterritorial Rita de Cássia Ariza da Cruz Angela Teberga de Paula Hervé Théry.....	139-172
---	---------

Em busca de uma Geografia da Energia no Brasil: propostas para uma agenda de pesquisa Luciano Duarte.....	173-201
---	---------

O espaço do centro-norte do Brasil (MATOPIBA): o avanço da economia agropecuário-energética e as ameaças aos territórios das populações agroextrativistas

Vicente Eudes Lemos Alves

Erick Gabriel Jones Kluck.....202-232

Cartografias do Brasil indígena

Juliana Grasiéli Bueno Mota.....233-258

Povos indígenas do cerrado e alimentação: estudo de caso do povo Iny / Karajá do município de Aruanã (GO)

Benjamim Pereira Vilela

Eguimar Felício Chaveiro

Ângelo Silva Cavalcante.....259-279

O censo quilombola no Mato Grosso do Sul: avanços e controvérsias

João Batista Alves de Souza

José Maurício Paiva Andion Arruti.....280-312

O agronegócio que come o Brasil que tem fome

Natália Freire Bellentani.....313-334

Editorial

O volume 13, número 02 de 2024 da Revista Territorial teve a honra de ser organizado junto com os professores Douglas Santos (Professor aposentado da PUC-SP), Edvaldo Cesar Moretti (Universidade Federal da Grande Dourados) e Jorge Barcellos (Universidade Federal de São Paulo). Traz textos que refletem sobre: “O Brasil e seus lugares: um jogo escalar”, pensado a partir de diálogos de um grupo de geógrafos, interessados em refletir sobre a produção científica relacionada à geografia do Brasil.

Entendemos como pressuposto teórico para este número, que os diferentes recortes geográficos que porventura possam identificar cada ponto do território brasileiro, não sejam estudados e explicitados levando em conta somente cada uma das singularidades, mas uma versão sintética do todo e, portanto, considerando o Brasil para muito além que a simples somatória de suas partes. Trata-se de refletir o como a existência de um fenômeno chamado Brasil influencia a existência de todos os elementos que o compõem e é, ele mesmo, a síntese dialética desse jogo de relações.

Vale considerar, ainda e igualmente, o existir do Brasil enquanto parte da Geografia do Mundo e garantir que o desvendamento da Geografia brasileira seja um constante exercício no interior dessa multiescalaridade. Em síntese: o presente volume tem como objetivo estimular e compartilhar ideias no universo das relações escalares que devem permitir que o olhar sobre o Brasil se realize como síntese efetiva de múltiplas determinações.

A partir da observação da carência de discussões tendo como referência as relações escalares dos fenômenos geográficos, os organizadores buscaram ampliar e aprofundar as discussões iniciadas no

curso de extensão realizado no primeiro de semestre de 2023¹, que envolveu as instituições de ensino superior, Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Saímos em busca de um primeiro grupo de geógrafos dispostos a fazer tal exercício e o resultado os leitores poderão avaliar nas próximas páginas.

Os temas foram escolhidos pelos autores, bem como o objetivo de cada abordagem. Assim, do turismo às questões indígenas, da educação escolar ao movimento quilombola, passando pela relação entre agronegócio e fome, pelas políticas energéticas e por projetos regionais de desenvolvimento (MATOPIBA), estamos nos dispondo a dialogar com as proposições que abrem esse volume, isto é, duas leituras da Geografia do Brasil sob os olhares de Douglas Santos e Ruy Moreira.

A partir desses exercícios, o que esperamos é que muitos outros surjam e que o Brasil se torne, novamente, uma escala de observação, tanto no que se refere ao significado da existência dos chamados Estados Nacionais, quanto aos aspectos mais singulares de nossa Geografia.

Desvendarmo-nos é um exercício sem fim, mas com uma finalidade evidente: a busca dos caminhos de nossa própria superação enquanto uma sociedade ainda carregada pelo modo de pensar, sistematicamente socializado, de algumas oligarquias que teimam em sobreviver e o fazem pela prática cotidiana da exploração do trabalho que, de fato, garante nossa sobrevivência, pela prática do racismo e de todas as formas de exclusão e, portanto, da eliminação social dos que são entendidos como secundários por tais elites, pela destruição sistemática de todos os fundamentos que nos permitem sobreviver como espécie em nome da necessidade de se produzir mercadorias.

Para não nos alongarmos nesta lista, valeria apontar para a necessidade da superação do capitalismo enquanto um modo de vida hegemônico e, portanto, pela necessidade de colocarmos em discussão nossa constante auto-releitura, um necessário exercício de construção de uma ideia de sociedade onde, como diria Marx, seja possível dispor de cada

¹ <https://youtube.com/live/cSQR-f93xRQ>

um de acordo com sua capacidade e a cada um de acordo com suas necessidades. Eis o convite e eis aí o que fomos capazes de, por agora, apresentar.

Douglas Santos

Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Possui mestrado e graduação em Geografia pela Universidade de São Paulo. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Epistemologia da Geografia, atuando principalmente nos seguintes temas: discurso geográfico, ensino de geografia, geografia e cultura.

E-mail: douglassangeog@gmail.com

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/2303571172034936>

Edvaldo Cesar Moretti

Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho e Pós-doutorado realizado no curso de Geografia do Instituto de Geociências da UNICAMP. Atualmente é Professor Titular na Universidade Federal da Grande Dourados. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase nos temas: territorialidades das unidades de conservação; atividade turística; ambiente urbano, relação sociedade natureza; Fronteira e ambiente. É coordenador do Grupo de Pesquisa Território e Ambiente, e participa das redes de pesquisas: FOMERCO (Forum Universitário do Mercosul); REIMA, A.C. (Red Iberoamericana de Medio Ambiente) e Rede Internacional de Pesquisa Turismo e Dinâmicas Socioterritoriais.

E-mail: edvaldomoretti@ufgd.edu.br

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/5366579116704716>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8065-8392>

Jorge Luiz Barcellos da Silva

Licenciado em Geografia - UFRGS, Mestre em Geografia Humana - USP e Doutor em Ciências Sociais - PUCSP. Professor Associado no Departamento de Educação e Programa de Pós-Graduação em Educação UNIFESP. Interesses de pesquisa: Epistemologia da Geografia, Ensino de Geografia, Escola pública, Formação de Professores de Geografia e Práticas Pedagógicas.

E-mail: jorge.barcellos@unifesp.br

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/9950540154695961>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5135-6363>

A Geografia do Brasil

The Geography of Brazil

La Geografía de Brasil

Douglas Santos

Professor Aposentado

douglassangeog@gmail.com

Resumo: Fruto de um conjunto de aulas ministradas pela internet, sob os auspícios de quatro universidades públicas, este artigo tem por objetivo introduzir um dossiê sobre a Geografia do Brasil. O ponto de partida, tal como está intitulado o próprio dossiê, é o necessário jogo escalar que o discurso geográfico nos obriga a fazer e que, na sua mais ampla maioria, os inúmeros artigos que nos obrigamos a ler carecem por completo. Fragmentados tematicamente, os discursos correntes reduzem-se a este ou aquele fenômeno, sem levar em conta o significado de fazerem parte da formação social brasileira e, portanto, sem realçar como o “existir” do Brasil define o fenômeno estudado e, no plano invertido, em que medida tal fenômeno faz parte da construção do significado de Brasil. Trata-se, no presente caso, de um exercício em que os elementos teóricos e metodológicos do discurso geográfico são realçados para que se tenha algum tipo de identificação do significado de Brasil no entendimento de nossa própria Geografia.

Palavras-chave: Geografia. Brasil. método. escala. cartografia.

Abstract: Resulting from a series of online classes, this article aims to introduce a dossier on the Geography of Brazil. The starting point, as the dossier itself is entitled, is the necessary scalar game that the geographic discourse compels us to engage in, which, for the most part, is lacking in the countless articles we find ourselves reading.

Fragmented thematically, current discourses are reduced to this or that phenomenon, without considering the meaning of being part of the Brazilian social formation. Consequently, they fail to highlight how the “existence” of Brazil shapes the phenomenon under study and, conversely, the extent to which these phenomenon contribute to the construction of the meaning of Brazil. In this context, it becomes an exercise in which the theoretical and methodological elements of geographic discourse are emphasized to enable some form of identification of the meaning of Brazil within the framework of our own Geography.

Keywords: Geography. Brazil. method. scale. cartography.

Resumén: Fruto de un conjunto de clases administradas por internet, bajo los auspicios de cuatro universidades públicas, este artículo tiene por objetivo introducir un dossier sobre la Geografía de Brasil. El punto de partida, tal como está intitulado el propio dossier, es el juego necesario escalar que el discurso geográfico nos obliga a hacer y que, en su más amplia mayoría, los numerosos artículos que nos obligamos a leer carecen por completo. Fragmentados temáticamente, los discursos corrientes se reducen a éste o aquél fenómeno, sin tomar en cuenta el significado de hacer parte de la formación social brasileña y, por lo tanto, sin resaltar cómo el “existir” de Brasil define el fenómeno estudiado y, en el plano invertido, en qué medida tal fenómeno hace parte de la construcción del significado de Brasil. Se trata, en el presente caso, de un ejercicio en que los elementos teóricos y metodológicos del discurso geográfico son destacados para que se tenga algún tipo de identificación del significado de Brasil en el entendimiento de nuestra propia Geografía.

Palabras clave: Geografía. Brasil. método. escala. cartografía.

Alguns axiomas para organizarmos a nossa conversa

Acho que não é muito difícil propor como pensar o Brasil, embora passar da sugestão para chegar a novas interpretações com poder explicativo seja uma tarefa hercúlea. São duas as condições que é preciso tomar em conta, seguindo a sugestão de Antônio Candido. A primeira, eu diria, seria pensar com radicalidade. [...]. A segunda condição é de pensar a especificidade. (OLIVEIRA, 2001, p. 89).

Nos dias que antecederam o início da escrita deste artigo, uma experiência (confesso um tanto quanto traumática) foi tomando conta de minha memória. Tratou-se de um enfrentamento que pode ser resumido em pouquíssimas palavras: a elaboração do segundo volume da coleção “Geografia, ciência do espaço”, publicado no final dos anos de 1980, com o subtítulo “O Espaço Brasileiro”¹. Tínhamos montado uma espécie de “modelo de leitura” dividindo a obra em três blocos distintos: o espaço da produção, o espaço da circulação e o espaço das ideias. Tal formulação já havia sido um verdadeiro sucesso no primeiro volume (SANTOS *et al.*, 1987), mas, ao tratar-se do Brasil (SANTOS, *et al.*, 1989), as dificuldades foram consideravelmente maiores. O livro foi publicado, muitos professores o adotaram, mas, até os dias de hoje, tenho a impressão de que o caminho percorrido não foi o melhor. Espero que, até o final deste artigo, pelo menos isso, o processo tenha se tornado um pouco mais claro.

O presente artigo, como se verá, tem objetivos muito diferentes de um manual para o Ensino Médio. Em primeiro lugar, não se pretende didático. Está marcado pela tentativa de colocar em evidência questões de ordem metodológica, isto é, alguns dos fundamentos do estatuto epistemológico da Geografia que devem permitir uma abordagem sistemática desse fenômeno chamado Brasil (não só, mas isso estará fora da discussão).

Antes de iniciar, no entanto, vão aqui as minhas desculpas por tratar um tema tão amplo na forma de um simples artigo. Era preciso “fazer o tema caber no modelo” que se tornou dominante no Brasil e é em torno dele que,

¹ Trata-se de uma coleção de livros didáticos que teve seis volumes e foi elaborada por mim, Diamantino Pereira e Marcos Bernardino de Carvalho. O “Espaço Brasileiro” foi publicada pela Editora Atual, em sua primeira edição, no ano de 1989.

em combinação com tantos autores, foi possível transformar toda essa discussão em um dossiê. Assim sendo, vamos em frente.

A primeira pergunta a se enfrentar é genérica o suficiente para tornar qualquer resposta algo insuficiente: O que é o Brasil e, assim como imaginamos que é, como podemos estudar sua Geografia? Vou, aqui, construir um esboço de resposta, em busca de enfrentar a dúvida por meio de aproximações, colocando, ponto por ponto, aqueles fundamentos cujo caráter geral é serem constatativos e, por isso, aparentemente óbvios, mas que podem nos permitir (abusando da imagem) um cercamento mais ou menos seguro de nosso objeto (claro, no caso, o Brasil).

O primeiro deles é afirmar que o Brasil é um Estado Nacional, tal como nós mesmos nos reconhecemos e, do ponto de vista dos parâmetros jurídicos internacionais, é também assim que os demais Estados Nacionais (segundo a Organização das Nações Unidas – ONU, são 193 no total) nos reconhecem.

Tentemos fazer a mesma afirmação de outros pontos de vista: o primeiro deles é evidenciar que a relação entre Estado e Nação não é direta (AMIN, 1977, 1979; POULANTZAS, 1986) e não identifica claramente o fenômeno sobre o qual falamos, haja vista que a identidade nacional não é o parâmetro que constitui a existência do Estado moderno e contemporâneo; o segundo é considerar que a ONU reúne Estados e, por assim ser, reúne nações, mas não é a identidade nacional que define o fundamento jurídico que reconhece a unidade de cada um dos seus membros.

Visto isso, temos o fato de que a dúvida se ampliou e ainda precisamos resolver nosso problema inicial: O que é o Brasil? Tentemos outro percurso: consideremos, ainda nos baseando no senso comum, que o Brasil, bem como os demais Estados Nacionais, são o resultado de um realinhamento político, cujas raízes estão fincadas nos primeiros movimentos de construção do capitalismo mercantil (FURTADO, 2003). Tendo como referência a formação de Portugal e sua relação com a expansão do domínio europeu, o que se observou, entre conquistas, colonizações, genocídios, readequações culturais, guerras de independência, novas colonizações e novos genocídios, novas guerras de

independência, foi a constituição do que temos chamado de modo de produção capitalista, o tal do capitalismo ou, de forma bem mais simples, mesmo que pouco explicativa: a construção da maneira pela qual a quase totalidade da humanidade vive nos dias atuais.

Pensando nesses termos, teremos como resultado o fato de que, para responder à pergunta inicial, é preciso ultrapassar os limites de afirmações como a de que somos o resultado direto das descobertas feitas por Portugal e/ou da junção de três raças (indígenas, negros e europeus) como tendemos a repetir na literatura pertinente (RIBEIRO, 1968, 1995). No contexto da formação econômica e social do capitalismo, Portugal é, ele mesmo, um resultado da expansão mercantil. Portanto, mais do que uma identidade nacional, a constituição das colônias criadas a partir do século XIV, e que resultaram no que hoje chamamos de América, ou na atual configuração asiática e africana, foram feitas com base em um regramento associado à apropriação de um sem-número de ecossistemas (em linguagem de hoje) e, com isso, de um sem-número de mercadorias (das especiarias aos escravos), que reorganizaram a vida de todos os povos (DIAMOND, 2002). Não se trata de uma questão portuguesa, trata-se do nascimento, da expansão e do amadurecimento de um novo modo de produção e de reprodução da vida e, nesse processo, se construiu o Brasil (MOREIRA, 2012) – e o formato que define os demais 192 Estados Nacionais.

Nesse contexto, portanto, responder ao questionamento inicial passa, necessariamente, por compreendermos a maneira pela qual a constituição da sociedade capitalista constrói seu formato básico de gestão do político e em que medida essa fragmentação é, ela mesma, a expressão material da divisão social do trabalho ou, em outras palavras, da Geografia da sociedade de classes tal como ela se manifesta na atualidade (SANTOS, D., 2004).

Para que possamos continuar, faz-se necessário que um segundo e definitivo aspecto seja colocado em evidência: Como ler geograficamente o Brasil? Trata-se de como responder à segunda parte da pergunta original e aos incômodos que o livro produzido no final dos anos de 1980 ainda me provocam. Afinal, tal como o discurso geográfico em escala mundo, o que temos é o reconhecimento de uma diversidade topologicamente materializada. No entanto, tal diversidade não rompe com a unidade construída pelo capitalismo, nem como “sistema mundo” ou, melhor dito,

como imperialismo, nem coloca em questão o fato de o nome “Brasil” ser a identificação de uma *unidade específica*. No primeiro caso, na escala da universalidade e, no segundo, na escala da particularidade. Contudo, em que se constitui uma *unidade específica*? Como tratá-la do ponto de vista geográfico?

A premissa maior, nesse caso, é considerar que a tentativa de refletir em torno de um fenômeno chamado Brasil é, de fato, um recorte temático sobre a geograficidade do mundo, ou, em outras palavras, como uma expressão específica da totalidade. O fenômeno Brasil é a maneira pela qual se realiza um processo socialmente determinado e seu entendimento pressupõe um aparente *a priori*: o Brasil existe. Trata-se de algo aparente pelo fato de, como todo o fenomênico, estar em processo, em movimento e, por conseguinte, ao buscarmos identificar o significado do topônimo (no caso, Brasil), deparamo-nos muito mais com a necessidade de desvendarmos um processo do que identificarmos um fenômeno dado (e, portanto, congelado, parado, morto) (THOMPSON, 1981).

É para resolver um dilema como esse que temos de percorrer alguns dos fundamentos teóricos e metodológicos que nos permitem identificar um tipo de reflexão e de construção discursiva como geográfica e, ao mesmo tempo, um certo aspecto do fenomênico como geograficidade. Infelizmente, teremos de enfrentar mais esse dilema, pois, assim como os nossos objetos de estudo, o estudar também não é um dado *a priori*, e a relação entre as categorias e os conceitos que fazem parte do ferramental que utilizamos necessita, sempre, ser revisitado, identificado, explicitado e, claro, minimamente compreendido.

O ponto de partida, agora (claro!), é a própria Geografia. Reafirmo, aqui, que a construção de qualquer discurso geográfico tem por objetivo responder ao sujeito que o elabora a uma pergunta básica e de origem: *Onde estou?* (SANTOS, D., 2008). É com tal questionamento, e por inferência, que a pergunta se desdobra em tantas outras, tais como: *Onde está? Onde estás? Onde estão?* e assim por diante, sem perder de vista que é um sujeito determinando o ponto de partida e, portanto, a identificação do estar dos objetos tem por objetivo permitir ao sujeito o reconhecimento de seu próprio estar. Trata-se, conseqüentemente, da dimensão topológica de um processo que tem um sujeito (em suas diferentes escalas) na centralidade

da discussão. Dessa maneira, preservo duas questões de máxima importância: em primeiro lugar, retomo os fundamentos que deram origem ao discurso geográfico, associando-o a uma dúvida específica dos sujeitos e, portanto, reconhecendo a necessidade de cada um deles (individual ou coletivamente) perceberem a maneira como estão inseridos em um processo específico; em segundo, é que, nessas condições, mantemos o protagonismo do sujeito cognoscente sobre o processo de construção do objeto, isto é, preservamos o fato de que o conhecimento tem por origem a dúvida de um sujeito e não a determinação de um objeto que lhe é externo (SANTOS, M., 1978, 1985). Na relação entre sujeito e objeto (BLOCH, 1985), o segundo só faz sentido quando se torna objeto para o sujeito e, dessarte, só se tornará conhecimento quando se tornar discurso ou compreensão do sujeito.

Visto isso, e deixando de lado todas as mediações que nos levam ao discurso geográfico propriamente dito, retomo a pergunta original e questiono sobre o que, no final das contas, se quer saber quanto nos perguntamos sobre a Geografia do Brasil. Qual(is) seria(m) a(s) dúvida(s) que levaria(m) um sujeito qualquer a se colocar tal questionamento? Em outras palavras: De que “onde” se fala (e quem fala? e de onde fala?) quando o dilema se relaciona a um país determinado (no nosso caso, Brasil)? É o Brasil uma dúvida específica? Em que sentido?

Vale considerar, imediatamente, que o Brasil é, de fato, um tema. Voltemos ao ponto: o Brasil existe e é necessário insistir nisso (HOLANDA, 2000, 2004). No entanto, existe como? Existe como uma maneira específica de construção identitária na forma do Estado Nacional (tal como já observamos). Acontece que a materialidade do fenomênico possui, sempre, uma dimensão topológica (de coabitação, como diria Ruy Moreira) e a cada aspecto que se queira realçar (no nosso caso para se refletir sobre) tomará a característica de ser uma região. Assim, fiquemos com tal axioma e é com ele que irei iniciar, de fato, o presente artigo: a região é o recorte temático da materialidade de um processo determinado (que, insistindo, tal determinidade já é, em si mesma, um recorte), manifesto em sua dimensão topológica (uso, a partir daqui, a categoria “território” com seus devidos desdobramentos e inferências).

O Brasil como Estado

O espaço brasileiro é o produto/produtor do movimento que faz territorializar-se a mundialização do capitalismo (imperialismo) em formas particulares de realização (formação econômico-social brasileira) e segundo a natureza singular das contradições de classes cidade-campo (agrarismo e industrialismo). (MOREIRA, 1985, p. 14).

Tal como já observado, afirmar que a expressão “Brasil” é um topônimo, o nome de um lugar, e que tal lugar é um Estado (deixemos o dilema da nacionalidade para um pouco mais adiante), já faz parte do senso comum que pode ser encontrado em qualquer documento que trate do tema. A título de exemplo, poderia indicar a maneira pela qual olhamos para o que, no geral, se denomina de mapa-múndi político e, assim, podemos nos questionar sobre a distribuição dos próprios topônimos; buscar as razões que nos levam a reconhecer como um dado inquestionável o fato de a Europa se chamar Europa, a África ser assim identificada, e assim por diante.

O que seria, então, o velho continente? E o novo? Que questões estão associadas a tais referências e a tantas outras mais (como a ideia de oriente, ocidente, países do norte....)? Mais uma vez a resposta geral será: o reconhecimento do mundo tal qual o identificamos é, de fato, uma construção socialmente determinada (claro, nada disso pode nos levar a crer que as terras emersas não existem, o que se afirma é que o movimento mesmo de apropriação e definição dos processos que nos permitem sobreviver, também constrói, como um aspecto fundamental, a estrutura simbólica que nos permite e que delimita a nossa percepção do mundo). São nomes e mais nomes, cores das mais variadas, linhas indicando fronteiras e a certeza, por parte dos leitores, de que cada uma daquelas delimitações internas às representações das terras emersas é, de fato, um Estado e, com seus mais de 8 milhões e meio de quilômetros quadrados, lá está o Brasil, dominando parte considerável do que costumamos identificar como América do Sul (HOBBSAWM, 1982).

O problema começa quando paramos para refletir sobre o significado de Estado e, particularmente, sobre o porquê de nos reconhecermos como tal. A bibliografia sobre o tema é robusta e não caberia a um artigo colocá-

la em discussão. Há muitos anos escrevi um livro (que ainda não foi publicado, que serviu para me permitir conquistar o título de mestre em Geografia) que teve como temática central a relação entre Imperialismo e Estado (SANTOS, D., 1991). O esforço de atingir alguma coerência naquela discussão, principalmente no que tange ao discurso geográfico da época, me obrigou a percorrer textos e autores muito diferentes e aparentemente distantes entre si. De um lado, Georg Wilhelm Friedrich Hegel e a *Filosofia do Direito*; e, no seu contraponto, Karl Marx e a *Crítica à Filosofia do Direito*, Ruy Moreira e o seu *Movimento operário e a questão cidade-campo no Brasil*, e José William Vesentini com *A capital da geopolítica*, além de Milton Santos com o *Por uma geografia nova*.

Em meio a esse embate, o caminho seguido àquela época foi rascunhado por Poulantzas (1980, p. 148, grifo do autor) em *O estado, o poder, o socialismo*: “[...] o Estado não é pura e simplesmente uma relação, ou a condensação de uma relação; é a condensação *material e específica* de uma relação de forças entre classes e frações de classe”. O mesmo autor desdobra as seguintes reflexões:

Ora, o estabelecimento da política do Estado em favor do bloco no poder, o funcionamento concreto de sua autonomia relativa e seu papel de organização são organicamente ligados a essas fissuras, divisões e contradições internas do Estado que não podem representar simples acidentes disfuncionais. *O estabelecimento da política de estado deve ser como a resultante das contradições de classe inseridas na própria estrutura do Estado [...]*. Compreender o Estado como a condensação de uma relação de forças entre classes e frações de classe tais como elas se expressam, sempre de maneira específica, *no seio do Estado*, significa que o Estado é constituído-dividido de lado a lado pelas contradições de classe. Isso significa que uma instituição, o Estado, destinado a reproduzir as divisões de classe, não é, não pode ser jamais, como nas concepções de Estado-Coisa ou Sujeito, um bloco monolítico sem fissuras, cuja política se instaura de qualquer maneira a despeito de suas contradições, mas é ele mesmo dividido. Não basta simplesmente dizer que as contradições e as lutas atravessam o Estado, como se se tratasse de manifestar uma substância já constituída ou de percorrer terreno vazio. As contradições de classe constituem o Estado, presentes na ossatura material, e arma assim sua organização: a política do Estado é o efeito de seu funcionamento no seio do Estado.

[...] é o jogo dessas contradições na materialidade do Estado que torna possível, por mais paradoxal que possa parecer, a função de organização do Estado. (POULANTZAS, 1980, p. 152-153).

Consideremos, antes de tudo, que essa citação coloca “sobre a mesa” os elementos principais com os quais poderemos desvendar, minimamente, o significado de o Brasil ser um Estado. Assim, o que temos é o fato de que, desde os primórdios da construção da hegemonia burguesa como referência do nosso, no dizer de alguns geógrafos, “modo de vida” e a construção da sociedade capitalista não é, simplesmente, um ato de caráter sociológico: as sociedades, ao se constituírem, o fazem construindo sua própria geograficidade.

Então, quando Poulantzas (1980) afirma que o Estado é a materialidade das relações de classe, o que acrescento (e que já está implícito no texto que estou comentando) é que, no nosso caso, se trata das contradições de classe do capitalismo e é nesse contexto que podemos compreender a existência material de um lugar chamado “Brasil” e em que medida ele é a materialidade que, em uma escala determinada, faz parte do fenômeno geral que é o modo de produção capitalista, garantindo, assim, a unidade de um conjunto de determinações internas e externas à sua própria territorialidade. Isso porque a territorialidade dos Estados não se restringe ao interior de suas fronteiras, mas o próprio existir das fronteiras é a materialização da correlação de forças que dá sentido ao processo civilizatório mais geral e que chamo aqui de “Imperialismo”.

Acontece que tenho de ir um pouco mais adiante: é preciso identificar o significado de nação quando associado à ideia de Estado e, para tanto, vou me debruçar sobre o tema somente para que tenhamos algum ponto de partida no processo geral de identificação do fenômeno chamado Brasil.

A constituição do chamado Estado Nacional é um dos aspectos desse processo, em que a materialidade das relações de classe se manifesta de maneira a absorver e permitir a realização dos elementos fundamentais que constituem o processo geral de reprodução da sociedade capitalista e suas dimensões identitárias. Então, dando por correta a afirmação de que Pedro Álvares Cabral deu início à revolução geográfica que se desdobrou na

constituição desse lugar chamado “Brasil”, o que deve chamar nossa atenção é o fato de que o avanço do processo de colonização é, ele mesmo, a marca de um amplo conjunto de transformações que redefinem as vidas das sociedades conquistadas, das capturadas na África e utilizadas como escravas, da vida europeia que consolida novos formatos identitários que vão dos fundamentos econômicos até a redefinição radical de suas cosmologias e cosmogonias.

Em outras palavras, vale considerar que personagens como Fernão de Magalhães, Cristóvão Colombo, Vasco da Gama, naquilo mesmo que representam do ponto de vista da expansão mercantil, compartilham esse processo revolucionário com Nicolau Copérnico, Galileu Galilei, René Descartes, Johannes Kepler, João Calvino, Martinho Lutero, Isaac Newton e, para fechar esse primeiro ciclo, a presença magistral de Immanuel Kant.

Para que possamos compreender a Geografia do Brasil, é necessário considerarmos que sua construção se realiza em meio (recopilando, mais uma vez, Poulantzas) à correlação de forças que se define no interior e na materialidade da chamada “luta de classes”. Seja sob a forma de grandes plantadores de cana-de-açúcar, algodão ou café, seja como exploradores e caçadores de escravos (independentemente da cor de sua pele), seja como mineradores de ouro, prata ou diamante ou, no limite, seja como funcionário de Estado (a princípio, português) ou membros agraciados por pertencer à nobreza, o que importa é que todos eles, na realização cotidiana de suas relações (as quais, no geral, são estruturalmente contraditórias e que, vez ou outra, se manifesta como conflito aberto), devem construir-se de tal maneira que se confrontem produtivamente com os demais membros ou grupos das classes dominantes e, ao mesmo tempo, que tenham as ferramentas apropriadas para garantir o controle sobre seus trabalhadores, seja mantendo-os como escravos, seja comprando sua força de trabalho no mercado.

A diferencialidade e, portanto, especialidade dos trabalhos que coabitam uma sociedade tão complexa como a nossa, não só se obriga a construir-se tecnicamente diferenciada, mas, no mesmo processo, constrói diferentes identidades, diferentes articulações políticas e assim por diante. O que interessa nessa escala das relações é que a diferencialidade dos interesses, fundada na divisão técnica do trabalho e na identidade de classes

de cada uma delas, é condição para o desenvolvimento de diferentes materialidades (no geral, a relação entre cidade e campo), em que a fragmentação se torna fonte de uma infinidade de tensões, mas cuja produtividade e eficácia só se realiza enquanto se mantém tal unidade do diverso.

Assim, latifundiários, industriários, camponeses, escravos, ribeirinhos, comerciantes, funcionários de estado, milícias, pastores pentecostais, prestadores de serviços (tenho de reduzir a listagem...) vão convivendo ou construindo sua cotidianidade em um processo contínuo de exclusão e incorporação que, entre metrópoles e aldeias, entre avenidas e encostas, entre florestas, cerrados, pantanais, entre pastagens e monoculturas, a diferença se torna unidade e, nesse mesmo contexto, é unidade na diferencialidade das relações que se realizam em escala planetária.

Avancemos. Se a construção do Brasil é a realização de um dos diferentes recortes que constituíram e constituem a existência do Imperialismo Capitalista, um “recorte temático” que se define por um amplo conjunto de identificadores inseridos no interior das estruturas de Estado, nem sempre ele é, em si mesmo, o Estado. Ler o Brasil é um exercício eminentemente geográfico, é a realização, no plano discursivo, do desvendamento da regionalidade. O Brasil, para além de ser um Estado, é uma região e, por isso mesmo, se a identidade de Estado nos permite dialogar diretamente com o senso comum e reconhecer nas fronteiras desenhadas em um mapa o formato inconfundível que nos identifica, é a identidade enquanto região que nos permite considerar um conjunto de determinações muito mais amplo que este e que, *vis-à-vis*, garante a existência do Estado, mas nem sempre com ele se confunde.

Esse é, a princípio, o dilema que cria a noção de nação e nacionalidade. No Brasil, fala-se mais de duas centenas de línguas, mas é muito mais simples nos reconhecermos como falantes da língua portuguesa. Incorporamos um sem-número de manifestações religiosas, mas consideramos que, hegemonicamente, somos cristãos, vivemos sob relações de trabalho que se materializam nas bordas de grandes rios ou no interior de imensas plantas fabris e/ou monoculturas altamente tecnificadas, mas nos entendemos como um povo de raízes

majoritariamente agrárias cuja população, em sua maioria, vive em cidades. Assim, fica o dilema de se saber o que é e quem é o brasileiro, uma identidade resultante do processo de sua construção enquanto capitalismo e, nesse sentido, identificar que relações se constituíram e se constituem para que o processo que definiu e define essa identidade seja, ele mesmo, a origem e a garantia de existência deste lugar chamado “Brasil”.

A independência da(s) colônia(s) foi só uma nova forma de participar do mesmo processo

Muito antes de se escutar (segundo dizem) o majestoso e heroico grito de “Independência ou Morte”, o Brasil já era um Estado. Pertencia ao Estado Português, é verdade, e, justamente por isso, já fazia parte dos novos arranjos que foram sendo criados para dar viabilidade ao mercantilismo. Se os velhos livros didáticos de História já nos ensinavam que a chegada dos portugueses redefine a vida das sociedades que viviam nessas mesmas terras, tal redefinição se dá por uma ação conjugada em diferentes aspectos, os quais dificilmente poderemos classificar por ordem de importância, considerando, sempre, que todos eles faziam parte da mesma materialidade.

Quando nos atemos à divisão do mundo proferida pelo tratado de Tordesilhas, ou observamos a divisão geometricamente definida pelas capitanias hereditárias, ou, ainda, quando o que nos salta à vista é a presença dos sacerdotes católicos (os exemplos são incontáveis), poderíamos afirmar que a monarquia portuguesa executava uma verdadeira guerra cultural (tal como nos dias de hoje recheiam as acusações proferidas pela extrema direita), dizendo aos europeus a maneira pela qual tornavam outras partes do mundo em extensão do seu próprio reino. Nada disso, no entanto, teria muito sentido sem a destruição da Mata Atlântica, sem o entendimento de que a terra deveria ser disposta para a produção monocultora da cana-de-açúcar e, portanto, sem a destruição do ecossistema que viabilizava a vida dos povos que viviam do existir da selva (isto é, aqueles que, do ponto de vista dos mercadores e plantadores, eram os selvagens).

Para subsumir a civilização que resistia ao domínio mercantil, foi necessário destruir as condições básicas do seu viver e, claro, no contexto do mesmo processo, construir reduções, falar de Jesus, impingir uma alma e salvá-la do pecado que nem mesmo sabiam que haviam feito. Isso basta? Evidentemente que não, pois a presença da espada, dos cavalos, das armas de fogo e das doenças vão, igualmente, destruindo tal “modo de vida” para subordiná-lo a outros parâmetros de produção e reprodução. Vale, ainda, considerar que o etnocídio das sociedades tribais vai se completar com a importação de parte da população africana, pois a presença da mão de obra escrava acelera o processo de destruição do bioma da vida tribal e o reconstrói no formato do latifúndio agroexportador.

Assim, o significado de viver e sobreviver foi sendo rapidamente transformado. O que havia demorado milhares de anos para se constituir foi destruído em algumas décadas, até que a existência do Brasil se tornou um fenômeno inquestionável pois, para além de assim se entender nos corredores dos castelos portugueses e, no geral, nas cortes europeias, a constituição de novos formatos de dominação econômica e política (cultural e jurídica) também recria internamente aqueles que se reconhecem como membros da colônia e, portanto, reconhecem sua existência. A constituição das novas elites é, ela mesma, a constituição das novas formas de dominação, dos novos produtos, do novo sentido do que é o trabalho e o significado de seus resultados e, como não poderia deixar de ser, uma redefinição do significado de relevo, clima, hidrografia, vegetação e vida animal. Já não se tratava de entendê-los como elementos da vida tribal, mas como recursos da vida do capitalismo mercantil.

Claro, nada disso basta, pois é preciso convencer a todos de que os portugueses descobriram o Brasil e que, portanto, ele já existia antes de sua chegada, e o ato de conquista e destruição foi tomando a forma do heroísmo, da descoberta, do processo geral de construção de uma nova civilização. É nesse contexto que, mais do que ser colônia, o existir do Brasil só se tornou viável à medida que se construiu o brasileiro, isto é, aquele que, independentemente do seu trabalho, da sua condição de classe ou de lugar e contexto, o tornou um habitante da colônia. Além disso, reconheceu que aquela maneira de viver, com todas as suas determinações, era aquela em que cada um se via como pertencente e, assim, realizava cotidianamente

todas as ações necessárias à reprodução da colônia como uma materialidade e, claro, como unidade material das contradições inerentes ao conjunto de relações que produziam a vida e o viver das classes sociais que foram se constituindo.

A construção do estado brasileiro é, ao mesmo tempo, a construção de sua nacionalidade, sendo o primeiro (o Estado) o que nos ajudará a determinar a correlação de forças, e o segundo (a nação) o que dará o sentido de unidade ao que, de fato, é diverso. A construção da nação (tanto naquilo que ela tem de verdadeiro como nos aspectos que carrega como restos de uma farsa) é o ato necessário que consolida a existência do Estado no contexto do imperialismo capitalista, mas, como já se pode observar, a legitimação pode se organizar no interior da máquina de estado (o seu sistema jurídico-político), mas não é o resultado linear de sua existência. Em outros termos, não é o Estado que cria a nação. A nação o legitima, mas ambos são a maneira pela qual se reconhece a existência da planetariedade do capitalismo.

Voltemos, então, ao grito às margens do Ipiranga. O movimento pela independência do Brasil foi (e é), ele mesmo e pelo próprio formato de sua denominação, a maneira pela qual o Estado, ainda na forma de colônia, quer se tornar Estado sob o controle e a mediação direta das elites locais. Tornar-se independente, portanto, nada mais é (e foi), que participar do mesmo processo sob outros parâmetros. Tornar-se independente do processo civilizatório que se constituiu como capitalismo já havia se tornado uma ação impossível. O aspecto fundamental do movimento independentista é que ele é realizado pela correlação de forças que cria a sociedade brasileira e não pelas sociedades que genericamente chamamos de indígenas, ou, no sentido etimológico da palavra, identificamos como os “locais” ou “os que já estavam naquele lugar”.

Fica, portanto, proposto que entendo por nação, quando associada à proposição de Estado, a forma pela qual o desenvolvimento e a consolidação da sociedade capitalista criam e recriam o sentido de identidade e de pertencimento. Não se resume, por conseguinte, a um movimento ou processo de caráter cultural, mas da cultura que se realiza como aspecto estruturante de um modo específico de vida.

O jogo escalar ou a sociedade da cidade e do campo

A base de toda divisão do trabalho desenvolvida e mediada pela troca de mercadorias é a separação entre cidade e campo. Pode-se dizer que a história econômica inteira da sociedade está resumida no movimento dessa antítese. (MARX, 2013, p. 530).

A leitura da versão datilografada de *O Movimento Operário e a questão cidade-campo no Brasil* (MOREIRA, 1985) foi o ponto de partida para que, alguns anos depois, surgisse a já citada dissertação de Mestrado que discute a relação entre “Imperialismo e Estado” (SANTOS, D., 1991). Nesse longo processo, li e reli *O pensamento Marxista e a cidade* (LEFEBVRE, 1972) e tive de retomar a leitura de *A ideologia alemã* (MARX, 2015). A descoberta mais importante dessas leituras poderia ser resumida nos seguintes termos: não há relação social que não seja, ao mesmo tempo, a construção de uma materialidade determinada e determinante. Por isso mesmo, a divisão da sociedade em classes é, ela mesma, a divisão cidade e campo ou, invertendo os termos, a Geografia da relação cidade/campo é a Geografia da sociedade de classes.

Em meio a isso tudo, Lefebvre (1972) chega a se perguntar se a superação da sociedade de classes é, igualmente, o fim da divisão cidade/campo. Ele declara não saber a resposta. O dilema, diria eu, é que o fim da sociedade de classes não é o fim da divisão técnica do trabalho e tal especialização é, também, um dos fundamentos materiais da diversidade topológica que foi sendo criada no transcorrer de muitos milênios.

Voltemos. Os manuais de História nos ensinam que o processo geral de colonização que resultou na existência do Brasil teve como ponto de partida a coleta do pau-brasil e, em seguida, a expansão da indústria canavieira. Por trás dessas constatações, o que se observa é a materialidade da divisão social e a técnica do trabalho que se constituiu na forma do colonialismo como expansão e consolidação do capitalismo mercantil: o surgimento da cidade e seu contraponto, o campo (inverter os elementos não inverte o significado). Ambos (cidade e campo) são a materialidade e, nesse sentido, a geograficidade, o onde de tais sujeitos, que realizam um tipo de agricultura e a gestão do jurídico-político nos moldes europeus, dando sentido e construindo controles no interior do mesmo processo.

O lugar do escravo negro ou indígena, dos produtos, da gestão, da realização dos modelos de exploração era desenhado pelas novas elites, subsumidas que estavam para controlar o trabalho escravo e o formato geral da relação com a metrópole. Esta, por sua vez, havia de se realizar como metrópole na escala europeia e no interior da revolução que o processo colonial provocava e, portanto, como uma espécie de dupla determinação, em que o processo colonial revolucionava a Europa e a ela se subordinava revolucionando a si próprio.

Assim, a consolidação do binômio cidade-campo deu-se em um amplo e sofisticado movimento escalar. Trata-se do surgimento de povoados como São Vicente, São Paulo, Salvador, Recife e tantos outros mais, os quais, paulatinamente, se tornaram o eixo de realização da presença do Estado ou, em outros termos, da realização dos ditames jurídico-políticos e, portanto, como um sistema em rede com a cidade de Lisboa e seus mecanismos de controle do Império. Trata-se, igualmente, da transformação da floresta em área de plantio e do agreste em área de pastoreio, definindo, assim, o lócus da “casa grande” como ponto de referência do senhorio, da “senzala” como o lugar do escravo, do campo agrícola como o lugar do trabalho propriamente dito, e do sertão como o sistema de referência topológica do mulato. Em meio a tudo isso, as aldeias e os quilombos foram se tornando lugar central da resistência e a expressão desoladora do poderio militar do colonizador e do genocídio que promoveu.

A Geografia que se constituiu nessas redes, em que senhores de escravos, funcionários de estado, militares, sacerdotes e escravos de diferentes origens, umbilicalmente articulada aos movimentos que provocava e absorvia de sua relação com os interesses coloniais, teve, então, a matriz da relação cidade-campo como o modelo central para a redefinição do sentido e significado da aldeia e da floresta. Em outras palavras, tudo isso será a materialidade do processo de destruição dos viveres (e, portanto, das geografias) de caçadores coletores, em nome de um amplo processo civilizatório reincidentemente aqui denominado de imperialismo capitalista (no caso, ainda em sua fase mercantil).

As diferentes leituras sobre o processo podem ser analisadas tanto na cartografia produzida nesses primeiros séculos, como na literatura ou no

referencial produzido principalmente pelos jesuítas e no maravilhoso legado deixado pelo pintor holandês Albert Eckhout.²

Em uma outra tentativa de síntese, Ruy Moreira (1990, p. 10) propõe o seguinte:

A observação do mapa do espaço brasileiro da virada do século XVIII ao XIX, no momento exato da crise da mineração e renascimento agrícola, mostra nosso território se organizando em grandes manchas de ocupação econômico-demográfica, separadas umas das outras por largas extensões de espaços ocupados pelas populações nativas. Nesse re-arranjo, a lavoura ocupa as áreas de matas e a pecuária as de campos, com a mineração formando nebulosas dispersamente espalhadas pelo planalto central-mineiro. Acompanhando essa distribuição territorial das atividades econômicas [...], a população se concentra nas áreas agrícolas costeiras, deixando vazio o hinterland mineiro-pecuário.

Tal como já se encontra claro no texto, o “vazio” é, de fato, “largas extensões de espaços ocupados pelas populações nativas” e fica, então, a observação de que esse “vazio” é, ele também, o contraponto da formação daquele que, do ponto de vista europeu, seria brevemente chamado de vice-reino e, alguns anos depois, de Império.

De toda maneira, o que se observa é a materialização cada vez mais sofisticada da divisão técnica e social do trabalho e, por isso, das relações de trabalho e dos formatos da sobrevivência, decorrendo daí diferentes classes trabalhadoras e diferentes elites que, mesmo podendo ser chamadas genericamente de trabalhadores do campo e proprietários da terra, as formas de realização não serão as mesmas. O significado dessas identidades de classe na chamada zona da mata, no sertão e no planalto sofreu uma verdadeira revolução hierárquica, principalmente a partir da expansão cafeeira, da Lei de Terras, do fim da legalidade da escravidão, da

² Vale consultar a tese de Doutorado elaborada pelo geógrafo Jorge Barcelos da Silva (2006), na qual se encontrará um amplo conjunto de referências no sentido de identificar as leituras que se fez, e que se tornaram as raízes para aquelas que ainda se faz, do lugar que chamamos de Brasil.

presença de trabalhadores europeus migrantes e dos primeiros movimentos em Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo da economia fabril e urbana.

O Brasil deu os passos definitivos para participar com identidade própria no processo geral de constituição do mundo capitalista, mas o fez sob a hegemonia ideológica das elites agrárias (nos seus diferentes formatos, vale insistir), gerenciando, muitas vezes a contragosto, um amplo processo de urbanização que tomou a forma de verdadeiros campos de refugiados da expulsão do campo. A urbe se fez pelos vetores entrecruzados da miséria, da redefinição da propriedade da terra, na constituição de alguns bairros operários e como berço privilegiado das mesmas elites que controlavam a terra, agora, mais e mais, procurando algum nível de aliança interna com a incipiente burguesia industrial e rearticulando, principalmente a partir do café, a base econômica desse eterno *Phoenix* que é o modelo agroexportador.

Os dilemas não são pequenos. Vejamos, rapidamente, o que nos deixou Mike Davis ao sintetizar a maneira pela qual evoluiu a relação do país com a Inglaterra e tendo como parâmetro o fato de já existir como um fenômeno, com identidade própria, no interior das relações tipicamente imperialistas (justamente na passagem do mercantilismo para o industrialismo), O autor, em uma obra destinada a avaliar o papel da Inglaterra no século XIX³, dedicou o último capítulo de seu livro a comentar a situação brasileira:

La hegemonía comercial y financiera británica en Brasil tenía sus raíces antiguas en el vasallaje de Portugal a Londres durante los siglos diecisiete y dieciocho. En 1808, cuando la monarquía Braganza se reubicó en Brasil, como consecuencia de la “tremenda presión británica”, la recompensa inmediata fue un tratado comercial que daba preferencia a las importaciones británicas por delante de las portuguesas. Entonces, en 1827, el emperador Dom Pedro, a cambio del reconocimiento británico de su Imperio de esclavos, codificó la dependencia con la firma de uno de los acuerdos comerciales más injustos de la historia [...] que transformó

³ Com o curioso título de *Los Holocaustos de la era Victoriana Tardía*, publicado pela Universitat de València, em 2002, e subtítulo de *El niño, las hambrunas e la formación del tercer mundo*, o livro de Mike Davis tem o formato de uma grandiosa crônica, recheada de informações típicas de um relato historiográfico.

Brasil en, “virtualmente, un protectorado británico”. (DAVIS, 2002, p. 420).

O texto de Mike Davis pode nos deixar a impressão errônea de ter sido a Inglaterra a responsável pelos nossos problemas. Compreenderemos melhor o dilema se nos dedicarmos a refletir o formato geral de nossas elites (e a Geografia da qual ela procura ser a classe hegemônica) e a maneira pela qual foi se construindo as bases para o que Lenin (1982) chamou de “Fase Superior do Capitalismo”, mesmo levando em conta que o exercício da construção imperial é muito anterior a isso tudo – teve início, para os parâmetros atuais (isto é, como capitalismo), no século XIV.

Para que eu possa encerrar esta parte do artigo, vale realçar a maneira pela qual Davis (2002) identifica o país que nasceu, sob a liderança de uma das variantes da dinastia dos Bragança, como um Império de Escravos. Tendo como parâmetro o tipo de processo de trabalho sobre o qual o sistema financeiro tinha interesse em controlar, o adjetivo se apresenta como muito adequado, mas, de qualquer maneira, é também um tipo de simplificação da realidade, pois desconsidera as lutas internas (principalmente em relação às novas elites que apontavam para a constituição da chamada república do café-com leite e os já identificados movimentos de construção de um tipo marginal de urbanismo fabril). De toda maneira, identificar o Brasil como um protetorado informal da Inglaterra e um Império de Escravos pode ser uma maneira de colocarmos mais alguns elementos de reflexão sobre a Geografia brasileira.

Quando o onde de cada coisa só marginalmente é um exercício geométrico

A riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista aparece como uma “enorme coleção de mercadorias”. (MARX, 2013, p. 157).

A formação econômico social à qual denominamos de Brasil segue seu rumo, e a literatura historiográfica é rica em descrever os acontecimentos. Nos comentários que foram publicados em nome do 25º Aniversário do

Centro de Estudos da Cultura Contemporânea (CEDEC), Fábio Konder Comparato afirmou:

Foi, seguramente, no livro de Euclides da Cunha, de 1902, que se abriu a consciência brasileira para a nossa realidade. Mas o pensamento nacionalista brasileiro só veio a ser elaborado a partir de 1922. 1922 é uma data simbólica. Comemorava-se o centenário da Independência, e foi a partir daí que a intelectualidade brasileira começou a pensar de forma independente. 1922, para recordar, foi o ano da Semana de Arte Moderna, da fundação do Partido Comunista e do nascimento do Movimento Tenentista, com o episódio dos 18 do Forte de Copacabana.

Essa redescoberta do Brasil foi feita por esses demiurgos de que falou Chico de Oliveira, principalmente a nossa tríade sagrada: Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr. (COMPARATO, 2001, p. 98).

A lista dos autores realçados por Comparato é, ela mesma, a expressão da maneira pela qual se materializa a reflexão sobre a formação econômica e social brasileira. Tais obras procuram retratar, sob diferentes parâmetros, a maneira pela qual as elites se constituem elites e, portanto, como se organizam, implícita ou explicitamente, as massas trabalhadoras. Evidentemente que a lista é substancialmente maior. Nomes, só para lembrar de alguns, como Francisco de Oliveira, Florestan Fernandes, Celso Furtado, Nelson Werneck Sodré e, obviamente, o próprio Fábio Konder Comparato, Antonio Candido e José de Souza Martins são exemplos suficientes para mergulharmos em algumas chaves centrais para o desvendamento do Brasil.

De toda maneira, é a partir de tais parâmetros que podemos afirmar que a reflexão sistemática sobre o significado de Brasil é um fenômeno do século XX, algo que, como na maior parte do mundo, se confunde com o processo geral de urbanização. Assim, a experiência nos ensina que, para a produção da literatura no geral e da reflexão científica em particular, é preciso construir-se uma Geografia específica: a cidade. A divisão entre o

trabalho manual e o trabalho intelectual constrói e possui, sem dúvida, sua própria Geografia⁴.

Voltemos: a construção da Geografia brasileira vivida nos dias de hoje, de maneira obviamente demasiado aligeirada, pode ser compreendida a partir de alguns movimentos estruturais que ocorreram no século XX. Sob o ângulo de leitura das elites, vale listar fenômenos tais como: a expansão e a crise cafeeira e a maneira pela qual elas redefinem o significado de Estado. Foi o período Vargas que institucionalizou uma gestão para além dos limites da garantia e da execução do poder e foi em busca de se tornar um sujeito planejador e que, portanto, ao mesmo tempo que criou empresas como a Petrobras ou a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), apontou para o reordenamento da rede urbana no Centro-Oeste e criou uma máquina de estado que estava a serviço de uma sociedade que ainda não existia. Acompanhemos rapidamente os comentários de Ruy Moreira sobre alguns dos aspectos desse processo:

É embaixo da pesada repressão policial-militar que sobrevém aos confrontos de 1934-1935, que o bloco industrial-agrário impõe ao movimento operário esta dupla tutela: a jurídico-política (tutela sindical-trabalhista) e a ideológico-cultural (tutela escolar). Desarticulado organicamente pelos aparatos repressivos do Estado, o operariado é igualmente desarticulado em seus parâmetros de existência. Progressivamente, completa-se a desagregação de sua condição de classe sob um mofo de vida imposto pelas articulações do capital, via Estado corporativo: o espaço-fábrica-bairro se dissolve no espaço mercado e a consciência de classe se dissolve na cultura formal-escolar. (MOREIRA, 1985, p. 107).

Um Ministério do Trabalho e outro da Educação para uma sociedade ainda majoritariamente agrária foi, sem dúvida, um dos mais interessantes movimentos de gestão realizados, no sentido de garantir não só como uma

⁴ Creio que o melhor exemplo dessa tese é Machado de Assis, cujos romances nos ajudam a pensar o Brasil Império.

correlação de forças favorável às elites, mas, igualmente, como uma escolha de que tipo de elite que deveria ser hegemônica no interior desse processo, a qual teria as características básicas de comandar ou estar associada ao sistema geral da relação fábrica-cidade.

Assim, do movimento anarquista, no início do século (e a grande greve de 1917), à constituição do Partido Comunista, da Coluna Prestes e a Intentona Comunista às Ligas Camponesas, da redefinição antropológica apontada pelos irmãos Vilas Boas e o formato tão singular do Movimento Integralista ou da Liga das Senhoras Católicas e da tal da Tradição, Família e Propriedade e, no seu contraponto e na linha do que ocorreu no Concílio Vaticano II, a consolidação de setores da igreja católica vinculados ao que se denominou, genericamente, de Teologia da Libertação, apontam os diferentes matizes ideológicos, em diferentes lugares do país, cada vez mais mergulhados no discurso da modernidade e da modernização. A ideia era se mostrar como um país do futuro e redefinir o significado de seus lugares, com a presença da indústria automotiva em São Paulo ou do deslocamento da capital federal para o centro de Goiás.

No *site* do Memorial da Democracia⁵, podemos encontrar o mapa que reproduzo a seguir (Figura 1), cuja numeração indica, estado por estado, a quantidade de conflitos ocorridos no campo entre as décadas de 1940 e 1960. Vale lembrar que, em meio a tudo isso, um intenso processo migratório vai redefinindo o formato arquitetônico das já grandes cidades como Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte.

Assim, seja no confronto entre diferentes setores das classes dominantes, seja na fragmentação ou reagregação de setores representativos dos movimentos populares, seja como uma radical mudança no formato da estrutura produtiva ou na criação de uma cidade monumento que agruparia os funcionários que exerceriam o poder em nome daqueles que dali estavam muito distantes, a Geografia brasileira sofreu profundas mudanças em toda esse período. Foi nele que amadureceu o ovo da serpente que tomou a forma de uma ditadura, cujos principais funcionários vestiram uniformes das forças armadas.

⁵ Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/conflitos>. Acesso em: 15 abr. 2024.



Figura 1 - Conflitos no Campo

Fonte: Extraída de Memorial da Democracia (2017).

O que falta apontar é que tudo isso ocorreu a partir do declínio dos parâmetros que identificavam a relação capital-trabalho no transcorrer do século XIX e, portanto, o entendimento de que as mudanças que ocorreram no Brasil eram somente a consolidação de alguns aspectos das revoluções que ocorreram em todo o mundo.

A lista é, praticamente, interminável. Começemos por lembrar da Conferência de Berlim e o novo formato do projeto colonialista das elites europeias para, na sequência, observarmos os primeiros e definitivos passos para que a noção de imperialismo abandonasse a identidade nacional e deixasse claro seu sentido de classe: as grandes guerras e a revolução russa. Em meio a tudo isso e a exemplo do modelo de gestão do Estado Soviético, a crise financeira de 1929 obrigou as frações liberais das classes dominantes a assumir que cabia à máquina de Estado o papel de planejar e intervir para garantir a perpetuidade da relação entre capital e trabalho, mudando, por conseguinte, seu formato e sua qualificação para que não colapsasse. Essa ressignificação de Estado tomou, imediatamente

após o final da Segunda Guerra, o formato da gestão internacional da Alemanha e a realização do chamado Plano Marshal, base política e jurídica para que, décadas depois e com o declínio explicitado do projeto soviético, se materializasse a União Europeia.

Esse longo percurso, marcado pela revolução chinesa e cubana, pela derrota dos Estados Unidos na Indochina, pela consolidação dos projetos de “libertação” que apontava a Índia como vanguarda e se desdobrava no interior da África, até, pelo menos, os anos de 1990, o movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos, bem como o famoso “Maio de 68” em Paris e o fim da era Stalin (o que, ao que parece, ainda não acabou), vai sendo marcado por mudanças radicais tanto no patamar técnico do processo produtivo (incluindo o agropastoril), em que novos sistemas fabris apontavam para a redefinição do modelo fordista, tanto no interior de cada uma das plantas fabris quanto na distribuição da cada vez mais exigente divisão técnica do trabalho. Isso colocou a necessidade de um mesmo produto final ter sido gerado em muitos e variados centros produtivos, alocados em diferentes pontos do globo, gerando, com isso, novas massas de assalariados, novas lógicas produtivas e, conseqüentemente, novos mercados.

A relação entre o surgimento do “estado planejador” e os diferentes formatos que tomou, desde a era Vargas até os 50 anos em cinco de Juscelino Kubitschek e, nesse mesmo contexto, as revoluções socialistas na China e no Caribe e a atenção dada pelas elites internacionais no sentido de impedir o “contágio” desse movimento no interior da chamada América Latina (cujos fenômenos mais importantes se expressaram na Argentina, Uruguai, Brasil, Chile e Colômbia), facilitando e financiando grupos de pressão e a presença de militares para garantir golpes para o ascenso generalizado da extrema direita, vão marcar tanto o reordenamento geral da Geografia planetária quanto suas manifestações locais e, portanto, também a brasileira.

O importante, no contexto deste artigo, é reafirmar que a sociedade de classes é a divisão cidade/campo e que a redefinição do sentido de cidade (que, para além de ser o lugar das elites, com o capitalismo, se torna, igualmente, o lugar do processo produtivo e, portanto, dos trabalhadores) reorganizou, inclusive, o sentido de Estado, o significado de nação e a

maneira pela qual se constituiu o processo identitário dos povos. Assim, pouco importa se alguém é cristão, muçulmano ou judeu pois, do ponto de vista do capitalismo, todos esses matizes e seus variantes cabem no interior do processo geral de produção de mercadorias. Trata-se, portanto, de um jogo escalar. Compreender a Geografia de qualquer lugar, em qualquer escala, exige o reconhecimento da escalaridade associada ao fenomênico e é esse reconhecimento que nos dá o sentido de lugar, sua identidade e, portanto, a compreensão da maneira pela qual seus elementos se relacionam, constituindo as bases para que possamos responder à pergunta original: onde (estou, está, estamos)? E o que significa *estar* nesse ou *naquele* lugar?

É preciso terminar....

Vou repetir a aparente obviedade: a palavra “Brasil” é um topônimo, isto é, se trata do nome de um lugar. Contudo, o dilema não se resume a isso, pois, no final das contas, há de considerar-se que, para um lugar ter um nome, é preciso que a sociedade que o utiliza reconheça no próprio nome uma identidade e, nesse sentido, a dinâmica de uma processualidade específica. Desdobrando-se todo esse apontamento, chegamos ao ponto em que é possível se afirmar que Brasil é uma região e, portanto, uma territorialidade tematicamente recortada, identificada, socialmente aceita e só como tal é lugar. Invertendo os termos da questão, é lugar porque é processo cuja identidade possui um caráter topológico e, por isso mesmo, nos diferentes recortes temáticos passíveis de territorialização, a construção do Estado Nação se expressa como uma totalidade na sua identidade específica e um recorte no interior do processo geral que o cria, isto é, algo passível de se construir um discurso geográfico (e, por inferência, dotado de geograficidade). Como se vê, o desenrolar do tema obriga-nos a retomar questões, a repetirmo-nos quase indefinidamente....

A literatura geográfica (mas, não só), com raras e honrosas exceções, vê o Brasil sem o brasileiro e o brasileiro sem o Brasil. Por isso mesmo, mapa por mapa, comentário por comentário, o discurso geográfico no Brasil (mas, não só) precisa romper, pelo menos, três barreiras estruturais. A primeira é aquela que afirma que o objeto é o que define o significado de uma ciência e, assim, encara a existência do fenomênico e do discurso que se faz sobre

ele como se fossem uma coisa só. Assim, estudamos a cidade, o campo, a população, o clima, o relevo... sem nos perguntarmos o que, no final das contas, queremos saber e, mais que isso, se a nossa pergunta ao fenomênico está associada à tradição do discurso geográfico.

A segunda, decorrente da primeira, aquela que nos impede de superar, definitivamente, a separação entre natureza e sociedade, à medida que reificamos o próprio objeto e damos a ele uma vida própria. Por fim, desdobrando-se de tudo isso, passamos a fragmentar o real como se cada uma das identidades do fenomênico pudesse ser entendida (e, portanto, criada) no interior de si própria. Trata-se, de fato, de uma fragmentação tal da realidade que já temos dificuldade de entender que vivemos imaginando o mundo como pertencente, quase exclusivamente, ao domínio da metafísica.

Enquanto as revistas de Geografia nos mostram o que ocorre nesta ou naquela microbacia, neste ou naquele microclima, nesta ou naquela identidade sexual (eufemisticamente chamada de identidade de gênero), nesta ou naquela identidade étnica consolidada pelas relações de classe que criam e recriam valores e sistemas de pertencimento, o Estado cria os discursos genéricos, mostrando um país que, de fato, tem muita dificuldade em reconhecer.

De toda maneira, muito mais que a pura e simples territorialidade do Estado (e, aqui, outra vez, repetindo o que já foi dito), a região Brasil é uma especificidade no interior do processo geral de constituição das relações e, portanto, da materialidade do imperialismo que marca a existência do capitalismo. O mapa da Figura 2, a seguir, é maneira de como a máquina de planejamento de estado (no caso, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE) vê o Brasil e sua regionalidade. Algo absolutamente consolidado do ponto de vista cultural que, por decorrência, tornou-se a estrutura autoidentificadora da cotidianidade dos brasileiros (ser nordestino e sulista são adjetivações de uso muito comum).

Fazendo uso (talvez abusivo) dos desdobramentos metodológicos que se encontram no capítulo “Método em economia política” da obra *Grundrisse* (MARX, 2011, p. 20), poderíamos propor que todo esse conjunto de afirmações é vazio de sentido, se não levarmos em consideração que o

existir dos brasileiros e, dessa maneira, o que eles entendem de si mesmos, de suas vidas, de suas relações identitárias é o que dá sentido a esse discurso genérico. A exigência desse jogo escalar é o fato de ser, ele mesmo, o ferramental necessário para entendermos o significado do tal do “concreto como síntese de múltiplas determinações”.



Figura 2 - Mapa formulado pelo IBGE

Fonte: Extraída da Benedicto e Marli (2018, n.p.).

Ainda no interior desse mesmo exercício, vamos nos debruçar sobre um conjunto de mapas que me foram apresentados por um ex-aluno de Graduação e Mestrado, Rangel Lima Garcia, em sua dissertação intitulada *Qual o Brasil que vive(re)mos?* (GARCIA, 2012), na qual ele utilizou das publicações do Ministério do Planejamento do governo Lula que buscaram apresentar o país como uma verdadeira “carteira de investimentos” e, portanto, como um sem-fim de oportunidades para se auferir renda e lucro, o que, na outra ponta do discurso, significaria emprego e renda. Trata-se, portanto, de um grande projeto que, como veremos nos mapas, tem como ponto de partida alguns recortes identificadores, no geral muito diferentes dos utilizados pelo IBGE, re-regionalizando o país para evidenciar, em uma

primeira instância, a estrutura social e produtiva disponível e, a partir daí, a tal da carteira de investimentos que se oferecia, tendo por base a maneira pela qual, naquele momento, se organizava a sociedade brasileira.

O mapa da Figura 3 imediatamente nos apresenta um olhar muito diferente daquele já tradicional do IBGE. Em primeiro lugar, porque evidencia a presença das águas territoriais e, em segundo, porque divide o país em dois blocos (Norte e Sul), desconsiderando as fronteiras formais dos chamados “estados federados”.

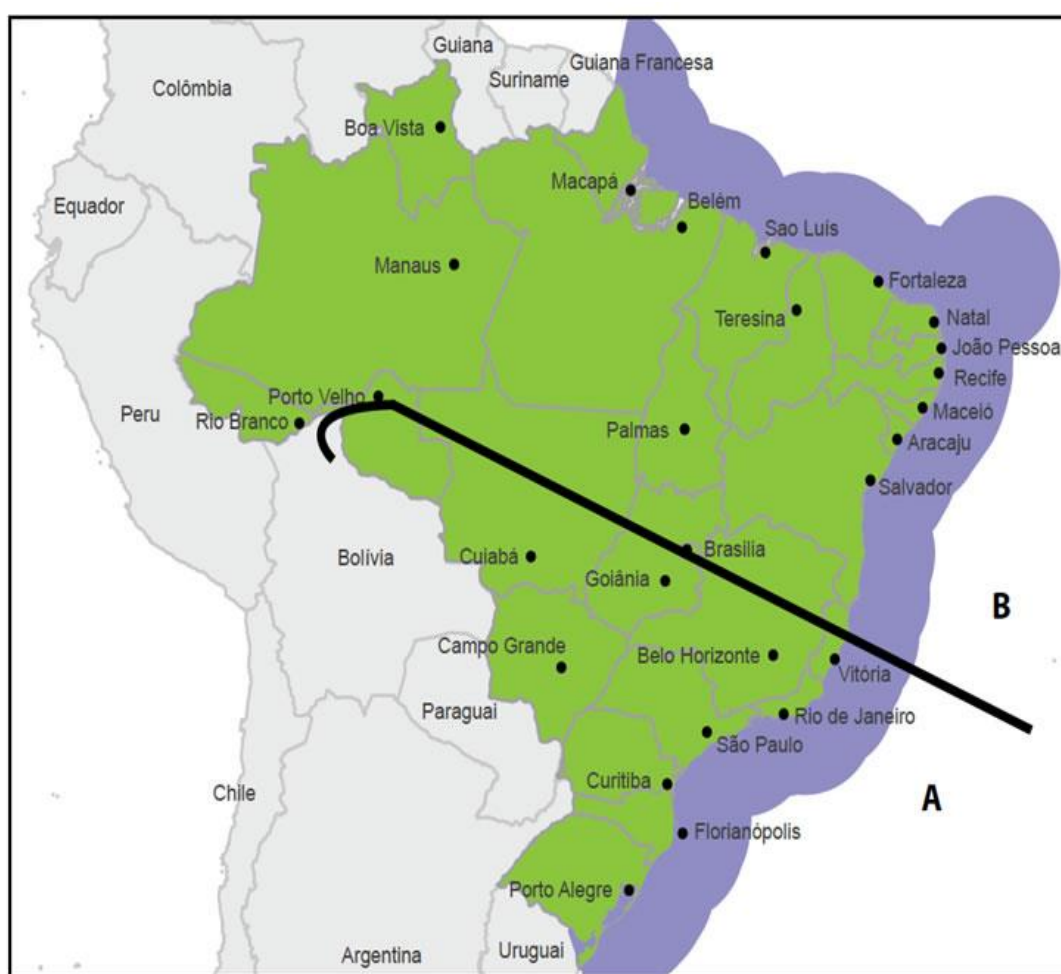


Figura 3 - Divisão do território - Norte e Sul

Fonte: Extraída de Brasil (2008, p. 22).

Podemos observar que os fundamentos da divisão regional não é o formalismo da gestão de Estado, mas o reconhecimento de que em ambos os lados dessa linha existem economias, formas de vida, níveis de

urbanização e assalariamento, muito diversos. Trata-se, portanto, para quem quer compreender essa carteira de investimentos, de uma primeira aproximação do reconhecimento do que é desigual para que os diferentes possam ser colocados em um mesmo objetivo.

No mapa da Figura 4, as linhas são outras. Tomam as direções norte-sul, reconhecendo a presença de uma área central (2), outra oriental (3) e outra ocidental (1).

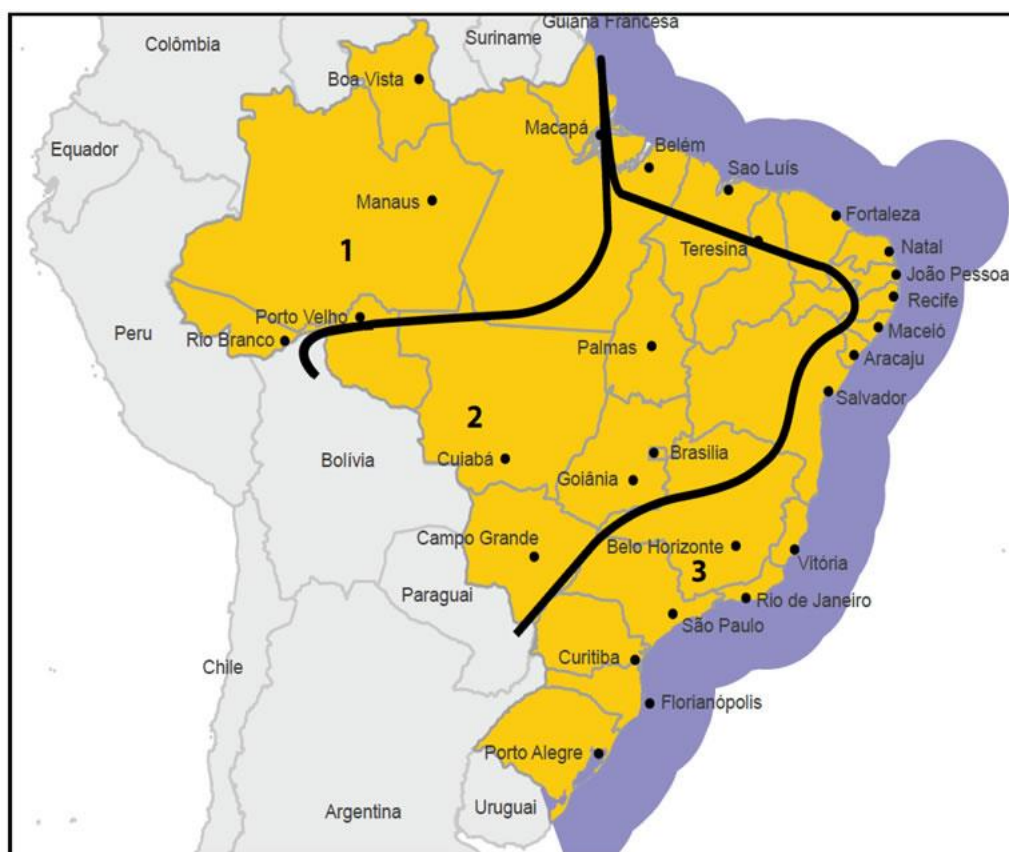


Figura 4 - Divisões do território: biomas e densidade populacional

Fonte: Extraída de Brasil (2008, p. 23).

Assim, o que era um recorte aparentemente simples entre o chamado Brasil septentrional e meridional, temos agora o reconhecimento de que existiria um Brasil a leste, com alto índice de urbanização, grandes mercados de consumo, sofisticada estrutura fabril, pesqueira e extrativista (aqui é necessário pensar que se trata de extração e refino de petróleo e da exploração ferrífera e, portanto, de extrativismo de alta tecnologia). Há outro no centro, basicamente dedicado à produção de *comodities*

agropastoris e reprodutora de dilemas sociais herdados do século XIX no interior do que chamamos de polígono das secas. Por fim, o ecossistema amazônico, tencionado pela grilagem de terras, pela presença de populações ribeirinhas, pelo confronto com as nações indígenas e, ao mesmo tempo, reconhecida como um templo ainda mau explorado de riquezas minerais e vegetais.

A Figura 5 cruza ambos os recortes e busca dar mais acuidade à carteira de investimentos. A Região 1 permanece inalterada, a Região 2 vai sendo recortada pelo reconhecimento de dinâmicas sociais muito diferenciadas, e a Região 3 coloca, de um lado, a planície costeira nordestina e, de outro, partes de Minas Gerais e Espírito Santo, somados aos demais estados da federação. Trata-se, mais uma vez, do reconhecimento ainda genérico das diferenças, o que, devemos reconhecer, nos obriga a repensar nossa esclerosada noção de que região é uma área dada *a priori* e reconhecermos que se trata de um recorte do território tematicamente definido.

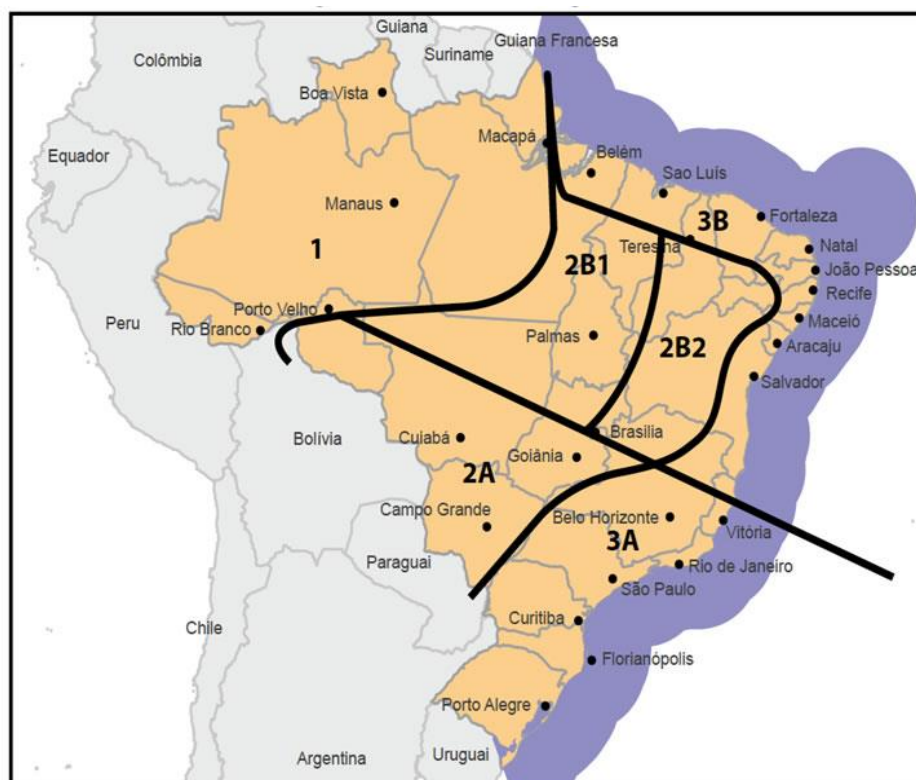


Figura 5 - Territórios homogêneos

Fonte: Extraída de Brasil (2008, p. 25).

O resultado, ainda genérico, desse exercício, pode ser observado no mapa da Figura 6. Trata-se do reconhecimento da diferencialidade exigida para os investimentos, cujo ponto de partida é que as ações do capital devem ser norteadas pela geograficidade do processo geral de produção e reprodução ampliada do próprio capital. Em outras palavras, a abstração geral que é o dinheiro, quando se transforma em um processo de compra de bens de produção e força de trabalho não poderá ser feito sem que se reconheça que o processo produtivo só se realiza plenamente no interior de uma ampla rede de determinações, em que a disponibilidade dos elementos básicos dos meios de produção é, somente, um aspecto da questão.

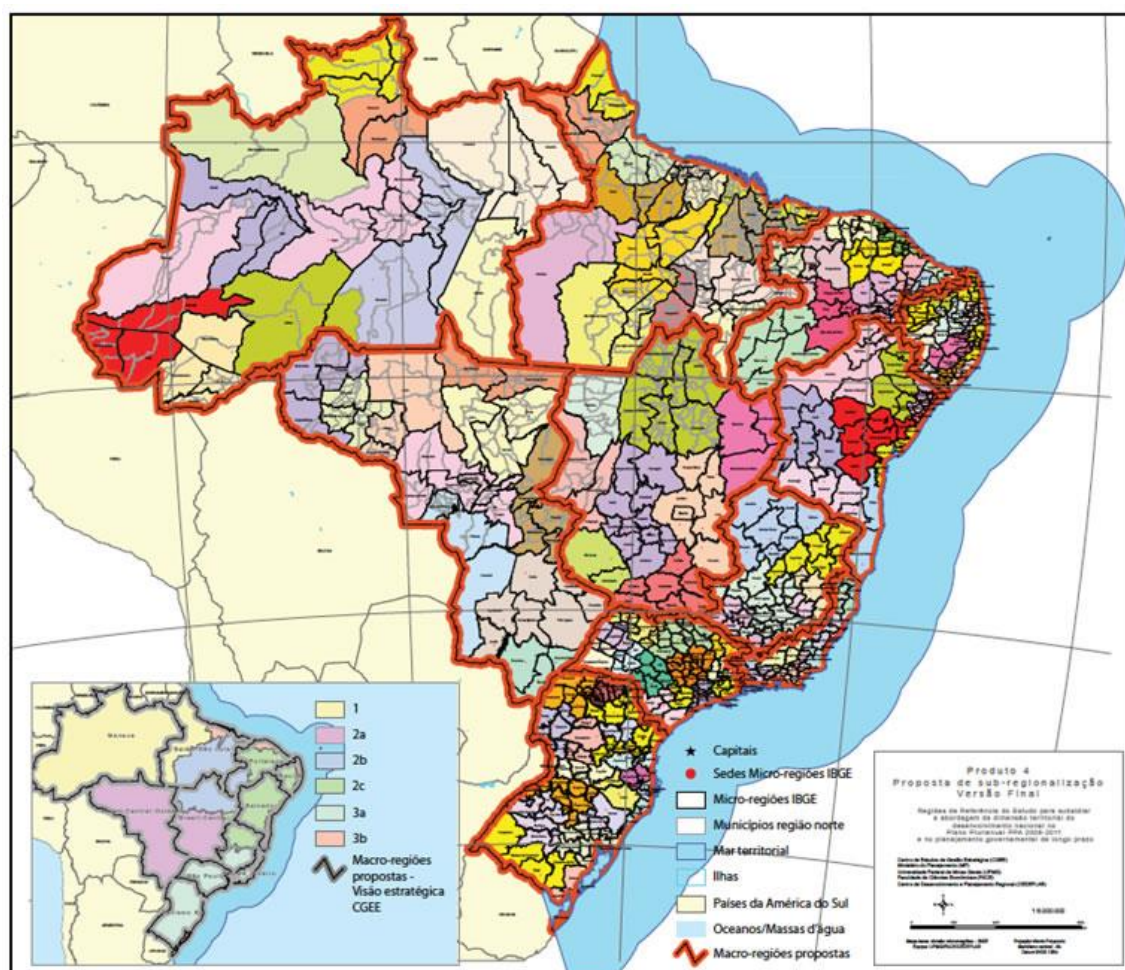


Figura 6 - Sub-regiões

Fonte: Extraída de Brasil (2008, p. 32).

O passo adiante só pode ser dado pela leitura atenta de todos os volumes do *Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento*, disponibilizados pelo Ministério do Planejamento, e o reconhecimento de que o discurso geográfico é o resultado de um determinado tipo de intencionalidade mais ou menos consciente de um sujeito (em qualquer escala). Diferentemente da regionalização típica do IBGE, em que a intenção do sujeito está escondida na aparente inexorabilidade do real (os estados, a floresta, o clima, a indústria) e, portanto, nos obrigando a imaginar que tais regiões se apresentam como um fenômeno de caráter apriorístico sobre o qual deveríamos nos debruçar, descrever, recortar e, talvez, compreender. O Ministério do Planejamento nos diz o que deseja e produz sua leitura explicitando passo a passo o significado de regionalizar.

Bem... terminado o exercício, o que nos resta é fazer o movimento contrário e nos perguntarmos o que queremos saber, do ponto de vista da Geografia, sobre o fenômeno que nos debruçamos. Quem sabe assim acompanhamos a proposição feita por Francisco de Oliveira (2001): radicalidade e especificidade e, mais que isso, quem sabe assim deixamos de lado esse intrincado movimento de categorias vazias de conceito que brilham como as lâmpadas de uma árvore de Natal, certamente enfeitam, mas, de fato, não iluminam.

Referências

AMIN, S. *Classe e nação: na história e na crise contemporânea*. Lisboa: Moraes, 1979.

AMIN, S. *Imperialismo e desenvolvimento desigual*. Lisboa: Vertice, 1977.

BENEDICTO, M.; MARLI, M. Dividir para conhecer: as diversas divisões regionais do Brasil. *Agência IBGE Notícias*, [s. l.], 9 jan. 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/19383-dividir-para-conhecer-as-diversas-divisoes-regionais-do-brasil>. Acesso em: 30 abr. 2024.

BLOCH, E. *Sujeto-objeto: el pensamiento de Hegel*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1985.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. *Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento: Volume I – Sumário Executivo*. Brasília: Ministério do Planejamento, 2008. Disponível em: https://brasil2100.com.br/wp-content/uploads/2023/05/Estudo-da-Dimensao-Territorial_vol_1.pdf. Acesso em: 30 abr. 2024.

COMPARATO, F. K. Saber combinar o específico e o universal. *Revista Lua Nova*, São Paulo, n. 54, p. 97-101, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/tWRDxgghtCHdRddwpYSc5jtt/>. Acesso em: 16 abr. 2024.

DAVIS, M. *Los Holocaustos de la era Victoriana Tardía*. El niño, las hambrunas e la formación del tercer mundo. Valência: Universitat de Valência, 2002.

DIAMOND, J. *Armas, germes e aço*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.

GARCIA, R. L. *Qual o Brasil que vive(re)mos?*. 2012. 163 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

HOBBSBAWM, E. J. *A era das revoluções*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

HOLANDA, S. B. de. *Visão do paraíso*. São Paulo : Brasiliense, Folha de São Paulo, 2000.

LEFEBVRE, H. *O pensamento marxista e a cidade*. Póvoa de Varzin: Editora Ulisséia, 1972.

LENIN, V. I. *Imperialismo Fase Superior do Capitalismo*. São Paulo: Editora Global, 1982.

MARX, K. *Grundrisse*. Manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I. O processo de produção do Capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. *Obras de Karl Marx: Biblioteca de Grandes Escritores*. [S. l.]: Iberia Literatura, 2015. *Kindle*.

MEMORIAL DA DEMOCRACIA. *Conflitos no campo*. 2017. Disponível em: <https://memorialdademocracia.com.br/conflitos>. Acesso em: 15 abr. 2024.

MOREIRA, R. *Formação do espaço agrário brasileiro*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

MOREIRA, R. *Formação espacial brasileira*. Rio de Janeiro: Consequência, 2012.

MOREIRA, R. *O movimento operário e a questão cidade-campo no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

OLIVEIRA, F. Pensar com radicalidade e com especificidade. In: GARCIA, M. A. (coord.). Como pensar?. *Revista Lua Nova*, São Paulo, n. 54, p. 89-95, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/tWRDxghtCHdRddwpYSc5jtt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 abr. 2024.

POULANTZAS, N. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1980.

POULANTZAS, N. *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

RIBEIRO, D. *O povo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, D. *O processo civilizatório*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

SANTOS, D. *Imperialismo e Estado*. 1991. 192 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

SANTOS, D. Uma cartografia para o Imperialismo. *Revista PUC Viva*, São Paulo, ano 6, n. 20, p. 7-13, abr./jun. 2004. Disponível em: https://5a2cc6a1-207d-4153-b779-c5f9395b12ef.filesusr.com/ugd/2a264a_bcc02f3a467d4800813ea31463bb2836.pdf. Acesso em: 2 maio 2024.

SANTOS, D. Um objeto para a geografia. Sobre as armadilhas que construímos e o que devemos fazer com elas. *AGB Nacional*, São Paulo, v. 1, n. 30, p. 27-40, 2008.

SANTOS, D. *et al. Geografia: Ciência do Espaço – o espaço mundial*. São Paulo: Editora Atual, 1987.

SANTOS, D. *et al. Geografia: Ciência do Espaço – o espaço brasileiro*. São Paulo: Editora Atual, 1989.

SANTOS, M. *Por uma geografia nova*. São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, M. *Espaço & Método*. São Paulo: Nobel, 1985.

SILVA, J. B. *Atlas Geográfico do Brasil, leituras da territorialidade e a construção da brasilidade*. 2006. 155 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1981

AUTOR

Douglas Santos

Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Possui mestrado e graduação em Geografia pela Universidade de São Paulo. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Epistemologia da Geografia, atuando principalmente nos seguintes temas: discurso geográfico, ensino de geografia, geografia e cultura.

E-mail: douglassangeog@gmail.com

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/2303571172034936>

Recebido para publicação em maio de 2024.

Aprovado para publicação em agosto de 2024.

Brasil, cidade e campo. Urbano e agrário. Dois modelos, dois caminhos

*Brazil city and countryside. Urban and agrarian.
Two models and two paths*

*Brasil, ciudad y campo. Urbano y agrario. Dos
modelos, dos caminos*

Ruy Moreira

Universidade Federal Fluminense
ruymoreira@uol.com.br

Resumo: Contrariamente ao que dizem os estudiosos e a literatura, o Brasil sempre foi um país urbano. Fato corroborado nos três levantes urbanos – a Inconfidência Mineira, a Conjuração Baiana e a Revolução Praieira – que marcam a transição da colônia para a independência.

Palavras-chave: modelo de desenvolvimento. formação social. revolução urbana.

Abstract:

Contrary to what scholars and literary say Brazil has always been an urban country. A fact corroborated in the three uprisings that mark the transition from colony to independence.

Keywords: development model. social formation. urban revolution.

Resumén: Al contrario de lo que dicen los estudiosos y la literatura, Brasil siempre ha sido un país urbano. Un hecho corroborado en los tres levantamientos urbanos que marcan el paso de la colonia a la independencia

Palabras clave: modelo de desarrollo. formación social. revolución urbana.

Introdução

Já por pelo menos duas vezes, a formação social brasileira experimentou o contexto de uma ruptura de modo e natureza de sociedade: quando do período de auge e declínio do ciclo do ouro no século XVIII-XIX e quando das décadas de urbano-industrialização do século XX. Todas de fases de uma face social urbana.

Em cada uma delas, a solução se dá no embate da face urbana com outra face, esta agroindustrial, dominante, a face agroindustrial vendo a história se mover a seu favor, superando, impedindo e fazendo da luta por ruptura urbana uma história de derrota frente à reafirmação da mesmidade do mesmo, a mesmidade da agroindústria, parodiando o dizer crítico de Monteiro Lobato ao referir-se à natureza constituinte-constitutiva conservadora de nossa sociedade. A primeira deu-se como um interregno entre o ciclo da cana e o ciclo do café, na fase do ciclo do ouro. A segunda, entre o ciclo do café e o ciclo da soja, na fase do que se supunha uma revolução industrial no Brasil.

Este texto é uma reflexão preliminar sobre os eventos da primeira fase. Elo pouco estudado da etapa de passagem da colônia para o Brasil independente. E vista aqui como uma componente orgânica e necessária da transição.

Os intérpretes e a natureza da formação social brasileira

Tornou-se trivial, talvez por conta da reiteração presente em nossa literatura de todos os campos, dizer-se do Brasil um país de tração e origem agrária. Condição de que nossa sociedade só iria se descartar por volta dos anos 1950, quando, mercê à eclosão urbano-industrial – dita de revolução industrial e urbanização – o arranjo estrutural se altera e os valores da ruralidade histórica, seja isso o que for, dão lugar a valores de cunho urbano, como prática e modo de vida do povo.

E, no entanto, o Brasil é um país de passado de sobressaltos e revoluções urbanas, como a Inconfidência Mineira, de 1789, a Conjuração Baiana, de 1798, e a Revolução Praieira, de Pernambuco, de 1848, três rebeliões que têm a cidade por epicentro e o problema urbano como motivo.

E marcam, por cerca de 50 anos, o modo de transição colonial no Brasil. Os cinquenta anos em que o contexto urbano do ciclo do ouro, visto pela literatura como um *intermezzo* entre os ciclos agrários da cana e do café domina, flui em uma total dissonância com uma sociedade de estrutura e natureza agrária. Considere-se que são três acontecimentos têmporo e espacialmente sucessivos e concatenados, margeando o ciclo dos levantes de independência (1808-1822) e de acomodamento dos conflitos de maioria (1840-1850). Período de disputas de presença no bloco de poder em emergência entre as elites, de olho no nascimento e implemento do Estado-nação independente em formação.

A cidade no Brasil

Cidade e fazenda nascem, é preciso que se diga, juntas e acopladas no Brasil. Uma particularidade, mas não uma exclusividade brasileira, dos países de origem no modo de produção colonial, como o de nossa formação. Atributo, como é fácil de se ver na constituição da formação social dos Estados Unidos, das sociedades de formação colonial-escravista.

Em todos os cantos, a cidade é o centro que dá vida social às fazendas isoladas e ensimesmadas em suas autarquias, por isso dispersas territorialmente, o núcleo urbano daí emergindo para atuar como o ponto de aglutinação e encontros, estes em geral relacionados aos dias de festa e cívicos de registro e casamento da população disseminada na igreja e da vida política coordenada pelas Câmaras do Senado nas cidades e regiões de maior porte e importância, a exemplo das cidades litorâneas (DEFFONTAINES, 1944; AZEVEDO, 1970; GEIGER, 1963). E não só no interior. No litoral, são cidades nascidas da combinação de fortalezas, núcleos urbanos e áreas de ocupação agrícola, conjuminados no propósito de defesa, expulsão e povoamento das partes do litoral tomadas pelos franceses, ingleses e holandeses, mesmo espanhóis, os excluídos da partilha do Tratado de Tordesilhas, frutos da contingência, mas ordenadas no mesmo padrão geral de arranjo urbano da colônia, unificadas em suas regras, por baixo, pela Igreja, e por cima, pelo Estado colonial português.

A localização da igreja é o centro da arrumação do arranjo urbano, secundada pelo prédio da Câmara do Senado, demais prédios públicos e das lojas de comércio. Este conjunto formando a referência do sistema de

localizações de que faz parte o alinhamento dos sobrados dos fazendeiros e o arruamento e casario que vão se multiplicando ao redor do núcleo urbano assim formado, quanto mais este se expande e mais o seu espaço se densifica. O prédio da igreja é o ponto de referência do ordenamento, ocupando o horizonte de fundo da ampla praça retangular que se abre diante dela, mais sobranceira ainda onde o sítio é montanhoso ao instalar-se no ponto mais alto, acompanhado do cemitério e da escola, em posição mais discreta, à frente o coreto. Nas laterais da praça, os sobrados, dispostos em linha, residências dos fazendeiros só usadas nas épocas festivas e de reuniões políticas na Câmara, em meio aos quais se instalam os prédios da Câmara, das funções públicas e das lojas de comércio. No centro da praça, em destaque, faz-se erguer o cruzeiro. É o núcleo histórico das cidades remanescentes, e mesmo das originadas mais à frente e recentemente, de onde o centro urbano, ganhando a profusão dos prédios residenciais, lojas de comércio menores e o desenho irregular dos arruamentos, cresce ou entra em estagnação.

Trata-se do modelo geral de cidade da formação espacial brasileira, que se espalha pelo litoral e pelo interior continuamente, aqui e ali se diferenciando no espaço e no tempo segundo a necessidade e modo de organização da relação cidade-fazenda a que está a serviço. Modelo que pode ir pouco além da simplicidade do equipamento urbano básico, como nas áreas de maior rarefação, dispersão e modorra de povoamento da ocupação pastoril, nas quais a cidade cumpre o papel de quebra dos isolamentos e conformação de uma vida social fervilhante nos dias de festa da igreja ou do calendário cívico de eleições da Câmara e cargos públicos, unindo numa mesma sociabilidade a população das fazendas e de policultura dispersas. Ou ganha grande vulto e complexidade, ali onde o cotidiano de vida social é já denso e movimentado em si mesmo, como nas áreas portuárias e de grandes núcleos de cultura de exportação do litoral.

O ciclo do ouro vai dar uma grande infusão e permanência a esta estrutura de vida social intermitente e fragmentária, forjando ampla mobilidade migratória, grande expansão das vias de comunicação e intensa relação de interação comercial e de trocas que levam à multiplicação e consolidação das cidades antigas e ao surgimento e proliferação de povoados, vilas e cidades novas, podendo-se mesmo dizer da constituição

pela primeira vez de uma rede de relações contínuas – ou algo próximo ou equivalente – no território da colônia (GEIGER, 1963). Aqui e ali até mesmo reforçando em modalidade nova a relação cidade-fazenda, de algum modo presente nas áreas de atividade minerária, ou a elas complementares, como numa grande nebulosa de arranjo urbano-rural de espaço.

Desde a forma inicial do arraial, a cidade de mineração, então simples aglomerado urbano provisório, ganha esse caráter de um fato urbano em si (FONSECA, 2011), mobilizando, de um lado, a fazenda – de gado, de grande lavoura e sítios de policultura –, como seu entorno, de outro, a indústria – da indumentária à de ferramenta –, como uma atividade intrínseca. A cidade suprindo-se pela troca externa de produtos alimentícios e produtos industriais sofisticados e pela troca interna de produtos artesanais e agrícolas de sua própria origem. Numa grande diferença do arranjo espacial de caráter autárcito da fazenda agrícola do ciclo da cana (logo a seguir, do café).

O arraial é um aglomerado urbano próprio do momento preliminar da faiscação com que a lavra do ouro se inicia. Uma reunião de habitações precárias, nascidas do imediato da descoberta, que logo são abandonadas e migram para outros pontos, tão logo a faiscação se extingue, o todo do arraial se deslocando e se realocando em múltiplos cantos, ao ritmo das descobertas. Logo, porém, que há melhora da técnica, vinda da própria experiência da mineração e do aperfeiçoamento do conhecimento dos procedimentos de extração, a população se desloca com seus apetrechos e utensílios para os veios fixos e mais ricos das montanhas, fonte originária dos cascalhos de faiscação do médio e baixo curso dos ribeirões, para ir fixar-se em aglomerados urbanos permanentes, densos e complexos de arranjo e equipamentos, o simples arraial dando lugar efetivo à cidade. Nas quais o arranjo urbano padrão da colônia é retomado, aqui, porém, plasmado da circulação da moeda e do dinheiro numa situação reflexa da forma elementar de capitalismo que a metrópole está erguendo.

É essa trajetória de vilas e cidades de vida essencialmente urbana, a que se somam as cidades anteriores, quando não as reorganizam ou revolucionam, que se edificam num grande movimento de riqueza e de vida nas áreas auríferas e então se espalha de Minas Gerais para a Bahia, com efeito sobre Pernambuco e todo o norte (hoje Nordeste), Mato Grosso e

Goiás, que vai formar o pano de fundo das rebeliões urbanas do período de virada dos séculos XVIII e XIX.

Seu arranjo urbano é o mesmo matricial do modelo de cidades da formação social brasileira, suas igrejas, Câmaras, prédios públicos, lojas, sobrados e o largo espectro das ruas e casarios que alongam o espaço urbano em derredor, com a propriedade, porém, da majestade e magnificência da personalidade do ouro. Porém da infinidade de ruelas encimadas de sobrados de todos os tipos e formas que sobem e descem os aclives e declives do sítio que informa o seu desenho, o burburinho intenso do comércio, sua multiplicidade de lojas, e de forma de prestação de serviços, a diversidade humana de escravos, homens e mulheres alforriados, artesãos, militares, sacerdotes, o contraste dos bafejados e dos desposados da sorte, a rica pluralidade de manifestação da cultura e das artes, a irradiação difusa da imprensa, das academias literárias, da camada letrada. E, no contraste, da violência do controle e opressão dos aparelhos locais e coloniais da metrópole, da cidade sempre atropelada pelo fantasma do fisco e do contrabando.

Mais que uma cidade, uma nebulosidade de cidade e caminhos, que se põem em contato entre si no quadrilátero estendido do rio das Mortes, afluente do rio Grande, ao sul, e do rio das Velhas, ao norte, afluente do rio São Francisco, onde estão São João D`El Rei e São José D`El Rei (hoje Tiradentes), num extremo, e Vila Rica de Ouro Preto, Sabará e Caeté, num outro, e uma infinidade de povoados e vilas de permeio. E a rede que transborda para além e leva Vila Rica a emendar, para o sul e a costa leste, com São Paulo e Rio de Janeiro, e a imensidade de cidades do vale Paraíba do Sul espalhadas no caminho do escoamento do ouro em uma capitania e na outra, e, para o norte, a Salvador, via margem direita, e Recife, via margem esquerda, do São Francisco, trazendo o limite das capitanias da Bahia e de Pernambuco até o encontro do limite norte da capitania de Minas Gerais, no alto curso do rio, caminhos da repressão e rebeliões do contrabando.

As cidades e as lutas urbanas

Da fase final da colônia à fase inicial da consolidação monárquica, período de constituição e consolidação da independência, a cidade é territorialmente no Brasil o *locus* das rebeliões que então dominam a transição. Rebeliões que se cruzam, mas se distinguem (incluindo-se a Cabanagem), das várias outras (Abrilada, Setembrada, Novembrada, Balaiada, Sabinada, Farroupilha) que expressam a disputa pela composição do bloco do poder do novo Estado – o Estado independente – e caracterizam todo o transcurso das Regências. E cujo solo de ocorrência é a crescente concentração, seja nas cidades e seja nos campos, do que Maria Sylvia de Carvalho Franco designa “homens livres na ordem escravocrata” (FRANCO, 1983) e Caio Prado Jr. população inorgânica do sistema colonial (PRADO JR, 1961; DIAS, 1989). O crescendo de concentração demográfica que vai formando as cidades populosas do correr das décadas finais do século XVIII e décadas iniciais do século XIX, impulsionadas pelo afluxo migratório da população vinda de dentro e vinda de fora da colônia, mais precisamente de Portugal, atraída pela descoberta do ouro, seja pela oportunidade da exploração aurífera no planalto, seja pela possibilidade de enriquecimento no comércio das cidades dos centros mais povoados do litoral, também bafejadas pela efervecência mineira como Salvador, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo HAHNER, 1993).

Vila Rica de Ouro Preto, a capital da mineração e local de eclosão da Inconfidência Mineira, em 1789, conta perto de trinta mil habitantes por esse período. Salvador, forjada seja pelo ciclo da cana e seja pelo ciclo do ouro, capital da colônia até 1763, quando esta se transfere para o Rio de Janeiro, e local de ocorrência da Conjuração Baiana, em 1798, soma então pouco acima de cinquenta mil habitantes. Recife, até então capital econômica, por conta da centralidade do ciclo da cana, e local de explosão da série de rebeliões que se sucedem, quase num *continuum*, em 1810, 1817, 1824 e, ao fim, a Praieira, em 1848, reúne cerca de quarenta mil habitantes. E o Rio de Janeiro, capital política e centro de comando e escoamento da produção do ouro, pouco menos de cinquenta mil habitantes. O tamanho das cidades é o tamanho potencial dos conflitos. As

condições de vida são precárias e em todas elas surgem os primeiros sinais de reforma urbana, que vão ser a característica da segunda metade do século XIX. A instabilidade econômica e institucional que caracterizam o momento de auge e decadência da produção e exportação do ouro, seja em Vila Rica, seu epicentro, seja nas demais cidades como efeito-reflexo, é o plano de fundo subjetivo e objetivo do que vai acontecer. Afetadas, seja Salvador e seja Recife – excetuada Vila Rica em confronto direto com a máquina de poder de Estado da metrópole –, pela disputa de hegemonia da cidade entre a aristocracia agrária e a aristocracia do comércio, domínio dos portugueses, e daqui a pouco também dos ingleses, seja pelo controle administrativo do governo, permanentemente confrontadas face o crescente endividamento que a aristocracia fundiária acumula com a aristocracia mercantil-financeira. Conflitos que se transferem dessas classes dominantes para o grosso da população, sobre a qual pesa o efeito econômico e social das disputas. Conflitos e confrontos que daí se irradiam para a rede de vilas e cidades espalhadas pelas áreas rurais que as circundam.

Cidades que, de um modo ou de outro, seja por conta da solidariedade territorial da economia aurífera, daqui a pouco também diamantífera, seja pelo compartilhamento dos aparelhos de controle e repressão dos circuitos do ouro, o escoamento, o contrabando, o recobrimento das trocas (geralmente pagas em ouro em pó) que a metrópole espalha pelo caminho, formam um vasto campo de entrelaçamentos, para o qual puxam as vilas e cidade de suas redes territoriais específicas. Trama de laços e reciprocidade de influências espaciais que vão se manifestar em particular nos momentos de levante urbano de cada uma. Trata-se no conjunto de um vasto retângulo que se espraia de sul a norte, com a calha do São Francisco no meio, com vértices em Vila Rica e Rio de Janeiro, além de São Paulo, na parte sul, e Salvador e Recife, na parte norte, cravado de vias e caminhos fluviais, terrestres e marítimos pelos quais estas cidades se interligam, mais intensamente aqui, menos perceptivelmente ali, numa espécie de área core da Colônia. E onde elas formam suas áreas de reticulação própria. Vila Rica, centro nervoso do ciclo do ouro, se espraia pela rede de vilas e cidades do retângulo minerário de São João D`El-Rei, São José D`El-Rei, Barbacena, mesmo Cataguases, no vale e derredor do rio das Mortes e, mais além, Mariana, Congonhas, a própria Vila Rica, e Caeté, no vale do rio das Velhas. Rio de Janeiro, o escoadouro e centro de decisões dos tensionamentos do

circuito do ouro, a que se acrescenta São Paulo, polo gerador, agora antigo, da região mineira logo ultrapassada, na modéstia de sua população (só em 1872 vai registrar trinta mil habitantes), como sede administrativa, e parte, pois, desse roteiro, é o ponto de afluência do escoamento, e ponto de entrada e difusão das importações, seja pelo caminho velho, o caminho do Paraíba do Sul, onde as vilas e cidades da parte ocidental fluminense dividem o espaço com as vilas e cidades da parte oriental paulista, seja pelo caminho novo, onde as vilas e cidades fluminenses se integram agora às vilas e cidades das zonas Sul e da Mata mineiras, via Juiz de Fora, e Vila Rica e Rio de Janeiro têm o palco comum da trama e ocorrência do drama da Inconfidência. Salvador e Recife, as pontas norte da core área, são centros costeiros originários do ciclo da cana atropelado pela chegada do ciclo do ouro, Salvador em uma simbiose com o ciclo da mineração, Recife em sua função geradora do largo espectro nordeste-norte da colônia, ambas ora braços prolongados, em uma direção como noutra, para as regiões das minas, via a calha do São Francisco, Salvador através a margem direita, Recife através a margem esquerda, Minas Gerais, Bahia e Pernambuco se encontrando e dividindo as fronteiras no alto curso do rio.

Aí tudo acontece, se desdobra, no imediato das décadas finais da colônia e iniciais do país liberto, daí os acontecimentos se irradiando para os outros cantos territoriais da colônia. Propagações urbanas, que nesta virada do século XVIII e do século XIX têm por epicentro o triângulo Vila Rica, Salvador e Recife, com o Rio de Janeiro, capital da colônia, depois do império, à sobranceira.

Vila Rica de Ouro Preto é o *locus* de ocorrência da Inconfidência Mineira. Cercada da nebulosa das vilas e cidades do ouro, Vila Rica é o centro vital de uma economia por excelência urbana, a mineração. Embora subordinada, na hierarquia político-territorial da economia agroexportadora da colônia, à centralidade administrativa do Rio de Janeiro, preposto local do poder de mando do Estado colonial português, a que Vila Rica por sua vez presta contas e obediência, é contudo a economia do ouro que tem no seu ventre o centro dinâmico de tudo. Estão no Rio de Janeiro as instituições e os mecanismos de controle dos fluxos da economia aurífera, seja a exportação do ouro e seja a importação de bens de consumo e implementos vindos de fora, e assim os elementos essenciais da região das minas,

estando em Vila Rica, todavia, os elos corriqueiros da vida corrente da economia mineira, e, assim, o habitat da morada e do ciclo das confabulações daqueles que planejam e levam a cabo o intuito da insurreição. Em Vila Rica, não no Rio de Janeiro, transpira-se a tomada de consciência, no dizer de Carlos Guilherme Mota, da ideia da revolução. Se é no Rio de Janeiro que se vive o “estar em situação colonial”, do dizer de Mota, ressonando o discurso-conceito de Vilhena, um intérprete do tempo colonial olhando os levantes do período, é em Vila Rica, todavia, que se vive o espaço da realidade vivida (MOTA, 1989). Vila Rica é uma cidade cercada de outras congêneres, por onde cresce e ressoa em larga escala o burburinho do levante que nela germina. Cidade, e como ela as demais, fortemente adensada entre córregos e montanhas, sobrados amontoados e ruas estreitas e sinuosas, onde as ideias nascem e circulam com rapidez, num raio de propagação pela nebulosa urbana, a um tempo fragmentada e confundida, de cidades que a cerca. As fazendas de gado e monocultura e as ilhas de sítios de policultura ficam ao longe, numa forma de relação cidade-fazenda atravessada pela intermediação voraz de comerciantes que crescem e acumulam grande riqueza nailhargada da busca febril da cidade de meios de subsistência não raro pagos em espécie: o ouro em pó movendo-se como moeda. Salvador, local de ocorrência da Conjuração Baiana, prolonga-se, por seu turno, através a rede de cidades do recôncavo, São Félix, Cachoeira, Santo Amaro, mais longinquamente Feira de Santana e Vitória da Conquista, e, mais distante ainda, Jeremoabo e Jacobina, por onde se espraia o comércio da cidade para dentro e para fora, nas quatro últimas especialmente o comércio de gado, avançando com este, para além, num raio de povoados, vilas e cidades que levam ao rio São Francisco, rumo a suas áreas interiores de mineração e caminho acima até o contato do gado com Vila Rica. Recife, por fim, local de explosão da Revolução Praieira, em 1848, na culminância das rebeliões que explodem de 1710 (Guerra dos Mascates) a 1824 (Confederação do Equador), cercada de engenhos e ponto central de ligação, numa direção, a direção norte, com as capitanias território acima – Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Maranhão – e, noutra direção, para baixo, com as capitanias de Alagoas, então parte do território pernambucano, e Bahia, e até onde os braços do São Francisco levam em direção a Minas, é o ponto de saída e convergência da enorme rede de cidades – Olinda, Igaraçu, Goiana, Água Preta (local da resistência histórica

de Pedro Ivo no vale do Jacuípe), Rio Formoso, Serinhaém, Una, Pau-d`Alho, Narazaré, Bonito, Brejo, Flores –, cenário (ao contrário da Inconfidência, ilhada a Vila Rica, e da Conjuração, ilhada em Salvador) por onde se desenrolam as marchas e contra-marchas da movimentação da Praieira.

A Inconfidência Mineira é a expressão dessa complexidade de vida urbana de Vila Rica, expressa na pauta e composição social dos insurretos. Pauta longamente gestada e que encontra desfecho na reação violenta da Coroa. O alvo dos insurretos, nisso difereindo da Conjuração Baiana e da Revolução Praieira, é diretamente o aparato do Estado colonial português. Trespassado pela forte violência concreta da condição colonial. Uma pauta insurrecional, mais que de protesto à expropriação e taxaço abusiva do ouro. Pauta idealizada pela camada letrada da população urbana, camada vinda das classes sociais mais abastadas formada e lapidada nas instâncias cultas de Lisboa e Coimbra, suas universidades e centros de propagação do iluminismo francês e do republicanismo americano, ressonada em sua divulgação e propostas entre a camada militar, de que Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, é membro graduado, com a patente de alferes, e os sacerdotes, as duas portas de possibilidade de ascensão social de então, mas com pouca entrada e poder de mobilização das camadas populares, a camada intelectualizada e a camada popular convivendo num distanciamento destas que vai facilitar a dissolução e levar ao desbarate do movimento de insurreição no seu nascedouro.

O plano de insurreição propunha um ideário de revolução fortemente influenciado pela agenda de mudanças e o modelo de Constituição da independência americana. Sobretudo, a república, para isso se contando com o apoio da república americana, recém implantada, com cujos representantes os inconfidentes mantinham contato. Propõe-se a independência, a ênfase na industrialização e a república como regime de governo, mantendo-se, entretanto, intocado o regime de trabalho escravo. Atendo-se aos nichos da camada intelectualizada, o plano não vai à frente. É denunciado e desbaratado antes mesmo de eclodir.

A Conjuração Baiana tem similitudes com a insurreição dos inconfidentes, seguindo todavia parâmetros diferentes. Também é pensada e realizada por uma população citadina, a população urbana de Salvador, relacionada aqui a setores das camadas populares e aos problemas sociais

urbanos de uma cidade cabeça-de-ponte de uma economia agrário-urbana que avança capitania adentro. Em particular à rede de vilas e cidades e áreas rurais do recôncavo. Cidade construída sobre um horst, com uma parte alta e uma parte baixa, entre si ligadas por inúmeras ladeiras e becos tortuosos ladeados por sobrados de três e quatro andares, Salvador está afogada em 1797 no acúmulo dos problemas de esgotamento do ciclo da cana e do ciclo do ouro, ambos fortemente presentes nas vilas e cidades do recôncavo e interior são-franciscano, vendo estes problemas se agravando desde a transferência do status de capital da colônia para o Rio de Janeiro em 1763 com pano de fundo nos efeitos dos frequentes embates da aristocracia fundiária do recôncavo e da aristocracia monopolista do comércio com a qual aquela se encontra endividada. E, assim, frente à carestia e elevação do custo de vida que daí deriva e cinde cidade na oposição entre a aliança de classe dominante às voltas com os seus entreveros e a imensa massa da população urbana que se vê como quem paga o elevado preço desse contraditório consorciamento.

A reação vem com os movimentos de protesto mobilizado por artesãos, em particular os alfaiates – de que deriva o nome com que a conjuração ficará conhecida –, militares, sacerdotes e o meio intelectual, com influência crescente nos segmentos distintos da massa popular. São protestos em forma de panfletos e cartazes divulgando a plataforma do movimento e a chamada ao levante que diariamente aparecem colados no frontispício das igrejas e prédios da cidade, e nos postes espalhados pelos lugares de maior movimentação de massa. É uma plataforma que propõe o fim da repressão, a redistribuição da propriedade na cidade e no campo, a independência, a nacionalização do comércio, a abertura das relações de comércio externo, a livre organização de ideias e organização, a justa remuneração de soldados e oficialidade, a abolição da escravatura, a república, semelhantemente à plataforma da Inconfidência, mas com forte influência das ideias da revolução francesa de 1789. Também aqui o movimento não vai além de Salvador. E dos seus proponentes. É descoberto e reprimido antes que ecloda, em 1798, nove anos depois da Inconfidência, com prisões, salga das residências dos insurretos, para que ninguém mais as ocupe, esconjuração de seus descendentes e esquartejamento de seus corpos, espalhados aos pedaços pelas mesmas residências e lugares centrais da cidade, numa selvageria maior que a repressão dos

inconfidentes, também aqui os insurretos buscando o apoio e reconhecimento da França, dos Estados Unidos e da Inglaterra (RUY, 1970).

A Revolução Praieira, por fim, a mais bem sucedida das três, dá-se em Recife, em 1848. No fundo, é a culminância de uma sequência de levantes – 1810, 1817 e 1824 – que partem do Recife para as vilas e cidades de Pernambuco e se espalham pelas províncias (nova nomenclatura das capitanias) – Paraíba, Alagoas, Rio Grande do Norte e Ceará – historicamente ligadas à trajetória de Pernambuco, num movimento nordestino. Levantes que aos poucos se desprendem do caráter nativista e separatista com que se orientam para ganhar com a Praieira a característica de uma revolução de cunho essencialmente social. No que a distingue da Inconfidência Mineira e a aproxima da Conjuração Baiana. O que faz da Praieira uma revolução por excelência urbana e que traz para o âmbito do Recife e do Brasil independente a vaga dos levantes operários que se alastram pelas principais cidades europeias ao longo do ano de 1848. Numa forte semelhança do operariado e da massa popular recifense com os quarante-huitarde dos levantes urbanos europeus (CHACON, 1965; QUINTAS, 1972).

O quadro estrutural da Praieira é no geral o mesmo de fundo urbano-rural da Conjuração Baiana, mas com a propriedade da essencialidade urbana da Inconfidência Mineira. Qual seja, o pano de fundo de conflitos e alianças contraditórias que dá-se entre a aristocracia fundiária açucareira e a aristocracia mercantil e com os mesmos problemas de endividamento e hegemonia conjunta sobre a cidade. Que do Recife se espalha para Olinda e a rede de vilas e cidades que as circundam com seus canaviais, engenhos e conflitos de terra. A aristocracia fundiária que sufoca a população rural. E a aristocracia mercantil de origem portuguesa, a que a abertura dos portos acrescenta os comerciantes ingleses, cujo enriquecimento a torna uma classe mercantil-usurária financiadora da agricultura e da comercialização a taxas elevadas de juros com que mantém a aristocracia fundiária em permanente estado de endividamento. Duas frações de classe dominante que ora se aproximam e ora se distanciam em seu estado contínuo de conflito – conflito que já vem da Guerra dos Mascates de 1710 entre a burguesia mercantil do Recife e a aristocracia fundiária de Olinda e se resolve a favor daquela – e que por cima se aliam num domínio militar e político verticalizado sobre a cidade. Aliança e domínio por cima contra a

qual se volta em aliança por baixo – nisso sobretudo a Praieira se distinguindo da Conjuração e da Inconfidência – uma forte população proletária e uma forte camada de intelectuais que se juntam ao redor de uma plataforma de revolução francamente inspirada na agenda da plataforma de luta dos levantes operários e intelectuais do 1848 europeu (CHACON, 1965; QUINTAS, 1967 e 1972; SEGISMUNDO, 1949) A estrutura de classes é aqui, assim, mais demarcada e mais definida em seu cunho urbano, ainda que erguida sobre o mesmo plano geral do fundo urbano-agrário da Conjuração baiana, e esteja mais próxima do cunho fundamentalmente urbano da Inconfidência Mineira, mesmo que a mineração seja considerada no quadro econômico global da colônia. E dá à Praieira o tom proletário que não vemos na Inconfidência e já aparece num colorido ainda desbotado na Conjuração (é um levante puxado por artesãos).

A gota d'água é a mudança de governo, após um interregno de domínio liberal, mais próximo dos projetos praieiros, que vem com a queda das forças ligadas às reivindicações da massa descontente, e leva à restauração do domínio político da coligação fundiário-mercantil dominante, então temporariamente fora do poder de governo. Restauração aristocrática que provoca uma rebelião que se alastra do Recife à rede de vilas e cidades da área rural. E para além. Mas cuja razão mais profunda é a reação popular ao recrudescimento da precariedade do custo de vida estruturalmente originada da forte combinação da concentração fundiária no campo e concentração mercantil e financeira na cidade. Uma estrutura de asfixia das condições essenciais de vida que Antônio Pedro de Figueiredo, jornalista, estudioso, profundo conhecedor da realidade de Pernambuco, citado por Amaro Quintas, e editor da revista *Progresso*, de forte popularidade na cidade, que assim resume as causas da revolução, olhando para a vertente rural do levante: “Hoje mais de $\frac{3}{4}$ da população de nossa província se acha concentrada à beira do mar e numa profundidade de 10 a 15 léguas; mas lá, quase com poucas exceções todas as terras pertencem a um pequeno número de grandes proprietários que delas cultivam uma mínima parcela e recusam vender o resto. Daí vem que 200 ou 300 dos nossos concidadãos, mais, porventura, vivem em terras de que podem ser despedidos dentro de poucas horas; humildes vassalos do proprietário, cujos ódios, partido político & cia, são obrigados a explorar.

Neste fato da grande propriedade territorial, nesses novos *latifúndia*, deparamos nós a base dessa feudalidade que mantém diretamente, sob jugo terrível, metade da população da província, e oprime a outra metade por meio do imenso poder que lhe dá essa manada de vassalos obedientes”. A que acrescenta, referindo-se agora à vertente urbana: “O comércio grosso-trato exige grandes capitais e por isso se acha nas mãos dos capitalistas europeus. Quanto ao comércio a retalho, que entre nós tem por base o crédito, poderia oferecer preciosas saídas a grande número de nossos concidadãos, ora reduzidos ao papel de solicitadores de empregos públicos, e estão sujeitos ao mais exclusivo monopólio de fato dos antigos colonizadores do país” (QUINTAS, 1967). Por capitalistas europeus, Figueiredo está se referindo majoritariamente aos portugueses, monopolistas do comércio mesmo depois de passadas duas décadas de independência. E por crédito, à forma como a população tem acesso aos meios de consumo necessários, recorrendo à compra a pagar (o clássico expediente do fiado) no pequeno comércio a retalho.

Antônio Pedro de Figueiredo é, por sinal, membro da camada letrada, em geral vinculada à proliferação de jornais que, seja do lado oligárquico e seja do lado insurreto, domina a vida intelectual recifense. Uma camada letrada diferente daquela da Inconfidência Mineira, mais informada na literatura e no pensamento social. Caso do *Diário de Pernambuco*, *Sentinela da liberdade*, *O esqueleto*, *A carranca*, jornais da oligarquia. E *O diário novo*, jornal cuja gráfica localiza-se na rua da Praia, em Recife, e dado esse fato dá o seu nome ao movimento popular e à revolução, *A voz do Brasil*, *A guarda nacional*, *O nazareno*, jornais da oposição liberal e popular, em geral conhecida como a oposição praieira. Além de *O progresso*, a revista, independente, de Figueiredo, mas, ao fim sempre coligada com as posições praieiras. Dois grupos da imprensa que espelham a polarização de classes que acaba por explodir em confronto no dia 7 de novembro, tomando todo o restante de 1848 e por inteiro o ano de 1849, em longos dez meses de escaramuças de rua e de confrontos armados. No que também diferencia a Praieira da Inconfidência e da Conjuração.

Dez longos meses de um movimento que se esparrama pela rede de vilas e cidades da circundância de Recife, envolvendo a massa trabalhadora dos engenhos e popular da cidade de Recife e cidades vizinhas, alargando-

se de Pernambuco para a totalidade do atual nordeste. E onde tremula a bandeira do voto livre e universal, da liberdade de comunicação e expressão, de reunião e de imprensa, do direito geral ao trabalho, da nacionalização do grande comércio e direito de exclusividade do comércio a retalho aos cidadãos brasileiros, da independência dos poderes constituídos, da extinção do poder moderador, da unidade federativa das províncias, da reforma do poder judiciário, da extinção do sistema fiscal e de juros vigente, do fim do recrutamento obrigatório, da abolição da escravatura, da centralidade da industrialização, da república como regime e forma de governo (SEGISMUNDO, 1949; QUINTAS, 1972, 1967). Ancestral da pauta dos levantes operários e urbanos de 1917-1918 em São Paulo e no Rio de Janeiro (BANDEIRA, 2017) e do longo das décadas que se estendem e antecedem o golpe de 1964 e para além (MOREIRA, ([1985] 2013).

O significado dos levantes da transição

Três rebeliões urbanas que têm na Praieira sua forma culminante marcam a transição da colônia à independência, indicando os dois caminhos e modelos implícitos de desenvolvimento da formação social brasileira na virada do século XVIII para o século XIX. O caminho de matiz urbano-industrial, a florado pelo ciclo do ouro e reivindicado explicitamente pela Inconfidência e o caminho de matiz agroindustrial que vem do ciclo da cana e se firma com o ciclo do café como modelo prevalescente. Dois modelos opostos de desenvolvimento e de caminhos que mantêm a formação social brasileira em constante estado de tensão (MOREIRA, 2024).

E é este duplo de caminhos estruturalmente estabelecido que se vê decidindo a eleição presidencial de 2022, marcado pela divisão do país em um megacentro-oeste onde domina a votação no candidato apoiado pela vertente do agronegócio e em um *continuum* alongado das grandes metrópoles do sudeste e faixa do nordeste-norte, onde domina a votação no candidato apoiado pela vertente urbano-industrial, decidida numa eleição marcada pela pequena margem de vitória desta última. Lembrando, porque no fundo de mesma origem, o acossamento constante da primeira, como se viu nos levantes de 1789-1848. Como numa afirmação rediviva dos conflitos de transição da independência, na qual a vertente agroindustrial ao fim e ao cabo prevaleceu. E aqui ameaça em tom permanente. Espectros

de uma estrutura que explica o traço de um país de formação inacabada e tem nas cidades atravessadas pelo contraste da riqueza e pobreza sua expressão contundente.

Referências bibliográficas

- AZEVEDO, Aroldo de. A cidade. In: AZEVEDO, Aroldo de (org). *Brasil, a terra e o homem. A vida humana. Volume II*. São Paulo: Editora Nacional/Editora da Universidade de São Paulo, 1970.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O ano vermelho. A revolução russa e seus reflexos no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 4ª. edição, 2017.
- CHACON, Vamireh. *História das ideias socialistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1963.
- DIAS, Maria Odilia Leite da Silva. Impasses do inorgânico. In: D'INCAO, Maria Ângela (org). *História e ideal. Ensaios sobre Caio Prado JR*. São Paulo: Editora Brasiliense/UNESP, 1989.
- DEFFONTAINES, Pierre. Como se constituiu no Brasil a rede de cidades. Rio de Janeiro: *Boletim Geográfico*, ano 2, nos. 14 e 15, IBGE, 1944.
- FONSECA, Claudia Damasceno. *Arraiais e vilas d'el rei. Espaço e poder nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Kaitós Livraria Editora, 1983.
- GEIGER, Pedro Pinchas. *Evolução da rede urbana brasileira*. Rio de Janeiro: CBPE-INPE/MEC, 1963.
- HAHNER, June E. *Pobreza e política. Os pobres urbanos no Brasil – 1870/1920*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- MOREIRA, Ruy. *O movimento operário e a questão cidade-campo no Brasil*. Classes urbanas e rurais na formação da geografia operária brasileira [edição reescrita de O movimento operário e a questão cidade-campo no Brasil. Estudo sobre sociedade e espaço. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1985]. Rio de Janeiro: Consequência, 2013.
- *Brasil, espaço e tempo*. São Paulo: Editora Contexto, 2024.

MOTA, Carlos Guilherme. *A ideia da revolução no Brasil (1789-1801)*. São Paulo: Cortez Editora, 1989.

PRADO JR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. Colônia. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961.

QUINTAS, Amaro. *O sentido social da revolução praieira. Ensaio de interpretação*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1967.

_____. O Nordeste: 1825-1850. A revolução praieira. In: HOLANDA, Sérgio Buarque e CAMPO, Pedro Moacir (orgs). *História da civilização brasileira Tomo II*. Volume 4. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.

RUY, Afonso. *A primeira revolução social brasileira (1798)*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1970.

SEGISMUNDO, Fernando. *História popular da revolução praieira*. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1949.

AUTOR

Ruy Moreira

Doutor em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo-USP e Doutor Honoris Causa pela Universidade Estadual do Ceará-UECE. É graduado (licenciado e bacharel) em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ, mestre em Geografia por esta mesma Universidade. Dedicado a questões de ontologia e epistemologia da geografia e da singularidade do país-total Brasil, seu objeto real de pesquisa é o encontro de uma teoria geral da geografia e de uma teoria geral do Brasil que esclareça, por sua geograficidade, o segredo recôndito do enigma Brasil, sua pluralidade, estrutura e significado.

E-mail: ruymoreira@uol.com.br

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/6590336518796945>

Recebido para publicação em maio de 2024.

Aprovado para publicação em agosto de 2024.

Mundo da sustentabilidade e a produção da natureza no Brasil

*The world of sustainability and the production of
nature in Brazil*

*El mundo da sostenibilidad y la producción de la
naturaleza em Brasil*

Edvaldo Cesar Moretti

Universidade Federal da Grande Dourados
edvaldomoretti@ufgd.edu.br

Bruno Ferreira Campos

Universidade Estadual do Oeste do Paraná
bruno.campos4@unioeste.br

Angélica Maiara Pivatto Mader

Universidade Estadual do Oeste do Paraná.
Programa de Pós Graduação em Geografia
angelicapivatto@hotmail.com

Resumo: O objetivo do artigo é refletir sobre a configuração das práticas hegemônicas no Brasil ante a realidade produzida pelo mundo da sustentabilidade, que é a sustentabilidade do ponto de vista do mercado, e sobre como isto tem atualizado a produção da natureza no país. A metodologia utilizada foi de caráter bibliográfico e de análise documental, mas sobretudo pautada no olhar para os territórios da sustentabilidade que são produzidos como parte da territorialização do capital, com ênfase nos projetos relacionados à transição energética, em termos práticos, se deu a partir da discussão acerca de qual é o significado da produção da natureza no Brasil. Articulado a isto, no que diz respeito ao significado contemporâneo de regulação ambiental do uso do território, foi discutido como as práticas de sustentabilidade participam da produção da Geografia do Brasil, com destaque para o caso de

alguns projetos no estado de Mato Grosso do Sul, vinculados diretamente à denominada transição energética.

Palavras-chave: mundo da sustentabilidade. Natureza. Geografia do Brasil.

Abstract: The objective of the article is to reflect on the configuration of hegemonic practices in Brazil in light of the reality produced by the world of sustainability which means sustainability from the market's point of view, and how this has updated the production of nature in the country. The methodology used was bibliographic and documentary analysis, but above all it was based on the view of the territories of sustainability that are produced as part of the territorialization of capital, with an emphasis on projects related to the energy transition, in practical terms, this was based on the discussion about the meaning of the production of nature in Brazil. Linked to this, with regard to the contemporary meaning of environmental regulation of land use, it was discussed how sustainability practices participate in the production of Brazilian Geography, highlighting the case of some projects in the state of Mato Grosso do Sul, directly linked to the so-called energy transition.

Keywords: world of sustainability. nature. Geography of Brazil.

Resumén: El objetivo del artículo es reflexionar sobre la configuración de las prácticas hegemónicas en Brasil frente a la realidad producida por el mundo de la sustentabilidad, lo que significa sustentabilidad desde el punto de vista del mercado, y cómo esto ha actualizado la producción de la naturaleza en el país. La metodología utilizada fue de carácter bibliográfico y de análisis documental, pero sobre todo basada en mirar los territorios de sostenibilidad que se producen como parte de la territorialización del capital, con énfasis en proyectos relacionados con la transición energética, en términos prácticos, surgió de la discusión sobre cuál es el significado de la producción de la naturaleza en Brasil. Vinculado a esto, en relación con el significado contemporáneo de la regulación ambiental del uso del territorio, se discutió cómo las

prácticas de sostenibilidad participan en la producción de la Geografía de Brasil, con énfasis en el caso de algunos proyectos en el estado de Mato Grosso do Sul, directamente vinculado a la llamada transición energética.

Palabras clave: mundo de la sostenibilidad. Naturaleza. Geografía de Brasil.

Introdução

Desde meados do século passado, está em construção a ideia de crise ambiental, que hegemonicamente significa o entendimento de que é resultado do uso inadequado das técnicas produtivas na transformação da natureza. No século XXI, o entendimento e a vivência com a crise ambiental estão consolidados e internalizados no modo de produção capitalista e em suas formas de apropriação do produzir, do consumir, e do descartar. Afinal, desde a Conferência de Estocolmo (1972), um marco do debate e práticas envoltas à questão ambiental, já se passaram 50 anos nos quais este aspecto tem demonstrado força para delinear modelos de desenvolvimento capitalista e, em sua esteira, produzir um conjunto de reestruturações produtivo-territoriais.

A construção da chamada crise ambiental tem como consequência a produção de propostas de superação dos problemas gerados pelos desequilíbrios nos ritmos ambientais. Além disso, considerando que os problemas são gerados pelo uso inadequado de técnicas, as soluções estão baseadas na produção de novas técnicas, que teoricamente teriam menos impactos no ambiente considerado natural (Zhour et al., 2005).

Esse processo de produção de soluções técnicas para a crise ambiental é acompanhado da implantação de normativas legais e éticas na tentativa de estabelecer uma ordem sustentável nas relações sociais. Este quadro produz o “mundo da sustentabilidade mercantil”, que direciona projetos e ações do aparato empresarial e estatal de forma hegemônica com o significado de reproduzir segmentos do capital. Por outro lado, parcelas da sociedade, de forma organizada, realizam práticas produtivas consideradas como sinais de alternativas ao modelo hegemônico de produção. São comunidades organizadas voltadas para a produção de alimentos, para a coleta de vegetais, para o manejo de florestas, para a produção de moradias, entre outras práticas com interesse na sustentabilidade socioambiental. De alguma maneira, estão inseridos no mundo da sustentabilidade, também mercantil, mas na perspectiva de superação e da produção de um outro mundo. Infelizmente, na contradição, a pretensão do “mundo da sustentabilidade mercantil” em driblar o quadro de desajuste entre sua política de uso da natureza e as limitações para sua

reprodução em escala ampliada, com sua adesão de novas técnicas e mercadorias, produz uma realidade que compromete as condições de realização das práticas produtivas alternativas ao modelo hegemônico de produção.

Desta feita, constata-se que o processo de produção do mundo da sustentabilidade está em disputa. Por um lado, existe o modo hegemônico interessado na geração de riqueza mercantil e na apropriação privada da riqueza. Por outro lado, há comunidades organizadas que realizam experiências produtivas interessadas na valorização das pessoas enquanto objetivo do fazer.

No caso brasileiro, historicamente alicerçado na produção da natureza enquanto recurso primário para geração de riquezas, voltadas a atender a reprodução e acumulação de capitais aos grupos empresariais das sociedades-Estados centrais da economia-mundo (Wallerstein, 1979), as sucessivas formas de divisão territorial do trabalho costuraram produções de geografias com efeitos desiguais na distribuição das oportunidades de emprego e renda, do custo de produção e na desarrumação socioambiental. Ou seja, no Brasil, o quadro da questão ambiental se apresenta como resultado do processo da nossa formação histórica, bem como sua inserção no conjunto global.

Ao considerar este cenário, na atualidade o país se encontra diante de uma miríade de políticas privadas e públicas, emanadas das institucionalidades de Estado e, ao mesmo tempo, das práticas de mercado, tendo por base a temática ambiental e suas sub-temáticas correlatas. Circunscritas, em escala ampla, no âmbito da paradiplomacia global, localmente a produção de tais normativas se dá entrelaçada aos significados e interesses delineados no quadro histórico com que a natureza tem sido produzida no país.

Como exemplo destas contradições, podemos citar a presença insistente e crescente de situações complexas, como a produção agro-mineral, que se constitui como a tônica da formação histórico-material do Brasil e da sua desarrumação socioambiental. Estes mesmos entes empresariais se apresentam, na atualidade, enquanto portadores de ideias e práticas que, sob uma roupagem discursiva de sustentabilidade ambiental,

levarão a reversão do quadro de desarrumação socioambiental com o qual nos defrontamos.

Então, a produção da natureza configura-se sob novas formas de fronteira financeira. Temos, como exemplo, o caso da transição energética¹, que é objeto específico neste texto. A sua realização tem produzido, contraditoriamente, o alargamento dos processos da agro industrialização de base concentradora de terras e de renda, que dilapida a natureza do conjunto diverso, das grandes extensões de áreas que conformam o espaço brasileiro.

No caso do estado de Mato Grosso do Sul, no Centro-Oeste brasileiro, está em curso um processo vultuoso, com algumas situações mais antigas, com cerca de duas décadas, e outras mais recentes, de instalação de plantas de indústrias sucro-energéticas, indústrias de etanol a base de milho e sorgo, bem como beneficiamento de seus derivados, e plantas de indústrias de celulose e papel. Todos os projetos desse estado têm em comum processos industriais de mudanças nas fontes para geração de energia. Sendo assim, estes projetos estão fundados no uso de biomassa como sua principal matéria-prima, utilizam-se de subprodutos de suas matérias para co-gerar energia para uso interno à planta e disponibilizar o excedente de energia gerada no Sistema Interligado Nacional (SIN)².

¹ Corroborando outros autores (Mccarthy, 2015; Traldi, 2019), entendemos neste texto esse processo como parte do conjunto de novas estratégias e tecnologias para apropriação e utilização da natureza, criadas pela dita “economia verde” com intuito de cumprir a tarefa de “salvar” a economia mundial. Neste conjunto de novas estratégias e tecnologias para apropriação e utilização da natureza, para a produção de itens enquanto mercadoria, a implicação destas mudanças nas formas de produção de energias tem lugar especial, uma vez que estamos falando da produção de uma das condições fundamentais para a produção de todas as outras coisas. Grosso modo, a “virada” para a produção desta condição tem-se dado no sentido de paulatinamente abandonar as energias geradas a partir de fontes não renováveis, notadamente os combustíveis fósseis (hidrocarbonetos), e aderir a fontes para produção de energia que sejam renováveis. Essas fontes envolvem, a saber: a biomassa, o potencial eólico, o potencial solar, a própria água, na eletrólise para extração do hidrogênio visando a produção da energia a partir de hidrogênio verde, dentre outros.

² O Sistema Interligado Nacional - SIN é um sistema hidrotérmico de grande porte para produção e transmissão de energia elétrica, cuja operação envolve modelos complexos de simulações que estão sob coordenação e controle do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, que, por sua vez, é fiscalizado e regulado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL (Disponível em: <https://www.ana.gov.br/sar/sin> . Acessado em: 02 de setembro de 2024).

Desse modo, o estado de Mato Grosso do Sul aparece como a única das unidades federativas brasileiras a ter a Biomassa como sua principal base geradora de energia (Figura 01).



Figura 01 - Principal fonte de energia de cada estado do Brasil.

Fonte: Anuário Estatístico de Energia Elétrica – 2021 – EPE/MME (epe.gov.br), ANEEL, Absolae, ABEEólica (Dados 2022/ Janeiro, 2023).

Apesar de não ser foco específico neste texto, merece destaque, também, o caso dos estados do Nordeste brasileiro (Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte e Bahia), com a implantação de parques eólicos, na modalidade *onshore* e *offshore*. Nesses estados, destaca-se um conjunto de projetos já instalados no continente (*onshore*). Também há uma miríade de outras propostas para instalação na forma de *offshore*, com base no aproveitamento da força do vento que sopra em alto-mar (Traldi, 2019).

É produzido no Brasil o discurso de sustentabilidade que cria um território inserido no que é considerado moderno no processo de reprodução do capital. O país que carrega em seu nome a produção social

da natureza, em alusão a extração do Pau Brasil, que foi a primeira base para a produção da riqueza destinada a metrópole portuguesa, tem vivido neste momento a sua mais recente atualização no contexto de produtor social da natureza, que gera riquezas a partir de fontes primárias. Trata-se de iniciativas que são parte do movimento de transição energética, delineadas como nova fronteira da acumulação capitalista, ao passo do aprofundamento das contradições na medida em que se dá a territorialização do mundo da sustentabilidade mercantil como será tratado, mais adiante, no caso sul-mato-grossense em específico.

Partindo destas premissas, o objetivo geral deste artigo é discutir como são configuradas as práticas hegemônicas no Brasil ante a realidade produzida pelo mundo da sustentabilidade mercantil, e como isto tem atualizado a produção da natureza no país. Em termos práticos, sua realização se deu a partir de abordagem do caráter histórico-material da produção da natureza no Brasil. No que diz respeito ao significado contemporâneo de regulação ambiental do uso do território, este estudo discute como as práticas de sustentabilidade participam da produção da Geografia do Brasil, com destaque para o caso de alguns projetos do estado de Mato Grosso do Sul, vinculados diretamente à denominada transição energética.

A metodologia utilizada foi de caráter bibliográfico e de análise documental, sobretudo pautada no olhar para os territórios da sustentabilidade que são produzidos como parte da territorialização do capital, centrados na contradição que se abre, uma vez que há outros territórios que também são tomados pelo âmbito da sustentabilidade, mas do ponto de vista de suas práticas socioespaciais concretas são de fato mais sustentáveis, pois possuem outra relação com a natureza. Estes, em muitos casos, estão sendo postos em risco ante a hegemonia dos projetos de sustentabilidade do capital.

Significados e interesses da produção da natureza no Brasil

Marilena Chauí (2001) indica que o Brasil é, no seu processo de constituição, idealizado como um “gigante pela própria natureza”, com

alusão às matas, ouro e rios. A presença em abundância desses recursos no território brasileiro é historicamente usada para alimentar o espírito de grandeza. Esse é um ufanismo construído a partir de um significado de natureza, que consistiu desde então em argumento para constituição do caráter fornecedor de matéria-prima como essência de nossa economia. Para Chauí (2001), obteve-se disso, majoritariamente, uma imagem representativa de que a grandeza do território foi um feito da bravura heroica do Bandeirante, da nobreza de caráter moral do pacificador Caxias, e da agudeza fina do Barão de Rio Branco, consolidador de toda extensão da fronteira em que havia imbróglios.

Essas são grandiosas imagens do país que se alimentam e são alimentadas por seu próprio povo. Diante disso, tem-se que, de um lado, o país é “um dom de Deus e da Natureza”, o que desmonta a necessidade objetiva de tomar para si que a história é delineada pelo conjunto das ações das pessoas e de suas práticas sociais e políticas. De outro lado, há a construção da perspectiva de “um povo pacífico, ordeiro e generoso, alegre e sensual, mesmo quando sofredor”, é consolida a ordem de que somos produtos de Deus e da Natureza, com o destino delineado previamente pelo nosso dom neste mundo.

Além disso, Chauí (2001) menciona que se destaca como aspecto ideológico de arranjo das práticas sociais forjadas historicamente no país, a ideia de que se está diante de um local acolhedor para todos os que nele desejam trabalhar e ainda que aqui só não melhora e só não progride quem não trabalha, não havendo discriminação de classe e sim um repúdio da vagabundagem, que é difundido como a mãe da delinquência e da violência. Trata-se da ideologia do trabalho como máscara das desigualdades engendradas nos arranjos espaciais históricos de acumulação capitalista aqui soerguidos, configuradores de desigualdades regionais. Essas desigualdades são tratadas como resultado das diferenças dos aspectos da natureza presente em cada região. O Brasil estaria, por isso, destinado a uma pluralidade econômica e cultural, sendo então o “país dos contrastes” regionais.

Ante essa constatação, Chauí (2001) avança na análise e destaca que nessa forma de pensar e de olhar o Brasil, *o que é diagnosticado para o caso brasileiro é a falta de progresso, e que o caminho para a superação dos*

problemas é a modernização. Esta ideia oculta a condição do Brasil como partícipe histórico da Divisão Internacional do Trabalho, que localmente se expressa em problemas relativos ao patrimônio da terra-natureza, sob o qual lastreia-se grande parte do poder das classes dominantes do país.

Após refletir sobre o Brasil e sua ideologia própria de natureza, é preciso ater-se ao período da história nacional que antecede a tentativa de estabelecer uma ordem sustentável nas relações sociais com as primeiras vivências e as primeiras práticas locais de implantação de normativas legais e éticas. Este período consistiu no que ficou denominado de nacional-desenvolvimentismo (1930-1960), que ficou marcado pela capacidade da nação de forjar o consenso e ocultar conflitos, tensões, contradições, na passagem da “dependência consentida” para a “dependência tolerada” (Becker e Egler, 2003). A classe dominante, dependente dos países centrais industrializados para obter equipamentos, tecnologia e financiamentos, julgou esta situação momentânea, e que seria superada com a industrialização que elevaria o Brasil a categoria de país desenvolvido.

Segundo Neder (2002), a origem de algum tipo de normatização ambiental do uso territorial no Brasil se dá concomitante a esse impulso dos primeiros processos mais sistemáticos do desenvolvimento nacional forjado pela industrialização tardia, por substituição de importações. Segundo esse mesmo autor, a regulação pública ambiental no Brasil teve seu marco inicial nos anos de 1930, com a coalizão de forças políticas industrialistas, classes médias e operariado urbano, que deu origem à Revolução de 1930 e ao modelo de integração (nacional e societária). Após os anos 1930, grande parte da história brasileira ficou marcada pelo controle federal sobre uso e ocupação do território e da sua natureza enquanto recurso, porém, com uma lógica de disputa de hegemonia entre as forças políticas e elites econômicas locais (Neder, 2002).

Na segunda metade do século XX houve um ápice da perseguição e do estrangulamento do *Welfare state* (Estado de bem-estar social) e, assim, do sonho americano (*American Dream*). Nesse contexto, a civilização ocidental, capitaneada pelas nações centrais, responsáveis pela sua invenção e pelo seu controle, encontraram-se diante de um conjunto de dilemas.

A Conferência de Estocolmo, de 1972, foi realizada entre Estados-nações e com a participação de organizações não-governamentais. Nessa época, os maiores problemas ambientais discutidos entre os países desenvolvidos orbitavam em torno da intensificação do uso da natureza enquanto recurso por tecnologias sofisticadas, alto consumo energético e do desperdício e acúmulo de resíduos por consumo de bens industrializados. Já para o caso dos países subdesenvolvidos, os problemas ambientais consistiam em problemas demográficos, pobreza, e exaustão das terras (Neder, 2002)

Desde então, tem-se intensificado a transformação dos significados da natureza dos países da periferia e semi periferia da economia-mundo (Wallerstein, 1979; Becker e Egler, 2003) para fonte inesgotável de recursos para essa modernização sob o desenvolvimento sustentável³, enquanto novo tipo de modelo produtivo. Este movimento, na atualidade, se expressa e se autodenomina como “economia verde” e tem sido responsável por concretizar nos lugares uma gama de reestruturações produtivo-territoriais.

Segundo Becker e Egler (2003), no caso em específico do Brasil, “a potencialidade de recursos se amplia pela disponibilidade de espaço útil, decorrente de sua posição geográfica”. Isso se dá uma vez que o Brasil representa dois terços da América Latina e é o maior de todos os países dessa região do continente localizado na faixa intertropical⁴. Cabe destacar que essa grande reserva de terras agricultáveis e valorizadas no mercado é considerada como demanda para apropriação pelo capital. Ela coincide, em grande parte, com as terras amazônicas, visto como um lugar singular e com riquíssima biodiversidade, e com o Cerrado, representado, de modo ideológico e, ao mesmo tempo, prático, como um celeiro agrícola para a

³ Essa ideia, como bem assevera Oliveira (2011), apócrifa, apátrida e atemporal, que se mostra enigmática e frágil, mas que vem cooptando inúmeros defensores e entusiastas, tem sido delineada desde a própria Conferência de Estocolmo (1972) – *Relatório Meadows* –, mas foi firmada mesmo no Relatório de Brundtland (Nosso Futuro Comum), em 1987, e consagrada durante a Eco (Rio) 92 (*Agenda 21*). Causa, no mínimo, curiosidade e exige de nós, de modo cada vez mais urgente, esforços para melhor compreender em torno de sua gênese, seus pressupostos e significados interpretativo-teórico e concreto-material.

⁴ Sobre a questão de o Brasil consistir no maior país do sul-global na faixa tropical do planeta Terra, e o conjunto de possibilidades e contradições que isso nos lega no atual contexto mundial, ver Vasconcellos e Vidal (2001).

produção de alimentos, nos ditames da Revolução Verde⁵, em que há uma subordinação interna (que cede terras, recursos climáticos) pelo externo (sofisticação dos insumos necessários para produzir); e para a geração de novas fontes de energia renovável, vide o caso da biomassa que ali tem passado a ser produzida.

O Estado brasileiro e suas expressões pormenorizadas, que são os seus entes federativos, encontram-se muito marcados pela questão da “economia verdade” enquanto nova fronteira da acumulação capitalista em âmbito global. É notável que, ante as movimentações do governo e da diplomacia nacional, o país busca e já possui lugar especial nesse processo mundial de incorporação da crise ambiental ao processo de reprodução do capital. Isso, por exemplo, culminou com a realização da Conferência Mundial do Meio Ambiente no Rio de Janeiro em 1992 e com a indicação e efetivação da realização da COP-30 (30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima) em Belém do Pará, no ano de 2025.

Como efeito do aquecimento global, que representa um exemplo extremo da produção da natureza como uma das grandes contradições do capital, tem ocorrido um adensamento e um conjunto maior de ideias e sobretudo de práticas em torno da transição energética. Essa não representa necessariamente uma transição completa do uso de fontes de energia da matriz finita e altamente poluidora - como é o caso dos combustíveis fósseis e sua liberação de carbono-, para uma matriz energética de fontes renováveis (energia hídrica, de biomassa, energia a base de hidrogênio, dentre outras). Um demonstrativo disso é o fato de que, apesar das energias renováveis e toda a ampla pauta ambiental ocupar destaque na geopolítica global, os combustíveis fósseis seguem sendo o mote de um conjunto amplo de acordos governamentais, de mercado e, sobretudo, de conflitos, muitos deles bélicos.

⁵ Trata-se de “[...] um programa que tinha como objetivo explícito contribuir para o aumento da produção e da produtividade agrícola no mundo, através do desenvolvimento de experiências no campo da genética vegetal para a criação e multiplicação de sementes adequadas às condições dos diferentes solos e climas e resistentes às doenças e pragas, bem como da descoberta e aplicação de técnicas agrícolas ou tratamentos culturais mais modernos e eficientes”. (Brum, 1988, p. 44).

As práticas ditas sustentáveis configuram-se, de modo muito próprio, enquanto o mundo da sustentabilidade mercantil. Trata-se de um grande nicho de mercado que gera também um conjunto amplo de contradições na sua constituição. O Estado brasileiro, sob comando do governo Luiz Inácio Lula da Silva III (2023-2026), participa desse processo na forma de oportunidade para inserção no mercado internacional. Diante disso, o Brasil tem se colocado como um vendedor de energia “limpa”, ou seja, um grande exportador para as nações centrais do capitalismo global, com expressiva presença no mercado da transição energética, como nova fronteira de acumulação capitalista. Para realizar tais reflexões, este artigo volta o olhar, também, para situações práticas, em que todo esse ideário e, sobretudo, projetos da esteira da sustentabilidade ambiental mercantil têm se concretizado, com destaque para o caso sul-mato-grossense, no Centro-Oeste brasileiro.

Transição energética- nova fronteira de acumulação do capital: o caso de Mato Grosso do Sul como parte e expressão da totalidade brasileira

Como já destacado neste texto, desde a passagem da década de 1960 para a década de 1970, o ideário e as práticas relativas ao modo de produção capitalista sofreram algumas transformações decorrentes da intensificação e da mudança na forma da inserção da temática ambiental enquanto preocupação nas grandes conferências internacionais. É preciso destacar que isto se deu como resultado da movimentação política de agentes estatais e do mundo corporativo (Neder, 2002). Quando da realização da Conferência de Estocolmo (1972), a economia mundial experimentava um *boom* industrial pós-segunda guerra. Além disso, nesse contexto, a emissão de CO₂, junto aos demais gases que provocam o agravamento do efeito estufa devido ao processo de queima dos combustíveis fósseis, passou a ser identificada, socialmente, como uma ameaça e, economicamente, como uma oportunidade de novas possibilidades para a reprodução ampliada do capital.

Desde então, a ideia da necessidade de se buscar fontes alternativas de energia, as chamadas energias limpas, renováveis, sustentáveis, dentre

outras tantas terminologias possíveis, passou a dominar o pensamento e a ideologia dominante. Nesse contexto, passou a ganhar força o *lobby* internacional a favor da produção da energia derivada de biomassa como uma das fontes de energia alternativa. Propalada como uma energia verde e sustentável, os defensores dessa fonte realçam como justificativa de sua promoção o fato de seu impacto ser quase nulo em relação à emissão de gás carbônico (CO₂) para a atmosfera. Porém, os problemas de insustentabilidade não se restringem apenas à diminuição da emissão de gás carbônico na atmosfera, e a importância disso no controle das alterações no efeito estufa.

A produção de energia de biomassa é defendida como substituta direta da fonte combustível de base fóssil (Petróleo, Gasolina, Carvão Mineral, Gás Natural, etc.), que possui densidade energética superior (Figura 2). Para atingir a produção da biomassa demandada sob a escala e ritmo produtivo necessário que mantém e amplia a produção de mercadoria, e assim ser competitiva, a produção de energia de biomassa tem necessidade de incorporar imensas áreas de plantio, de modo a compensar o déficit energético. Portanto, apesar do discurso da sustentabilidade no uso da biomassa para geração de energia, contraditoriamente, o estímulo a este setor produtivo provoca grande impacto ao incorporar novas áreas para produção. Essa incorporação de terras tem sido feita por meio da conversão de pastos e áreas “degradadas”, do desmatamento de áreas florestadas e, sobretudo, da incorporação de terras antes destinadas à produção de alimentos por pequenos proprietários.

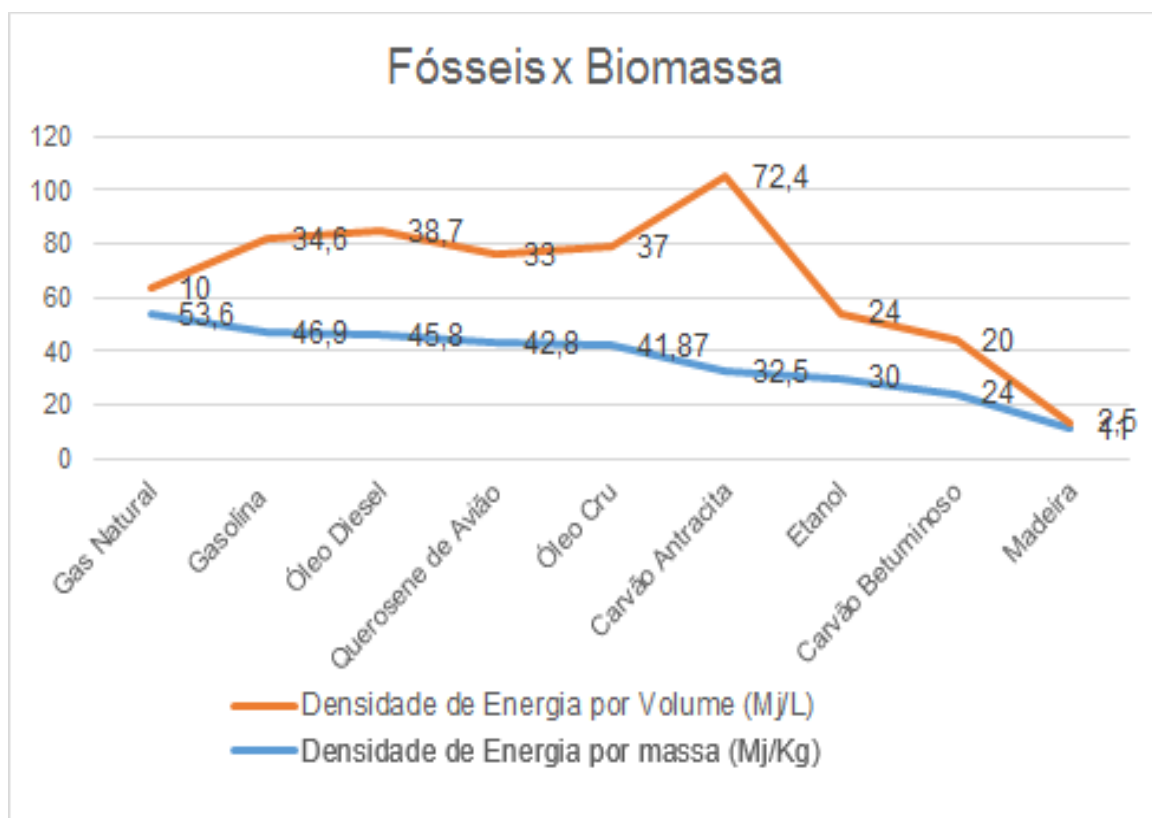


Figura 2 - Tendência à queda da Densidade Energética (Mj) da base fóssil em relação à base de biomassa

Fonte: Fonte: KNOWLEN e cols., 1988. Adaptado pelos autores.

Embora seja possível uma transição energética completa na direção do uso de fontes renováveis de energia do ponto de vista técnico, como afirmam um conjunto de autores (Pacala e Socolow, 2004; Jacobson e Delucchi, 2011; e Delucchi e Jacobson, 2011), e uma propaganda maciça no sentido de construção de um discurso sustentável (Figura 3), é preciso destacar que este movimento significaria um feito enorme em termos materiais, no que diz respeito, principalmente, a demanda por áreas, mas, não só, também significaria uma maior demanda por mão de obra, despesas e coordenação logística.



Figura 3 - Caso da Bracell, em Lençóis Paulista/SP: empresa cogeradora de energia elétrica à base dos subprodutos da matéria-prima de biomassa.

Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=3paB6-5Xm8U>

Todas as fontes para produção da energia de biomassa apresentam déficit, em termos de densidade energética, em comparação com a densidade dos combustíveis fósseis. Como já discutido anteriormente neste texto, esse déficit exige a expansão progressiva do uso de terras para esse tipo de produção, o que demanda vastas áreas para que a energia seja produzida. Isso, necessariamente, envolve discussões sobre a questão fundiária, tão complexa quanto diversa no contexto do mundo e de modo especial no Brasil. Especificamente, no caso do estado de Mato Grosso do Sul, ocorre a expansão progressiva sobre as áreas de cultivo agrícola e a ocupação de áreas florestadas no estado, com destaque para ampliação de áreas cultivadas na região do planalto da Bodoquena (Ribeiro, 2017) e a pressão constante para mudanças da legislação ambiental restritiva para o Pantanal. Isto tem configurado, contraditoriamente, o agravamento do quadro de insustentabilidade socioambiental produzido pelo capital.

O estado de Mato Grosso do Sul expressa, de modo concreto, como o país tem vivenciado este momento do capital. Há duas frentes de projetos

muito nítidas: as indústrias de etanol e os projetos de plantas de indústrias de celulose e papel. No primeiro caso, das plantas de etanol, a participação desses empreendimentos no processo da transição energética se dá pela geração de energia por meio de transformação da biomassa, seja de cana-de-açúcar, seja de milho ou sorgo, com a produção de etanol como combustível automotivo e coprodução de energia elétrica.

No caso das indústrias de celulose e papel, há processos de cogeração de energia térmica (caldeiras) e energia elétrica via movimentação dos dínamos acoplados em motores, ambos movidos pela queima de subprodutos da biomassa, como o eucalipto, matéria-prima principal da indústria de celulose⁶. Há também, no caso das indústrias de celulose e papel, uma forte defesa de seu caráter sustentável, pela absorção de CO² (gás carbônico), a dita “captura de carbono”, que se dá em suas imensas florestas plantadas de eucalipto (Figura 4).



Figura 4 - Caso da Bracell, em Lençóis Paulista/SP: exemplo de empresa produtora de celulose com base na transformação de eucalipto plantado.

Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=3paB6-5Xm8U>

⁶ Para não se restringir ao caso sul-mato-grossense, o que ajuda a entender que a implantação desses projetos concretiza essa realidade em vários locais do país, na esteira da promoção da transição energética, ver este material: <https://www.investe.sp.gov.br/noticia/lencois-a-maior-usina-de-energia-de-biomassa-do-pais-entra-em-teste/> (Acesso em 02 de setembro de 2024).

O processo de produção do mundo da sustentabilidade mercantil como resposta aos problemas gerados pela chamada crise ambiental na prática tem significado formas de acumulação de capital sob novas frentes produzidas pela demanda gerada em nome da sustentabilidade. Ou seja, os processos envolvidos na promoção da implantação de estrutura produtora de energia “limpa” (eólica, solar, bioenergia, floresta plantada sequestradora de carbono, hidrogênio verde), é acompanhado de um rol de dilemas para o país.

A técnica de produção de mercadorias, sob o manto da sustentabilidade, segue a lógica da produção técnica tradicional, com a transformação do ritmo e lógicas de funcionamento dos elementos da natureza para produção em massa de mercadorias, que são agora apenas definidas como sustentáveis, é mantido um dos mitos do Brasil enquanto nação, a perspectiva de um país de natureza exuberante e com o destino de fornecedor de matéria prima para o projeto de desenvolvimento do mundo capitalista (Figura 5).



Figura 5 - Exemplo das relações internacionais de exportação de uma das empresas produtoras de energia e derivados a partir da biomassa, no estado de Mato Grosso do Sul.

Fonte: <https://www.inpasa.com.br/relatorio-de-sustentabilidade-2022/assets/pdf/relatorio-de-sustentabilidade-2022.pdf> (Adaptada pelos autores).

As frações dominantes do capitalismo no Brasil, e em suas associações com o capitalismo internacional, estão se comportando do mesmo modo oportunista e cosmopolita, no sentido de voltada para fora (Brandão, 2012), que historicamente tem se portado. De modo oportunista e pragmático, mas agora dentro de uma nova frente: a economia verde. Pela mídia europeia, percebe-se uma forte preocupação para que o Brasil se firme nesse mercado, uma vez que, por exemplo, a agricultura brasileira já demonstrou em décadas passadas e, sobretudo nos últimos anos, capacidade incrível de incorporar novas áreas para torná-las agricultáveis. Contraditoriamente, o papel da fronteira e do acesso à terra é fundamental para diferenciar o Brasil de seus parceiros latino-americanos, fazendo com que a questão agrária se configure aqui de forma peculiar.

Diferentemente de nossa realidade, a escassez de terras aráveis no México - problema desde o início de sua industrialização, também na década de 1930-, por exemplo, forçou esse país a enfrentar a rigidez das estruturas agrárias e mobilização de recursos estatais para aumentar a produção de alimentos e de matérias-primas agrícolas. Ou seja, no caso mexicano, a reforma agrária foi uma exigência do próprio processo de industrialização. No caso brasileiro, ao contrário, no contexto de sua industrialização também tardia, havia terras aráveis para serem alçadas. Desse modo, a ampliação da oferta de produtos agrícolas foi garantida pela incorporação de novas terras, sem tocar na estrutura fundiária preestabelecida, que constitui a base do poder dos grupos dominantes (Becker e Egler, 2003).

Ao pensar esse processo via o caso concreto do estado de Mato Grosso do Sul, como parte das ações do Estado, tem-se a participação do capital estrangeiro e as estratégias adotadas pelos grupos e empresas agroindustriais canavieiras implantadas (Figura 6), como por exemplo o grupo Louis Dreyfus Commodities Bioenergia S.A. – Santa Eliza Vale (LDC-SEV), que produziram um novo reordenamento territorial e produtivo do setor, no e a partir também deste estado, na década de 2000 (Domingues, 2015).

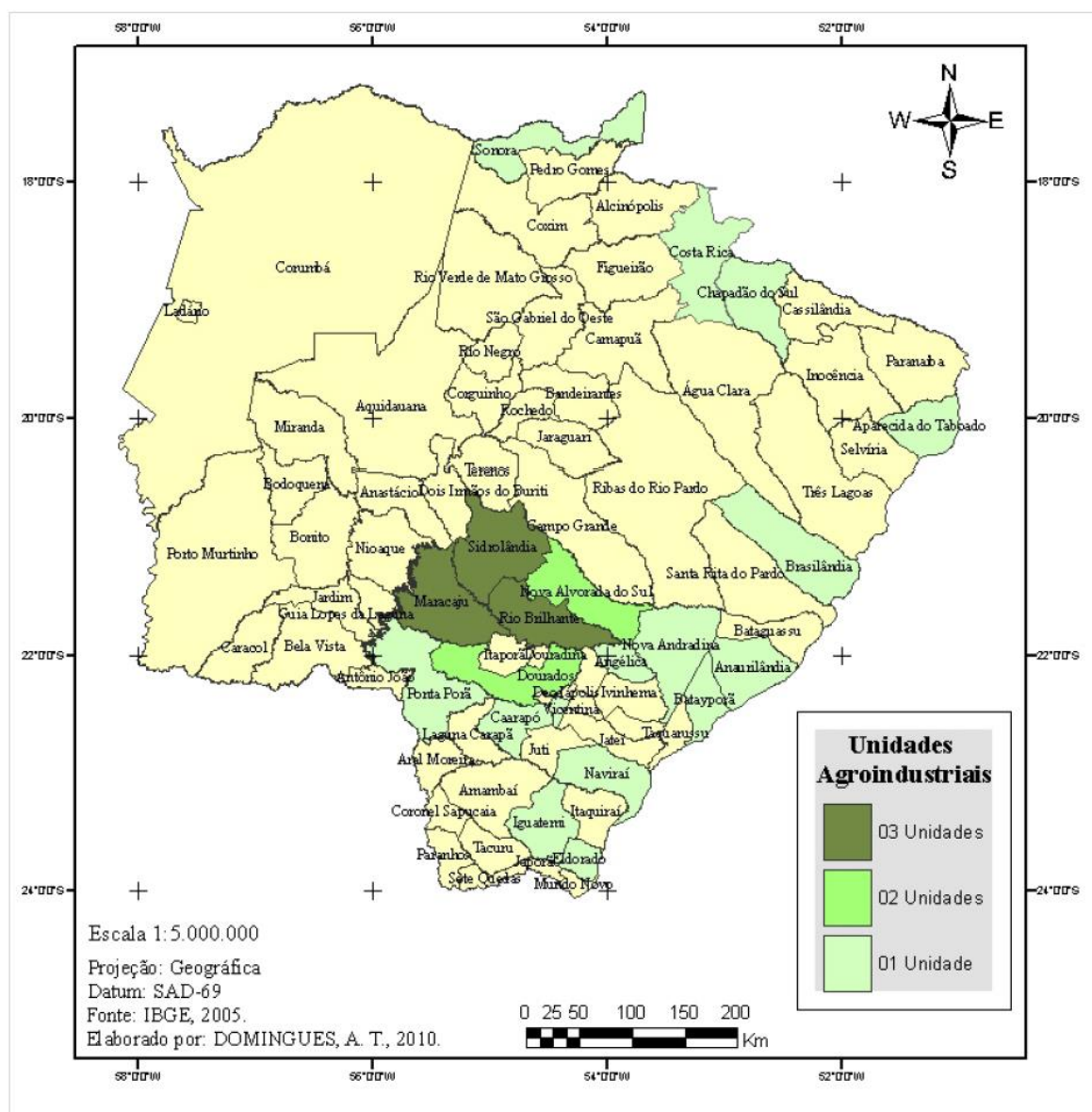


Figura 6- Territorialização das unidades agroindustriais canavieiras nos municípios sul-mato-grossenses - 2010.

Fonte: Domingues, 2015. (Adaptado pelos autores).

Na prática, significou e ainda tem significado - dado o processo com certas mudanças, mas ainda em curso -, rearranjos espaciais dos cultivos existentes (como no milho, na soja e na pecuária), e reações ao crescimento intenso dos efeitos da territorialização do setor canavieiro. Há, também, e de modo mais agravado, os rebatimentos desse processo na classe considerada à margem (pequenos agricultores, indígenas, assentados, acampados) da discussão e, sobretudo, das iniciativas que são parte desse processo de territorialização do capital em reprodução, como por exemplo

na internacionalização de capitais ocorrida no decurso da implantação das unidades agroindustriais canavieiras nos municípios de Maracaju e Rio Brilhante, ambos na porção austral deste estado (Domingues, 2015).

Dada a degradação das relações de trabalho e os níveis de exploração que caracterizam as contradições no setor econômico da produção da biomassa, tem-se que a implantação deste tipo de setor significa, tanto por parte do ente humano, como dos demais entes da natureza, um agravamento nas suas condições de vida e reprodução ecológica (Reis e cols., 2023). Isto se expressa materialmente na contratação e sobre-exploração do trabalho migrante, rearranjado de fora para dentro do quadro populacional dos lugares e de seu padrão das relações sociais e relações sociais de produção, assim também como a contaminação de nascentes, dos solos e comprometimento de outros elementos da natureza (Domingues, 2015; Reis e cols., 2023).

No atual momento, o rearranjo da produção territorial de Mato Grosso do Sul passa por mudanças, dada a inserção de um novo elemento poderosíssimo neste território, que consiste na implantação das primeiras plantas industriais de produção de etanol (e um conjunto de outros subprodutos em portfólio diverso) a base de milho e também de sorgo. Trata-se de uma grandiosa empresa de capital brasileiro e paraguaio, que vive a implantação de sua segunda usina no estado (Sidrolândia), após ter inaugurado, há pouco tempo, uma unidade no município de Dourados. Assim, ela integra um conjunto de 06 unidades ao todo, entre Paraguai (01) e Brasil (05). Considerando que sua principal base produtiva é o milho, a territorialização deste setor capitalista tem provocado o rebatimento inverso, por exemplo, de que o próprio binômio milho-soja sofreu quando da introdução da indústria sucro-energética, movida à biomassa da cana-de-açúcar nesta porção do estado (Ribeiro, 2017). No atual momento, é a força assumida pelo alargamento na área plantada de milho que tem redefinido os arranjos produtivo-territoriais que vinham ancorando-se na dinâmica antes instituída pelo plantio da cana-de-açúcar, além de contribuir para a redução da produção de alimentos e esvaziamento de áreas rurais nos locais de implantação das usinas.

Essa empresa apresenta-se como detentora de soluções limpas e sustentáveis para atender a crescente demanda de energia do planeta. Ela é

uma das pioneiras da América Latina na transformação de cereais em biocombustível, sobretudo etanol a partir de milho, e em outros produtos derivados com alto valor agregado e baixa pegada de carbono⁷. Além disto, no cenário nacional e internacional destaca pela produção do concentrado proteico Distiller's Dried Grains with Solubles (DDGS), o óleo de milho e o IOP, voltado para a agricultura de alta performance⁸, oferece soluções de baixa pegada de carbono, tanto para o mercado de biocombustíveis, como para diversas outras demandas mundiais.

No esforço de descarbonização de todos os processos, do campo ao consumidor, a empresa menciona investir na eficiência do transporte em diversos modais, abrindo portas do cenário internacional, colocando o Brasil como referência em qualidade para os mercados europeu, asiático e americano. Menciona, ainda, a intenção de inovar ainda mais em ferramentas modernas e ágeis para gestão, estimulando uma agricultura ainda mais tecnológica e diversificada, visando otimizar o uso e ocupação do solo. Isso evidencia, por parte da empresa, um reconhecimento da forte contradição decorrente justamente de seu caráter expansivo e intensivo no consumo de áreas, o que corrobora discussões já feitas anteriormente neste texto.

Outro destaque no Mato Grosso do Sul é o caso dos empreendimentos de celulose na região que é conhecida como "Bolsão sul-mato-grossense"⁹. Nessa região, com o aumento pela demanda industrial por produtos florestais e no contexto dos projetos infra-estruturais de integração nacional

⁷ Consultar documento Relatório de Sustentabilidade (Disponível em: <https://www.inpasa.com.br/relatorio-de-sustentabilidade-2022/assets/pdf/relatorio-de-sustentabilidade-2022.pdf>. Acesso em: 02 de setembro de 2024).

⁸ Segundo a empresa: "Matéria-prima e insumos renováveis atrelados a um processo ecoeficiente e de alta tecnologia geram produtos de qualidade e de procedência. Neste sentido, investimos em certificações nacionais e internacionais que nos credenciam e reforçam a qualidade junto aos mais exigentes mercados consumidores" (Disponível em <https://www.inpasa.com.br/relatorio-de-sustentabilidade-2022/assets/pdf/relatorio-de-sustentabilidade-2022.pdf>. Acesso em 02 de setembro de 2024).

⁹ Região do nordeste do estado brasileiro de Mato Grosso do Sul, cujas características são muito próprias por sua ligação e proximidade com os estados de São Paulo, Minas Gerais e Goiás. O nome 'Bolsão' começou a ser adotado anteriormente à divisão do estado de Mato Grosso, levando-se em consideração as dificuldades de comunicação com a capital, Cuiabá. Essa região ficava totalmente isolada do poder de decisão do centro político-administrativo e era entendida então como um bolsão. Por ter se tratado de todo um conjunto regional isolado e deslocado dos centros decisórios do estado naquele momento, a união entre os municípios que a constituíam se fortaleceu.

no período da ditadura (1964-1985), houve diversos incentivos fiscais a empreendimentos florestais, liberados pelo Programa para o Desenvolvimento do Cerrado (POLOCENTRO), pelo Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para Desenvolvimento dos Cerrados (PROCEDER) e pela criação do Fundo de Investimentos Setoriais (FISSET) em 1974, o que promoveu a introdução do plantio de eucalipto no Mato Grosso do Sul. Para Perpétua (2012), o que existe na realidade são extensas áreas, em geral contíguas, constituídas por uma única espécie vegetal e cultivadas segundo os preceitos mais modernos da agricultura de precisão (manipulação genética, intensa aplicação de substratos químicos, mecanização etc.) para atender a crescente demanda industrial por matéria-prima.

A região “Bolsão” representa, no país e no mundo, um *case* de sucesso empresarial do “capitalismo verde”, empreendido pelas indústrias de papel e celulose, com base em floresta plantada de eucalipto, na prática tem produzido um expansivo e intensivo processo de reestruturação produtivo-territorial no nordeste/leste de Mato Grosso do Sul. Atualmente, são três (03) as indústrias de celulose em operação, duas da Suzano e uma da Eldorado. Elas produzem em torno de 5 milhões de toneladas por ano, o que torna o Mato Grosso do Sul o segundo maior produtor de celulose no país, ficando atrás apenas da Bahia, que produz 5,5 milhões de toneladas por ano. Esta realidade, no entanto, será muito em breve alterada em razão da nova fábrica da Suzano, em construção desde 2021, em Ribas do Rio Pardo, que terá uma capacidade de produção de 2,5 milhões de toneladas. Juntamente com a instalação da primeira fábrica da empresa chilena, Arauco, cujo início das atividades está previsto para 2028 no município de Inocência, a nova fábrica fará do estado de Mato Grosso do Sul uma liderança isolada na produção de celulose no Brasil. Assim, o estado se consolidará como um dos maiores fabricantes mundiais.

Como resultado deste vultuoso processo de incentivo à produção de celulose, que é prenhe de contradições, há uma ocupação de 416 mil hectares de terras entre os municípios de Ribas do Rio Pardo, Água Clara e Três Lagoas (Delcol e Heimbach, 2024), onde este plantio se destina a atender a demanda da indústria madeireira, moveleira, e de celulose e papel. Por décadas, a pecuária bovina extensiva foi a atividade econômica hegemônica dos municípios que integram essa região que hoje figura-se

neste processo. O perfil dessa atividade, associado a outros fatores políticos e econômicos não menos pertinentes, legou uma estrutura fundiária altamente concentrada. Delcol e Heimbach (2024), ao caracterizar mais detalhadamente essa realidade, apontam que os pequenos estabelecimentos (até 200 ha) compõem 77,85% do total e representam a maioria das unidades, mas ocupam apenas 0,9% da área. No outro extremo, os grandes estabelecimentos (acima de 1.000 ha até 2.500 ha) representam 4,4% e dominam 42,8% da área. Por fim, e com um dado ainda mais arrebatador, tem-se que 1,6% dos estabelecimentos com até 10.000 mil ha que, somados, representam o controle de 42,8% das terras disponíveis.

A consolidação desse processo de reestruturação produtivo-territorial, capitaneado pela implantação das plantas industriais de Celulose e Papel e toda a vultosa área de plantio que em torno destas unidades necessariamente orbita, representa o controle dessa estrutura altamente concentrada de terras agora pelo capital corporativo nacional, em sua associação com os capitais corporativos transnacionais. As possibilidades de avanços nos processos de luta pelo acesso e controle da terra por parte dos camponeses e ou trabalhadores rurais ficam ainda mais comprometidas dado o caráter megalomaniaco desse segmento capitalista, que no momento ali se territorializa.

Portanto, o chamado mundo da sustentabilidade mercantil reforça um perverso projeto para o estado. Por um lado, este tem tido as terras ocupadas por monoculturas extensivas, amplamente esvaziadas de gentes e diversidades territoriais produtivas. Por outro lado, estas áreas têm tido seu controle restrito a diminutos grupos econômico-empresariais, o que compromete as condições concretas para produção de formas alternativas de sustentabilidade socioambiental. Diante disto, tem restado a estes lugares no Mato Grosso do Sul, vivenciarem um complexo, intenso, e super-acelerado processo de reestruturação urbana (habitação, saúde, educação, transporte, logística), conforme apontam Delcol e Heimbach (2024).

Considerações finais

O mercado mundial, em tempos de globalização, assimilou as críticas advindas da Ecologia Política por meio de um “ambientalismo de resultados”. Em suma, essas práticas estão fundadas no entendimento de que os

conflitos de “cunho ambiental”, ou o que configura a dita “questão ambiental”, no panorama global possam ser resolvidos por gestão e por negociações centradas no mercantil. No entanto, verifica-se que, concretamente, os interesses envolvidos na “questão ambiental” situam-se em campos/racionalidades diametralmente opostos e, por isso, conflituosos.

Sob a ótica dominante, os problemas ambientais são vistos meramente como técnicos e administrativos e não como decorrentes de uma tipologia de opção política que, intrinsecamente, sempre os ocasionariam e, assim, os agravariam, dada a sua própria gênese. Diante disso, a solução, sob tal paradigma, consiste em proporcionar o crescimento econômico como via para a acumulação no contexto abstrato da globalização, sob novas tecnologias e planejamento racional.

Pensar sobre o que é o Brasil hoje passa por entender os rearranjos de gestão do político, ou seja, pensar o Estado, em relação ao movimento do mercado em âmbito global. Mesmo que isto resulte do que ocorre no encontro deste político - no sentido seus sujeitos e os significados que são produzidos na relação com a natureza presente no conjunto diverso do país -, é preciso destacar, que mais que uma identidade nacional, as colônias do capitalismo, Ásia, África e no caso a América, foram produzidas com base na apropriação de um sem-número de ecossistemas e, com isso, de um sem-número de mercadorias, amparadas no sentido político-econômico da exploração que atendessem a relação colônia-metrópole.

No caso brasileiro, como tratado neste texto, o perfil das mercadorias aqui produzidas tem orbitado historicamente na produção da natureza enquanto recursos primários para geração de riquezas. São exemplos desses recursos: pau-brasil, cana-de-açúcar, ouro e outros minerais, café, soja e outras oleaginosas, milho e outros grãos, carnes, dentre outros. Essas mercadorias são voltadas a atender, em última instância, a reprodução e acumulação de capitais aos grupos empresariais das sociedades-Estados centrais da economia-mundo. Isso reforça os padrões de desigualdades e de insubordinação nas relações internacionais situadas no âmbito da economia-mundo.

No entanto, diferentemente da política tão criticada da integração nacional, no período da ditadura militar (1964-1985) - que foi marcada por

grandiosos empreendimentos e seus projetos infra estruturais (geração de energia hidroelétrica, construção de rodovias, entre outros) voltados ao crescimento econômico também do mercado interno-, no século XXI assiste-se, por exemplo, ao acirramento do incisivo incentivo a expansão do agronegócio no Cerrado e também na Amazônia (soja, cana-de-açúcar, eucalipto) com o fito de promover a "integração internacional" ao mercado "globalizado" por meio das exportações. Para que se atinja o desenvolvimento "sustentável" por esta via, seria necessário apenas não repetir os "erros do passado" e fazer o planejamento e execução desses projetos com envolvimento da sociedade no processo, atendendo às exigências das instituições de crédito internacionais.

Nesse contexto diferencial, podemos considerar o país como inserido nas práticas do modelo que tem se configurado, de modo autodenominado, como economia verde. A transição energética, que tem se destacado nesse âmbito como nova frente de acumulação capitalista, tem o Brasil como um de seus signatários mais importantes no mundo. Desde a década de 1970, quando este corolário ideológico e de práticas tem rebatido em reestruturações produtivo-territoriais, o país tem sido visto pela paradiplomacia global enquanto um *locus* ideal para a expansão de novas técnicas e práticas mercadológicas para a superação da crise ecológica.

Um dos elementos de destaque neste processo tem sido a "margem" aqui existente para o alargamento da base produtiva agrícola do país, movimento feito notadamente pelo agronegócio em sua promoção articulada, e ao mesmo tempo subordinada, do nacional pelo internacional. A justificativa para utilizar essa "margem" e promover a expansão produtiva é baseada na ideia de que o país tem vocação para contribuir, com dois dos principais motes do modelo de desenvolvimento sustentável: a) Erradicação da pobreza, sendo representado e defendido como um grande celeiro agrícola e; b) Produção de biomassa (fonte renovável de energia), para transição energética ante o cenário de catástrofe climática. Neste caso, sendo defendido e promovido enquanto detentor de enorme quantia de áreas a serem incorporadas, com ótimas condições climáticas reunidas.

É notório a participação mais incisiva de alguns entes da federação brasileira na concretização da economia verde no seio do desenvolvimento sustentável no país, como uma das mais fortes nuances da realização da

reprodução ampliada do capital. Isto pôde ser observado, de modo mais atento, com o caso do estado de Mato Grosso do Sul, no Centro-Oeste brasileiro, onde vive-se uma realidade amplamente contraditória, que tem sido fortemente delineada pela implantação dos projetos de etanol, de cana-de-açúcar, e os mais recentes de milho e sorgo, e também com as plantas industriais de produção de papel e celulose, com base na exploração de floresta plantada de eucalipto.

Ante este cenário, é preciso remeter-se ao fato de a identidade das mercadorias manifestar-se como sempre associada à identidade de um ecossistema. Aqui reside o caráter geográfico dos processos mercantis, da sociedade, e da economia em sua constituição sob fundamentos que são culturais.

A Geografia, que já contribuiu substancialmente na história para forjar a consolidação do modo de produção capitalista, não deve contribuir, no atual período, com a promoção do mundo da “sustentabilidade mercantil”. Pensar sobre a Geografia do Brasil exige reflexões fundamentais que podem revelar que não estamos diante de problemas ambientais fragmentados do processo geral de constituição do capitalismo. Estamos, sim, tratando da radicalidade do capital global, com a imposição de modelos de desenvolvimento com a roupagem de modernas formas de acumulação, e que isto se manifesta num conjunto de problemas na produção do país e limita sua capacidade de participar da produção de uma sociedade sustentável.

Referências

- BECKER, Bertha K.; EGLER, Cláudio A. G. *Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo*. 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2003.
- BRANDÃO, Carlos Antônio. *Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global*. 2a ed. — Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.
- BRUM, Argemiro. *Modernização da agricultura – trigo e soja*. Petrópolis: Vozes, 1988.

CHAUÍ, Marilena. *Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária*. Editora Fundação Perseu Abramo. 2001.

DELCOL, Rafaela Fabiana Ribeiro; HEIMBACH, Samuel da Silva. Reestruturação produtivo-territorial em Mato Grosso do Sul, Brasil: observações a partir da implantação da Suzano Papel e Celulose em Ribas do Rio Pardo (2021-2023). *Geografares*. v. 4, n. 38 Vitória, Janeiro-Junho, 2024. P. 100 a 124.

DELUCCHI, Mark A; JACOBSON, Mark Z. Providing all global energy with wind, water, and solar power, Part II: Reliability, system and transmission costs, and policies. *Energy Police*, 39. 2011. pp. 1170–1190.

DOMINGUES, Alex Torres. *A territorialização do setor agroindustrial canavieiro em Mato Grosso do Sul*. (Coleção teses e dissertações). Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015. 198p.

JACOBSON, Mark Z.; DELUCCHI, Mark A. Providing all global energy with wind, water, and solar power, Part I: Technologies, energy resources, quantities and áreas of infrastructure, and materials. *Energy Police*, 39. 2011. p. 1154–1169.

KNOWLEN, C.; MATTICK, A.T.; BRUCKNER A. P.; and HERTZBERG, A. "High Efficiency Conversion Systems for Liquid Nitrogen Automobiles". *Society of Automotive Engineers Inc*, 1988.

MCCARTHY, James. A socioecological fix to capitalist crisis and climate change? The possibilities and limits of renewable energy. *Environment and Planning*. Vol. 47. 2015. pp. 2485 – 2502.

NEDER, Ricardo Toledo. *Crise socioambiental: Estado e sociedade civil no Brasil (1982-1998)*. São Paulo: FAPESP, 2002. 438 p.

OLIVEIRA, Leandro Dias de. *A geopolítica do desenvolvimento sustentável: um estudo sobre a Conferência do Rio de Janeiro (Rio-92)*. Tese (Doutorado em Geografia – Área de Análise Ambiental e Dinâmica Territorial). Universidade Estadual de Campinas, SP, 2011.

PACALA, Stephen; SOCOLOW, Robert. Stabilization Wedges: Solving the Climate Problem for the Next 50 Years with Current Technologies. *Revista Science*. Vol. 305. 13 de Agosto de 2004. pp. 968-972.

PERPETUA, Guilherme Marini. *A mobilidade espacial do capital e da força de trabalho na produção de celulose e papel: um estudo a partir de Três Lagoas (MS)*. Dissertação de Mestrado em Geografia, Programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados/MS. 2012.

TRALDI, Mariana. *Acumulação por despossessão: a privatização dos ventos para a produção de energia eólica no semiárido brasileiro*. Tese de Doutorado em Geografia. Programa de Pós-graduação em Geografia.. Universidade Estadual de Campinas. Campinas - SP, 2019.

REIS, Ana Terra; THOMAZ JUNIOR, Antônio; GARVEY, Brian; RABELLO, Diógenes; OLIVETE, Rosana Abbud; LEAL, Sidney Cassio Todescato (org.). *Trabalho, lutas e resistências no polígono do agrohidronegócio Canavieiro*. 1. Ed. São Paulo: Outras Expressões, 2023. 216 p.

RIBEIRO, Ângelo Franco do Nascimento. *Desafios e conflitos na produção do espaço no planalto da Bodoquena: agricultura, turismo e apropriação da natureza*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados\MS. 2017

VASCONCELLOS, Gilberto Felisberto; VIDAL, José Walter Bautista. *Poder dos trópicos: meditação sobre a alienação energética na cultura brasileira*. São Paulo: Casa Amarela, 2001.

WALLERSTEIN, Immanuel. *The Capitalist World-economy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

ZHOURI, Andrea; LASCHEESKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros. *Desenvolvimento, sustentabilidade e conflitos socioambientais*. In: ZHOURI, Andrea; LASCHEESKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros (org.). *A insustentável política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

AUTORES

Edvaldo Cesar Moretti

Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho e Pós-doutorado realizado no curso de Geografia do Instituto de Geociências da UNICAMP. Atualmente é Professor Titular na Universidade Federal da Grande Dourados. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase nos temas: territorialidades das unidades de conservação; atividade turística; ambiente urbano, relação sociedade natureza; Fronteira e ambiente. É coordenador do Grupo de Pesquisa Território e Ambiente, e participa das redes de pesquisas: FOMERCO (Forum Universitário do Mercosul); REIMA, A.C. (Red Iberoamericana de Medio Ambiente) e Rede Internacional de Pesquisa Turismo e Dinâmicas Socioterritoriais.

E-mail: edvaldomoretti@ufgd.edu.br

Curriculum lattes: <http://lattes.cnpq.br/5366579116704716>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8065-8392>

Bruno Ferreira Campos

Doutor em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados -UFGD com período sanduíche no Centro de Análises de Política (CAP), da Universidade Eduardo Mondlane - Moçambique. É professor adjunto na Universidade Estadual do Oeste do Paraná- UNIOESTE. Integra o Grupo de Pesquisa Território e Ambiente GTA, o grupo GOLUTAS- Geografia, Lutas e Conflitos Sociais, ambos certificados pelo CNPq, e participa da Rede Internacional Turismo e Dinâmicas Socioterritoriais. Atua principalmente nos seguintes temas: Produção da natureza, problemática urbano-ambiental e implicações do mundo da sustentabilidade nas práticas territoriais.

E-mail: bruno.campos4@unioeste.br

Currículo lattes: <https://lattes.cnpq.br/5512079554707159>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6584-5042>

Angélica Maiara Pivatto Mader

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGeo - Unioeste) e bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Possui graduação em Geografia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). Integrante do Grupo de Estudo da Dinâmica Ambiental no Tempo e no Espaço (GEDATE). Atua principalmente no tema acerca da Climatologia Geográfica.

E-mail: angelicapivatto@hotmail.com

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/6908337398754396>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5542-0534>

Recebido para publicação em maio de 2024.

Aprovado para publicação em setembro de 2024.

O Brasil desde Guarulhos: notas sobre a geografia de uma rede escolar municipal e a configuração de um formato de escola e do exercício da docência

Brazil from Guarulhos: notes on the geography of a municipal school network and the configuration of a school format and teaching practice

Brasil desde Guarulhos: apuntes sobre la geografía de una red escolar municipal y la configuración de un formato escolar y una práctica pedagógica

Jorge Luiz Barcellos da Silva

Universidade Federal de São Paulo

jorge.barcellos@unifesp.br

Resumo: O objetivo desse artigo é reconhecer e problematizar a localização e distribuição das escolas em Guarulhos– SP. É um olhar mais de perto sobre um processo que envolve as escolas espalhadas pelo município, ponderando, com um olhar mais de longe, sobre a dimensão geográfica das dinâmicas do Estado e suas determinações no âmbito da formação social brasileira. Para tanto, foi feito um diálogo teórico metodológico no intuito de pensar geograficamente o Brasil a partir do estudo da escola. A interpretação da escola pública como instrumento de mediação do Estado junto as populações mais pobres constitui-se em uma referência para a permanente construção do significado de Brasil. A compreensão dos nexos entre a gestão do território e a produção uma norma culta nos

moldes da Base Nacional Curricular Comum (BNCC), a qual, por sua vez determinam, um formato para o exercício da docência, é a chave dessa proposta.

Palavras-chave: Geografia. escola pública. docência. Estado. norma culta.

Abstract: The aim of this article is to recognize and problematize the location and distribution of schools in Guarulhos-SP. It is a closer look at a process that involves the schools scattered throughout the municipality, pondering, with a longer view, the geographical dimension of the dynamics of the State and its determinations within the Brazilian social formation. To this end, a theoretical and methodological dialogue was carried out with the aim of thinking about Brazil geographically from school study. The interpretation of the public school as an instrument of mediation between the state and the poorest populations is a reference for the permanent construction of the meaning of Brazil. Understanding the links between the management of the territory and the production of a cultured norm along the lines of the Common National Curriculum Base (BNCC), which in turn determines a format for the exercise of teaching, is the key to this proposal.

Keywords: Geography. public schools. Teaching. State. cultured norms.

Resumén. El objetivo de este artículo es reconocer y problematizar la localización y distribución de las escuelas en Guarulhos- SP. Se trata de una aproximación a un proceso que involucra a las escuelas diseminadas por el municipio, ponderando, con una mirada más larga, la dimensión geográfica de la dinámica del Estado y sus determinaciones dentro de la formación social brasileña. Por lo tanto, se realizó un diálogo teórico y metodológico con el objetivo de pensar geográficamente el Brasil a partir del estudio de la escuela. La interpretación de la escuela pública como instrumento de mediación del Estado con las poblaciones más pobres es una referencia para la construcción permanente del sentido de Brasil. La comprensión de los vínculos entre la gestión territorial y la

producción de una norma culta en la línea de la Base Curricular Nacional Común (BNCC), que a su vez determina un formato para la enseñanza, es la clave de esta propuesta.

Palabras clave: Geografía. escuela pública. Enseñanza. Estado. norma culta.

Identificando fios da meada: ajudando o leitor a saber onde ele está

Esse artigo é fruto de um conjunto de indagações que já apareceram de forma fragmentada em diferentes momentos. Durante os estudos de doutoramento, sistematizado na tese “Atlas geográfico do Brasil: leituras da territorialidade e da construção da brasilidade” (2006)¹ e por meio de experiências de gestão, pesquisa e atuação como professor no departamento de Educação da UNIFESP e coordenador de área no programa institucional de iniciação à docência (Pibid) vinculado à Unifesp, Campus Guarulhos entre os anos de 2012-2018.

Essas ações envolvendo as aproximações entre escola pública e universidade, se desdobraram durante a orquestrada destruição do governo de Dilma Rousseff (2012-2018), visando a ruptura da ordem institucional. A elaboração do golpe de Estado ocorreu em diferentes frações de classe, mídia (Estadão, Globo, Veja, Valor Econômico entre outros tantos), setores do judiciário, agronegócios além do mercado financeiro que, com diferentes ações, convergiram na perspectiva de impossibilitar o funcionamento do governo.

Essas atuações, no que tange posicionar a questão das relações entre educação e sociedade brasileira, resultaram em reflexões sobre o Estado brasileiro, universidade pública e seu papel no que toca formar professores, e por conseguinte suas relações com a escola pública. Vale registrar ainda que, essas considerações apareceram entre outros escritos, nos artigos “Formação de professores dos anos iniciais do ensino fundamental: considerações sobre escola, conhecimento, linguagem e ensino de Geografia” (2012); “A necessidade dos estudos geográficos da escola pública e dos processos de ensino e aprendizagem: um exemplo na região metropolitana de São Paulo” (2016) e o capítulo de livro “Uma experiência pibidiana entre as rodovias Presidente Dutra e Ayrton Senna: o ensino de Geografia e História nos anos iniciais do ensino fundamental e a formação docente” (2017).

São preocupações estruturais de pesquisa – a respeito dos fundamentos da ciência geográfica, do ensino de Geografia e sobre a

¹A tese encontra-se disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/3714>

formação do professor que ensina Geografia. Elas se inscrevem em uma agenda de estudos que busca reconhecer, problematizar e contribuir com os debates e formulações a respeito dos propósitos do ensino dessa disciplina e a formação de professores que a ensinam na/da escola pública, sem que deixemos de lado o princípio de que, ao tratarmos de Educação, não podemos tratá-la em si mesma. Dito de outro modo, é necessário entendê-la de forma escalar. Como constituída e constituinte de um projeto de uma sociedade cindida em classes, frações de classe e grupos sociais desiguais e com marcas histórias e geográficas específicas (Frigotto, 2009).

Nesse sentido, de que é preciso pensar o fenômeno em tela na perspectiva de que a leitura geográfica no âmbito da educação, incluindo a formação de professores e o ensino de Geografia implica dimensionarmos a escala geográfica (ver de perto, ver de longe) , nossas ponderações de pesquisa e ações educativa (com docentes na formação inicial e continuada) foram impactadas e estimuladas a reorganizar os estudos e perguntas a partir do curso de extensão “Estudo geográfico do Brasil e de seus lugares: um jogo escalar” desdobrado em parceria na Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) , Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) em meados de 2023.

Na ocasião a proposição, buscando reavivar uma tradição importante entre os geógrafos e professores que ensinam geografia, questionando o que é a Geografia do Brasil, pretendia escapar das interpretações singulares e circunscritas das áreas ou pontos de estudo, abundantes nas pesquisas atuais e leituras escolares da geografia brasileira (Santos, 2020). Em outras palavras, o curso, cujo âmago estava assentado na perspectiva de que a interpretação sobre Geografia do Brasil tratar-se de um jogo escalar, realizou um esforço de análise utilizando-se das múltiplas determinações que constituem o território brasileiro, sendo este uma síntese muito maior e mais complexa que a soma de suas partes.

Tais questões, envolvendo um encaminhamento de fundo teórico-metodológico, nos qualificam a pensar quem somos a partir de onde estamos, assim como as próprias territorialidades oriundas do ser e estar das universidades e escolas públicas espalhadas por quase todos os rincões do país.

Os geógrafos, os professores de Geografia e outros interessados, têm a possibilidade de fazer uma leitura na qual as ruas, os rios, os córregos, as avenidas, os quilombos, as jazidas de nióbio, os conjuntos habitacionais em bairros periféricos, as encostas de morros, os quilombos, as estações de metrô, os latifúndios, as áreas de mineração, as escolas, as universidades, as aldeias indígenas, os condomínios de luxo, as fábricas, as favelas dentre outros, formam um todo que não pode ser explicado nem isoladamente nem como se realizassem enquanto uma soma das partes.

As escolas, portanto, e seguindo os mesmos pressupostos, só podem ser compreendidas enquanto elementos de um conjunto que se explicam pelo desvendamento de suas relações, nessa compreensão, cada elemento é determinado pelo todo das relações que estabelecem entre si. As escolas e/ou outros elementos que a constituem não podem ser tratados em si mesmos. Esses elementos são instituídos e instituintes do todo.

Nesse sentido, o/a professor/a também tem a possibilidade de pensar a escola e o propósito do ensino de Geografia como uma parte que sempre e necessariamente é uma forma de materialização do todo. À vista dessas identificações dos fios que vem embasando nossa inserção nos debates sobre a Geografia do Brasil, seu ensino e a formação do professor que ensina Geografia, o leitor vai encontrar nas próximas páginas um exercício para pensar geograficamente o Brasil a partir das escolas em Guarulhos e seus rebatimentos no exercício da docência.

Breve considerações a respeito de dinâmicas da Geografia de Guarulhos

Olhando de longe Guarulhos é um município que apresenta paisagens impactantes. A presença do Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos - Governador André Franco Montoro e três importantes rodovias que cortam seu território assinalam um movimento econômico sem precedentes. Pelo complexo aeroportuários e pelas rodovias circulam, diariamente, mercadorias e pessoas articulando esse município à região metropolitana de São Paulo, Vale do Paraíba e outros lugares no Brasil e no Mundo (Santos, 2006).

Com esse dimensionamento é importante ver Guarulhos de perto, indicando, inicialmente, que esse município é o segundo mais populoso do

Estado de São Paulo, com população estimada de 1.291.771 habitantes segundo revisão residual (outubro 2023) do Censo do IBGE 2022 e densidade demográfica de 4.053 habitantes por km². Essa característica de ser um município populoso, com impressionante dinâmica populacional, se inscreve, visto de longe, no amplo processo da formação social brasileira desdobrado em diferentes processos de ocupação desse lugar.

Vale registrar que, essa paragem pertencente à coroa portuguesa em meados do século XVI apresentou, segundo o IBGE (2014), uma atividade sem precedentes. As relações sociais impostas aos índios Guarus, da tribo dos Guaianases no que tange à posse e a organização das terras pelos portugueses, alterou o modo de vida dos homens e mulheres desse lugar. Com os desdobramentos da mineração, em especial as lavras de ouro, inclusive, incorporando a mão de obra escrava; o processo configurou novas arrumações territoriais reveladores de uma geografia específica, articuladora desse território a outros lugares da colônia e da Europa. Vejamos a descrição elaborada pelo IBGE:

No Brasil Colônia, durante os séculos XVII e XVIII, foram delimitadas sesmarias organizando a ocupação da região. Os sesmeiros se dedicaram à agricultura e à mineração e, como atividade de apoio, criavam gado vacum e cavalar. Entre os anos seiscentos e o início do século XX, houve produção de álcool e aguardente, embora o clima úmido e frio fosse propício a causar ferrugem ao trigo, mosaico a cana e curuquerê ao algodão (IBGE, 2014, n. p.).

Essa mensagem elaborada pelo Estado brasileiro revela que no processo de ocupação do lugar que hoje conhecemos como Guarulhos ocorreu um lento e gradual conjunto de medidas articuladoras desse território à Portugal. Nessa linha de raciocínio é importante demarcar que tal como no passado, atualmente, o Estado fala da incorporação do lugar justificando a colonização, indicando a possibilidade de trabalho para aquele que chega. O IBGE ao descrever a presença de infraestruturas induz a interpretação de que esse lugar já estava pronto para um processo que se iniciava. Guarulhos para ser incluído como pertencente à colônia, necessitava ser vista como um lugar com atividades de agricultura, de pecuária e de mineração possíveis, legitimando assim, o pertencimento do lugar, a uma lógica vinculada a ordem burguesa que estava em curso.

Vale registrar também que, na construção de um parâmetro para se pensar sobre Guarulhos construído pelo relato em tela, há uma preocupação que identifica as relações da Sociedade (europeia) com a Natureza. O lugar se apresenta como disponível assinalando uma ordem territorial em construção, inclusive com determinantes de clima possíveis de garantir uma relação Sociedade/ Natureza amparada pela perspectiva de possibilidade de existência. Vale demarcar ainda no trecho em exame, a leitura da ordem territorial como descrita, implica no apagamento de quem era o outro (no caso os indígenas) para se reconhecer como um lugar vinculado à Coroa portuguesa.

A luz dessa compreensão de que diferentes leituras das territorialidades foram importantes para a compreensão da distinção do lugar, a Província de Nossa Senhora da Conceição dos Guarulhos, mais conhecida como Conceição dos Guarulhos² adentra ao século XX com inúmeras iniciativas por parte do poder público e provincial, voltadas ao estreitamento das relações econômicas e sociais com a cidade de São Paulo. A esse respeito Santos (2006) destaca que:

[...]foi no início do século XX que a municipalidade (...) procurou consolidar a identidade de Guarulhos como um município cujas riquezas naturais, função produtiva e proximidade a São Paulo o tornavam auxiliar e útil ao desenvolvimento da capital como uma espécie município suburbano “paulistano[...] A prefeitura local, por vezes em combinação com os governos estadual, federal e municipal de São Paulo e com a iniciativa privada, chegou mesmo a construir toda uma infraestrutura para essa função de abastecimento de São Paulo: a partir de 1910,[Guarulhos] foi marcado pela introdução da Estrada de Ferro, da energia elétrica, de serviços de águas e esgotos. Ocorrem também pedidos para a instalação da rede telefônica ou licenças para a implantação de indústrias, de atividades comerciais e deserviços de transporte de passageiros, quase todos referidos ao núcleo central e às áreas mais próximas à capital (SANTOS, 2006, p.128).

Essa citação nos permite identificar que a contiguidade territorial existente entre São Paulo e Guarulhos foi fundante para a incorporação

²A Província de Nossa Senhora da Conceição dos Guarulhos passou a ser reconhecida a partir de 1906 como Província dos Guarulhos (IBGE, 2014 n. p.).

desses lugares ao processo de acumulação de capitais em curso no Brasil nos primeiros anos do século XX. É possível identificar, ainda, no trecho em discussão, que o Estado ao pautar a esfera da produção, circulação e produção de ideias da formação social o faz articulando o urbano. Nessa direção, o arquiteto Jorge Wilhelm, assinala:

[...] o crescimento urbano de Guarulhos pode ser melhor compreendida se levarmos em conta o desdobramento da industrialização nessa cidade. Nesse afã organiza uma interpretação considerando o crescimento da indústria em Guarulhos, destacando que “(...) a primeira fase caracteriza a predominância quase absoluta de empresas industriais de pequeno porte, de expressão local, voltadas para um mercado restrito de âmbito também local. A segunda fase é marcada pela implantação de indústrias de grande porte, cujo marco básico é a tecnologia relativamente moderna e extroversão para o mercado nacional - em particular a região economicamente mais pujante do País, ou seja, a área metropolitana de São Paulo” (WILHEIM, 1969, *apud* DUARTE, 2011, p. 96).

Essas colocações anunciam um processo articulado de um conjunto industrial específico voltado, inicialmente, ao mercado regional e nacional ao mesmo tempo em que indica uma chave para a interpretação. Dimensiona a industrialização em dois momentos, demonstrando o processo do particular para o geral, pontuando ações importantes para interpretamos algumas das origens do pujante crescimento industrial ocorrido nessa cidade.

Contudo, nos parece faltar um elemento para se pensar sobre os fundamentos de como esse processo industrial se enraizou na formação social brasileira. Isso posto, para que possamos entender o advento de um modelo de industrialização como ocorreu em Guarulhos é importante ampliar o leque de tensionamentos e indagar sobre o papel da agricultura nesse seguimento.

Adensa a questão as colocações de Riziek (2019), quando revista as ponderações de Chico de Oliveira sobre o Estado e o urbano. Ela sintetiza o papel da agricultura nos acontecimentos que consolidaram as transformações da economia agroexportadora para a urbano-industrial:

a agricultura não se poderia constituir em obstáculo à constituição e à centralidade do processo de acumulação urbano-industrial. Esse era, portanto, o nexo e o ponto nevrálgico de todo o processo. Em torno dele giraria a estabilidade do todo. Dessa articulação dependeria a viabilidade do processo de acumulação pela empresa capitalista industrial que se assentava numa ampla expansão do “exército industrial de reserva”. A solução ao chamado “problema agrário” nos anos da “passagem” da economia de base agrário-exportadora para urbano-industrial foi um ponto fundamental para a reprodução das condições da expansão capitalista (RIZIEK, 2019, p. 229).

Esses desdobramentos nos instigam a entender que o modelo político e econômico escolhido para a rearticulação e inserção do Brasil na escala mundial continha rearranjos para os homens e mulheres desse país. Baseado em uma ampla expansão do “exército industrial de reserva”, isto é, para a formação do contingente de trabalhadores a lógica do campo seria subordinada à lógica urbana. As determinações que pautaram as dinâmicas ocorridas na região metropolitana de São Paulo, incluído Guarulhos, assim como em outras partes do Brasil, ocorreram de forma desigual e combinada conforme a correlações de forças políticas e sociais em cada porção do território nacional.

Portanto, a reprodução das condições da expansão capitalista após a década de 1940, na área metropolitana de São Paulo foi singular. Elas passaram a expressar o que Chico de Oliveira chama a atenção “a forma peculiar pela qual a industrialização brasileira trouxe para dentro de si, de uma só vez [...] todo esse exército industrial de reserva, vindo dos campos para dentro das cidades” (OLIVEIRA, 1982, p. 43). Novas ordens territoriais assentadas no incremento urbanístico vão se consolidando, alterando radicalmente as formas e conteúdo das paisagens das cidades.

Dito de outra maneira, o conjunto de intervenções do Estado associado as iniciativas privadas e o equacionamento do que fazer com o exército industrial de trabalho se acelerou com diferentes desdobramentos no que tange o deslocamento de pessoas para viverem em cidades. Esse processo lentamente transformou as geografias de Guarulhos.

Mudando a escala de análise, a chegada de outras plantas industriais como, por exemplo, do setor metalúrgico, automobilístico, plástico em Guarulhos, ensejou ações do Estado:

A implantação do loteamento Cidade Satélite Industrial de Cumbica e a respectiva infraestrutura vinda com a Base Aérea mudaram o eixo de implantação de indústrias e a logística na cidade. O eixo produtivo da cidade, que era localizado na Região Central, definido pela Estrada de Ferro Sorocabana, transfere-se para Cumbica, zonas sul e leste, nas proximidades da Rodovia Presidente Dutra (OLIVEIRA et al., 2008, p.45).

A realocação da Força área brasileira do campo de Marte (área situada na zona Norte de São Paulo) para o bairro de Cumbicas em Guarulhos (área situada na porção central e sul), associada a outras duas dinâmicas, o loteamento Cidade Satélite Industrial e a inauguração da Rodovia Presidente Dutra no início dos anos 50 (e, posteriormente, a Rodovia Fernão Dias no início dos anos 60) ordenaram o uso do solo e remodelaram por terra e pelo ar a articulação de Guarulhos com outros lugares do país. Esse processo ainda seria complementado com a construção da rodovia Airton Sena nos anos 1980.

São intervenções dos poderes públicos federal, estadual e municipal não necessariamente ao mesmo tempo e lugar que se “apoiariam no enorme contingente de mão de obra, na oferta elástica de terras e viabilização do encontro desses dois fatores pela ação do Estado construindo infraestrutura, principalmente a rede rodoviária” (RIZIEK, 2019, p. 229).

Diante dessas breves ponderações sobre dinâmicas determinantes da formação social brasileira no município de Guarulhos, indagamos quem são esses homens e mulheres que se deslocaram para a área metropolitana de São Paulo e em especial para Guarulhos? E em que medida essa relação entre o Estado e a sociedade civil e a reconfiguração do urbano determina(ra)m as escolas e o exercício da docência em Guarulhos?

Populações em movimento: todo na parte e a parte no todo

O Brasil entre os anos 1940 e 1970, de forma lenta e gradual, manifestou uma importante performance na sua dinâmica populacional. A localização e distribuição da população no Brasil mudou:

[...] migraram para as cidades, nos anos 50, 8 milhões de pessoas (cerca de 24 % da população rural do Brasil em 1950); quase 14 milhões nos anos 60 (cerca de 36 da população rural de 1960); 17 milhões, nos anos 70 (cerca de 40% da população rural de 1970). Em três décadas, a espantosa cifra de 39 milhões de pessoas! (MELLO & NOVAES, 2000, p. 581).

Essa dinâmica populacional está relacionada às transformações da economia de base agrário-exportadora para a urbano-industrial. Com diferentes velocidades as transformações estruturais da economia brasileira ocorridas em larga escala em São Paulo e no Rio de Janeiro também foram acompanhadas por outras regiões. Com essas dinâmicas, o padrão de urbanização que passa a caracterizar as paisagens desses lugares, escancara inúmeras mudanças na estruturação de classes na sociedade brasileira com determinações na geografia das cidades. Vejamos as informações contidas no quadro 1, sobre a população de Guarulhos:

<i>Guarulhos população recenseada</i>		
1940	13.506	
1950	34.683	
1960	100.760	
1970	236.811	
1980	532.726	
1990	787.866	
2000	1.072.717	
2010	1 221 979	
2020 estimativa		1.392.121
2022	1 291 784	

Quadro 1: População residente

Fontes: IBGE–Sinopse Preliminar dos resultados demográficos – segundo unidades da federação e municípios, 1941, p.4. Censos Demográficos: 1950, 1960, 1970, 1980, 2000, 2010, 2022³. (Elaborado pelos autores).

O que nos mostra o quadro 1?

A população residente de Guarulhos cresceu de forma exponencial. Observando os dados do quadro 1 é possível inferir, que em alguns

³ Para maiores informações consultar <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28668-ibge-divulga-estimativa-da-populacao-dos-municipios-para-2020> e https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/urbanismo/infocidade/htmls/7_populacao_recenseada_1950_10552.html

momentos, em 1970 e 1980, o crescimento foi superior a 100%. Em menos de um século mais de 95 vezes, chegando a marca de mais de 1.291.000 residentes em 2022. Entrelaçada a essa dinâmica:

Surgem no cenário urbano [de São Paulo e outras áreas metropolitanas como Guarulhos] o que se passou a designar de ‘periferia’, aglomerados distantes dos centros urbanos, clandestinos ou não, carentes de infraestrutura, onde passa a residir crescente quantidade de mão de obra necessária para fazer girar a maquinaria econômica. Como acumulação e especulação andam juntas a localização da classe trabalhadora passou a seguir fluxos dos interesses imobiliários (KOWARICK, 1973, p. 31).

Assim, a industrialização e urbanização vertiginosa dá origem a novas formas de ocupação dos lugares, e nesse processo se refundem as relações sociais. O que se constata é que o deslocamento de população para áreas metropolitanas como Guarulhos promoveu a ampliação dos formatos de ocupação, apontando para atividades laborativas de várias ordens no mundo do trabalho em expansão.

Contudo, é importante desvelar que concomitante a esse processo econômico se desdobram ressignificações das mudanças em seu modo de vida. Desenrola-se o que o geógrafo Ruy Moreira chama a atenção:

[os homens] “tirado[s] do campo e posto na cidade, [são] jogado[s] na vivência de um mundo de referências arbitrariamente dadas pelo tempo do relógio {...} o dia a dia cronométrico do trabalho, o apito da fábrica, alargando numa abrangência ilimitada a escala de exclusões do Homem. Chega o tempo de desterritorialização. A descolagem das referências [...] E a alienação desnaturizante, desterrreante, desterritorializante se assume por fim como reação de um homem com falta de referências espaciais que o levem a sentir-se um ser consigo encontrado (MOREIRA, 1999, p.344, grifo nosso).

Questões como de sociabilidade (desde a reconstituição da própria identidade nos novos lugares, novas relações de vizinhança até as questões de família/parentescos) emergem com muita força atingindo diferentes grupo sociais.

A grande massa da população migrante que se desloca para Guarulhos passa, nesse contexto, de transformações econômicas, sociais, demográficas e urbanísticas a se reproduzir em diversas escalas. O Estado (entes nacional, estadual e municipal) de maneira articulada incrementou:

[...] a implantação de indústrias ao longo da rodovia Presidente Dutra, impulsionando também a implantação de loteamentos industriais e habitacionais nas regiões de Cumbica, Lavras, Bonsucesso e Taboão. Do final da década de 50 até o final da década de 70 verificamos que a expansão do adensamento urbano ocorreu mais concentradamente na região oeste do município e, nas demais regiões, a ocupação aconteceu de forma rarefeita (PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS SECRETARIA DE HABITAÇÃO, 2011, p.27).

É preciso dimensionar que no processo de deslocamento para Guarulhos (e outros centros atrativos) era necessário, para que o processo produtivo assentado na fábrica se desdobrasse, a garantia de que a população que se deslocava para às cidades seria incorporada à lógica urbana e, assim reconfigurada - por meio da escola- em mão de obra tipicamente urbana. Dessa maneira, o Estado se faz presente ao atender as populações que se deslocam do campo para as cidades, para que pudessem, nos seus novos lugares, aprender a habitar, produzir e viver.

A prefeitura de Guarulhos se vê no espelho: as escolas têm um lugar e isso tem significados

O mapa (figura 1) foi difundido pela prefeitura de Guarulhos a partir de dezembro de 2021:

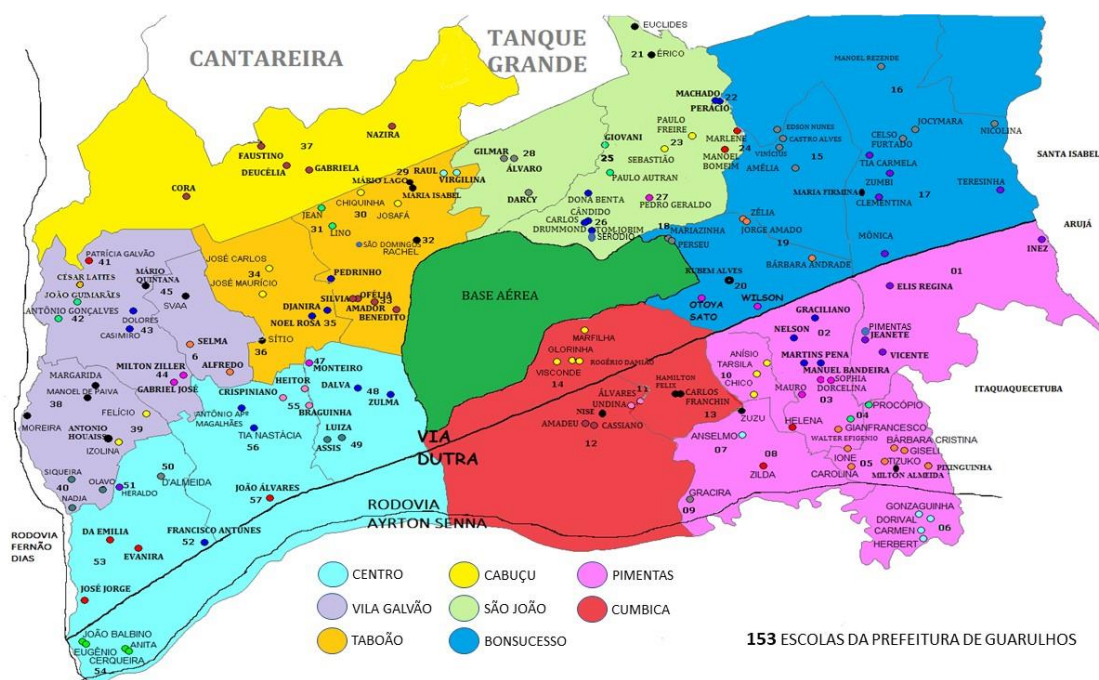


Figura 1- Escolas da Prefeitura de Guarulhos

Fonte: Disponível em:
<https://portaleducacao.guarulhos.sp.gov.br/siseduc/portal/site/listar/arquivo/?idinstituicao=2&idtipo=1&nome=Mapa%20das%20Escolas%20da%20Prefeitura%20de%20Guarulhos>

O que nos mostra o mapa da figura 1?

Inicialmente quatro pontos a reconhecer:

- 1) Identifica o município de Guarulhos e a leste os municípios contíguos de Santa Isabel, Arujá e Itaquacetuba.
- 2) O município de Guarulhos dividido em bairros, utilizando cores diferentes para evidenciar os limites entre eles. Nessa repartição há ainda o destaque para: uma área, praticamente no centro do mapa, identificada como base aérea e outras duas extensões territoriais, na porção superior da figura, sem indicação relacionada a legenda, nominadas como Cantareira e Tanque Grande.
- 3) A representação também exhibe o município cortado pelas Rodovias Fernão Dias, Presidente Dutra (Br 116) e Ayrton Senna, três vias de circulação associada à presença de uma extensa base aérea. No que tange a presença das rodovias Dutra e Ayrton Senna, é importante observar que seus respectivos posicionamentos em paralelo, abrangem o maior adensamento populacional do município, a região dos Pimentas.

4) Por último, nos permite reconhecer a localização e distribuição de escolas em cada bairro do município: são 153 no total, sendo a maioria delas situadas na região dos Pimentas. Esse registro, articulado pela legenda do mapa, nos permite inferir a constituição de uma ordenação territorial, na qual cada escola parece ser um ponto no território, possibilitando uma interpretação de que há uma rede de escolas da prefeitura no município de Guarulhos.

Acontece que, como sabemos, o mapa é uma representação do mundo, não é o mundo. A representação é sempre uma forma de olhar (Boaventura, 2000, p. 19). Trata-se de uma leitura de um sujeito, no caso o Estado, representado pelo ente federativo Prefeitura do município de Guarulhos. Nessa perspectiva, o entendimento é de que o mapa veicula - por parte do proponente - a construção de uma mensagem que versa sobre a gestão do território.

Dito de outra maneira, quem faz o mapa o faz a partir de uma intenção. E, nesse entendimento, é necessário desvendar a intenção da Prefeitura de Guarulhos ao difundir essa representação. Um processo político que regula as dinâmicas de disputas nos/dos lugares, inclusive suas relações e suas hierarquias; isto é, de seus poderes.

Essas constatações a respeito de que o mapa expressa um discurso ordenador, nos permite inverter a questão e perguntar o que o mapa não mostra. Essa explicação nos permite formular indagações a respeito do papel que essa rede de escolas tem na dinâmica da cidade e como isso vai configurar um formato de escola e do exercício da docência.

Escolas e o urbano: breves considerações sobre essa relação na escala de Guarulhos

Cardoso (2006) nos informa que a 1ª escola municipal de Guarulhos, vinculada a educação infantil, data de 1968 (e a segunda de 1973). Relata ainda que a 1ª escola municipal vinculada ao ensino fundamental foi inaugurada em 1991, e que nesse contexto até 1999 o município não contava com mais de 30 escolas municipais (considerando que as escolas do ensino fundamental pertenciam ao estado, provavelmente a quantidade de escolas existentes no município era maior).

Coincidindo com mudanças no âmbito da governança do município em 2001, a prefeitura de Guarulhos desencadeia de maneira incisiva a implementação de um conjunto de políticas públicas educacionais. Entre elas salta aos olhos aquelas relacionadas a municipalização do ensino. Nesse decurso o poder municipal assumiu responsabilidades para ampliar a educação infantil e oferecer ensino fundamental.

Cardoso (2006) e Mello (2007) assinalam que após aguda crise política entre os governos estadual e municipal, Guarulhos opta por realizar uma municipalização própria:

A democratização do acesso de milhares de crianças nos impunha a necessidade de elaboração de um Programa de construção de escolas, reformas e ampliações das escolas já existentes. Foi contratado o CEBRAP – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, para realizar estudos sócioeconômico- geográficos do município de Guarulhos, com análise das ofertas de vagas existentes no município, população e percentual de crescimento populacional, bolsões de pobreza, maior concentração de crianças, mulheres na faixa de idade mais propícia à maternidade e planos alternativos para os locais de construção das escolas, a partir de todos esses elementos, assim como disponibilidade de terrenos públicos (CARDOSO, 2006, p. 55).

Objetivamente, o Estado adota uma política educacional até então inexistente no município, para implantar mais de 45 escolas e outros equipamentos urbanos escolares. Guarulhos a partir de 2001 saltou de “24 mil vagas para 75 mil vagas nas escolas municipais, em quatro anos foram criadas mais vagas que nos vinte e oito anos anteriores juntos” (CARDOSO, 2006, p. 58).

A esses desdobramentos se somaram outras políticas públicas educacionais relacionadas à formação dos docentes. A prefeitura de Guarulhos, no processo de expansão da rede de escolas, ao reconhecer quem são os alunos e suas respectivas necessidades, organizou estratégias para identificar os professores e promover outras formas de reconhecimento e valorização da carreira docente.

Nitidamente, a ação da prefeitura de Guarulhos buscava qualificar a escola pública. Na execução do processo civilizatório dando visibilidade à relação os professores e alunos, buscava-se consolidar uma rede de escolas

territorialmente articulada, demonstrando assim presença da máquina de Estado, isto é, consolidando formas de mediar o controle da população (Algebaile, 2000).

Oliveira Filho (2020) reconhece um conjunto de ações voltadas à implementação de políticas educacionais de formação dos docentes dessa rede. Destacamos o conjunto de cursos, palestras, conferências, semanas pedagógicas, criação de bibliotecas e das discussões e sistematizações sobre a valorização da carreira docente, assim como a implantação do Plano de Carreira do Magistério.

O acesso de muitas crianças à escola por meio do aumento de matrículas, a construção de uma rede de escolas e a adoção de encaminhamentos voltados a formação docente, aprofundou o entendimento da prefeitura sobre as finalidades da escola. É isso que se depende da leitura da apresentação da primeira proposta curricular do município, intitulada Quando de Saberes Necessários (QSN), em 2010.

Na apresentação o documento realça uma perspectiva do poder municipal em relação a escola. Houve a compreensão de que a formulação curricular (QSN construída de forma coletiva) estava ancorada no desafio sobre qual projeto político pedagógico as escolas deveriam se assentar para formar o aluno e quais saberes seriam necessários (QSN, 2010)

Ponderações relacionadas aos fundamentos do trabalho de Paulo Freire (1991), quando aduz a necessidade de uma escola ter uma cara, pensando na formação permanente dos professores e assim possa formar alunos que aprendam a fazer perguntas.

Essas questões norteadoras, foram basilares do QSN, que na sua primeira versão, impressa em 2010, avaliou a educação como um ato político. E, ponderou o cotidiano das salas de aula ou dos espaços de formação da escola[...] [considerando que] a participação (dos professores, coordenação pedagógica e comunidade) na elaboração não é um detalhe, mas uma exigência político-pedagógica (QSN, 2010).

Contudo, na segunda versão, lançada em 2019 inserida em outro contexto político da governança do município e do país, o documento QSN, já nas primeiras páginas apresenta os fundamentos de sua ordenação:

Baseada nos princípios da igualdade de acesso à educação escolar, a Resolução CNE/CP nº 2/2017 instituiu a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento de referência

normativa que objetiva nortear a construção ou a adequação de propostas curriculares e currículos dos sistemas de ensino e unidades escolares, definindo aprendizagens essenciais comuns para todos os educandos do território nacional (QSN, 2019, p. 8).

A BNCC define as competências gerais para a Educação Básica e afirma o seu compromisso com a educação integral. A saber: Reconhece, assim, que a Educação Básica deve visar à formação e ao desenvolvimento humano global, o que implica compreender a complexidade e a não linearidade desse desenvolvimento, rompendo com visões reducionistas que privilegiam ou a dimensão intelectual (cognitiva) ou a dimensão afetiva. Significa, ainda, assumir uma visão plural, singular e integral da criança, do adolescente, do jovem e do adulto – considerando-os como sujeitos de aprendizagem – e promover uma educação voltada ao seu acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno, nas suas singularidades e diversidades (QSN 2019, p. 12).

Para reconstrução do QSN o município de Guarulhos assume a referência normativa da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Uma política de centralização curricular, alicerçada nas avaliações em larga escala e balizadora dos programas governamentais de distribuição de livros didáticos (CASSIO, 2019, p.13). Trata-se, também, de uma política pública educacional voltada a ressignificar a compreensão de escola pública e suas finalidades. Essa racionalidade relativiza a formação humana baseada na perspectiva da formação intelectual, e coloca em discussão o trabalho de transmissão de conhecimento. Laval (2004, p. 55) sintetiza essa perspectiva de forma contundente: (...) no contexto atual a noção está no princípio dos discursos que constroem as relações de força entre grupos sociais. A competência está estreitamente conectada com a exigência de eficácia e de flexibilidade solicitada aos trabalhadores na sociedade da informação.

A adoção dessas medidas expressa como aponta a pesquisa de Oliveira Filho (2020) uma ruptura com “políticas educacionais das gestões anteriores, várias ações [do município de Guarulhos] aderiram, [por exemplo] ao *Programa Formar*, da Fundação Lemann, que introduziu uma concepção de formação inspirada no gerencialismo, cuja prioridade é o resultado das avaliações externas” (OLIVEIRA FILHO, 2021, p.7, grifo nosso).

Várias palavras de ordem no âmbito educacional demarcam e fundam a organização do Quadro de Saberes Necessários de Guarulhos (QSN).

Expressões como o direito a aprendizagem, habilidades e competências são exemplos marcantes, pois aparecem como centralidades do documento.

O QSN, ao tratar a educação como *O direito a aprendizagem*, reduz o fenômeno da educação a uma face. Omite que se trata de um processo multifacetado. Essa perspectiva reducionista concebe o ensino assentado em uma racionalidade técnica, advindo daí as preocupações estabelecidas para o desenvolvimento de habilidades e competências (Carneiro, 2019, grifo nosso).

O uso do termo competências gerais no documento curricular normativo da prefeitura de Guarulhos nos parece um encaminhamento de concepção política, pois:

Na medida em que não se pode dispensar totalmente o sistema educativo, a tendência consiste em introduzir na escola a ‘competência lógica’ e combinar assim a marca do sistema educativo e a determinação mais rígida da formação da mão-de-obra pelas empresas que delas se utilizam (LAVAL, 2014, p. 58).

Essas expressões apareceram como pontua Contreras (2012, p.27) “palavras com aura”; que geralmente não são esclarecidas ao leitor, parametrizando cada leitura em algo genérico, “pressionando um consenso sem permitir discussão” (CONTRERAS, 2012, p. 28), isto é, não consente que de fato seja possível ao leitor identificar que há uma proposta para subsidiar a educação que é entendê-la como preparação para o mercado, assim como o não reconhecimento de quem fala, por qual razão fala e como fala.

Nessa mesma linha de pensamento, considerando o QSN, e pensando o Brasil desde Guarulhos, isto é, utilizando-se das múltiplas determinações e escalas que constituem o fenômeno educacional, sendo este uma síntese muito maior e mais complexa que a soma de suas partes, vale ponderar o que a prefeitura de Guarulhos, via QSN explicita sobre docência:

Durante muito tempo na história da educação no Brasil, o foco esteve no “ensinar”, centrado na figura de autoridade do professor. Novas referências destacam que na inversão desse processo deve-se partir das experiências dos educandos e ampliá-las como parte da função social da escola. Dessa

forma, os verbos para cada aprendizagem citados nos quadros referem-se à ação dos alunos, ou seja, aquilo que os educandos necessitam aprender. Essa mudança na maneira de registrar o processo didático garante mais clareza para a construção de instrumentos avaliativos internos, bem como segue os critérios definidos pelas avaliações externas e em larga escala (QSN, 2019, p. 10).

A normativa vai *pari passo* desenhando um outro professor no que tange o ensinar. Sugere o não reconhecimento de que o processo formativo se ancora no ato relacional. Esvazia a possibilidade de o docente assumir os rumos da relação ensino-aprendizagem com os alunos. O aluno passa a ser individualizado, responsabilizado a partir do sujeito que chega pleno de experiências de mundo na escola e a ele cabe dirigir o processo à luz de novas referências (que não ficam claras quais são).

Essas afirmações, por sua vez, denotam um desenho de escola que assumiria de forma generalizada a condução do processo. Vale destacar ainda que, as aprendizagens são determinadas a priori pelo documento. As prescrições se assemelham a padronizações, já não interessa quem é o sujeito. O relevante é o resultado. Padronizações que alcancem métricas, o que significa, mais uma vez, não dar guarida às singularidades da escola e de todos os envolvidos no processo.

No que toca a saber o que o aluno aprendeu, essa fundamentação se subordina, como já mencionado, aos princípios das avaliações externas e em larga escala dos moldes das agências financeiras fomentadoras de recursos e diretrizes no âmbito educacional.

Os professores, diante dessas fundamentações e estratégias, ao se verem envolvidos nessa lógica de estranhamentos, parecem já não selecionar e organizar os conteúdos, assim como não é responsável pela execução de processos formativos, o que nos representa estar induzido (e ser indutor) a não se reconhecer com outros fundamentos e formatos para o exercício da docência.

Esses estranhamentos configuram paisagens, que nos permitem ver a escola como um lugar. Um lugar entendido como área de domínio – um território - preme de relações cuja compreensão só é possível se lançarmos mão do pensamento de modo escalar, vinculando-as ao contexto da formação econômica e social brasileira. A escala geográfica nos possibilita pensar nos níveis de articulação que caracterizam a empiria

Nesse sentido, essas ações que envolvem o jogo escalar têm nos permitido buscar respostas, sempre provisórias, de nossos próprios questionamentos, e perguntarmos como se organizam aspectos da vida urbana, assim como os de outras ordens territoriais espalhadas no território brasileiro.

O Brasil desde Guarulhos

Uma das maneiras de percebermos as relações entre o Estado brasileiro e o urbano é por meio de interpretações das ordens territoriais da cidade. A observação das paisagens da cidade e posterior problematização (e sistematizações) a respeito do fenômeno urbano se desdobra nesse artigo, a partir da compreensão do como o Estado, isto é a prefeitura de Guarulhos, normatiza alguns aspectos do viver em cidade. Do ponto de vista da teoria Poulantzas, nos ajuda a pensar a questão:

O estabelecimento da política do Estado deve ser considerado como a resultante das contradições de classes inseridas na própria estrutura de Estado (o Estado- relação). Compreender o Estado como a condensação de uma relação de forças entre classes e frações de classes tais como elas se expressam, sempre de maneira específica, no seio do Estado, significa que o Estado é constituído-dividido de lado a lado pelas contradições de classe. Isso significa que uma instituição, o Estado, destinado a reproduzir as divisões de classe, não é, não pode ser jamais, como nas concepções do Estado-coisa ou Sujeito, um bloco monolítico sem fissuras, cuja política se instaura de qualquer maneira a despeito de suas contradições, mas é ele mesmo dividido. Não basta simplesmente dizer que as contradições e as lutas atravessam o Estado, como se tratasse de manifestar uma substância já constituída ou de percorrer um terreno vazio. As contradições de classe constituem o Estado, presentes na sua ossatura material, e armam assim a sua organização: a política do Estado é o efeito de seu funcionamento no seio do Estado (POULANTZAS, 1980, p. 152).

Como se pode inferir, é possível desdobrar da citação elementos para atentar que as prefeituras não são uma entidade metafísica, que pairam sobre as relações sociais. Muito menos um agrupamento rígido sem

diferenças internas, cuja política se instaura de qualquer maneira a despeito de suas contradições.

Concebemos a prefeitura de Guarulhos como um processo resultante das contradições de classes inseridas em sua própria estrutura, na medida em que é a expressão de disputas entre classes e frações de classes tais como elas se apresentam, sempre de maneira singular, no interior da máquina municipal.

Simultaneamente, ao mesmo movimento que o Estado faz, com suas devidas mediações, as prefeituras criam um conjunto de elementos simbólicos e materiais no sentido de encaminhar a perspectiva de que todas as diferentes classes sociais, frações de classes nas suas diferenças, são comuns à cidade (imaginada).

A dinâmica das prefeituras espalhadas no território nacional, tanto a “máquina da prefeitura” como as elites locais, de uma maneira ou de outra, cumprem um programa a ser percorrido. Sua realização, seja em diferentes escalas, em diferentes lugares, seja no ordenamento nacional, regional e citadino é a materialização de um amplo conjunto de valores, comportamentos e leituras de mundo.

Para concluir provisoriamente

O Estado nacional, (os governos estaduais) e as prefeituras, ao parametrizarem a vida urbana na cidade, no campo, nas encostas de morro, em áreas ribeirinhas, quilombos, aldeias indígenas, nos condomínios de luxo, nos conjuntos habitacionais das classes populares normatiza uma maneira de viver.

Cria um verdadeiro programa curricular (são códigos de posturas municipais, estaduais e federais, parâmetros de utilização do solo, de florestas, de fundos de vale, de áreas litorâneas, dos corpos de água, usos dos espaços urbanos e privados...) que na diversidade da produção, circulação e construção da e na cidade (do e no mundo), se organiza e se contradiz com tudo que lhe é externo para que, assim, possa realizar o que possui de estrutural a fim de garantir seu processo de acumulação e/ou reprodução ampliada.

Com essas preocupações, entendemos o quanto é importante pensar, de um lado, sobre as maneiras como o Estado e as prefeituras desenvolvem

políticas públicas a respeito da educação e, por outro, o como as escolas públicas têm resistido às imposições curriculares e outras formatações dos processos formativos de professores, e assim reelaborado os saberes e práticas pedagógicas construídas na escola.

A interpretação: a escola pública como instrumento de mediação do Estado junto as populações mais pobres e outras frações de classes, constituem-se uma referência para a permanente construção do significado de Brasil e de quem são os brasileiros.

Referências

ALGEBAIL, Eveline. *Escola pública no Brasil: A ampliação para menos*. Rio de Janeiro: Lamparina Editora. 2009.

APPLE, Michael Whitman, TEITELBAUN, Kenneth. Está o professorado perdendo o controle de suas qualificações e do currículo? *Teoria e Educação*, Porto Alegre: Pannonica, nº 4, p. 62-90, 1991.

BRASIL *Base Nacional Comum Curricular (BNCC)*. Educação é a Base. Brasília, MEC, 2017. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79611-anexo-texto-bncc-aprovado-em-15-12-17-pdf&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192 Acesso em: 29 jan. 2024.

CARDOSO, Lindabel Delgado. – Gestão 2001 – 2004: da construção da rede municipal de educação ao projeto político pedagógico. 2005. *Dissertação de Mestrado Faculdade de Educação UNICAMP*, 2005.

CARNEIRO, Silvio. Vivendo ou aprendendo...a ideologia da aprendizagem contra a vida escolar. In: CASSIO, Fernando. *Educação contra a barbárie: pôr escolas democráticas e pela liberdade de ensinar*. São Paulo: Boitempo, 2019, p.41-46.

CÁSSIO, Fernando. Existe vida fora da BNCC? In: CÁSSIO, Fernando; CATELLI JR, Roberto. *Educação é a Base? 23 educadores discutem a BNCC*. São Paulo: Ação Educativa, 2019, p. 13-39.

CONTRERAS, José. *Autonomia de Professores*. 2. ed., São Paulo: Cortez, 2012.

DINIZ-PEREIRA, J. E. Da racionalidade técnica à racionalidade crítica: formação docente e transformação social. *Perspectivas Em Diálogo Revista de Educação e Sociedade*, v. 01, n. 01, p. 34-42, jan./jun, 2014.

DUARTE, Gerson Moura. Cumbica, Guarulhos, São Paulo, Brasil: um aeroporto contemporâneo? 2012. *Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Presbiteriana Mackenzie*, São Paulo, 2011. 246 f. Disponível em: <http://tede.mackenzie.br/jspui/handle/tede/468>. Acesso em: 30 mar. 2020.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Prefácio. In: ALGEBAILLE, Eveline. *Escola pública no Brasil: A ampliação para menos*. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2009, p. 17-24, 2009.

GUARULHOS. Secretaria Municipal de Educação. Proposta Curricular: Introdutório. In: GUARULHOS. Secretaria Municipal de Educação. *Quadro de Saberes Necessários*. Prefeitura de Guarulhos, 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - Cidades. *Guarulhos - História*. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/guarulhos/historico>: Acesso em: 29 jan. 2024.

KOWARICK, Lúcio. *A Espoliação Urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MELLO, João Manuel Cardoso de & NOVAES, Fernando Antonio. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. (org.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, Vol. 4, 1998, p. 559-658.

MELLO, Marinilzes Moradillo. A questão da municipalização da educação em Guarulhos: 1997-2004. 2007. 267p. *Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação UNICAMP*. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/251509> Acesso em: 10 ago. 2018.

MOREIRA, Ruy. Realidade e metafísica nas estruturas geográficas contemporâneas. In: CASTRO, Iná Elias et al. *Redescobrimo o Brasil – 500 anos depois*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1999, p.341-346.

OLIVEIRA, Francisco de. — O Estado e o urbano no BrasilII. São Paulo: *Espaço & Debates*, n.6, jun.-set. 1982, pp. 36-54.

OLIVEIRA, Elton Soares. et al. *Guarulhos espaço de muitos povos*. São Paulo: Noovha América, 2008. 2ª ed.

OLIVEIRA FILHO, Edvaldo Reis A política de formação continuada docente da Rede Municipal de Educação de Guarulhos/SP (2001-2020)2020 *Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós Graduação em Educação*. Universidade Federal de São Paulo, Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/items/2761e878-7490-43c7-a54b-3634145f5910> Acesso em 10 de março 2023.

POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS SECRETARIA DE HABITAÇÃO. *Plano local de habitação de interesse social de Guarulhos diagnóstico do setor habitacional etapa II*. 2011.

RIZEK, Cibebe Saliba. Pensar a cidade é pensar o país. Francisco de Oliveira: um biógrafo não autorizado do Brasil. *Geousp – Espaço e Tempo* (Online), v. 23, n. 2, p. 226-241, ago. 2019. ISSN 2179-0892.

SANTOS, Boaventura .de Souza. *A Crítica da Razão Indolente*. São Paulo: Editora Cortes 2ª edição, 2000.

SANTOS, Carlos José Ferreira dos. *Identidade Urbana: a formação dos múltiplos territórios em Guarulhos*. São Paulo: Ed. Annablume, 2006.

SANTOS, Douglas. Vídeo “*Em direção à Geografia do Brasil*” Disponível em< <https://youtu.be/2xKIQOSI-f0>> Acesso em: 8 ago. 2020.

SANTOS, Douglas. A Geograficidade da Escola e o Ensino de Geografia. *Revista Tamoios*, v. 10, n. 1, 2014.

SILVA, Jorge Luiz Barcellos da; CARVALHO, João Prado Ferraz de . Uma experiência pibidiana entre as rodovias Presidente Dutra e Ayrton Senna: o ensino de Geografia e História nos anos iniciais do ensino fundamental e a formação docente. In: João do Prado Ferraz de Carvalho. (Org.). *Experiências de formação de professores nos arrabaldes das cidades de Diadema e Guarulhos, estado de São Paulo. Desafios da formação inicial docente no contexto do Pibid*. 1ed.Jundiaí: Paco Editorial, 2017, v. 1, p. 5-29.

SILVA, Jorge Luiz Barcellos da A necessidade dos estudos geográficos da escola pública e dos processos de ensino e aprendizagem: um exemplo na região metropolitana de São Paulo. *Boletim de Geografia*,

Maringá, v. 35, n. 3, p. 135-151, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/bolgeogr.v35i3.32053> Acesso em: 20 agosto 2017.

SILVA, Jorge Luiz Barcellos da. Formação de professores dos anos iniciais do ensino fundamental: considerações sobre escola, conhecimento, linguagem e ensino de Geografia. *Revista Terra Livre*, v. 1, p. 99-120, 2012. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/462> . Acesso em: 10 set. 2020

SILVA, Jorge Luiz Barcellos da “*Atlas geográfico do Brasil: leituras da territorialidade e da construção da brasilidade*” (2006). Tese de Doutorado. Programa de Ciências Sociais PUCSP. São Paulo, 2006.

AUTOR

Jorge Luiz Barcellos da Silva

Licenciado em Geografia - UFRGS, Mestre em Geografia Humana - USP e Doutor em Ciências Sociais - PUCSP. Professor Associado no Departamento de Educação e Programa de Pós-Graduação em Educação UNIFESP. Interesses de pesquisa: Epistemologia da Geografia, Ensino de Geografia, Escola pública, Formação de Professores de Geografia e Práticas Pedagógicas.

E-mail: jorge.barcellos@unifesp.br

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/9950540154695961>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5135-6363>

Recebido para publicação em junho de 2024.

Aprovado para publicação em setembro de 2024.

A pesquisa sobre ensino de Geografia no Brasil (2013-2023): um panorama em construção

*Research on Geography teaching in Brazil (2013-
2023): a panorama under construction*

*Investigación sobre la enseñanza de la Geografía
en Brasil (2013-2023): un panorama en
construcción*

Flaviana Gasparotti Nunes

Universidade Federal da Grande Dourados

flaviananunes@ufgd.edu.br

Resumo: Neste texto pretende-se constituir um quadro panorâmico sobre a pesquisa em ensino de Geografia no Brasil. O levantamento das informações que subsidiou as análises foi realizado no Catálogo de Dissertações e Teses da CAPES tendo como recorte temporal o período de 2013 a 2023. Priorizou-se as teses de doutorado por se caracterizarem como pesquisas de maior verticalidade de discussões e densidade teórico-conceitual. Com base no levantamento, mapeamos os programas de pós-graduação/instituições em que os trabalhos foram defendidos, identificamos a presença (ou não) de linhas de pesquisa voltadas ao ensino de Geografia nesses programas e sistematizamos os principais temas/questões de pesquisa das teses. Desta forma, procuramos identificar tendências temáticas de acordo com a instituição/programa de pós-graduação e refletir sobre os caminhos que vêm sendo construídos nessa área. **Palavras-chave:** ensino de Geografia. produção científica. pós-graduação. temáticas de pesquisa.

Abstract: This text aims to provide a panoramic picture of research into Geography teaching in Brazil. The collection of information that supported the analyzes was carried out in the CAPES Catalog of Dissertations and Theses, taking as a time frame the period from 2013 to 2023. Priority was given to doctoral theses as they are characterized as research with greater verticality of discussions and theoretical density– conceptual. Based on the survey, we mapped the postgraduate programs/institutions in which the works were defended, identified the presence (or not) of lines of research focused on teaching Geography in these programs and systematized the main themes/research questions of the theses. In this way, we seek to identify thematic trends according to the institution/postgraduate program and reflect on the paths that have been built in this area.

Keywords: teaching Geography. scientific production. postgraduate studies. research themes.

Resumén: Este texto tiene como objetivo ofrecer un panorama de la investigación sobre la enseñanza de la Geografía en Brasil. La recolección de información que sustentó los análisis se realizó en el Catálogo de Disertaciones y Tesis de la CAPES, tomando como marco temporal el período de 2013 a 2023. Se dio prioridad a las tesis doctorales por caracterizarse como investigaciones con mayor verticalidad de discusiones y densidad teórica–conceptual. A partir de la encuesta, mapeamos los programas/instituciones de posgrado en los que se defendieron los trabajos, identificamos la presencia (o no) de líneas de investigación enfocadas a la enseñanza de la Geografía en esos programas y sistematizamos los principales temas/preguntas de investigación de las tesis. De esta manera, buscamos identificar tendencias temáticas según la institución/programa de posgrado y reflexionar sobre los caminos que se han construido en esta área.

Palabras clave: enseñanza de Geografía. producción científica. posgraduación. temas de investigación.

Introdução

Nos últimos anos, observa-se que pesquisas e publicações com variados níveis de aprofundamento e enfoques têm procurado analisar a produção científica sobre ensino de Geografia no Brasil.

Dentre elas, o livro de Pinheiro (2005) é certamente uma referência importante. Baseado em sua tese de doutorado (2003), o livro atualiza dados da tese analisando 317 dissertações e teses no período de 1967 a 2003, produzidas em 47 universidades brasileiras, sendo 277 dissertações de mestrado e 40 teses de doutorado. Com base nos 317 trabalhos analisados, o autor categorizou onze focos temáticos das pesquisas: Representação Espacial (49), Prática Docente e Educativa (45), Educação Ambiental (40), Currículos e Programas (37), Conteúdo-método (36), Formação de Professores (24), Formação de Conceitos (21), Livro Didático (20), História da Geografia Escolar (18), Características dos Alunos (17) e Estudos Sociais (10). (PINHEIRO, 2020, p. 202)

Moutinho (2013) realizou a revisão dos artigos sobre ensino de Geografia publicados entre 2003 e 2013 nas revistas Qualis A de Geografia, disponíveis *on line*. A autora classificou os artigos em seis grupos ou linhas de pesquisa: 1) Formação de professores e saberes docentes; 2) Análise dos livros didáticos e documentos oficiais; 3) Metodologias, abordagens de conteúdos e inovações didáticas; 4) Análise do papel da escola e da geografia escolar; 5) Educação no campo, e 6) Ensino de geografia na educação infantil. Dentre as conclusões, ressaltou que a produção científica sobre ensino nas revistas de referência da área é escassa, tendo em vista número reduzido de artigos publicados no período de seu levantamento. (MOUTINHO, 2013, p. 170)

Cavalcanti (2016), por sua vez, realizou estudo exploratório sobre o estado da arte da pesquisa sobre ensino no Brasil tendo como fonte principal de dados um levantamento de Teses e Dissertações nos Programas de Pós-Graduação em Geografia no Brasil no período de 2000 a 2015. A partir desta delimitação temporal, foram analisados resumos e palavras-chave de 430 trabalhos, sendo 338 dissertações e 92 teses, do total de 62 Programas da Geografia, utilizando-se categorização de pesquisa anterior (CALLAI, CASTELAR; CAVALCANTI, 2012), com ajustes para abrigar a

temática abordada nesses trabalhos. A partir das análises realizadas, autora concluiu que:

[...] os dados atestam a consolidação dessa linha de pesquisa, sua diversidade temática, sua institucionalização na pós-graduação, o que permite contestar a afirmação de que se trata de uma área “que aparece de forma tímida” nos programas, pelo contrário, os dados permitem afirmar que há, de fato, uma presença significativa dessa linha. (CAVALCANTI, 2016, p. 416)

Fonseca (2019) constrói o estado da arte das pesquisas em ensino de Geografia a partir da análise dos artigos publicados em periódicos nacionais disponíveis de forma *on line* até o ano de 2016 realizando inferências sobre as perspectivas e as tendências das pesquisas no ensino de Geografia. Com base nos procedimentos metodológicos adotados, entre outras questões, o autor aponta para uma concentração de pesquisas publicadas acerca de políticas educacionais e de processos de ensino e de aprendizagem, que correspondem a mais da metade de todos os artigos publicados a respeito dessa temática.

Outro estudo do mesmo autor (FONSECA, 2021) traça o estado da arte das pesquisas em ensino de Geografia que abordaram a categoria espacial de paisagem, a partir da análise dos artigos publicados em periódicos nacionais, no mesmo período do estudo anteriormente citado.

De modo semelhante, Marques e Fonseca (2019) realizaram o estado da arte da questão racial no ensino de Geografia por meio da verificação em periódicos nacionais e no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. Os autores concluíram que são escassas as pesquisas acadêmicas em ensino de Geografia que discutem a questão racial no Brasil e que se concentram em cinco temáticas principais: a Lei 10.639/03, os livros didáticos, as propostas didático-pedagógicas, as representações acerca do continente africano e as ações afirmativas.

Já o trabalho de Aita e Oliveira (2021) visou a construção de um estado da arte de teses e dissertações encontradas na Biblioteca Digital de Teses e

Dissertações (BDTD) entre os anos de 2013 e 2018 que versam, de forma mais específica, sobre as práticas de ensino em Geografia.

Com base no Banco de Teses e Dissertação da CAPES, Pastoriza, Orlando e Caiado (2015) analisaram a produção de pesquisas sobre ensino de Geografia para pessoas com deficiência no período de 1993 a 2012. A análise teve foco na deficiência visual, com destaque para os temas pesquisados e as Instituições de Ensino Superior onde as pesquisas se realizaram.

Realizamos esta breve revisão no intuito de sinalizar que os estudos sobre a pesquisa em ensino de Geografia no Brasil possuem diferentes recortes temporais, bem como tipos de produções (teses, dissertações ou artigos), além de abordagens ou enfoques gerais ou específicos (temas, categorias, etc).

Sendo assim, a proposta deste texto é contribuir para a reflexão sobre a pesquisa em ensino de Geografia no Brasil, já iniciada por outros autores, a exemplo dos aqui citados. Objetivamos constituir um quadro panorâmico sobre a pesquisa em ensino de Geografia no Brasil, identificando instituições, linhas de pesquisa e principais temáticas abordadas. É importante ressaltar que dado o escopo deste texto, não realizaremos análises mais verticalizadas sobre referenciais teórico-metodológicos ou abordagens conceituais presentes nas teses. A pretensão é oferecer uma visão panorâmica como “porta de entrada” para estudos mais aprofundados.

O levantamento das informações foi realizado no Catálogo de Dissertações e Teses da CAPES tendo como recorte temporal o período de 2013 a 2023. Assim como Cavalcanti (2016, p. 406-407) entendemos que:

[...] embora se tenha a consciência de que a pesquisa no ensino de Geografia não é feita somente nesse âmbito, é possível concluir que um estudo de linhas de pesquisa no ensino de Geografia e de teses e dissertações nessa área revelam importantes caminhos que estão sendo trilhados no sentido da reflexão teórica e das proposições para o ensino de Geografia no Brasil.

Priorizamos as teses de doutorado por se caracterizarem como pesquisas de maior verticalidade e densidade teórico-conceitual.

O texto estrutura-se em dois itens, além das considerações finais. No primeiro item esclarecemos os procedimentos metodológicos utilizados e identificamos as instituições/programas de pós-graduação onde foram elaboradas e defendidas as teses selecionadas. A partir da identificação dos “lugares de produção”, analisamos a presença (ou não) de linhas de pesquisa voltadas ao ensino de Geografia nesses programas. No item seguinte, procuramos sistematizar os principais temas/questões de pesquisa das teses, buscando identificar tendências de acordo com a instituição/programa de pós-graduação.

Onde se produz: instituições e programas de pós-graduação

Conforme já mencionamos, o levantamento das informações que embasam esta discussão foi realizado no Catálogo de Dissertações e Teses da CAPES tendo como recorte temporal o período de 2013 a 2023¹. A busca das teses foi realizada utilizando os descritores: “ensino de Geografia”, “educação geográfica” e “formação de professores de Geografia”. Para refinar a busca, incluiu-se os filtros “Área de Conhecimento: Geografia” e “Área de Avaliação: Geografia²”. Feitas as comparações dos trabalhos encontrados em cada descritor, eliminou-se as repetições, já que uma mesma tese pode conter os 3 descritores no título, resumo ou palavras-chave e chegou-se ao número de 166 teses.

A área de Geografia atualmente conta com 80 programas de pós-graduação *stricto sensu* sendo que 41 possuem o nível de doutorado. Desses 41 programas, verificamos que em 21 foram defendidas teses de doutorado na área de ensino de Geografia.

¹ Deve-se ressaltar que, como o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES é vinculado à Plataforma Sucupira, os dados referentes ao ano de 2023 não estão completos, visto que no momento de nosso levantamento, os programas estavam em período de lançamento dessas informações.

² É sabido que teses sobre ensino de Geografia são defendidas em programas de pós-graduação de outras áreas como Educação, Geociências, Ensino de Geociências, entre outras. No entanto, para as finalidades deste texto, optamos por investigar apenas os programas de pós-graduação da área de Geografia.

No mapa a seguir, pode-se identificar a localização dos programas de pós-graduação/instituições, bem como o número de teses em ensino de Geografia defendidas em cada instituição no período pesquisado.

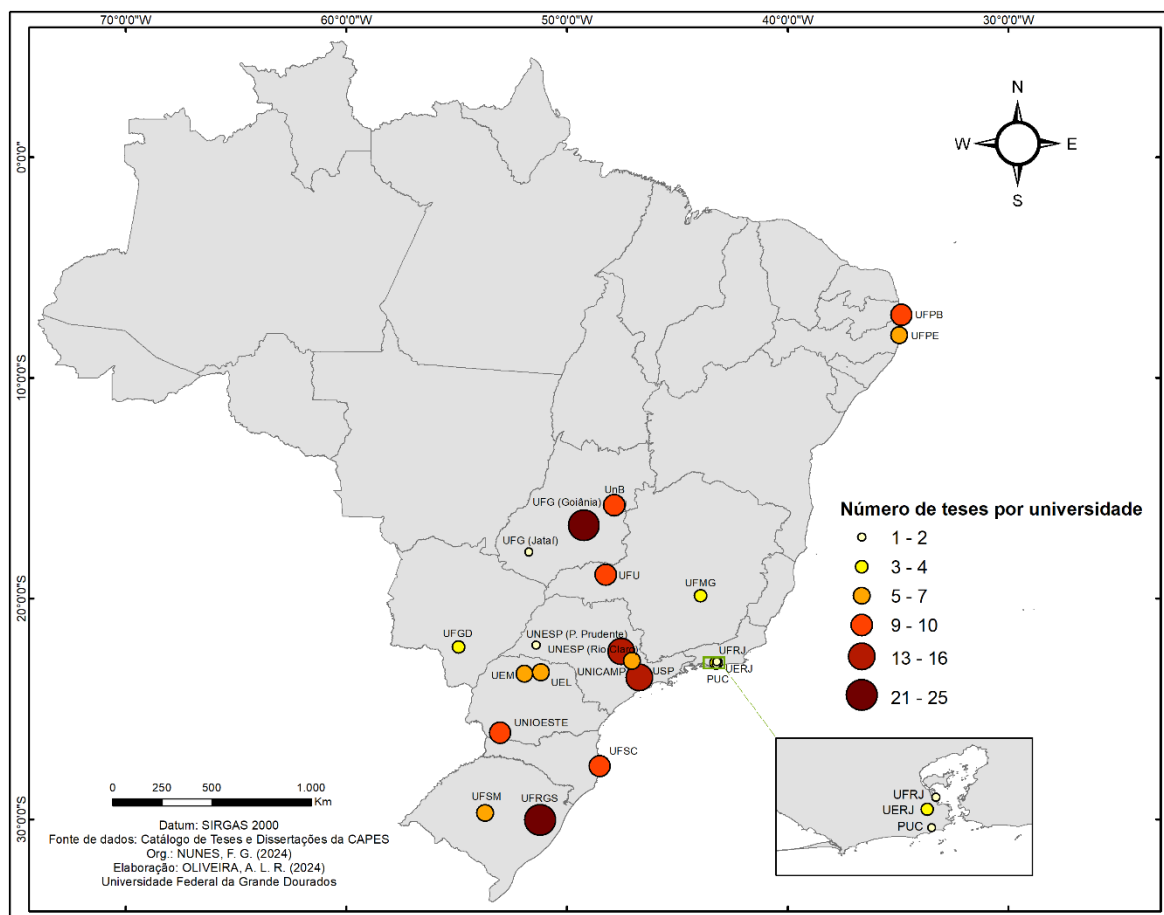


Figura 1 - Teses de doutorado em Ensino de Geografia (2013-2023)

Observa-se que, mesmo com a expansão e interiorização dos programas de pós-graduação em Geografia ocorrida nos últimos anos, a produção de teses em ensino de Geografia concentra-se em instituições localizadas no centro-sul do Brasil. Não foram encontrados trabalhos defendidos em programas localizados na região norte e mesmo na região nordeste, apenas dois programas (UFPB e UFPE) possuem teses defendidas em ensino de Geografia no período. Dois programas de pós-graduação destacam-se pelo número de teses defendidas: UFRGS e UFG.

Dos 21 programas com teses em ensino de Geografia, quase metade deles (10) possui linha de pesquisa específica sobre ensino de Geografia ou educação geográfica ou um desses em composição com outros temas, tais como representações, cartografia e cultura, conforme verifica-se no quadro a seguir:

Instituição	Linha de Pesquisa
UFG	Ensino-Aprendizagem de Geografia
UFRGS	Ensino de Geografia
UNIOESTE/FB	Educação e ensino de Geografia
UNESP/RC	Ensino de Geografia, Cartografia e Cartografia Escolar
USP (Geografia Humana)	Geografia, Educação e Ensino
UFPB	Educação geográfica
UFU	Educação geográfica e representações
UFPE	Educação geográfica, cultura, política e inovação na produção contemporânea do espaço
UFSC	Geografia em Processos Educativos
UFMG	Produção do Espaço, Ecologia, Política, Cultura e Educação Geográfica

Quadro 1 - Programas e suas linhas de Pesquisa

Fonte: Plataforma Sucupira/CAPEs.

Este quadro, quando comparado com o mapa, demonstra que, com exceção de um programa (UFMG), todos os demais que possuem linhas de pesquisa voltadas ao ensino de Geografia³ estão entre os que têm entre 25 e 09 teses defendidas no período analisado. Por outro lado, também indica que, embora os outros 11 programas não possuam linha de pesquisa voltada ao ensino de Geografia, tem-se produzido teses nessa área,

³ Concordamos com Cavalcanti (2016, p. 417, nota 10) que: "(...) a institucionalização de linhas especificamente voltadas para esse foco evidencia um reconhecimento e uma legitimidade que é importante evidenciar no exercício de compreender os caminhos da área.

denotando a ampliação do interesse pela pesquisa e expansão da área de ensino de Geografia.

Sobre o que se produz: temáticas das pesquisas

Pode-se considerar que nas décadas de 1990 e 2000 consolidou-se a pesquisa em ensino de Geografia em diferentes níveis de formação e essa área ganhou espaço acadêmico, adquiriu profundidade teórica, diversidade e amplitude temática. (CAVALCANTI, 2016, p. 405)

No intuito de elaborar o estado da arte desse campo de conhecimento em período posterior a essa consolidação (2000 a 2015), Cavalcanti (2016) realizou estudo exploratório de teses e dissertações que foram categorizadas em 8 eixos temáticos, a saber: 1. Formação de conceitos; 2. Ensino em contextos diferenciados; 3. História da Geografia Escolar; 4. Metodologias; 5. Diferentes linguagens; 6. Formação, saberes e práticas docentes; 7. Currículos e políticas públicas; 8. Livros didáticos.

Em movimento distinto, inclusive porque trabalhamos com um quantitativo menor de produções, optamos por elencar as temáticas abordadas nas teses fazendo agrupamentos por alguns “grandes temas” (Formação de Professores, Cartografia, Linguagens) somente quando esse agrupamento não descaracterizasse a especificidade ou enfoque do trabalho. A ideia foi demonstrar a amplitude e diversidade de temas, além da preocupação da área com questões e problemáticas mais contemporâneas.

Também optamos por apresentar as temáticas de acordo instituições/programas de pós-graduação em que as teses foram defendidas. A intenção deste movimento foi verificarmos as possíveis tendências temáticas nas instituições, tendo em vista as características das linhas e/ou grupos de pesquisa de cada programa de pós-graduação em Geografia.

Na tabela a seguir essas informações podem ser melhor visualizadas:

Instituição	Temáticas	Número de Teses
UFMG	Raciocínio Geográfico e BNCC	03

	Educação do campo	
UFRGS	Linguagens (fotografia, cinema, imagens) Cibercultura e objetos de aprendizagem Cultura digital e Currículo Cartografia e tecnologias digitais Narrativas autobiográficas e formação de professores Gênero e sexualidades na formação de professores Livro didático Ensino em áreas de fronteira Epistemologia da Geografia escolar Epistemologia Genética e Neurociências no Ensino de Geografia Ensino de Geografia para deficientes visuais Propostas didáticas para os anos iniciais Lugar e espaço vivido no ensino Violência escolar Letramento Espacial/Cartográfico e Epistemologia Genética Práticas de educação geográfica ao ar livre	21
UFU	Ensino de Geografia para surdos Formação de professores (Educação ambiental, desenvolvimento regional, estudo do lugar) Imagens em livros didáticos franceses ENEM Ensino de Geografia e Literatura Epistemologia anticolonial e educação geográfica	09
UNESP/RC	Cartografia (atlas escolares, geotecnologias, tecnologias, formação docente) Educação socioambiental/ambiental Formação de professores (EJA, currículo, experiências profissionais) Livro didático (Climatologia, movimento Escola Nova) Relevo e práticas pedagógicas Memória e lugar no ensino de Geografia Raciocínio Geográfico e Currículo	16
UNESP/PP	Conceitos de fronteira e território nos anos iniciais	01
UNIOESTE	Formação de professores (PIBID, cursos de licenciatura) Ensino de Geografia nos anos iniciais (formação do pedagogo; museu escolar) Educação ambiental Cartografia (mapas e processos espaciais; mapas táteis) TICs História do Ensino de Geografia no sudoeste do Paraná	10
UERJ	Tecnologias digitais	03

	Livro Didático Narrativa transmídia	
UFSM	Cartografia escolar (multimodalidades; inteligências múltiplas) Formação de professores Ensino de Geografia e epistemologia genética Cosmogeografia na Geografia Escolar	05
UFGD	Linguagens (cinema, sons) Educação escolar indígena Cartografia e Tecnologias digitais	04
UnB	Ensino de Geografia na educação do campo Ensino Médio (Cartografia; Metodologias motivadoras; reforma curricular) Educação pesquisadora Educação escolar indígena Educação Geográfica e formação cidadã Formação continuada Ensino de conteúdos de Biogeografia	09
UEL	Formação de professores (Educação Ambiental; Inclusão; Teoria da Atividade) Saberes docentes Representação Semiótica	05
UEM	Profissionalidade docente na educação do campo Conhecimento pedagógico de conteúdo Jogos geográficos Semiótica do relevo em livros didáticos Formação de professores	05
UFPB	História da Geografia Escolar Cartografia Escolar O sentido da experiência aprendizagem ensino Práticas pedagógicas/metodologias (estudo do Semiárido Brasileiro; problemas socioambientais urbanos) Formação de professores (TICs na formação continuada; formação inicial e exercício profissional; PIBID) Narrativas autobiográficas e formação de professores Livro Didático (temáticas físico-naturais)	10
UNICAMP	Currículo (Timor Leste/identidade nacional; Formação de Professores; Ensino de Atualidades) Práticas discursivas e produção do conhecimento Formação de professores (Oficinas pedagógicas; Estágio)	06
USP	Cartografia (Formação de professores; pensamento espacial) Formação de Professores (produtivismo)	13

	Curriculo Lugar e escala Linguagens (poesia; instalações geográficas) Estudo do meio O ensino no Movimento de renovação da Geografia Práticas pedagógicas e o direito à cidade Relações Étnico-raciais	
UFSC	Inclusão (Imagens fotográficas para deficientes visuais; conceitos para deficientes visuais) Curriculo (Formação de professores; Educação Básica) Livro Didático (Gênero em fotografias) Tecnologias (Cultura digital e conceito de lugar; atlas municipal; cartografia e dispositivos móveis) Discursos sobre minorias	09
UFPE	Trabalho de Campo Linguagem cartográfica e ação comunicativa TICs na prática docente Formação de professores (Educação ambiental; EAD; Estágio Supervisionado)	07
UFG	Formação de professores (saberes, pensamento teórico-conceitual, estágio, conhecimento profissional, identidade, pensamento geográfico, anos iniciais, cartografia, teorias geográficas, formação cidadã) Cidade (práticas espaciais, fotografia, formação inicial) Inclusão (linguagens sensoriais, deficiência visual, cartografia) Culturas geográficas da juventude Relações étnico raciais Conteúdos e conceitos no ensino Violência no contexto escolar	25
UFG (Jataí)	Educação do campo	01
PUC/RJ	Movimento de ocupação de escolas Teorização do pensamento geográfico na escola	02
UFRJ	Formação de professores (Geografia Física; Geotecnologias)	02
Total		166

Tabela 1 - Temáticas das teses de doutorado em ensino de Geografia (2013-2023)

Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES / Org.: NUNES, F. G. (2024).

Ao observarmos a tabela, é possível verificar que a Formação de Professores (em diferentes enfoques, perspectivas e ênfases) é uma temática que se destaca nas preocupações da área, com trabalhos na grande

maioria das instituições. O programa de pós-graduação da UFG concentra o maior número de trabalhos nessa temática

A Cartografia também comparece de forma significativa com teses em vários programas, com destaque para a UNESP/Rio Claro, USP e UNIOESTE. Também as Tecnologias da Comunicação e Informação (TICs) ou as tecnologias digitais têm sido pesquisadas no âmbito do ensino de Geografia.

Por sua vez, e seguindo a tendência já apontada por Cavalcanti (2016), a temática referente ao Currículo comparece em número menor de trabalhos e instituições. Neste caso, proporcionalmente, o programa de pós-graduação da UNICAMP destaca-se em relação ao número de teses sobre essa temática.

Nota-se a emergência de pesquisas relacionadas à Inclusão, destacando-se nessa temática os programas de pós-graduação da UFG e da UFSC. Além da Inclusão, raciocínio geográfico e pensamento espacial, relações étnico-raciais e narrativas docentes autobiográficas podem ser consideradas temáticas emergentes na área. Arriscamos ainda dizer que a “geografia da escola” se anuncia como outro tema emergente, tendo em vista os trabalhos sobre movimento de ocupação e violência na escola.

Pode-se dizer, também, que o livro didático permanece na agenda de pesquisa da área.

Considerações finais

Conforme ressaltamos no início deste texto, nossa pretensão foi constituir um quadro sobre a pesquisa em ensino de Geografia no Brasil no período de 2013 a 2023, identificando instituições, linhas de pesquisa e principais temáticas, de modo a oferecer uma visão panorâmica como “porta de entrada” para estudos mais aprofundados.

O levantamento no Catálogo de Dissertações e Teses da CAPES resultou em 166 teses defendidas em 21 programas de pós-graduação em Geografia. No que se refere à localização desses programas, observou-se certa concentração no centro-sul do Brasil, não havendo trabalhos

defendidos em programas localizados na região norte e apenas dois programas da região nordeste.

Quanto ao número de teses defendidas, destacam-se os programas de pós-graduação da UFRGS e UFG. Esse quantitativo demonstra o papel importante que esses dois programas possuem na produção de conhecimentos sobre o ensino de Geografia no Brasil.

No tocante às principais temáticas, nota-se um grande número de trabalhos voltados à questão da Formação de Professores sob diversos enfoques, perspectivas e abordagens desde a formação inicial, currículo, até discussões sobre gênero e sexualidades, entre outras. Duas outras temáticas recorrentes são a Cartografia e as Tecnologias da Comunicação e Informação (TICs) ou as tecnologias digitais de forma geral.

Emergem estudos relacionados à inclusão, raciocínio geográfico e pensamento espacial, relações étnico-raciais e narrativas docentes autobiográficas. A incorporação desses temas à agenda de pesquisa da Geografia escolar demonstra sintonia da área com questões, problemáticas e abordagens recentes que refletem o contexto da sociedade e da educação.

De modo mais geral, pode-se reafirmar o já apontado por Cavalcanti (2016, p. 416): o ensino de Geografia consolidou-se como área de pesquisa, com diversidade temática e institucionalização na pós-graduação.

Referências

AITA, João A. B.; OLIVEIRA, Victor H. N. Construção do estado da arte das pesquisas sobre práticas de ensino em Geografia (2013 – 2018). *Revista de Geografia (Recife)*, V. 38, No. 2, 2021, p. 505-530.

CALLAI, H. C.; CASTELLAR, S. V.; CAVALCANTI, L. S. Tendências da pesquisa sobre o ensino de cidade na Geografia e suas contribuições para a prática docente. In: ALMEIDA, M. G.; OLIVEIRA, K. A. T. de; ARRAIS, T. A. *Metrópoles: teoria e pesquisa sobre a dinâmica metropolitana*. Goiânia: Cânone Editorial, 2012.

CAVALCANTI, Lana de S. Para onde estão indo as investigações sobre ensino de Geografia no Brasil? Um olhar sobre elementos da pesquisa e

do lugar que ela ocupa nesse campo. *Boletim Goiano Geografia*. Goiânia, v. 36, n. 3, p. 399-419, set./dez. 2016.

FONSECA, Ricardo L. O Estado da Arte das Pesquisas em Ensino de Geografia Publicadas em Periódicos Nacionais: perspectivas e tendências. *Caderno de Geografia*, v.29, n.59, 2019, p. 1201-1232.

_____. As pesquisas em ensino de Geografia e a categoria espacial de paisagem: apontamentos a partir de um Estado da Arte. *Revista Brasileira de Educação em Geografia*, Campinas, v. 11, n. 21, p. 05-30, jan./dez., 2021

MARQUES, Ana Carolina dos S.; FONSECA, Ricardo L. Estado da arte das pesquisas em ensino de Geografia que discutem a questão racial no Brasil. *Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege)*. p.86-122, V.15, n.28, set./dez. 2019.

MOUTINHO, Zaira A. AS pesquisas sobre ensino nas principais revistas de Geografia do Brasil nos últimos 10 anos. *GEOUSP – Espaço e Tempo*, São Paulo, n. 35, 2013, p. 160-173.

PASTORIZA, Taís B.; ORLANDO, Rosimeire. M.; CAIADO, Kátia. R. M. Produção do conhecimento sobre o ensino de geografia para pessoas com deficiência. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 10, n. esp.1, p. 773-786, 2015.

PINHEIRO, Antonio Carlos. *Trajetória da pesquisa acadêmica sobre o ensino de Geografia no Brasil – 1972-2000*. Tese (Doutorado em Geociências). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2003.

_____. *O ensino de Geografia no Brasil – Catálogo de dissertações e teses (1967-2003)*. Goiânia: Editora Vieira: 2005.

AUTORA

Flaviana Gasparotti Nunes

Licenciada, Mestre e Doutora em Geografia pela UNESP/Presidente Prudente com estágios de pós-doutorado na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Universidad de Buenos Aires (UBA). Professora Titular da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) atuando no curso de Geografia e nos Programas de Pós-Graduação em Geografia e Ensino de Geografia em Rede Nacional (PROFGEO). Membro da Rede Internacional de Pesquisa "Imagens, geografias e educação."

E-mail: flaviananunes@ufgd.edu.br

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/6054462862933545>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7512-453X>

Recebido para publicação em junho de 2024.

Aprovado para publicação em outubro de 2024.

Geografias do Turismo no Brasil: uma perspectiva socioterritorial

Geografías del turismo en Brasil: una perspectiva socioterritorial

Géographies du tourisme au Brésil : une perspective socio-territoriale

Rita de Cássia Ariza da Cruz

Universidade de São Paulo - USP
ritacruz@usp.br

Angela Teberga de Paula

Universidade de Brasília - UNB
angela.paula@unb.br

Hervé Théry

Centre National de la Recherche Scientifique – CNRS/França
Universidade de São Paulo - USP
hthery@aol.com

Resumo: Este artigo tem por objetivo apresentar uma reflexão crítica sobre o turismo no Brasil contemporâneo, considerando as formas como o turismo de massa tem se realizado no território e seus desdobramentos socioterritoriais. Para tanto, consideramos a distribuição dos fluxos de turistas; a geografia dos fluxos aéreos; as características mais marcantes do turismo litorâneo; o Turismo de Base Comunitária; uma análise sobre o Fungetur, principal fundo público de financiamento para o setor; e também reflexões sobre o trabalho no turismo. Entre os resultados, destacamos a evidente concentração espacial do turismo de massa na porção oriental do território brasileiro, a reprodução de um modelo de urbanização

litorânea conduzido pelo fenômeno das segundas-residências e a reprodução, pelo turismo, da desigualdade social e geográfica que caracteriza o território nacional.

Palavras-chave: turismo. território. desigualdade. Brasil.

Resumén: El objetivo de este artículo es presentar una reflexión crítica sobre el turismo en el Brasil contemporáneo, considerando las formas en que el turismo de masas se ha implantado en el territorio y sus consecuencias socioterritoriales. Para ello, consideramos la distribución de los flujos turísticos; la geografía de los flujos aéreos; las características más llamativas del turismo costero; el Turismo Comunitario; un análisis de Fungetur, el principal fondo público de financiación del sector; y también reflexiones sobre el trabajo en el turismo. Entre los resultados, destacamos la evidente concentración espacial del turismo de masas en la parte oriental del territorio brasileño, la reproducción de un modelo de urbanización costera impulsado por el fenómeno de las segundas residencias y la reproducción, a través del turismo, de la desigualdad social y geográfica que caracteriza al territorio nacional.

Palabras clave: turismo. territorio. desigualdad. Brasil.

Résumé: L'objectif de cet article est de présenter une réflexion critique sur le tourisme dans le Brésil contemporain, en examinant la manière dont le tourisme de masse s'est implanté sur le territoire et ses conséquences socio-territoriales. À cette fin, nous examinons la répartition des flux touristiques, la géographie des flux aériens, les caractéristiques les plus marquantes du tourisme côtier, le tourisme communautaire, une analyse du Fungetur, le principal fonds public de financement du secteur, ainsi que des réflexions sur la main-d'œuvre dans le secteur du tourisme. Parmi les résultats, nous soulignons la concentration spatiale évidente du tourisme de masse dans la partie orientale du territoire brésilien, la reproduction

d'un modèle d'urbanisation côtière alimenté par le phénomène des résidences secondaires et la reproduction, par le biais du tourisme, de l'inégalité sociale et géographique qui caractérise le territoire national.

Mots-clés: tourisme. territoire. Inégalité. Brésil.

Introdução

País de dimensões continentais, o Brasil tem como uma de suas mais importantes características o fato de ser um país profundamente desigual, seja social, seja territorialmente falando. E essa condição, que é histórica, influencia diretamente nas formas e conteúdos do turismo que se realiza no país (Cruz, 2018, 2020; Théry & Mello-Théry, 2018).

A concentração demográfica, de renda e de infraestruturas de circulação em Estados litorâneos das regiões Sudeste, Sul e Nordeste, por exemplo, explica, em grande medida, a concentração do turismo nesse fragmento do território nacional. A esse quadro se soma a valorização cultural do litoral pelo turismo (Boyer, 2003), do que se desdobra, entre outros resultados, uma urbanização movida pela e para a atividade ao longo da costa (Ferreira e Silva, 2008; Araújo, 2011).

Outra característica importante do turismo no Brasil diz respeito ao fato de os fluxos domésticos serem historicamente muito mais expressivos que os fluxos de turistas internacionais (Théry, 2015). Enquanto cerca de 6 milhões de estrangeiros visitaram o país em 2023, o fluxo aéreo indica 91,4 milhões de deslocamentos em voos domésticos¹. Por outro lado, embora seja difícil contabilizar o fluxo terrestre de turistas, é evidente e reconhecido que esses fluxos são expressivos numericamente, reforçando a proeminência do turismo doméstico no território nacional.

Os segmentos mais dinâmicos do turismo de massa no mundo e no Brasil como lazer, eventos e negócios, também têm protagonismo no país, mas formas de organização da atividade que, em alguma medida, contrariam o *status quo* dominante, como o chamado Turismo de Base Comunitária, vêm se multiplicando pelo território e adquirindo maior visibilidade.

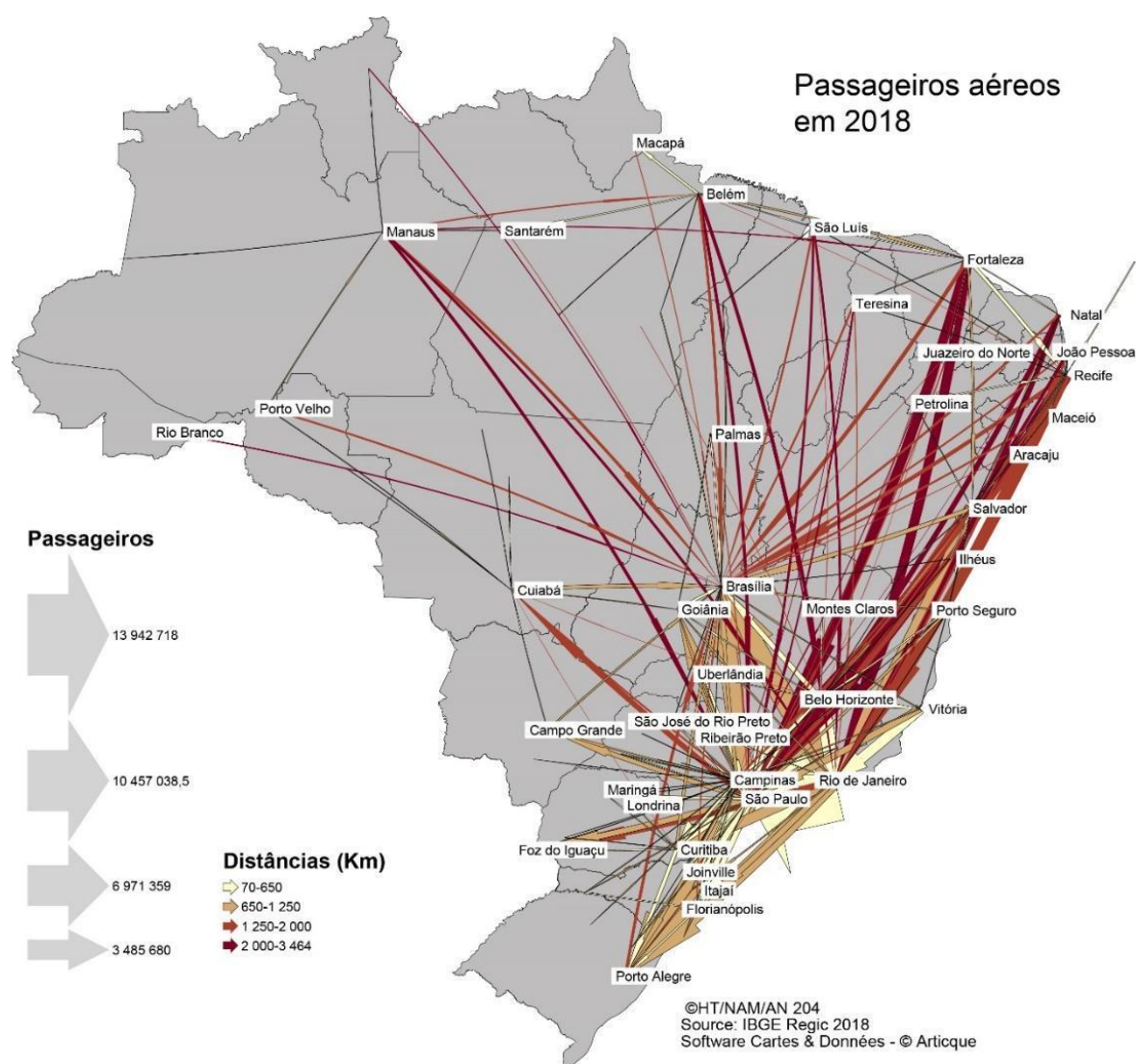
Fruto de seu tempo, o turismo tem sido um espelho fiel das contradições do mundo contemporâneo, movidas pelo avanço dos neoliberalismos e da financeirização da economia. E, no bojo desse contexto,

¹ Fonte: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/economia/audio/2024-01/brasil-recebeu-mais-de-59-milhoes-de-turistas-estrangeiros-em-2023>

a chamada *plataformização* e seus efeitos difusos sobre a sociedade e o território, que naturalmente atingem também o setor de turismo.

Sobre fluxos, turismo e território

O Mapa 1, a seguir, evidencia a relação dialética entre desigualdade territorial e fluxos aéreos no país, com uma histórica e gritante concentração desses fluxos entre as regiões Sudeste, Sul e Nordeste.



Mapa 1 - Fluxos aéreos no Brasil (2018)

Refletindo sobre circulação aérea na sua relação com o turismo, é relevante lembrar que mais da metade da população brasileira vive nas regiões Sul e Sudeste (cerca de 115 milhões de pessoas), que são também as principais emissoras de turistas do país, e às quais em se somando a região Nordeste temos o fragmento do território brasileiro onde o turismo de massa, em suas diferentes formas e facetas, se faz predominante.

Na escala local, os nós dessa trama são centralidades urbanas, nem sempre destacadas nas geografias do turismo em território nacional, como é o caso de Brasília, um *hub* aeroportuário e uma centralidade política cuja importância como destino de turismo de brasileiros e estrangeiros não é claramente reconhecida.

Por outro lado, ainda que os fluxos aéreos sejam relevantes para o turismo inter-regional, o turismo no Brasil é um fenômeno majoritariamente rodoviário e **intra**regional, o que se evidencia todos os anos, país afora, durante feriados prolongados em que hordas de turistas se dirigem a localidades mais ou menos conhecidas, mais ou menos estruturadas e relativamente próximas de seus locais de moradia.

Outra característica importante do turismo no Brasil é a sazonalidade, relacionada em grande medida ao calendário escolar e a estação climática do verão, o que impacta fortemente localidades com maior dependência econômica do turismo, seja no litoral, seja no interior.

Turismo de massa e overtourism

O tema do *overtourism* ou sobreturismo ganhou grande repercussão internacional desde o início deste século, quando protestos de residentes contra o turismo massivo se multiplicaram em diferentes cidades europeias como Barcelona, Veneza e Berlim, por exemplo. O *overtourism* resulta de uma convergência de fatores como o crescimento da classe média em diversos países, acompanhado de um aumento e ressignificação das mobilidades (Milano, 2017), e valorização do turismo como prática social e estratégia econômica. Além disso, poderia ser visto como um desdobramento do turismo de massa (Rodrigues, 2021), consolidado ao longo do século XX, e como fruto da ausência de políticas de ordenamento territorial em escala local que sejam eficientes para lidar com números

expressivos de turistas em determinados fragmentos de território, levando populações de diferentes lugares a contestarem as formas pelas quais o turismo afeta suas vidas cotidianas.

Embora intimamente relacionado ao contexto do turismo internacional europeu, estudiosos e jornalistas entendem que o *overtourism* também se tem feito presente no Brasil (Théry, 2023). Artigo publicado por Tasso, Perinotto e Rezende Filho (2023), por exemplo, intitulado “Welcome to Brazilian overtourism” defende que o overtourism “já é uma realidade em muitos destinos do Brasil” e citam os casos de Fernando de Noronha (PE), Natal e Tibau do Sul (RN), Tiradentes (MG) e litoral de São Paulo, entre outros, que demonstram ser a quantidade de turistas nesses e em outros lugares superior à possibilidade de se evitar consequências indesejadas ou negativas da atividade, com efeitos deletérios sobre populações locais e o meio ambiente.



Figura 1 - Fotografia de muro em rua turística de Cabo Frio-RJ com os dizeres: “Turistas, quero minha paz de volta!!!”

Fonte: Angela Teberga de Paula, 2018

Matéria publicada em 22/09/2023 no Jornal da USP², por sua vez, aponta para o fato de, no Brasil, em períodos de férias de verão, ocorrerem problemas como blecautes, falta de insumos, inflacionamento de preços de produtos em geral, entre outros, decorrentes do *overtourism*, considerando o fato de as infraestruturas locais não terem sido projetadas para suportar as demandas trazidas pelo turismo de forma concentrada no tempo e no espaço.

Dada, entretanto, a radical diferença entre o que se tem passado em países europeus, em que o *overtourism* é relativamente menos afetado pela sazonalidade e, por isso, mais persistente ao longo do ano, e em que as reações de populações locais contra o turismo transformaram-se em movimentos organizados de moradores contra o que essas populações consideram um excesso de turistas, poderia ser útil falarmos, no caso do Brasil, de um “*overtourism* à brasileira”.

Ressalte-se que, a gravidade do problema levou o então governo de Barcelona (Espanha) a proibir, em 2015, a construção de novos hotéis na cidade. O mesmo está se passando agora com Amsterdã (Holanda), em que, por determinação do governo local, desde abril deste ano de 2024, um novo hotel somente poderá ser construído caso um antigo hotel deixe de funcionar.

Além disso, cidades europeias que sofrem com consequências maléficas do *overtourism* (como inflacionamento do valor da terra urbana em áreas centrais e expulsão de moradores com a conversão de aluguéis de longo termo por locações turísticas para curta temporada) têm começado a regular também o aluguel de quartos particulares por turistas, via plataformas como, sobretudo, o AirBnb. Este é o caso de Nova York, Barcelona, Berlim, Lisboa e Amsterdã, entre outras.

O fato é que o que estamos chamando de “*overtourism* à brasileira” está a demandar maior atenção de autoridades locais e de acadêmicos, pesquisadores, estudiosos do turismo no país.

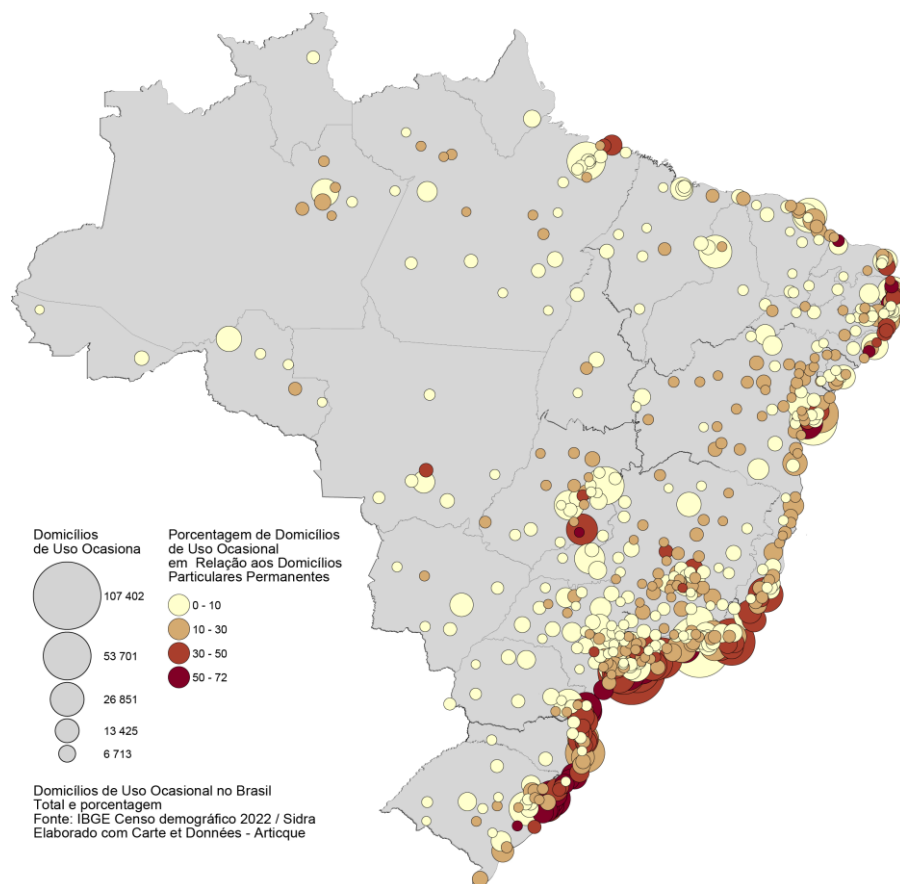
² Fonte: <https://jornal.usp.br/atualidades/cidades-sofrem-com-o-overtourism-e-turistas-enfrentam-retaliacao-de-residentes-e-governos-locais/>

Segundas residências e urbanismo inconsequente

Por seu caráter multidimensional, que une lazer, turismo, construção civil e negócios imobiliários, o fenômeno das segundas residências há muito desperta o interesse de estudiosos do turismo no mundo e no Brasil.

Comparativamente a alguns países europeus, sobretudo aqueles banhados pelo Mar Mediterrâneo, em que a porcentagem desses domicílios em relação ao total oscila, em alguns casos, entre 10% e 20%, a porcentagem de Domicílios Particulares de Uso Ocasional – DPUO no Brasil é relativamente baixa, ou seja, 6,7% (IBGE, 2022).

Entretanto, ao observarmos o Mapa 2, a seguir, com a distribuição dos DPUOs pelo território nacional, se evidencia o fato de que a mudança na escala da análise (para o regional ou o local) modifica radicalmente nossa percepção sobre o fenômeno.



Mapa 2 - Domicílios de Uso Ocasional no Brasil (2022)

Primeiramente, salta aos olhos a concentração espacial desse tipo de domicílio ao longo do litoral e, em especial, pelos litorais das regiões Sul, Sudeste e Nordeste. Por outro, evidencia-se, também, a maior concentração em localidades próximas a regiões metropolitanas como as de Porto Alegre, Florianópolis, São Paulo e Rio de Janeiro, por exemplo.

Para além, entretanto, da **topologia** produzida pelos DPUO no Brasil faz-se necessário considerar que existe uma estratégia de reestruturação do mercado imobiliário que passa pela produção, em massa, desses imóveis para uso por lazer e turismo. Como afirmam Ferreira e Silva (2008), novas **tipologias urbanísticas** têm sido utilizadas por incorporadoras e construtoras tais como, segundo Araújo (2011), os “Empreendimentos Turísticos Imobiliários-ETIs”, que reúnem, em alguns casos, hotéis, resorts e segundas-residências em um mesmo projeto.

Os ETIs, conforme demonstra o Mapa 3, de 2011, têm produzido uma topologia própria, espacialmente restrita a alguns *clusters* de turismo litorâneo no país, com destaque para o litoral nordestino.



Mapa 3 - Distribuição de Empreendimentos Turísticos Imobiliários no Litoral Brasileiro

Fonte: Araújo (2011).

Abordagens como estas, ou seja, que apontam para a intrínseca relação entre turismo de massa e produção do espaço urbano, e do espaço

litorâneo especificamente, evidenciam a dimensão multifacetada do fenômeno do turismo, que tem uma dupla existência enquanto prática social e atividade econômica.

O uso intensivo do litoral pelo turismo no Brasil tem revelado uma face nada “romântica” da atividade. Pelo contrário, a privatização de extensos trechos de praia para a construção de hotéis, resorts, condomínios e ETIs, além de outros equipamentos de uso turístico como marinas, é acompanhada, não raras vezes, do que Harvey (2014) chama de “acumulação por espoliação”, considerando-se a expulsão de comunidades locais como caiçaras, quilombolas e indígenas da beira-mar para dar lugar a empreendimentos, comércio e outras estruturas demandadas pelo turismo de massa. Este mesmo processo poderia ser chamado, em alguns casos, também de *gentrificação*, em se considerando o aburguesamento promovido pelo turismo no uso do território.

Com as mudanças climáticas em curso, os desdobramentos desses processos tornam-se cada vez mais violentos para populações empobrecidas habitantes de regiões com alta valorização da terra pela atividade turística. Sem saída, resta à parte dessas pessoas habitarem áreas de risco, o que, em alguns casos, significa, ao fim e ao cabo, maior risco de morte. No Reveillon de 2010, 53 pessoas morreram em função de deslizamentos de terra na cidade turística de Angra dos Reis³. Em fevereiro de 2022, 241 pessoas faleceram pela mesma razão na cidade turística de Petrópolis⁴. Em fevereiro de 2023, foram 64 vítimas fatais por deslizamento de terra no litoral norte de São Paulo, a maior parte delas na cidade turística de São Sebastião⁵.

Tais ocorrências apontam para uma intrincada relação entre um “urbanismo inconsequente”, produção do espaço urbano litorâneo pelo e para o turismo, acumulação por espoliação e mortes, ou seja, faces da

³ Fonte: <https://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/dez-anos-apos-tragedia-em-angra-mae-faz-homenagem-a-jovem-yumi-01012020/>

⁴ Fonte: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/geociencias/article/view/17210#:~:text=Em%20fevereiro%20e%20março%20de,localidades%20de%20sua%20região%20central>

⁵ Fonte: <https://journals.openedition.org/confins/50176>

necropolítica (Mbembe, 2011) há muito tempo em curso no território brasileiro.

A considerar o desastre ambiental que atingiu o Rio Grande do Sul neste ano⁶ e todos os sinais, em escala global, de que a crise climática tende a agravar-se nos próximos anos, restaria esperar quem serão as próximas vítimas? Ou deveria o Estado brasileiro produzir políticas públicas capazes de evitar novas mortes?

Plataformização da economia e “exportação do território”

A importância assumida pelas plataformas digitais de comércio e serviços nas últimas décadas acompanhada de seu crescimento exponencial inspirara Nick Srnicek, professor e pesquisador do King's College London, na criação do conceito de “capitalismo de plataforma” (*Platform Capitalism*), título de seu livro publicado originalmente em 2016.

As manifestações da plataformização da economia do turismo ganharam força a partir dos anos 1990, contexto em que se insere a criação da Booking.com (1996), cuja sede fica em Amsterdã, Holanda; da Tripadvisor (2000), com sede em Massachusetts, Estados Unidos; e da Skyscanner (2003), sediada em Edimburgo, Escócia, entre outras.

A topologia dessas empresas, ou seja, sua localização geográfica já é, em si, reveladora de aspectos importantes, como sua distribuição pelo chamado Norte Global, de onde controlam parte expressiva dos fluxos de turismo pelo mundo, considerando as políticas praticadas por cada uma delas. Dentre estas a AirBnb, sediada em São Francisco, Califórnia (USA), é a plataforma que, sem dúvida, mais tem impactado localidades distribuídas por todas as regiões do planeta.

O fenômeno do Airbnb, uma plataforma de desintermediação do tipo *peer-to-peer*, que coloca consumidores em contato direto com pessoas que querem alugar um quarto ou um imóvel inteiro, apesar de seus poucos anos de existência (surgida em 2008), já provocou enormes impactos sobre o

⁶ Fonte: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2024/05/25/sobe-o-numero-de-mortos-nas-enchentes-no-rio-grande-do-sul.ghtml>

mercado de aluguéis, sobre o valor da terra urbana e sobre a vida de pessoas que habitam localidades em que o turismo de massa já era uma realidade consolidada, contribuindo, sobremaneira, para o *overtourism* a que nos referimos anteriormente. No Brasil, estudos sobre seus efeitos no turismo e nas localidades onde este fenômeno se faz mais presente, como grandes cidades, capitais de Estado e localidades com grande fluxo de turistas, ainda são escassos, mas já é possível encontrar trabalhos sobre São Paulo (Lobo, 2017; Tambelli, 2020), Rio de Janeiro (Lobo, 2017), Curitiba (Lobo, 2020), Ouro Preto (Martoni et al, 2023), entre outros. Uma revisão bibliográfica sobre o Airbnb no Brasil foi feita por Souza e Leonelli (2021) e a abordagem geográfica assim como os estudos de caso são manifestamente raros.

Pode-se dizer, ainda, com base em Santos e Silveira (2001), que tais empresas de alcance global, pelo uso corporativo que fazem dos lugares, estariam, ao fim e ao cabo, promovendo uma “exportação do território” (p. 291). Vale dizer que o Airbnb tem regulado o mercado de hospedagem no planeta sem precisar imobilizar seu capital em imóveis.

Algumas notas sobre o Turismo de Base Comunitária

Segundo a geógrafa Sueli Furlan, o Turismo de Base Comunitária “parte da auto-organização da comunidades, proporcionando aos visitantes serviços e práticas que coloquem em evidência aspectos fundantes da cultura” (2022, p. 62).

O Turismo de Base Comunitária ou TBC, como é conhecido, é relativamente recente no Brasil se comparado ao turismo de massa, pois é apenas no final do século XX que ganhou algum protagonismo em escala nacional.

Para Irving (2009), o TBC tem entre suas principais características o fato de originar-se de iniciativa endógena à comunidade, de inscrever-se em uma perspectiva do desenvolvimento local e de representar uma nova filosofia de se fazer e de se pensar o turismo. Além disso, afirma a autora que para que uma experiência de turismo possa ser considerada “de base comunitária” é preciso que os comunitários participem de todas as etapas do processo relativo à sua implementação. Tais aspectos reunidos

demarcam a profunda diferença entre essa forma de turismo e todas as outras derivadas do chamado turismo de massa.

Não é possível precisar quando surgiu a primeira experiência de TBC no Brasil, mas a organização dessas experiências em rede ocorreu, de forma pioneira, no início deste século, em 2008, com a organização da Rede Cearense de Turismo Comunitário – TUCUM. Outro marco do TBC no Brasil é o Edital do Ministério de Turismo, daquele mesmo ano de 2008, durante o segundo governo de Lula, que tinha por objetivo promover a inserção dessas experiências na economia de mercado, “com base em princípios da economia solidária” (Brasil, 2008).

O fato é que essas experiências vêm se multiplicando pelo território nacional, muitas vezes ligadas à luta pela terra por parte de comunidades quilombolas e de pescadores, que vivem em áreas onde o turismo de massa é uma realidade.

A análise elaborada por João Paulo da Silva (2021) para a sua tese de doutorado a partir do mapeamento de experiências de TBC contempladas pelo Edital Federal de 2008 evidencia essa sinergia entre a “geografia das experiências de TBC” e o turismo de massa, sabidamente concentrado na porção de território mais próxima do litoral.

Mapeamento das experiências de Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação Federais, por sua vez, realizado pelo ICMBIO em 2019, chegou a 12 casos distribuídos por 7 Estados brasileiros, sendo a maior parte deles em UCs mais próximas do litoral, o que reforça nossa tese de que o TBC, tal como as experiências de turismo de massa, é fortemente influenciado pelo desenvolvimento geográfico desigual que concentrou historicamente infraestruturas, atividade econômica e pessoas em territórios litorâneos e para-litorâneos.

Feitas essas ponderações, passamos a abordar o fomento ao turismo no Brasil, elemento importante das políticas públicas de turismo e revelador, em grande medida, de contradições que caracterizam o turismo brasileiro.

Sobre o Fundo Geral do Turismo - Fungetur

O Fundo Geral de Turismo - FUNGETUR foi instituído por Decreto-Lei em 1971, tendo sido o primeiro fundo voltado exclusivamente para incentivos fiscais ao turismo no Brasil. No mesmo período, outros fundos para financiamento de projetos turísticos também foram criados com o objetivo principal de estimular o chamado “turismo de sol e praia”, como o Fundo de Investimento do Nordeste - FINOR e o Fundo de Investimentos Setoriais - Fiset. Apesar de o final da década de 60 e a década de 70 terem sido significativas para a estruturação administrativa do turismo no país, através da criação da antiga Empresa Brasileira de Turismo - EMBRATUR e do Conselho Nacional do Turismo, o privilégio ao investimento em hotéis de luxo e redes internacionais de hotelaria contribuiu para acirrar as disparidades regionais em termos de desenvolvimento socioeconômico. Na maior parte dos projetos financiados, “não foram levados em consideração os estudos de localização, de viabilidade econômico-financeira, de formação de recursos humanos e de inclusão social” (Beni, 2006, p. 25).

De acordo com o *caput* do Art. 11 do Decreto-Lei nº 1.191/11, o Fungetur foi criado com a intenção de “fomentar e prover recursos para o financiamento de obras, serviços e atividades turísticas consideradas de interesse para o desenvolvimento do turismo nacional”. Apesar de a regulamentação do Fungetur, disposta no Decreto-Lei nº 1.439/75, apresentar aspectos importantes, como a preferência pelo financiamento de empresas de pequeno e médio portes e de empresas que aplicam tarifas medianas aos consumidores, privilegiando com isso os grupos de turistas com menor poder aquisitivo (Art. 14), na prática, “a aplicação de recursos ao turismo dava-se de forma contrária” (Cruz, 2000, p. 70).

A década de 60 viu inaugurar, junto ao Fungetur, outros instrumentos de financiamento de empreendimentos turísticos/hoteleiros. Historicamente, ao menos entre as décadas de 70 e 90, a região Nordeste do Brasil foi em grande parte privilegiada pelas políticas de incentivos fiscais e financeiros, com destaque para o Prodetur-NE, na tentativa de consolidação do turismo litorâneo e na expectativa de o turismo ser o impulsionador para o desenvolvimento econômico da região. Ao contrário do seu discurso, o recurso destinado ao financiamento limitou-se a garantir

a operação de megaprojetos turísticos, sem qualquer perspectiva de desenvolvimento regional e integral do território (Cruz, 2000).

O dispositivo legal que trata sobre o funcionamento do Fungetur apresentou mudanças importantes neste século. Primeiro, o fundo foi incluído na Lei Geral do Turismo - LGT (Lei nº 11.771/2008), passando a ser considerado o principal instrumento de fomento ao turismo. Mais recentemente, foram atualizadas suas normas de operação e sua redação modificada para “Novo Fungetur” (Lei nº 14.476/2022). Conforme o *caput* do Art. 19 da LGT, o fundo “tem por objeto o financiamento, o apoio ou a participação financeira em planos, projetos, ações e empreendimentos reconhecidos pelo Ministério do Turismo como de interesse turístico [...]” (Brasil, 2008).

Pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, podem receber apoio financeiro do Fungetur, desde que desenvolvam projetos turísticos, e sejam aprovados pelos agentes financeiros credenciados (AFC). Constituem-se mecanismos operacionais para viabilização do suporte financeiro desses projetos: a lei orçamentária anual, o próprio Fungetur, as linhas de créditos de bancos e agências de fomento, além de organismos e entidades diversas. Na Lei nº 14.476/2022 outras fontes de recursos do Fungetur foram acrescentadas, como a contratação de empréstimos internacionais e as emendas parlamentares. Além disso, o Fungetur opera com três principais modalidades de crédito: aquisição de bens, financiamento de obras e capital de giro (inserida apenas em 2019) (Brasil, 2008).

Com o objetivo de analisar a distribuição dos recursos do Fungetur aos projetos turísticos nos últimos anos, utilizamos os dados apresentados no Boletim Mensal de julho/2023 do Fungetur/Ministério do Turismo (período entre janeiro de 2018 a junho de 2023). Nesse período, foram contratados R\$ 2.643.762.012,84, distribuídos em 9.328 operações. O valor total empenhado foi de R\$ 6.409.356.461,38 (Fungetur, 2023).

Analisando os microdados, é possível verificar que a média dos valores contratados, por ano, é de R\$ 440 milhões. No entanto, essa média esconde a distorção dos anos de pandemia, em que a Medida Provisória nº 963/2020, posteriormente convertida na Lei nº 14.051/2020, destinou R\$

5 bilhões em crédito extraordinário para a manutenção do setor de turismo⁷. Os anos de 2020 e 2021 representam, juntos, mais de R\$ 1,9 bilhão do total do recurso efetivamente contratado no período analisado (ou seja, 76% dos R\$ 2,6 bilhões). Também essa distorção aparece no número de operações contratadas, sendo que os anos de 2020 e 2021 representam 90% do total das contratações (Fungetur, 2023).

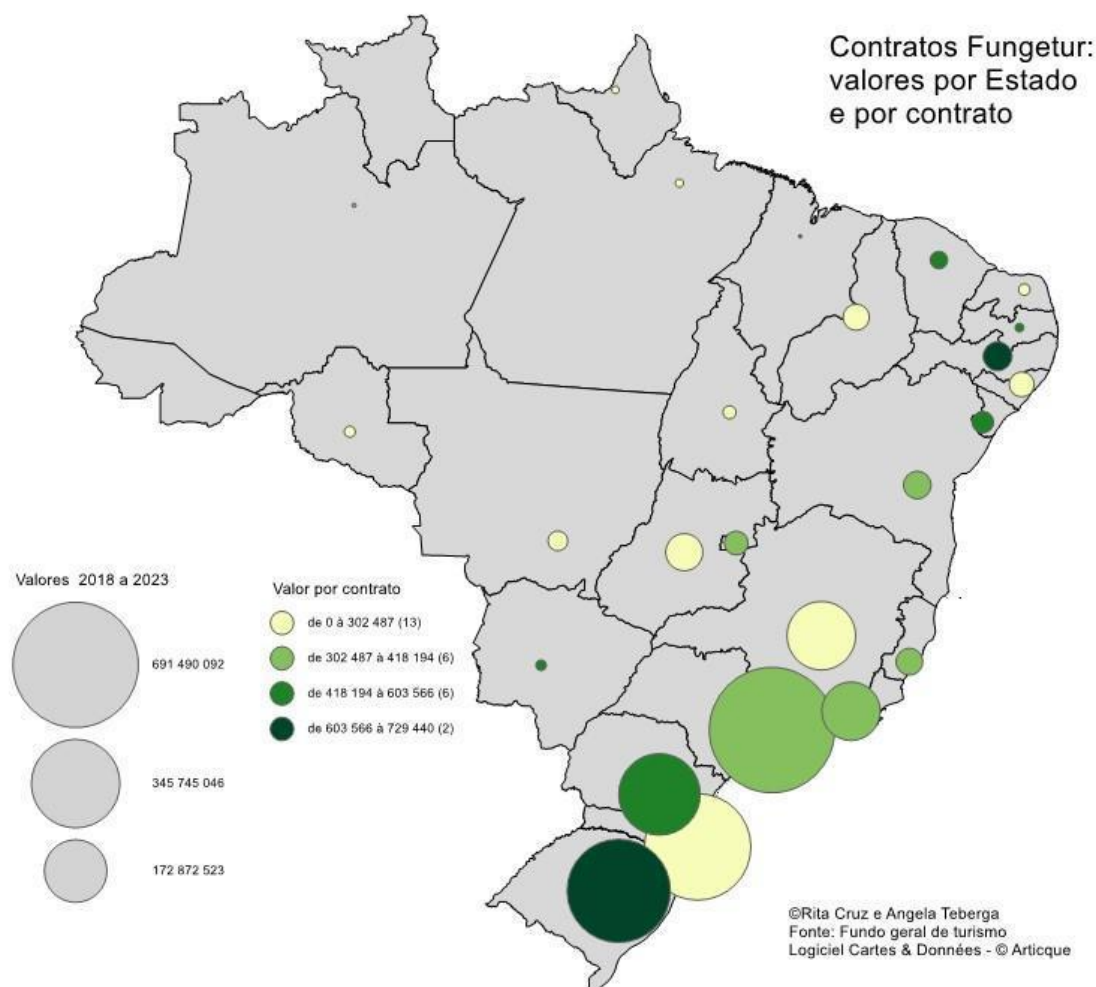
Convém notar que a quase totalidade dos recursos foi utilizada para a sustentação de empreendimentos turísticos e não para novos investimentos. Isso pode ser confirmado tanto pela concentração de recursos destinados no período entre 2020 e 2021, mas também quando se analisa as linhas de crédito concedidas. 74,6% dos recursos contratados entre 2018 e 2023 foram destinados ao capital de giro, 14,9% ao financiamento de obras e apenas 5% à aquisição de bens (Fungetur, 2023).

Sobre o crédito extraordinário de R\$ 5 bilhões destinado ao turismo no período da pandemia, Trentin, Costa e Moraes (2022) estudaram a sua distribuição e analisaram as dificuldades para acessar esse recurso. As autoras apresentam resultados importantes: 1) apesar do aporte financeiro do Fungetur para o setor de turismo, outras linhas de créditos disponíveis se mostraram mais vantajosas em razão dos juros mais baixos; 2) não houve uma distribuição equânime dos recursos entre as localidades com maior dependência econômica ao turismo; 3) as garantias exigidas aos empresários para acessar o recurso desestimularam a contratação do crédito; 4) houve enorme lentidão para liberação do crédito extraordinário aos AFCs; e 5) os agentes financeiros eram poucos e com baixa capilaridade no território brasileiro, tendo a Caixa Econômica Federal sido credenciada apenas posteriormente.

O Mapa 4 apresenta o volume de contratações do Fungetur, por unidade federativa, no período entre 2018 e 2023. Os Estados com maiores valores contratados foram São Paulo (R\$ 691 milhões), Santa Catarina (R\$ 499 milhões), Rio Grande do Sul (R\$ 469 milhões), Paraná (R\$ 292 milhões), Minas Gerais (R\$ 207 milhões) e Rio de Janeiro (R\$ 150 milhões), todos das regiões Sudeste e Sul do Brasil. Na outra ponta, estão Acre e Roraima, que

⁷ Fonte: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/viagens-e-turismo/2020/09/medida-provisoria-garante-r-5-bilhoes-em-credito-para-setor-de-turismo>

não receberam nenhum recurso, Maranhão (R\$ 500 mil), Amazonas (R\$ 785 mil), Amapá (R\$ 2,4 milhões), Pará (R\$ 3 milhões) e Paraíba (R\$ 3,3 milhões), todos das regiões Norte e Nordeste.



Mapa 4 - Contratos Fungetur (2018-2023)

Aqui há um fator político que não pode ser desconsiderado. O período analisado (2018 a 2023) abrange exatamente o último ano de governo Temer, os quatro anos de governo Bolsonaro e metade do primeiro ano do governo Lula. É possível perceber que os Estados que mais receberam recursos através do Fungetur são exatamente os que melhor avaliaram o governo Bolsonaro, tendo sido eleito em 2018 pelo papel decisivo do

colégio eleitoral do Sul e Sudeste⁸. Cruz (2020, s.p.) destrincha o alinhamento ideológico do Ministério do Turismo, na figura de seu então líder Marcelo Álvaro Antônio, ao governo Bolsonaro. No caso específico do Fungetur, há uma “evidente e estrondosa concentração dos recursos em alguns dos estados mais ricos da nação [...] o Ministério do Turismo do governo Bolsonaro está dando sua parcela de contribuição para a manutenção das desigualdades regionais no Brasil”.

Se, historicamente, o Nordeste é uma região privilegiada em termos de investimentos públicos, que estavam alinhados a uma perspectiva de fomento ao “turismo de sol e praia”, isso não é verdade para os anos mais recentes, em que o Nordeste não representa sequer 7% do total dos valores contratados pelo Fungetur (Fungetur, 2023). Ou seja, ao contrário de uma distribuição mais “uniforme” dos recursos entre os Estados da porção oriental do país, como apontamos em relação aos fluxos aéreos e aos destinos de turismo de massa, a distribuição espacial dos recursos tem sido hiper concentrada na porção meridional do território, com destaque para São Paulo e Santa Catarina, beneficiando os Estados com maior poder econômico e facilidade de acesso a recursos.

Esse desequilíbrio também foi verificado por Pimentel e Kunz (2022), que estudaram o perfil e a distribuição espacial das operações de crédito de três fundos para empreendimentos turísticos, o BNDES, o Fundo Constitucional do Nordeste e o próprio Fungetur. Ao compará-los, identificaram que o Fungetur, apesar de ser voltado exclusivamente para projetos turísticos, é o único que não possui fonte de rendas garantida, o que menos dispõe de recursos e o que apresenta menor capilaridade no território, pois tem credenciado poucos e menos conhecidos intermediários. Dessa forma, “estão altamente concentrados em municípios específicos em comparação com outros fundos [...]. O Fungetur dificilmente chega às regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste, também auxiliadas por fundos constitucionais como o FNE” (p. 201).

⁸

Fonte:

<https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/bbc/2018/10/29/bolsonaro-presidente-sudeste-e-sul-tem-peso-decisivo-na-eleicao.htm>

Reflexões sobre o trabalho no turismo no Brasil

Por muito tempo, no Brasil, as publicações acadêmicas no campo das ciências econômicas preocuparam-se em estudar o turismo como setor importante na geração de riquezas para a economia doméstica, a exemplo de Lemos (2004)⁹. No campo das ciências sociais, a maior preocupação estava em estudar as implicações do turismo às comunidades receptoras, tal como Banducci Jr. e Barretto (2001).

Em ambos os casos, uma categoria teórica foi tratada de maneira marginal, embora determinante e necessária para o estudo dos destinos: os/as trabalhadores/as que produzem o serviço turístico. No campo da teoria econômica clássica, os trabalhadores são tratados como “insumo” ou “recursos humanos”. Já no campo da antropologia, os trabalhadores são incluídos dentro da população receptora, de maneira genérica, na tentativa de abarcar toda sorte de agrupamentos afetados pelo turismo na localidade, apesar de suas singularidades.

A primeira obra brasileira que temos conhecimento sobre o mercado de trabalho do turismo é de Arbache (2001), intitulada “O Mercado de Trabalho na Atividade Econômica do Turismo no Brasil”. Ainda que o objetivo não tenha sido construir uma ontologia do trabalho no turismo no Brasil, o livro avança por apresentar dados até então desconhecidos, em especial pela caracterização deste mercado de trabalho, a partir de variáveis como escolaridade, rendimento, experiência, tempo no emprego, gênero, raça, natureza do contrato de trabalho e sindicalização.

Desde então, alguns trabalhos científicos foram desenvolvidos com objetivo semelhante, no sentido de atualizar os números sobre a caracterização deste mercado de trabalho, mas principalmente de analisar as condições de trabalho desta categoria de trabalhadores, marcada historicamente pelos baixos salários, ocupações sazonais e longas jornadas (Meliani, 2012; Martoni, 2012; Santos, 2018; Martoni; Alves, 2019). Mais recentemente, Teberga (2021) analisou os impactos da pandemia à classe

⁹ Contrariando a literatura conhecida sobre a potencialidade econômica do turismo, Santos, Ribeiro e Takasago (2024) publicaram pesquisa inédita que demonstra que a retirada das atividades relacionadas ao turismo na produção total da economia brasileira geraria uma redução de apenas 0,83% no PIB nacional.

trabalhadora do turismo, especialmente ao que se refere à perda de ocupações formais (demissões) e informais no setor turístico ao longo do ano de 2020: somente no auge da primeira onda de contaminação pelo COVID-19, foram 1,1 milhão de postos de trabalho perdidos, sendo 65% de trabalhadores informais sem trabalho e 35% de trabalhadores formais com contratos de trabalho rescindidos.

A fim de apresentar os dados mais recentes sobre a caracterização dos empregos do turismo (trabalho formalizado) neste artigo, utilizamos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) de 2022 e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) de 2023, ambos alimentados pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Convém pontuar que se convencionou utilizar os agrupamentos de atividades conhecidas como “Atividades Características do Turismo” (ACTs)¹⁰, quais sejam: alojamento, agência de viagem, transporte terrestre, transporte aéreo, transporte aquaviário, aluguel de transportes, alimentação e cultura/lazer. As ACTs, sistematizadas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), com a finalidade de mapear as informações sobre o mercado de trabalho do turismo, correspondem a cerca de 50 atividades econômicas definidas pela Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE).

O ano de 2022 gerou pouco mais de 2,1 milhões (2.155.905) de empregos no turismo, com destaque para o setor de alimentação com 63% dos empregos gerados (1.351.684), seguido do alojamento com 16% (341.564) e do transporte terrestre com 9% (202.330). As demais atividades somam, juntas, apenas 12% (260.327) em termos de geração de empregos para o turismo no Brasil. Em relação ao ano anterior, houve um aumento de 346.371 empregos gerados (19% de diferença entre 2022-2021), o que pode confirmar as previsões da recuperação de geração de empregos pós-pandemia – Acre e Roraima tiveram os maiores aumentos percentuais (44%) e São Paulo o maior aumento absoluto (100.032) (RAIS, 2022).

¹⁰ Sabemos que há uma crítica pertinente sobre o uso desses agrupamentos, especialmente por poder ser superestimado, já que a maioria dos serviços prestados pelas ACTs listadas não é exclusivo para turistas – a exemplo dos estabelecimentos de alimentação e do modal de transporte terrestre.

Em relação à remuneração paga ao empregado do turismo, 47% do total dos trabalhadores recebeu entre 1,51 a 2,00 salários mínimos (SM), que no ano de 2022 foi de R\$ 1.212,00, o que equivale, portanto, a faixa de R\$ 1.818,00 a R\$ 2.424,00. Esta faixa salarial é inferior ao salário mínimo necessário de dezembro do mesmo ano, que foi de R\$ 6.647,63¹¹, e igualmente inferior ao rendimento médio do trabalhador brasileiro no mesmo período, que foi de R\$ 2.985,00¹². Há poucas diferenças salariais entre as ACTs, com rebaixamento salarial em todas as atividades. A exceção está no transporte aéreo, com a maior porcentagem dos trabalhadores (19%) recebendo de 7,01 a 10,00 SM (portanto, de R\$ 8.484,00 a R\$ 12.120,00), e no transporte terrestre, com a maior porcentagem de trabalhadores (34%) recebendo de 3,01 a 4,00 SM (portanto, de R\$ 3.636,00 a R\$ 4.848,00) (RAIS, 2022).

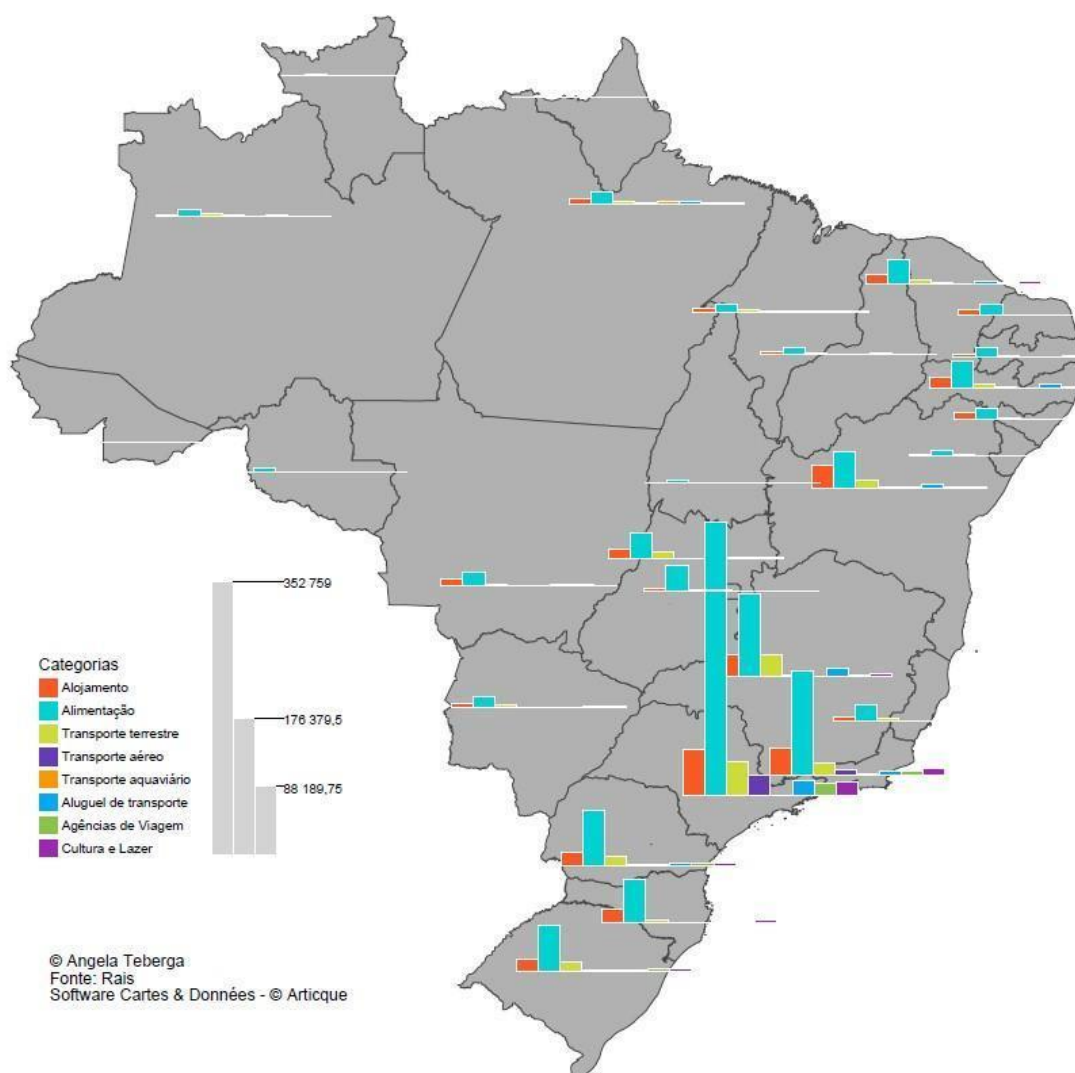
Os dados sobre salários vão ao encontro da literatura que aponta os baixos rendimentos do trabalhador do turismo, em diversas partes do globo. A aplicação de mínimos salariais tem sido uma estratégia amplamente utilizada pelo empresariado do turismo para redução dos custos e maximização dos excedentes (Martoni, 2019). Cañada (2019, p. 278) explica que, no caso do turismo, “*la relativamente escasa cualificación requerida para hacer ciertos trabajos en el sector [...] ha consolidado un mercado laboral de bajos salarios*”. Isso acontece especialmente em razão de uma profunda desvalorização social de tarefas que estão vinculadas com os serviços turísticos (como servir, limpar, cuidar e cozinhar).

O Mapa 5 apresenta os empregos totais nas ACTs por unidade federativa. São Paulo registrou o maior número de empregos no turismo no ano de 2022 (632.761), seguido de Rio de Janeiro (248.001) e de Minas Gerais (218.083), todos na região Sudeste do país. Os cinco Estados com menor quantidade de empregos no turismo são: Amapá (3.346), Acre (4.279), Roraima (5.021), Tocantins (10.264) e Rondônia (12.319), todos da região Norte brasileira. Desagregando os dados, São Paulo configura-se como o Estado mais gerador de empregos em todas as ACTs,

¹¹ Fonte: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html#2022>

¹² Fonte: <https://www.ipea.gov.br/porta/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/14965-renda-habitual-media-dos-trabalhadores-brasileiros-cresceu-3-1-de-2022-para-2023>

individualmente. A exceção está na atividade de transporte aquaviário, que tem o Pará (2.010) com maior número de empregos gerados no país, seguido de Rio de Janeiro (1.883) e Bahia (904). Nesta atividade, o Estado paulista está somente na 9ª colocação, com 358 empregos gerados em 2022 (RAIS, 2022).

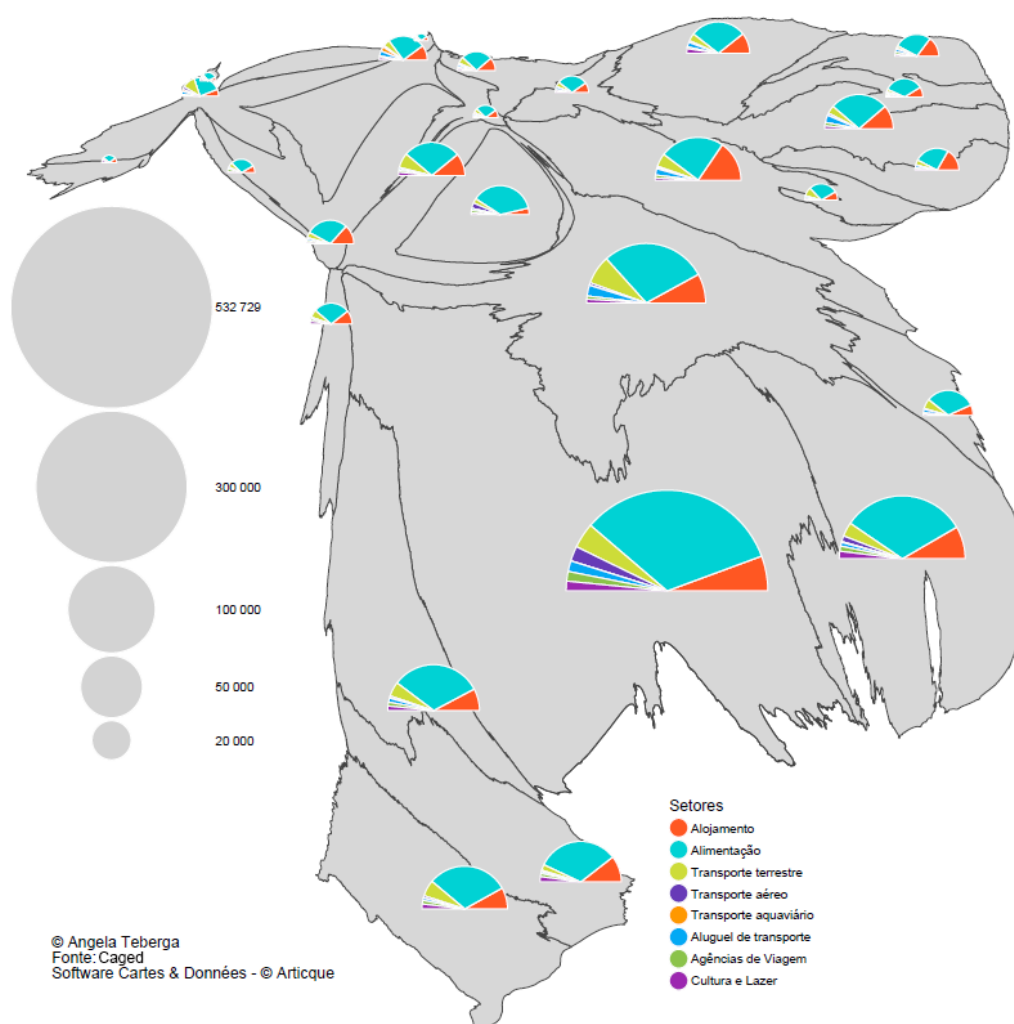


Mapa 5 - Empregos por ACTs/Estado (2022)

Ainda no Mapa 5 é possível observar a distribuição geográfica dos empregos gerados no turismo no Brasil, com destaque para a concentração descomunal na região Sudeste (52%), seguido das regiões Nordeste (18%) e Sul (16%). Aqui é importante notar três questões determinantes:

1. Regiões com desenvolvimento econômico mais intenso tendem a dinamizar mais o mercado de trabalho, apresentando menores taxas de desemprego e maiores salários (Arbache, 2001) - este é o caso da região Sudeste, que tem participação de mais de 50% no PIB nacional (IBGE, 2021);
2. A geração de trabalho no turismo na região Nordeste tem relação direta com o investimento público em megaprojetos turísticos para financiamento de infraestrutura básica e hoteleira hiper concentrados na faixa litorânea nordestina (Cruz, 2001). Todavia, é necessário ponderar que nas regiões Norte e Nordeste as ocupações geradas são majoritariamente informais, apresentando as maiores taxas de informalidade do trabalho no turismo: 67% e 64%, respectivamente (IPEA, 2015).
3. Por fim, há uma dinâmica bastante peculiar no turismo que explica a concentração dos empregos na porção oriental do território brasileiro, onde os principais destinos de turismo de massa estão. Trata-se da simultaneidade espacial entre a produção e o consumo turísticos, exigindo que os trabalhadores necessitem estar nas localidades onde o turismo acontece. Essa dinâmica tem repercussão também na precarização do trabalho, já que o empresariado do turismo é “obrigado” a forçar a redução dos custos naquele território - diferentemente de uma fábrica de automóveis, por exemplo, que pode alterar seu endereço em busca de força de trabalho barata e isenções fiscais. Cañada (2019, p. 277) explica que:

La dificultad para deslocalizar una actividad relativamente «fijada» espacialmente hace que las empresas busquen mecanismos de reducción de costos ahí donde se produce la actividad, y esto afecta especialmente en los gastos de personal por su dimensión en las cuentas de explotación de la mayoría de empresas turísticas. [...] La razón principal de esta vinculación espacial es que el turista difícilmente consume exclusivamente aquello que una empresa turística le ofrece, si no que su interés está en determinados entornos en los que la suma de múltiples atractivos es lo que motiva la presencia del turista.



Mapa 6 - Saldo de empregos por ACTs/Estado (2023)

Já o Mapa 6 é baseado numa anamorfose cartográfica dos Estados brasileiros, distorcidos conforme os saldos de empregos do turismo ano de 2023, segundo o CAGED (2023). Vale notar que o CAGED é um registro mensal de admissões e desligamentos de empregados sob o regime da CLT, assim, o mapa se refere ao saldo entre os desligamentos e as admissões, ao final do ano de 2023. Em todo o território brasileiro, o saldo foi de: +104.708. Novamente, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais aparecem com os maiores saldos positivos: 34.000, 12.000 e 11.000, respectivamente, sendo o setor de alimentação responsável por mais de 60% do total dos empregos. Na outra ponta, estão Acre, Amapá e Roraima, com menos de 500 empregos gerados, juntos. Nenhum Estado apresentou saldo negativo em 2023. Além disso, o CAGED nos ajuda a demonstrar a

rotatividade do emprego no turismo, quando se analisa as admissões e desligamentos mês a mês. Em 2023, o maior saldo positivo aconteceu no mês de setembro (+12 mil), puxado pelos empregos gerados na atividade de alimentação (CAGED, 2023).

Embora os mapas aqui apresentados refiram-se somente ao trabalho formal no turismo (com vínculo empregatício), não podemos deixar de lembrar da principal manifestação de precariedade que define o trabalho no turismo: a informalidade. Essa característica, que não é exclusiva do setor do turismo, mas é determinante nele, é explicada especialmente em razão da sazonalidade turística. Arbache (2001, p. 55) já argumentava que “setores que experimentam sazonalidade e/ou requerem trabalhadores pouco qualificados tendem a manter relações de trabalho mais tênues, ou contratos informais de trabalho”. Em dezembro de 2019, foram registradas 1.069.120 (48,8%) ocupações formais e 1.123.115 (51,2%) ocupações informais no mercado de trabalho do turismo no Brasil, segundo o IPEA (2019).

A informalidade histórica no trabalho do turismo brasileiro é somada com outras formas de flexibilização nos mercados de trabalho e na organização do trabalho mais recentes, como a pejotização, a terceirização das atividades-fim e a plataformização dos trabalhadores do turismo (Cardoso; Oliveira, 2020). Essas modalidades ganharam respaldo legal com a Reforma Trabalhista de 2017, somada a uma série de medidas de desregulamentação do trabalho no Brasil ocorridas no mesmo período. Esse processo consolida a hegemonia do capitalismo neoliberal, sob regime do modelo de acumulação flexível (Harvey, 2008), e ganha imediata reverberação no campo das ocupações laborais do turismo. Teberga (2021) observou que as formas atípicas de contratação no turismo passaram a ser mais utilizadas após a pandemia da COVID-19, a exemplo do contrato de jornada intermitente e por tempo determinado. Esses modelos de contrato “são acionados particularmente por setores econômicos com produção ou demanda sazonais, bem como em períodos de incerteza do mercado” (p. 8).

Considerações finais

Como evidenciado neste artigo, o turismo tem se manifestado no território brasileiro de diferentes formas, numa relação dialética em que se coloca como produto e produtor do espaço. Além disso, é imperativo reconhecer que quando falamos de turismo na contemporaneidade, estamos tratando de uma atividade globalizada e profundamente imbricada a processos gerais que regem o modo de produção capitalista neste momento da história, como os neoliberalismos e a financeirização da economia.

Tais pressupostos evidenciam a importância de se distinguir o turismo enquanto prática social do turismo enquanto um negócio globalizado (ainda que existam em uma relação dialética), controlado por grandes corporações do transporte aéreo, da hospedagem e das plataformas de serviços cujo crescimento na última década mudou, radicalmente, formas e conteúdos do turismo no planeta.

Como destacado neste artigo, o turismo é revelador e reproduzidor de contradições próprias das sociedades capitalistas na contemporaneidade, o que tem se expressado no Brasil pela reprodução da histórica desigualdade socioterritorial que caracteriza o país, por meio, por exemplo, da concentração dos fluxos de turistas, mas também da distribuição de recursos do Fungetur. A isso somam-se os processos de gentrificação e de acumulação por espoliação e a precarização do trabalho no setor.

Por fim, concluímos ressaltando a importância dos estudos sobre turismo no país que levem em conta a dimensão socioterritorial da atividade turística, para além de seus possíveis benefícios sociais e econômicos.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, C. P. de. Terra à vista. *O litoral brasileiro na mira dos empreendimentos turísticos imobiliários*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade de São Paulo, 2011.

ARBACHE, J. S. *O mercado de trabalho na atividade econômica do turismo no Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. (Gastronomia, Hotelaria e Turismo; 1).

BANDUCCI Jr., A.; BARRETTO, M. *Turismo e identidade local: uma visão antropológica*. Campinas: Papirus, 2001.

BENI, M. C. *Política e Planejamento de Turismo no Brasil*. São Paulo: Aleph, 2006.

BRASIL. ICMBIO. *Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação Federais: caderno de experiências*. Brasília, DF: ICMBIO/MMA, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/centrais-de-conteudo/turismo-de-base-comunitaria-em-ucs-caderno-de-experiencias-pdf>.

BRASIL. Ministério do Turismo. *Editais MTur 001/2008*. Disponível em: http://www.finep.gov.br/arquivos_legados/fundos_setoriais/outras_chamadas/editais/Turismo_2008-versao_final%20.pdf

BRASIL. *Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11771.htm

CAGED. *Cadastro Geral de Empregados e Desempregados*. Ministério do Trabalho e Emprego. Brasília, 2023.

CAÑADA, E. Trabajo turístico y precariedad. In: CAÑADA, E.; MURRAY, I. (eds.). *Turistificación global: Perspectivas críticas en turismo*. Barcelona: Icaria Editorial, 2019.

CARDOSO, A. C. M.; OLIVEIRA, M. C. B. de. E-economia e suas empresas-plataforma: modus operandi e precarização do mercado de trabalho no setor de turismo. *Rev. Anais Bras. de Est. Tur.*, Juiz de Fora (Brasil), v. 10, pp. 1-17, 2020.

CRUZ, R. de C. A. da. Desenvolvimento desigual e turismo. *Revista Confins*, n. 36, 2018. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/13707#text>

CRUZ, R. de C. A. da. Ensaio sobre a relação entre desenvolvimento geográfico desigual e regionalização do espaço brasileiro. *GEOUSP Espaço e Tempo (Online)*, [S. l.], v. 24, n. 1, p. 27-50, 2020. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/155571>

CRUZ, R. de C. A. da. *Para que e a quem serve o Ministério do Turismo*. Publicado em 14/10/2020. Le Monde Diplomatique Brasil. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/para-que-e-a-quem-serve-o-ministerio-do-turismo/>

CRUZ, R. de C. A. da. *Política de turismo e território*. São Paulo: Roca, 2000.

FERREIRA, Â. L.; SILVA, A. Para além do muro alto: “Turismo imobiliário” e novas configurações socioespaciais na Região Metropolitana de Natal. In: VALENÇA, M. M.; BONATES, M. F. (org). *Globalização e marginalidade: o Rio Grande do Norte em foco*. Natal: EDUFRN, 2008, v. 2, p. 457-468. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/rmnatal/artigo/artigo11.pdf>

FUNGETUR. Fundo Geral de Turismo. *Boletim Mensal. Julho/2023*. Ministério do Turismo. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/fungetur/72023JULHOBoletimFungetur.pdf>

FURLAN, S. A. Entre conquistas, resistências e conflitos. *Revista E, SESC*, Julho/2022, p. 61-65. Disponível em: https://www.sescsp.org.br/wp-content/uploads/2022/06/RevistaE_julho2022_final.pdf

HARVEY, D. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 17ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HARVEY, D. *O novo Imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Coordenação de Geografia. *Regiões de influência das cidades 2018*. IBGE, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em:

<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101728>

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Sistema de Contas Regionais: Brasil 2021*. Contas Nacionais n. 94, 2021. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102045_informativo.pdf

IRVING, M. de A. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível? In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSTYN, I. *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. RJ: Letra e Imagem, 2009, pp. 108-121.

Disponível em

http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/TURISMO_DE_BASE_COMUNITARIA.pdf.

LE MOS, L. *Turismo: Que negócio é esse?* Campinas: Papirus, 2004.

LOBO, Y. S. Economia colaborativa e destinos turísticos urbanos: análise da distribuição espacial da Airbnb em Curitiba. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, São Paulo, 14 (3), p. 37-54. set/dez de 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.7784/rbtur.v14i3.1841>.

_____. Economia colaborativa e Airbnb: reflexões urbano-turísticas a partir de São Paulo e Rio de Janeiro. II Seminário Mineiro de Pesquisa e Inovação em Turismo, Belo Horizonte (MG), 2017. Disponível em : https://www.academia.edu/35071002/Economia_colaborativa_e_Airbnb_reflex%C3%B5es_urbano_tur%C3%ADsticas_a_partir_de_S%C3%A3o_Paulo_e_Rio_de_Janeiro.

MARTONI, R. M. Trabalho produtivo no turismo e as aventuras laborativas do “cortês trabalhador”. *Revista Espaço E Geografia*, 15(1), 49-89, 2012. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/espacoegeografia/article/view/39913>

MARTONI, R. M. *Turismo & Capital*. 1. ed. Curitiba: Appris, 2019.

MARTONI, R. M.; ALVES, K. dos S. (2019) As condições da classe trabalhadora em atividades características do turismo: especificidades e tendências socioprodutivas. *Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade*, 11(1), 211-223, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v11i1p211>.

MARTONI, R. M. et al. (2023). A produção do turismo mediada pela plataforma Airbnb: proposição de um instrumental/software para o levantamento de dados empíricos e teorizações introdutórias. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, São Paulo, 17, e-2792, 2023. <https://doi.org/10.7784/rbtur.v17.2792>.

MELIANI; P. F. Estrutura e distribuição espacial do trabalho formal e informal no turismo do Brasil: contributos geográficos ao planejamento turístico regional brasileiro. *Revista Turismo & Desenvolvimento*. n. 17/18. 2012.

MILANO, C. Overtourism and Tourismphobia: Global trends and local contexts. Barcelona: *Ostelea School of Tourism & Hospitality*. Barcelona, 2017, 46p.

MILANO, C.; CHEER, J. M.; NOVELLI, M. Overtourism: a growing global problem. *The Conversation*, 2018, 1-5. Disponível em: <https://theconversation.com/overtourism-a-growing-global-problem-100029>

PIMENTEL, M. P.; KUNZ, J. G. Financiamento Público para Empresas Turísticas: perfil de operações e distribuição espacial de três fundos brasileiros. *Revista Turismo em Análise - RTA. ECA - USP*, v. 33, n. 3, p. 187-207, 2022. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rta/article/view/203682>

RAIS. *Relação Anual de Informações Sociais*. Ministério do Trabalho e Emprego. 2022.

SABINO, A. L. *Turismo e expansão dos domicílios particulares de uso ocasional no litoral Sudeste do Brasil*. Tese (Doutorado em Geografia), FFLCH/USP, 2012.

SANTOS, L. E. de F. *Trabalho no turismo: faces da precarização de um proletariado contemporâneo e de serviços*. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana), Universidade de São Paulo, 2018.

SANTOS, F. R.; RIBEIRO, L. C. S.; TAKASAGO, M. The productive interdependence of tourist activities in Brazil. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*. São Paulo, 18, e-2886, 2024. Disponível em: <https://rbtur.org.br/rbtur/article/view/2886/1579>

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *Brasil, território e sociedade no início do século XXI*. Rio De Janeiro: Record, 2001.

SILVA, J. P. da. *Trajetória do Turismo de Base Comunitária no Brasil: romantização, conflitos socioespaciais e proposta de avaliação*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano), UFPE, 2021.

SOUZA, R. B.; LEONELLI, G. C. V. Airbnb no Brasil: uma nova agenda de pesquisa para os estudos urbanos. *Revista Brasileira de Gestão Urbana*, v.13, e20200400. <https://doi.org/10.1590/2175-3369.013.e20200400>.

SRNICEK, N. *Platform Capitalism*. Great Britain: Polity Press, 2016.

TAMBELLI, C. N. B. *Aluga-se para temporada: o Airbnb e a cidade como negócio*. Dissertação (Geografia Humana), Universidade de São Paulo, 2020.

TASSO, J. P. F.; PERINOTTO, A. R. C.; REZENDE FILHO, M. F. R. *Welcome to Brazilian Overtourism: a retomada da saturação e da irresponsabilidade em destinos turísticos brasileiros*. *Novos Cadernos NAEA*, v. 26, n. 1, p. 243-272, jan-abr. 2023.

TEBERGA, A. Trabalhadores sem destino: uma análise preliminar dos impactos da pandemia à classe trabalhadora do turismo. *Revista do Centro de Pesquisa e Formação – SESC*. Edição Especial: Turismo e Relações de Trabalho: Panoramas e Desafios. 2021.

TEBERGA, A. Contrato Intermitente no Turismo: Tendência em Tempos de Pandemia e Pós-Pandemia? *Rosa dos Ventos*, vol. 13, núm. 4, Esp.,

2021. Disponível em:

<https://www.redalyc.org/journal/4735/473569974009/473569974009.pdf>

THÉRY, H. Editorial. *Via Tourism Review*, 1(7), 2015. Dossiê “Brasil, turismo além do carnaval”. Disponível em:

<https://journals.openedition.org/viatourism/664>

THÉRY, H. Lugares e fluxos do turismo nacional brasileiro. *Via Tourism Review*, 1(7), 2015. Dossiê “Brasil, turismo além do carnaval”.

Disponível em: <https://journals.openedition.org/viatourism/572>

THÉRY, H. Surtourisme au Christ du Corcovado de Rio de Janeiro, *Via Tourism Review*, 24, 2023. Disponível em:

<http://journals.openedition.org/viatourism/10564>

THÉRY, H.; MELLO-THÉRY, N. A. De. *Atlas do Brasil*. Disparidades e dinâmicas do território. SP: Edusp, 2018.

TRENTIN, F.; COSTA, M. A. M.; MORAES, C. C. de A. Crédito extraordinário federal para manutenção do setor de turismo durante a pandemia da Covid-19. *Formação (Online)*, 29(55), 29-53, 2022.

Disponível em:

<https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/8879>

AUTORES

Rita de Cássia Ariza da Cruz

Graduada em Geografia, Mestre, Doutora e Livre-docente em Geografia Humana pelo Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, onde atua como docente desde 2003, nas áreas de Geografia Regional e Geografia do Turismo. Autora de diversos artigos e capítulos de livro. Orientadora de Mestrado e doutorado no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana do mesmo Departamento.

E-mail: ritacruz@usp.br

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/5125571262722656>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4726-5295>

Angela Teberga de Paula

Professora no Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília (CET/UnB). Doutora em Turismo e Hospitalidade pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Líder do Grupo Labor Movens em Condições de Trabalho no Turismo (UnB/CNPq).

E-mail: angela.paula@unb.br

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/3543811641636104>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1010-1721>

Hervé Théry

Pesquisador emérito do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS, França), professor da USP (Programa de pós-graduação em Geografia Humana, PPGH). Coordenador editorial da revista Confins. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Regional, atuando principalmente nos seguintes temas: geografia do Brasil, geografia política, cartografia temática, modelização gráfica.

E-mail: hthery@aol.com

Currículo lattes: <http://orcid.org/0000-0001-8282-3470>

ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-8282-3470>

Recebido para publicação em junho de 2024.

Aprovado para publicação em outubro de 2024.

Em busca de uma Geografia da Energia no Brasil: propostas para uma agenda de pesquisa

*Looking for a Geography of Energy in Brazil:
proposals for a research agenda*

*En busca de una Geografía de la Energía en
Brasil: propuestas para una agenda de
investigación*

Luciano Duarte

Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD

lucianopsilva@ufgd.edu.br

Resumo: A discussão sobre energia marca a história do campo disciplinar da Geografia, ainda que durante muito tempo ela não tenha ganhado grande expressividade ou uma atenção concentrada, salvo algumas exceções. Essa problemática, todavia, tem sido reavivada na Geografia desde a década de 2000, sobretudo em razão dos atuais processos de transição energética. Porém, ao passo em que a produção internacional em Geografia tem ganhado maior expressão, com amplos escopos de análise e de significativa complexidade, as pesquisas nacionais ainda são pouco numerosas e parte significativa delas possuem abordagens pouco complexas e horizontes de análise mais reduzidos. O artigo busca mostrar essa realidade a partir da análise de um universo amostral de publicações da geografia brasileira que versa sobre essa temática. Após esse exame, o texto procura ainda apontar conceitos, categorias e noções que podem ser empregadas em uma agenda de pesquisa sobre a

Geografia da Energia no Brasil.

Palavras-chave: Geografia da energia. transição energética. abordagens teóricas. conceitos e categorias.

Abstract: The discussion about energy marks the history of the disciplinary field of Geography, even though for a long time it did not gain great expression or concentrated attention, with a few exceptions. This problem, however, has been revived in Geography since the 2000s, especially due to the current energy transition processes. However, while international production in Geography has gained greater expression, with broad scopes of analysis and significant complexity, national research is still few in number and a significant part of it has less complex approaches and smaller horizons of analysis. The article seeks to show this reality based on the analysis of a sample universe of publications on Brazilian geography that deal with this topic. After this examination, the text also seeks to point out concepts, categories and notions that can be used in a research agenda on the Geography of Energy in Brazil.

Keywords: Energy geography. energy transition. theoretical approaches. concepts and categories.

Resumén: La discusión sobre la energía marca la historia del campo disciplinar de la Geografía, aunque durante mucho tiempo no obtuvo gran expresión ni atención concentrada, salvo algunas excepciones. Este problema, sin embargo, se ha reavivado en la Geografía desde los años 2000, especialmente debido a los actuales procesos de transición energética. Sin embargo, si bien la producción internacional en Geografía ha ganado mayor expresión, con amplios ámbitos de análisis y significativa complejidad, las investigaciones nacionales son aún escasas en número y una parte significativa de ellas tiene enfoques menos complejos y horizontes de análisis más reducidos. El artículo busca mostrar esta realidad a partir del análisis de un universo muestral de publicaciones sobre geografía brasileña que abordan este tema. Después de este examen, el texto también busca señalar conceptos, categorías y nociones que pueden ser utilizados en una agenda de investigación sobre Geografía de la

Energía en Brasil.

Palabras clave: Geografía de la energía. transición energética. enfoques teóricos. conceptos y categorías.

Introdução

A questão energética está presente nas discussões da ciência geográfica desde seus primórdios, mesmo que não tenha sido tratada de forma tão explícita e propriamente detida sobre a temática. Porém, ao menos desde Pierre George (1950, p. 9 [tradução nossa]), com sua obra *Geographie de l'énergie* (Geografia da Energia), essa problemática ganha centralidade nos estudos geográficos, visto que o autor francês compreende que “a arquitetura econômica e política do mundo é condicionada pelas desiguais capacidades das coletividades humanas de organiza a produção e, dentre essas capacidades, a mobilização da energia é uma das fundamentais”. O modo como autor trabalha a energia em sua obra também chama a atenção por apontar para a necessidade de uma “geografia da energia” levar em conta “não só a repartição das fontes de energia, mas também as diferenciações regionais”, que por um lado são “derivadas do desenvolvimento desigual da economia industrial, ou seja, da utilização das novas fontes de energia”, e que, por outro lado, decorrem “da variedade de sistemas que combinam o emprego, segundo diversos métodos, das principais formas de energia industrial” (GEORGE, 1950, p. 14 [tradução nossa]).

Com as mesmas pretensões, apesar de almejar uma “Geografia da Energia” mais analítica do que meramente descritiva, como propunha o trabalho de Pierre George, o geógrafo britânico, Gerald Manners (1964, p. 21 [tradução nossa]), aponta para uma abordagem mais complexa do problema, “observando a gama e a variedade de fatores que influenciam a geografia da energia em todas as suas facetas”, considerando como os principais os fatores o transporte, o mercado e a política. A complexidade buscada pelo autor não deriva somente da grande miríade e conexões existentes entre os fatores explicativos da difusão, produção e conformação de “regiões energéticas”, mas também pelo fato de essas expressões particulares, no espaço e nas diversas fontes de energia, dependem ao menos em parte de todas as outros presentes num território nacional e em todo o mundo.

Apesar dessa riqueza de estudos que poderiam ser conduzidos a partir dessas abordagens geográficas sobre a energia, o autor britânico

aponta ainda que “é surpreendente que o estudo da variável energia, por mais importante que seja, tenha recebido comparativamente pouca atenção no passado e desperte hoje apenas uma curiosidade limitada”, e os estudos que tratam a “energia enquanto energia” são ainda mais restritos (MANNERS, 1964, p. 19 [tradução nossa]). Tal apontamento pode ser aplicado não só para os geógrafos econômicos daquele momento histórico, mais precisamente da década de 1960, mas podemos estender para os geógrafos que atuam em todas as suas “perspectivas” e em especial entre os geógrafos brasileiros.

Para além das fronteiras nacionais, a questão energética tem sido retomada e ganhado grande reforço nas pesquisas geográficas, sobretudo em razão das discussões envolvendo os processos de transição energética. Destacam-se, por exemplo, os trabalhos de Gavin Bridge (2015; 2013, 2018) e Stefan Bouzarovski (2020), no Reino Unido; Sébastien Velut (2021, 2023; 2022), Marie Forget (2021; 2021); Bernadette Mérenne-Schoumaker (2011; 2007; 2017) e Michel Deshaies (2020, 2021; 2014), na França; Silvina Carrizo (2017; 2016; 2006, 2018), na Argentina, e claramente os trabalhos de Horácio Capel (2012, 2014), juntamente com pesquisadores na Espanha e México, como Pere Sunyer Martín e Eulalia Ribera Carbó (2020); que se dedicam especialmente ao fenômeno da eletrificação, com maior destaque à produção de eventos internacionais para discussão dessa temática, e que será fruto de análise mais detida neste artigo.

Apesar de ainda tímida em comparação com a produção internacional, a temática energética nos trabalhos de Geografia no Brasil parece ganhar certo estímulo nos últimos dez anos. Isso poderia ser constatado a partir de uma pesquisa bibliométrica mais ampla, porém, a partir de uma perspectiva mais qualitativa, podemos reconhecer importantes espaços de socialização e de debate acadêmico em que a participação de geógrafos brasileiros tem ganhado expressividade numérica, como são eventos científicos voltados especificamente para essa temática ou que abrem segmentos específicos para tal problemática. Dentre esses eventos destacamos dois, um internacional e um nacional, sobre os quais nos debruçaremos de forma mais atenta para realizar uma análise quantitativa e qualitativa sobre os trabalhos apresentados: o primeiro será o Simpósio Internacional de História da Eletrificação, que já contou com cinco edições, realizadas em diversos

países, e é organizado por uma rede internacional de pesquisadores, mas sobretudo a partir da figura do geógrafo espanhol Horácio Capel, da Universidade de Barcelona; o segundo será o Encontro Nacional da Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, o Enanpege, que já conta com quinze edições, realizadas em diversas cidades brasileiras, e onde figurou entre o conjunto de Grupos de Trabalhos (GTs), especificamente nas últimas quatro edições, ao menos um que pretendia tratar a questão da energia de modo mais focalizado.

Valendo-se desse universo amostral de publicações bibliográficas, na forma de trabalhos completos apresentados e publicados nos anais de eventos científicos, o artigo pretende realizar uma revisão sistemática dessas publicações a partir das escalas de análise, das abordagens e das preocupações centrais dos trabalhos acadêmicos. A partir desse levantamento e sistematização, o presente artigo pretende, num primeiro momento, reconhecer como o tema da “energia” vem sendo pesquisado entre geógrafos e geógrafas brasileiros nos últimos anos. Isso servirá de subsídio para reconhecer certos padrões e tendências, para então tecer uma análise mais profunda e realizar certas críticas às perspectivas e abordagens escolhidas nesse conjunto de trabalhos.

Vencido esse primeiro objetivo do artigo, pretendemos propor alguns conceitos e categorias que permitam ampliar os horizontes de preocupações que possam compor uma agenda de pesquisa sobre uma “Geografia da Energia” que almeje analisar a totalidade do fenômeno energético e como este se manifesta na totalidade do território brasileiro. Essa proposta de agenda visa, portanto, contribuir para construir uma perspectiva de análise que não limite os estudos sobre essa temática às circunscrições espaciais e setoriais do fenômeno, ao mesmo tempo, que não seja uma simples descrição geral e abrangente da problemática, mas que sim se proponha a revelar a complexidade, integridade, diversidade e desigualdade da Geografia do Brasil.

Escalas, abordagens e problemáticas da produção geográfica brasileira sobre a questão energética

Como anunciado, a análise bibliográfica realizada nesta pesquisa não foi feita a partir de uma extensa coleta em bases agregadoras de publicações científicas, como indexadores, banco de teses e mesmo plataformas de produção acadêmica. Ao invés disso, essa análise estabeleceu um universal amostral que certamente pode ser considerado pequeno, restrito e um pouco enviesado frente à toda pesquisa geográfica produzida no Brasil. Porém, essa escolha se deu para que se pudesse realizar um estudo qualitativamente mais atento às escalas, abordagens e problemáticas que são mais frequentes nas produções acadêmicas de geógrafos(as) brasileiros(as). Com o intuito de coletar o maior número possível de trabalhos publicados sobre a temática da energia, escolheu-se dois eventos científicos de grande reconhecimento entre os membros da comunidade acadêmica geográfica brasileira: o Simpósio Internacional de História da Eletrificação e o Encontro Nacional da Anpege, o primeiro sendo dedicado especialmente à problemática em pauta e o segundo por figurar em algumas edições Grupos de Trabalhos dedicados ao tema da energia.

No total, foram catalogados 111 (cento e onze) trabalhos completados que possuem como autor principal um(a) geógrafo(a) brasileiro(a) e que estão devidamente publicados nos anais digitais dos respectivos eventos. No caso do Simpósio Internacional, foram reconhecidos 76 (setenta e seis) trabalhos, distribuídos nas cinco edições já realizadas: 18 (dezoito) na primeira, que ocorreu em Barcelona (Espanha), no ano de 2012; 20 (vinte) na segunda, que ocorreu na cidade de São Paulo (Brasil), em 2013; 12 (doze) em sua terceira edição, sediada na Cidade do México (México), e que ocorreu em 2015; 9 (nove) na quarta edição, novamente realizado em Barcelona (Espanha), em 2017; e 17 (dezessete) trabalhos em sua quinta, e por enquanto última edição, realizada em 2019. Os trabalhos contidos nos anais digitais do Enanpege contabilizaram 35 (trinta e cinco), distribuídos nas últimas três edições¹: 9 (nove) trabalhos na décima terceira edição, que

¹Sabe-se que na edição de XII do ENANPEGE, ocorrida no ano de 2017 e realizada em Porto Alegre, também contou com o Grupo de Trabalho "Usinas Hidrelétricas e Impactos Sociais

ocorreu na cidade de São Paulo (SP), em 2019, e que participaram do Grupo de Trabalho intitulado “Usinas Hidrelétricas e Impactos Sociais e Ambientais na Amazônia”; 18 (dezoito) trabalhos na décima quarta edição, que foi realizada em 2021, e em decorrência da pandemia de Covid-19 ocorreu por meio virtual, e onde foram apresentados no GT “Geografia das Energias”; e 8 (oito) trabalhos na décima quinta e até então última edição, que ocorreu em 2023 e foi sediada em Palmas (TO), e também foram apresentados no GT “Geografia das Energias”.

Ainda que pouco volumosos, esses produtos de pesquisa são bastante diversificadas em termos de instituições de ensino do primeiro autor, compreendendo um universo de 36 instituições de ensino e/ou pesquisa, ainda que relativamente um pouco concentradas em três instituições: USP (Universidade de São Paulo), com 13 (treze) trabalhos; UFRN (Universidade Federal do Rio Grande do Norte), com 12 (doze) trabalhos; e UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), com 9 (nove) trabalhos. A produção selecionada também revela uma grande diversidade geográfica das instituições às quais os primeiros autores estão vinculados, elas representam as cinco macrorregiões do território brasileiro e 17 (dezesete) unidades da federação, além de uma instituição estrangeira.

A partir desse momento, daremos especial atenção ao objetivo central desse levantamento bibliográfico, que é o de realizar um exame atento do conteúdo dessas produções catalogadas, pois a partir desse estudo, iremos poder orientar nossas críticas, apontamentos e proposições teóricas e analíticas que serão discutidas na segunda parte do presente artigo. Para iniciar, notamos na Figura 1 que a escala “Local” tem expressiva presença nas publicações analisadas. Isso é reforçado se observamos que a escala “Regional”, também bastante frequente nos trabalhos, frequentemente se aproxima muito mais de uma escala “Local”, visto que muitos enfocam em uma unidade da federação ou parte dela, numa bacia hidrográfica ou ao longo de um rio. A escala “Nacional”, que figura na segunda “posição”, se mostra bastante interessante, não só por possuir um “escopo” mais amplo e totalizante da questão energética, mas porque quando mobilizada frequentemente as pesquisas se orientam por

e Ambientais na Amazônia”, que se manteve na edição seguinte e onde se tratava dedicadamente às questões energéticas. Todavia, por problemas técnicos, não foi possível acessar os anais digitais da edição, visto que o site oficial está fora do ar.

abordagens mais complexas e multidimensionais como da “Política”, do “Território” e dos processos de “Modernização”, assim transescalares, mobilizando para isso a questão das “Redes”, da “Economia”, muitas vezes globalizada, e das “Empresas” transnacionais.

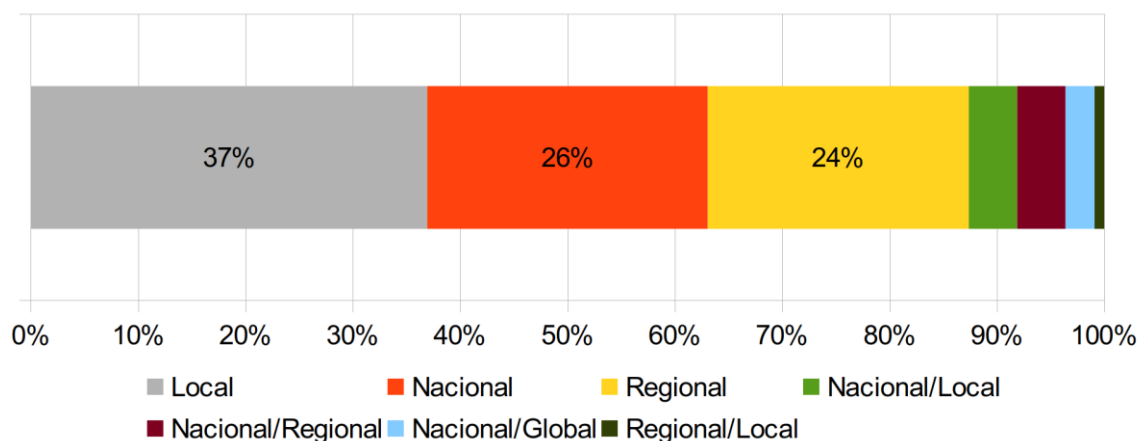


Figura 1 – Gráfico do percentual de escalas geográficas de análise enfocadas nos trabalhos acadêmicos analisados

Fonte: Elaboração própria a partir de levantamento bibliográfico dos eventos científicos selecionados

Quanto às abordagens que guiam as principais análises e reflexões sobre a questão da energia, podemos notar na Figura 2 que ganham destaque a questão “Urbana” e dos “Impactos”, ambas, em geral, atreladas à escala local, como anteriormente observado na Figura 1. A abordagem “Histórica” é bastante frequente nos trabalhos muito em razão do Simpósio Internacional, visto que um de seus principais enfoques é a história da eletrificação. Porém, só a partir da terceira “posição”, abordagens mais complexas e/ou com horizontes de preocupações mais totalizantes começam a figurar, envolvendo múltiplas dimensões do território, ou diversas escalas acessadas e atravessadas por redes, ou processos mais gerais de modernização ou ainda de mediações fundamentais como a política e a economia.

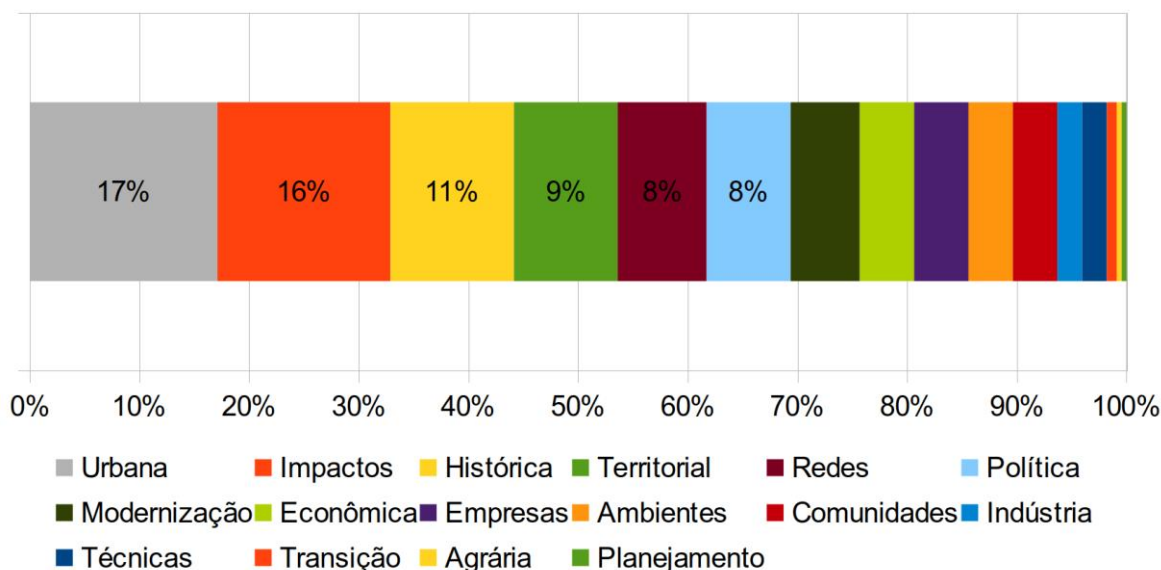


Figura 2 - Gráfico do percentual de escalas geográficas de análise enfocadas nos trabalhos acadêmicos analisados

Fonte: Elaboração própria a partir de levantamento bibliográfico dos eventos científicos selecionados.

Ainda que haja essa maior variedade de abordagens nas “posições” inferiores, chama muita a atenção para a abordagem dos “Impactos”, pois mesmo naqueles trabalhos de uma perspectiva mais “Urbana” também carregam essa outra abordagem. Além de localista, a questão dos “Impactos”, muitas vezes focadas nos aspectos ambientais e deslocamentos de populações, é atrelado ao processo de implantação de grandes equipamentos e infraestruturas, como é o caso das Hidrelétricas e, mais recentemente, dos parques Eólicos, o que é confirmado pelos dados apresentados no gráfico da Figura 3.

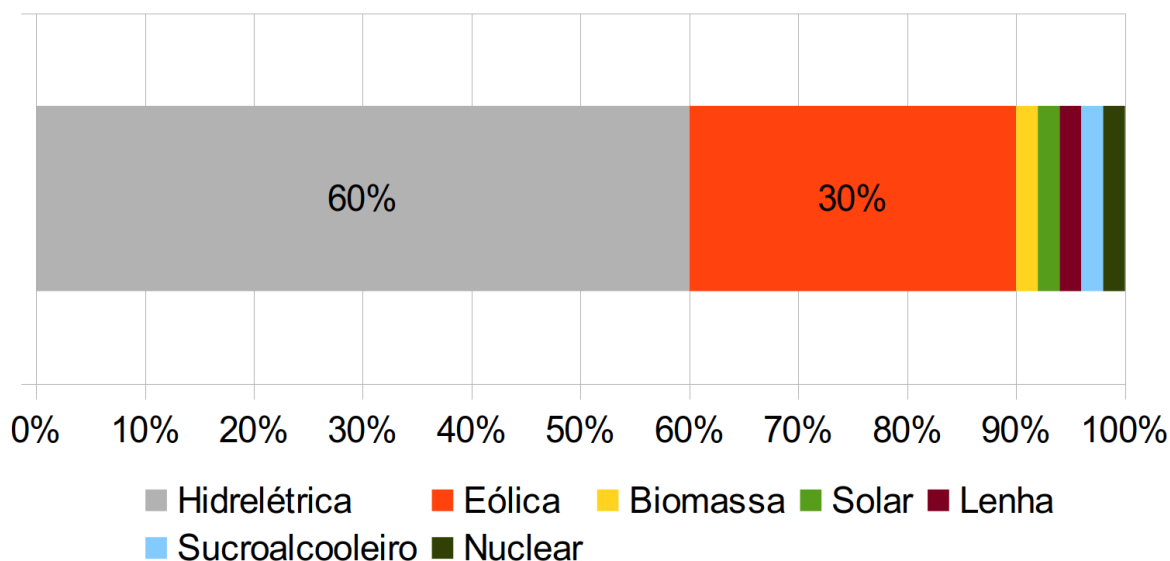


Figura 3 - Percentual das principais fontes de energia analisadas nos trabalhos acadêmicos analisados

Fonte: Elaboração própria a partir de levantamento bibliográfico dos eventos científicos selecionados.

O gráfico da Figura 3 chama a atenção para a enorme concentração dos estudos na fonte “Hidrelétrica”, o que claramente pode ser explicado pela centralidade que ela possui na história do país, nas diversas regiões do território nacional e na própria matriz energética. Processo parecido que se observa a partir do interesse pela fonte “Eólica”, que tem se difundido enormemente no território brasileiro, com maior destaque para a região nordeste do país. Porém, gostaríamos de chamar a atenção também para o fato de que mesmo essas fontes possuindo uma relevância fundamental para a organização, estruturação e dinamização de todo o território nacional, a imensa maioria dos trabalhos trabalham na escala “Local”, do entorno dos empreendimentos, e “Regional”, quando envolve uma macrorregião nacional (Nordeste ou Amazônia) ou mais microrregional (como uma Bacia Hidrográfica ou parte de um estado); e mesmo sobre discussões complexas e multidimensionais envolvendo dimensões da política e da economia, parte expressiva tomam uma abordagem a partir dos “Impactos”, especialmente de “Ambientes” e “Comunidades”, maior destaque para a fonte “Hidrelétrica”. No caso da “Eólica”, discussões mais multidimensionais como “Econômica”, especialmente ligado ao fenômeno da financeirização, e das “Transições” energéticas passam a figurar entre os trabalhos, ainda que de modo um pouco mais tímido.

Por fim, observamos a partir dos dados representados no gráfico da figura 4 que a etapa da “Distribuição” da energia é a mais expressiva entre os trabalhos analisados, o que é explicado pelo fato do Simpósio Internacional ter como um dos enfoques a “eletrificação” dos espaços, o que envolve o acesso final às redes de eletricidade. Isso é reforçado quando combinado a abordagem “Urbana”, como apresentado no Gráfico da figura 2, e também com as “etapas” de “Transportes”, notadamente pela difusão dos bondes elétricos, e a “Iluminação” pública das cidades. Ainda que significativa, a etapa da “Geração”, por vezes não é mobilizada como uma questão central do trabalho, dando maior atenção por exemplo ao “Impacto” (Figura 2) da instalação de uma “Hidrelétrica” (Figura 3), ou seja, uma preocupação maior com a materialidade e os aspectos formais do equipamento e da infraestrutura do que as suas funções e conteúdo energético que ela cumpre, a “Geração” de energia.

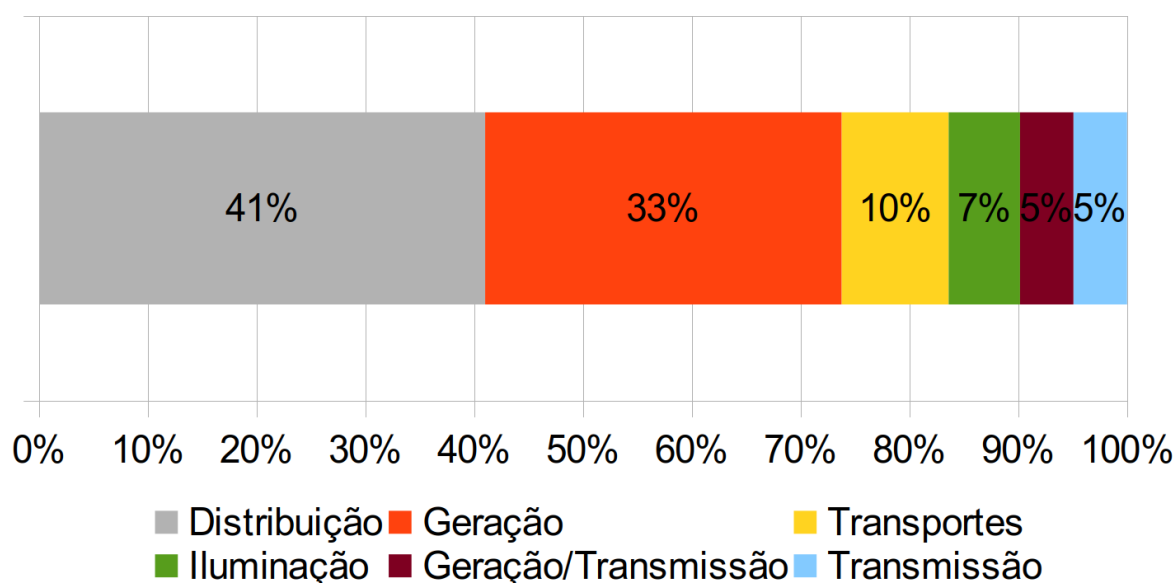


Gráfico 4. Percentual das principais etapas do processo de produção de energia analisadas nos trabalhos acadêmicos analisados.

Fonte: Elaboração própria a partir de levantamento bibliográfico dos eventos científicos selecionados.

Com base nesses dados apresentados, o artigo pretende, a partir do segmento que se segue, realizar uma crítica a cada uma dessas escalas, abordagens e problemáticas que, em geral, se mostram mais frequentes, numerosas e difundidas na atual produção geográfica brasileira sobre o

tema da energia. No entanto, não se trata de desmerecer ou rebaixar as contribuições científicas que os trabalhos trazem, mas sim de apontar conceitos, categorias e teorias que possam orientar as pesquisas para horizontes de preocupação que tenham capacidade de compreender a Geografia do Brasil, em especial no período atual da história.

Proposições para consolidar e aprofundar os estudos sobre energia na geografia brasileira

Com este intuito, apontamos que para superar as perspectivas de “impacto” que abundam nas análises geográficas sobre a energia, podemos partir do conceito de “evento geográfico”, tal como proposto por Milton Santos (2009). Pois, o evento, enquanto sinônimo de “ação”, pode revelar ao mesmo tempo os agentes que participam no processo de realização desses eventos, o que abre os horizontes de análise para a multiplicidade de intencionalidades envolvidas, assim como os conflitos e divergências, complementaridades e convergências, um verdadeiro sistema de ações que constitui todo evento que se realiza no espaço geográfico.

Essa compreensão do conceito nos permite superar ou ao menos complexificar as discussões sobre noções como “impacto” e de “atingido”. No primeiro caso, pelo próprio termo ter se tornado uma palavra meramente administrativa, um termo extraído da física (reconhecendo somente os choques e quantidades de movimentos) e que em geral prescreve processos de licenciamento ambiental, ele pouco ou nada ajuda a compreender a totalidade das dimensões técnicas, políticas e territoriais que são desorganizadas a partir do processo de implantação de grandes obras de engenharia, como usinas hidrelétricas, muito menos as re-organizações econômicas e sociais que se sucedem (SEVÁ, 2008, p. 46). No segundo caso, o conceito de evento também permite abarcar dimensões socioespaciais e temporais mais profundas que não se limitem a uma concepção patrimonialista, em que a população atingida é reduzida à dimensão de “proprietários fundiários” das áreas alagadas, ou uma concepção hídrica, em que o atingido é somente aquele que é “inundado”, no caso de barragens, pelas águas do lago que se forma; eliminando assim outras mudanças

socioespaciais mais complexas que são provocadas pela instalação de grandes empreendimentos energéticos, como dinâmicas econômicas, de sociabilidade e de organização política, como foi bem discutido por Carlos Vainer (2008). Ao mesmo tempo, o conceito de evento pode contribuir no reconhecimento da (re)organização de movimentos de resistências e novas formas de luta, como são os representantes do “giro ecoterritorial”, que emergem e se reorganizam em decorrência do avanço espacial da lógica neoextrativista que marca o “consenso das commodities”, agora transmutada sob o signo da “descarbonização” (BRINGEL; SVAMPA, 2023; SVAMPA, 2019).

Enquanto veículo de uma ou algumas das possibilidades existente no mundo e do período atual da história (SANTOS, 2009), os eventos geográficos permitem melhor analisar os processos de transição energética que marcam a história do presente e em outros momentos. A partir desse conceito, em primeiro lugar, deixamos de entender as transições energéticas como acontecimentos que rompem completamente os usos de determinadas fontes primárias de energia, passando exclusivamente a outras, ao contrário, a entendemos como processos de adição de novas fontes (FREZZOZ, 2014), tal qual o espaço é um acúmulo desigual de tempos que se cristalizam nos lugares por meio dos eventos (SANTOS, 2004). Em segundo lugar, as transições energéticas podem assim ser compreendidas a partir das mediações dadas por cada formação socioespacial em que elas se realizam, pois ao passo em que nos países centrais, como os europeus, Estados Unidos e China, ocorra um processo de difusão mais acelerado do uso de energias de baixo carbono, em países periféricos há um processo de transição sobretudo a partir da ampliação do acesso às redes de energia, mesmo que de fontes de alto carbono (BRIDGE et al., 2013). Em terceiro lugar, o conceito de evento geográfico permite compreender a diversidade de objetos e ações herdadas e acumulados nos territórios e que criam condições específicas para a realização das transições energéticas, como são por exemplo os países latinoamericanos, que apesar de possuírem importantes empresas estatais de energia, ainda possuem baixa integração territorial e/ou profundas desigualdades socioespaciais (VELUT, 2021); ou ainda o próprio território brasileiro, que por sua profunda diversidade regional, abriga simultaneamente acelerados processos de transição energética de baixo e alto carbono, renováveis e não renováveis, desde

grandes parques eólicos e usinas hidrelétricas, até exploração de jazidas de petróleo e gás natural (CATAIA; DUARTE, 2022).

O conceito de evento também permite escapar das circunscrição espaciais de sua realização, de seu “impacto” ou de contato direto com a fração do espaço onde ele se manifesta, para assim alcançar as “escalas” ou outros espaços de onde “partem” e se originam. Isso se faz cada vez mais pertinente quando a “teleação”, também descrita por Milton Santos (2009, p. 167) como “ação presente de corpos ausentes”, é cada vez mais empregada pelos agentes hegemônicos da globalização, os agentes que recorrentemente buscam exercer seu poder sem serem vistos, como nos ensina Claude Raffestin (1993). Isso pode ser percebido no processo de financeirização de infraestruturas em geral (RUFINO, 2021), mas que no caso da energia pode ser reconhecido tanto nos equipamento de produção e geração, como as usinas hidrelétricas de todos os portes, desde as pequenas que se difundem na porção centro-sul do território brasileiro (FRITZEN, 2017), como as grandes que avançaram para a região norte, em especial na Amazônia (BROGGIO et al., 2014; CATAIA; SILVA, 2020; SOUZA, 2016; ZIBECCHI, 2012). O mesmo também ocorre na geração de eletricidade a partir das “novas fontes renováveis”, como é o caso da eólica, e que não envolvem somente os equipamentos de produção da energia, mas a propriedade e a renda da terra, o que revela novos mecanismos do processo de acumulação por despossessão ou por espoliação, notadamente nos parques eólicos difundidos no nordeste brasileiro (IZÁ PEREIRA, 2022; TRALDI, 2020).

Ainda podemos identificar esse mesmo processo nos sistemas de circulação e de transmissão de energia que estruturam o território nacional, como são os gasodutos e navios que transportam petróleo bruto e seus derivados (COSTA, 2019; DUARTE, 2020), e nas linhas de alta tensão de eletricidade (WERNER, 2019). Esses casos ajudam a explicitar como o processo de financeirização tem sido empregado no território brasileiro não só mecanismo de ampliação das redes de capitais e aceleração dos fluxos de investimentos, mas sobretudo como meio de privatização das grandes empresas estatais de energia, em especial da Petrobras (DUARTE; NABARRO, 2021; FERREIRA, 2020; SALGADO, 2020) e da Eletrobras (CASTILHO, 2022). Para além dessas dimensões das infraestruturas e das privatização, a

financeirização também começa a apontar para novas mediações tecno-financeiras que podem ser implementadas sobretudo a partir da expansão dos “mercados livres” que ocorrem no Brasil, tanto de eletricidade como de gás natural, como da difusão das formas de “geração distribuída” de energia, tanto no campo como nas grandes cidades.

Com o intuito de ir além das análises puramente localistas, compreendemos que o conceito de situação geográfica pode contribuir para um entendimento mais complexo e integral das diversidades de formas e funções que a questão energética imputa às diversas frações do espaço geográfico. Pois, enquanto área de ocorrência dos eventos geográficos e produto provisório do movimento de totalização, as situações geográficas permitem simultaneamente reconhecê-las como uma cisão da totalidade, uma estrutura num conjunto e num sistema mais abrangente; onde pode-se identificar as técnicas, objetos e formas que as constituem, assim como os novos arranjos e contradições produzidos pelo movimento de totalização e que se formam a partir do encontro do novo com o velho, do interno com o externo, do Estado com o mercado (SILVEIRA, 1999). Análises fundamentadas nas situações geográficas também permitem romper com insistentes interpretações determinísticas sobre o meio geográfico ou mesmo da total subordinação do lugar ao mundo, pois elas partem do entendimento de que essas situações são atributos de um lugar definido por uma multiplicidade de relações, uma verdadeira correlação de forças que podem ser concorrentes, contraditórias ou complementares; um nó de horizontalidades e verticalidades, um movimento dialético de forças iconográficas, dadas pelo espaço herdado, e forças de circulação, que modelam e trazem novos impulsos aos lugares (CATAIA; RIBEIRO, 2015).

Em outra oportunidade, buscamos mostrar como diversas situações geográficas estão sendo remodeladas a partir dos movimentos de transições energéticas que avançam sobre o território brasileiro (CATAIA; DUARTE, 2022). Observa-se a partir dessa ideia, a formação de múltiplas “fronteiras e frentes energéticas” (CARRIZO; FORGET, 2017), que longe de serem único e exclusivamente produto das determinações do “meio”, em razão da disponibilidade dos recursos e reservas de fontes energéticas, elas são fruto da concretude territorial, técnica e normativa, que se conforma na atual conjuntura das correlações de forças econômicas e políticas da própria

formação socioespacial brasileira (DUARTE, 2024). Formam-se novos “espaços energéticos” que, obviamente, não escapam do desenvolvimento desigual que agora ganham novas combinações a partir dos sistemas energéticos (BRIDGE; GAILING, 2020). Pois, ao mesmo tempo em que se conformam situações geográficas de marcada expansão da geração e uso de energias renováveis e de baixo carbono, como é o caso de grandes cidades onde a energia fotovoltaica produzida a partir de uma geração distribuída e o uso de veículos elétricos vem ganhando maior expressão, outras são formadas pelo aprofundamento da exploração e uso de fontes não renováveis e de alto carbono. Todavia, essas situações distintas se complementam e convergem para os grandes centros consumidores, assim como seu comando parte dos centros de comando que coincidentemente estão localizados sobretudo na região concentrada do território brasileiro (CATAIA, 2019; SANTOS; SILVEIRA, 2001).

Para superar as análises focadas em questões meramente formais sobre a “natureza” da fonte energética e dos espaços onde elas são exploradas, que frequentemente reduzem a análise da energia a adjetivos como renovável ou não renovável, baixo ou alto carbono, limpa ou suja; e que buscam quase exclusivamente “mapear” o declínio ou crescimento do uso ou da exploração de novas fontes energéticas em determinados espaços, cremos que seja fundamental recuperar as categorias de divisão territorial do trabalho e de formação socioespacial, como foi proposto por Milton Santos (1977). Pois, combinado com as noções de evento geográfico e de totalidade, a categoria de divisão territorial do trabalho permite compreender a repartição social e geográfica dos recursos e que estes não possuem um valor absoluto, mas que dependem de uma qualificação geográfica (SANTOS, 2009, p. 132). Qualificação que, por um lado, é mediada pelos lugares e pelas situações geográficas, mas por outro, também é mediado pela formação socioespacial, pois como realidade concreta nacional, ela é uma dimensão política fundamental capaz de mediar (e modular) os atributos das formas geográficas e dos objetos espaciais (MACHADO, 2016). Enquanto totalidade empírica, a formação socioespacial se mostra fundamental, portanto, para reconhecer o movimento conjunto e contraditório do todo e das partes através do processo de totalização, de captar a unidade da diversidade e de identificar as funções que as diversas formas cumprem não se explicam pelas variáveis

e determinações de uma porção do território, mas pela evolução do todo socioespacial (SILVEIRA, 2014).

A partir desses entendimentos, procuramos mostrar como na formação socioespacial brasileira certos recursos energéticos, no caso específico o gás natural, ainda que “não renovável” e “de alto carbono” poderia ter um papel importante no processo de transição energética, sobretudo a partir da exploração do Pré-sal, onde além de petróleo encontra-se elevados volumes desse outro hidrocarboneto (DUARTE, 2020). Isso se deve, por razões “técnicas”, em razão do menor volume de emissão de gás carbônico em comparação a outros combustíveis fósseis, como o carvão e o petróleo (BOY DE LA TOUR, 2004; CHEVALIER; DERDEVET; GEOFFRON, 2012); mas essa “escolha” é sobretudo política, dada pelo momento particular da formação socioespacial em que governos e grupos políticos hegemônicos orientavam importantes centros de decisão, como a Petrobras, para diversificar suas frentes de atuação, procurando se tornar uma “empresa de energia” e que teria um papel importante para a atual transição energética (SAUER, 2016).

Em outra oportunidade, tentamos discutir como na formação socioespacial brasileira, especialmente durante os governos neodesenvolvimentistas de Lula e Dilma (PT), outro recurso energético, agora o petróleo, ainda que globalmente seja considerado uma commodity e, enquanto tal, tenha como principal função acelerar os processos de acumulação e centralização de capital, notadamente pelos circuitos financeiros (LABBAN, 2010); ele foi também mobilizado para cumprir um projeto de desenvolvimento econômico que visava fortalecer diversos setores industriais, financiar setores como saúde e educação (a partir dos royalties) e garantir maior uma autossuficiência energética (DUARTE, 2019). Isso ajuda a mostrar que apesar do “pensamento único” da globalização reduzir as qualidades e possibilidades de uso de recursos energéticos como o petróleo a uma só sentida, num verdadeiro processo de commoditização das mercadorias; e ainda que apesar da difusão avassaladora do “consenso das commodities” nos países latino-americanos (SVAMPA, 2012), as formações socioespaciais, como é a brasileira, são sempre mediadores fundamentais para revelar o valor, a qualidade e os usos efetivos dos recursos e das fontes energéticas.

As categorias de divisão territorial do trabalho e formação socioespacial permitem ainda que pesquisas mostrem como as qualidades da energia e de suas fontes como “renováveis ou não renováveis”, “de alto ou baixo carbono” e etc também são relativas, a depender das funções que a eles são imputadas e das formas de solidariedades geográficas (CASTILLO; TOLEDO; ANDRADE, 1997) que elas contribuem para constituir. Nesse sentido, vale destacar estudos que estão sendo realizados sobre a “insustentabilidade” da conversão de diversos equipamentos à combustão em elétricos, em especial os automóveis, assim como de diversos objetos técnicos fundamentais para a geração de energias renováveis e de baixo carbono, em especial os painéis solares, e a e para a estocagem da eletricidade, como as baterias (BRIDGE; FAIGEN, 2022). Por um lado, isso ocorre em razão da acelerada, inconsequente e violenta exploração de recursos minerais críticos para esses objetos técnicos, notadamente o lítio, largamente explorado em países subdesenvolvidos e periféricos, como Chile, Argentina e Bolívia (ARGENTO et al., 2015; FORGET; BOS, 2022; FORNILLO, 2019). Por outro lado, essa “insustentabilidade” se dá pelas próprias lógicas das ordens política e econômica do próprio modo de produção capitalista, em especial da reprodução do desenvolvimento desigual e combinado, do avanço das fronteiras da acumulação por espoliação e de novas formas de “colonialismo”, agora com uma face “verde” (LANG; BRINGEL; MANAHAN, 2024).

Com o intuito de evitar análises fragmentadas da questão energética, que por muitas vezes se reduzem a uma única etapa da produção (produção propriamente dita, transmissão, distribuição ou consumo) sugere-se recuperar as ideias de grandes sistemas e macrossistemas técnicos, como proposto por Thomas Hughes (1993) e Alain Gras (1998), e outros tantos estudiosos da questão “sociotécnica” e na própria geografia a partir de Milton Santos (2013). Essa chave de leitura se coaduna com os demais conceitos apresentados anteriormente, pois permite a um só tempo revelar tanto a heterogeneidade e diversidade de situações geográficas que são produzidas pela realização de eventos geográficos derivados das transformações das dinâmicas energéticas, quanto as funções que cada um cumprem cada uma dessas parcelas do território numa divisão territorial do trabalho e que constituem a totalidade de uma formação socioespacial. Pois, a ideia grande sistema técnico ajuda a revelar a interdependência de

elementos heterogêneos, humanos e não-humanos, que passam a funcionar de forma subordinada e solidárias de uma entidade maior, visando disponibilizar um serviço em diversos pontos repartidos numa ampla extensão geográfica (KASPER, 2009). Ao passo que a ideia de macrossistema técnico vai além, considerando que a ubiquidade e funcionamento de suas redes técnicas se convertem em instrumentos de conquista social, em infraestruturas invisíveis e subterrâneas da vida cotidiana e, portanto, revelam novas formas de exercício do poder (FURLAN, 2016).

No caso brasileiro, isso permite observar a um só tempo a diversidade de formas de consumo, desde as mais precárias nas imensas periferias das grandes cidades e metrópoles, como mostrou Ana Paula Mestre (2015); e as formas consideradas mais modernas, mediadas por novos dispositivos sociotécnicos por vezes chamados de “inteligentes”, como são as Smart Grids (MARVIN; LUQUE-AYALA; MCFARLANE, 2015), que passam a se difundir nas porções mais “luminosas” do território nacional. Isso sem perder de vista o processo de formação e distribuição das grandes redes de transmissão que estruturam o território brasileiro (CASTILHO, 2017; CATAIA, 2014, 2019) e que conectam toda a diversidade de fontes de energia que formam a matriz energética do país, desde as consideradas renováveis e de baixo carbono, como as eólicas (TRALDI, 2014), como as não renováveis e de alto carbono, como o petróleo e seus derivados que são produzidos e circulados por um amplo conjunto de objetos técnicos e redes de infraestrutura (LIMA, 2015).

Ao mesmo tempo que os macrossistemas conectem essa diversidade de fontes, novas formas de organização e mediações normativas têm potencial de ampliar as desigualdades socioespaciais dos usos dessas fontes de energia no território brasileiro, tanto em suas dimensões de acessibilidade, devido a elevação de preços, mas também pela “qualidade” das fontes de energia, se “sustentáveis” ou não. Isso decorre em razão da expansão do mercado livre de energia elétrica, onde o volume de negociações e número de contratantes é crescente após mudanças normativas recentemente aprovadas, como a Portaria 50/2022, do Ministério de Minas e Energia; assim como pela maior abertura do mercado de gás natural ao setor privado, por meio do chamado Novo Mercado de Gás, instituído pelo Decreto nº 9.934/2019, e que permite, dentre outras

coisas, que gasodutos estruturantes do território sejam utilizados por diversas companhias privadas. Essa mudanças normativas, podem ampliar a concorrência e a apropriação mercadológica da energia, visto que os grandes consumidores têm ampliado seu volume de contratação de energias “sustentáveis”, ao passo que, por vezes, os consumidores “cativos” acabam por serem abastecidos por outras fontes, inclusive de alto carbono como de térmicas, que alimentam as redes das empresas distribuidoras. Além é claro da maior vulnerabilidade que determinadas partes do território podem ter frente as maiores flutuações dos preços das fontes de energia, como no caso da gasolina e gás liquefeito de petróleo (DUARTE, 2023).

Considerações finais

Com o presente artigo, buscamos mostrar como a questão energética vem sendo tratada por uma parcela da produção geográfica brasileira, a partir do reconhecimento das principais abordagens, escalas e problemáticas mobilizadas. O levantamento e exame desses trabalhos mostrou que parte substancial dessas pesquisas parece não tratar a “energia enquanto energia”, como apontou Gerald Manners (1964), ou ainda que a mobilização da energia é um dos elementos fundamentais para constituição e alteração das estruturas econômicas e políticas do espaço, como afirmou Pierre George (1950). Ou seja, a atual produção acadêmica da Geografia Brasileira ainda parece ser tímida, sobretudo em relação com a internacional, em propor um campo e uma agenda de pesquisa em “Geografia da Energia”. De igual modo, essa produção ainda pouco parece contribuir para apontar a centralidade da questão energética como caminho de interpretação da Geografia do Brasil, em especial no período atual da história.

Para contribuir no sentido de substanciar e ampliar os horizontes teóricos, analíticos e reflexivos das pesquisas em Geografia preocupados com a questão energética, e talvez apontar elementos para uma agenda de pesquisa para esse campo, propomos um conjunto de conceitos e categorias que possam sustentar essa árdua tarefa. Para tanto, sugerimos que no lugar de abordagens focadas na noção de “Impacto”, talvez o emprego do conceito de evento geográfico possa ganhar maior

centralidade, de modo a melhor reconhecer os “agentes” e os sistemas de ações que constituem e orientam os eventos, assim como as “escalas” e pontos de “origem” dos mesmos, hoje muito provenientes de teleações que partes de pontos distantes dos locais de sua manifestação tangível, o que ocorre sobretudo por meio das finanças hoje circulantes na velocidade das informações. Assim como, ao invés de escalas de preocupações “Locais” e “Regionais”, profundamente circunscritas e autoexplicativas, apontamos o conceito de situação geográfica como caminho de interpretação que considere a constituição e movimento das partes como totalidades provisórias de um processo de totalização, ou seja, que a conformação de novos “espaços energéticos” ou as mudanças estruturais dos usos da energia nos territórios não sejam explicadas somente pelas condições e recursos dados por suas especificidades “prévias”, como recursos e fontes energéticas, mas sobretudo por um processo de totalização maior, como é o caso do avanço das “fronteiras energéticas”.

Do mesmo modo, buscamos indicar caminhos para avançar as análises “formais” sobre as “qualidades” dos recursos e fontes energéticas, que tendem a classificá-los segundo “valores” absolutos como “limpas ou sujas”, “sustentáveis ou não sustentáveis” e etc. A partir disso, reconhecemos possíveis contribuições das categorias de formação socioespaciais e divisão territorial do trabalho, visto que elas permitem ao mesmo tempo tensionar esses “valores” dos recursos segundo as mediações políticas, econômicas, técnicas e normativas de um território, assim como reconhecer uma maior variedade de usos, funções e conteúdos que as mesmas fontes de energia podem ter a depender dos modos e sentidos de sua mobilização em circuitos espaciais produtivos. Por fim, as noções de grandes e macrossistemas técnicos talvez possam evitar as frequentes análises fragmentadas das “etapas” e “espaços” da produção da energia, pois permitem reconhecer a interdependência e funcionamento subordinado e solidário de elementos heterogêneos, assim como as redes técnicas, no caso de energia, se convertem em formas de exercício do poder.

Referências

- ARGENTO, Melisa et al. **Geopolítica del litio**: industria, ciencia y energía en Argentina. Buenos Aires: CLACSO, 2015.
- BOUZAROVSKI, Stefan; PASQUALETTI, Martin J.; BROTO, Vanesa Castán (Org.). **The Routledge Research Companion to Energy Geographies**. 1st edition ed. London: Routledge, 2020.
- BOY DE LA TOUR, Xavier. **Le pétrole: au-delà du mythe**. Paris: Technip, 2004.
- BRIDGE, Gavin et al. **Energy and Society: A Critical Perspective**. Londo; New York: Routledge, 2018.
- _____. Energy (in)security: **world-making in an age of scarcity**: Energy (in)security. *The Geographical Journal*, v. 181, n. 4, p. 328–339, dez. 2015.
- _____. **Geographies of energy transition**: Space, place and the low-carbon economy. *Energy Policy*, v. 53, p. 331–340, fev. 2013.
- BRIDGE, Gavin; FAIGEN, Erika. **Towards the lithium-ion battery production network**: Thinking beyond mineral supply chains. *Energy Research & Social Science*, v. 89, p. 102659, jul. 2022.
- BRIDGE, Gavin; GAILING, Ludger. New energy spaces: Towards a geographical political economy of energy transition. *Environment and Planning A: Economy and Space*, v. 52, n. 6, p. 1037–1050, 1 set. 2020.
- BRINGEL, Breno; SVAMPA, Maristella. Del «Consenso de los Commodities» al «Consenso de la Descarbonización». *Nueva Sociedad*, n. 306, p. 51–70, 2023.
- BROGGIO, Céline et al. Le défi de la transition énergétique en Amazonie brésilienne. [VertigO] **La revue électronique en sciences de l'environnement**, v. 14, n. 3, 2014.
- CAPEL, Horacio. **Modernización, electricidad y capitalismo**. 2014, São Paulo. Anais... São Paulo: Geocrítica, 2014.
- _____. **Una red internacional para la historia de la electrificación y de las consecuencias espaciales de la electricidad**. 2012, Barcelona. Anais... Barcelona: Universidad de Barcelona, 2012.
- CARRIZO, Silvina Cecilia; FORGET, Marie. Fronteras y frentes energéticos en Argentina. **Orbis Latina**, v. 7, n. 1, p. 37–51, jun. 2017.

CARRIZO, Silvina Cecilia; NUÑEZ CORTÉS, Miguel; SALVADOR, Gil. **Transiciones energéticas en Argentina**. 2016.

CARRIZO, Silvina Cecilia; VELUT, Sébastien. **L'énergie dans le Mercosur**. *Herodote*, v. no 123, n. 4, p. 88-106, dez. 2006.

CARRIZO, Silvina; VELUT, Sébastien. Energy transitions and regional integration in South America. In: CARGIN, Antonio Paulo; RÜCKERT, Aldoma Arnaldo; LEMOS, Bruno de Oliveira (Org.). **Territorial planning and La Plata Basin borders**. Porto Alegre: Editora Letra 1, 2018.

CASTILHO, Denis. **Dilemas e contradições da eletrificação no Brasil. La electricidad y el territorio**. Historia y futuro. Barcelona: Geocrítica, p. 1-21, 2017.

———. Privatização da Eletrobras: crise planejada e a condição do atraso. In: **Revista da ANPEGE**, v. 18, n. 36, p. 500-528, 23 out. 2022.

CASTILLO, Ricardo Abid; TOLEDO, Rubens De; ANDRADE, Júlia. Três dimensões da solidariedade em Geografia: autonomia político-territorial e tributação. **Revista Experimental**, n. 3, p. 69-99, 1997.

CATAIA, Márcio. Macrossistema elétrico brasileiro: **integração nacional e centralização do poder**. 2019, Évora. Anais... Évora, 2019. p. 581-602.

———. **Poder, política e uso do território: a difusão do macrossistema elétrico nacional**. 2014, Barcelona. Anais... Barcelona: Geocrítica, 2014.

CATAIA, Márcio; DUARTE, Luciano. Território e energia: crítica da transição energética. **Revista da ANPEGE**, v. 18, n. 36, 23 out. 2022.

CATAIA, Márcio; RIBEIRO, Luis Henrique Leandro. Análise de situações geográficas: notas metodológicas de pesquisa em geografia. **Revista da Anpege**, v. 11, n. 15, p. 9-30, 2015.

CATAIA, Márcio; SILVA, Silvana Cristina. Grandes obras hidráulicas no Brasil: novo front de modernização na fronteira amazônica. In: MARTÍN, Pere Sunyer; CARBÓ, Eulalia Ribera (Org.). **Geografías de la electrificación. Ciudad de México**: Instituto Mora, 2020.

CHEVALIER, Jean-Marie; DERDEVET, Michel; GEOFFRON, Patrice. **L'avenir énergétique: cartes sur table**. Paris: Gallimard, 2012.

COSTA, Pierre. A geoeconomia da Transpetro. In: SILVEIRA, Márcio Rogério; FELIPE JUNIOR, Nelson Fernandes (Org.). **Circulação, transportes e logística no Brasil**. Florianópolis: Insular, 2019.

DESHAIES, Michel. Approches géographiques de la transition : transition énergétique, transition écologique. *Bulletin de l'association de géographes français. Géographies*, v. 97, n. 4, p. 494-500, 30 jul. 2021.

———. Problèmes géographiques des transitions énergétiques : quelles perspectives pour l'évolution du système énergétique ? *Mondes en développement*, v. 192, n. 4, p. 25-44, 2020.

DESHAIES, Michel; MERENNE-SCHOUMAKER, Bernadette. Ressources naturelles, matières premières et géographie. L'exemple des ressources énergétiques et minières. *Bulletin de la Société Géographique de Liège*, v. 62, 2014.

DUARTE, Luciano. **Circuito espacial produtivo do petróleo na Bacia de Santos e a economia política da Região Metropolitana da Baixada Santista**. Tese de Doutorado em Geografia – Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 2019.

———. Concretude territorial e formação socioespacial: transformações técnicas e normativas no circuito do petróleo entre as décadas de 1990 e 2010 no Brasil. *GEOgraphia*, v. 26, n. 56, maio 2024.

———. Funções mediadoras da Petrobras na formação socioespacial brasileira. n. 23, p. 15-44, 20 dez. 2023.

———. Transformações recentes no circuito espacial produtivo de hidrocarbonetos e nas trajetórias da transição energética no Brasil. Caravelle. *Cahiers du monde hispanique et luso-brésilien*, n. 115, p. 41-58, 1 dez. 2020.

DUARTE, Luciano; NABARRO, Wagner. Círculos financeiros e circuito do petróleo: instrumentos financeiros para investimento em atividades e fornecedores da Petrobras. *GEOUSP Espaço e Tempo (Online)*, v. 25, n. 3, dez. 2021.

FERREIRA, Francismar Cunha. A privatização da Petrobras. *Geografares*, n. 31, 17 dez. 2020.

FORGET, Marie; AYROLES, Kilian. (Dé)Connecter. Matérialités énergétiques dans les sites isolés de montagne. *Journal of Alpine Research | Revue de géographie alpine*, n. 109-3, 30 dez. 2021.

FORGET, Marie; BOS, Vincent. Harvesting lithium and sun in the Andes: Exploring energy justice and the new materialities of energy transitions. *Energy Research & Social Science*, v. 87, p. 102477, 2022.

FORGET, Marie; BOS, Vincent; CARRIZO, Silvina Cecilia. Les matérialités de la transition énergétique en montagne: pour une approche critique. **Journal of Alpine Research | Revue de géographie alpine**, n. 109-3, dez. 2021.

FORNILLO, Bruno. **Litio en Sudamerica**: Geopolitica, Energia y Territorios. Buenos Aires: CLACSO, 2019.

FRESSOZ, Jean-Baptiste. Pour une histoire désorientée de l'énergie. 2014, Créteil, France. Anais... Créteil, France, 2014.

FRITZEN, Maycon. **Uso do território e geração hidrelétrica de pequeno porte no Brasil**. Dissertação de Mestrado em Geografia – Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 2017.

FURLAN, Adriano Daniel. Grandes sistemas técnicos y espacio geográfico. Revisión de posturas y articulaciones conceptuales. **HUELLAS**, v. 0, n. 20, p. 58-78, 9 mar. 2016.

GEORGE, Pierre. **Géographie de l'énergie**. Paris: Librairie de Médicis, 1950.

GRAS, Alain. **Les macro-systèmes techniques**. Paris: Presses Universitaires de France - PUF, 1998.

HUGHES, Thomas Parke. **Networks of Power**: Electrification in Western Society, 1880-1930. Baltimore: JHU Press, 1993.

IZÁ PEREIRA, Lorena. Las contradicciones de la apropiación privada de los vientos en la región Nordeste, Brasil. In: FERNANDES, Bernardo Mançano (Org.). **Nuevas formas de acaparamiento de tierras en América Latina y el Caribe**: Dossier nº3. Buenos Aires: FUndapaz, 2022. p. 46-64.

KASPER, Christian Pierre. Notas sobre a noção de sistema técnico. **Revista Tecnologia e Sociedade**, v. 5, n. 8, p. 1-13, 2009.

LABBAN, Mazen. Oil in parallax: Scarcity, markets, and the financialization of accumulation. *Geoforum*, **Themed Issue: Geographies of Peak Oil**. v. 41, n. 4, p. 541-552, 1 jul. 2010.

LANG, Miriam; BRINGEL, Breno; MANAHAN, Mary Ann. **The Geopolitics of Green Colonialism**: global justice and ecosocial transitions. London: Pluto Press, 2024.

LIMA, Miguel Vieira De. **Petróleo e território no Brasil**: a evolução do sistema de engenharia petrolífero e a configuração de seu circuito

espacial produtivo. Tese de Doutorado em Geografia Humana – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

MACHADO, Thiago Adriano. Da formação social em Marx à formação socioespacial em Milton Santos: uma categoria geográfica para interpretar o Brasil? **GEOgraphia**, v. 18, n. 38, p. 71–98, 2016.

MANNERS, Gerald. **The geography of energy**. London: Routledge, 1964.

MARTÍN, Pere Sunyer; CARBÓ, Eulalia Ribera (Org.). **Geografías de la electrificación**. Ciudad de México: Instituto Mora, 2020.

MARVIN, Simon; LUQUE-AYALA, Andrés; MCFARLANE, Colin. **Smart Urbanism: Utopian vision or false dawn?** Routledge, 2015.

MÉRENNE-SCHOUMAKER, Bernadette. **Géographie de l'énergie: Acteurs, lieux et enjeux**. Paris: Belin, 2007.

MÉRENNE-SCHOUMAKER, Bernadette. L'énergie face aux défis du développement durable. **Historiens et Géographes**, v. 415, p. 89–98, ago. 2011.

MÉRENNE-SCHOUMAKER, Bernadette; BARRÉ, Bertrand. **Atlas des énergies mondiales: Quels choix pour demain?** Paris: AUTREMENT, 2017.

MESTRE, Ana Paula. **Sentidos da modernização na periferia da metrópole: o consumo de energia elétrica na economia dos pequenos em Heliópolis-SP**. Tese de Doutorado em Geografia – Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 2015.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RUFINO, Beatriz. Privatização e financeirização de infraestruturas no Brasil: agentes e estratégias rentistas no pós-crise mundial de 2008. urbe. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 13, p. e20200410, 29 nov. 2021.

SALGADO, Carlos Eduardo Salazar. **Território, espaço banal e soberania: a privatização da Petrobrás**. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 2020.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2009.

———. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: EdUSP, 2004.

———. **Sociedade e espaço**: a formação social como teoria e como método. Boletim Paulista de Geografia, n. 54, p. 81-100, 1977.

———. **Técnica, Espaço, Tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: EDUSP, 2013.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

SAUER, Ildo. O pré-sal e a geopolítica e hegemonia do petróleo face às mudanças climáticas e à transição energética. In: MELFI, Adolpho José et al. (Org.). **Recursos minerais no Brasil**: problemas e desafios. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Ciências, 2016.

SEVÁ, Oswaldo. Estranhas catedrais. Notas sobre o capital hidrelétrico, a natureza e a sociedade. **Ciência e Cultura**, v. 60, n. 3, p. 44-50, set. 2008.

SILVEIRA, Maria Laura. Geografía y formación socioespacial: por un debate sustantivo. Estudios Socioterritoriales. **Revista de Geografia**, v. 2, n. 16, p. 28, 2014.

_____. Uma situação geográfica: do método à metodologia. **Revista Território**, v. IV, n. 6, p. 21-28, jun. 1999.

SOUZA, Angelita Matos. Caminhos do desenvolvimento: a UHE Belo Monte como caso ilustrativo da complexidade implicada. **Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia**, n. 28, 22 set. 2016.

SVAMPA, Maristella. **As Fronteiras do Neoextrativismo na América Latina**: Conflitos Socioambientais, Giro Ecoterritorial e Novas Dependências. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

———. Consenso de los commodities, giro ecoterritorial y pensamiento critico en america latina. **Revista del Observatorio Social de América Latina (OSAL)**, v. 32, n. Ano XIII, p. 15-39, nov. 2012.

TRALDI, Mariana. **Acumulação por despossessão**: a privatização dos ventos para a produção de energia eólica no semiárido brasileiro. Tese de Doutorado – Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 2020.

———. **Novos usos do território no semiárido nordestino**: implantação de parques eólicos e valorização seletiva nos municípios de Caetité (BA) e João Câmara (RN). Dissertação de Mestrado em Geografia – Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 2014.

VAINER, Carlos Bernardo. Conceito de “atingido”: uma revisão do debate. **Vidas Alagadas-conflitos socioambientais, licenciamento e barragens**, v. 1, p. 39-63, 2008.

VELUT, Sébastien. Une approche géographique des transitions énergétiques en Amérique latine. **L'Information géographique**, v. 85, n. 3, p. 29-49, ago. 2021.

_____. Vers une nouvelle carte énergétique de l'Amérique latine. **Problèmes d'Amérique latine**, v. 123, n. 1, p. 29-43, 2023.

VELUT, Sébastien; CARRIZO, Silvina Cecilia; VILLALBA, María Sofía. Transition énergétique et dépendance au sentier: la Patagonie argentine dans un nouveau cycle énergétique. **L'Espace géographique**, v. 51, n. 3, p. 238-254, 2022.

WERNER, Deborah. **Neoliberalização da infraestrutura**: mudanças regulatórias e configuração do setor elétrico brasileiro (1990-2018). *Semestre Económico*, v. 22, n. 50, p. 151-177, mar. 2019.

ZIBECHI, Raúl. **Brasil potência**: entre a integração regional e um novo imperialismo. Rio de Janeiro: Consequência, 2012.

AUTOR

Luciano Duarte

Graduado em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), onde também obteve o título de doutorado em Geografia, tendo realizado período de estágio doutorado sanduíche na Université Sorbonne Nouvelle - Paris 3. Atualmente é professor do curso de Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Integra o Laboratório de Pesquisas Territoriais (LAPET), do Núcleo de Estudos Estratégicos da Fronteira (NEEF). Desenvolve pesquisas sobre circuitos espaciais produtivos e economia política das cidades. Também se interessa pelos temas de energia, implementação e renovação de macro-sistemas técnicos e planejamento urbano e regional, além de questões como transição energética, novas dinâmicas da urbanização, políticas públicas territoriais e federalismo.

E-mail: lucianopsilva@ufgd.edu.br

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/6514230892285968>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5117-7496>

Recebido para publicação em setembro de 2024.

Aprovado para publicação em maio de 2024.

**O espaço do centro-norte do Brasil
(MATOPIBA): o avanço da economia
agropecuário-energética e as ameaças
aos territórios das populações
agroextrativistas**

*The space of central-north Brazil (MATOPIBA):
the advancement of the agricultural-energy
economy and the threats to the territories of
agroextrative populations*

*El espacio del centro-norte de Brasil
(MATOPIBA): el avance de la economía
agroenergética y las amenazas a los territorios
de las poblaciones agroextractivistas*

Vicente Eudes Lemos Alves
Instituto de Geociências - UNICAMP
veudes@unicamp.br

Erick Gabriel Jones Kluck
Universidade de São Paulo - USP
erick@alumni.usp.br

Resumo: O cenário recente da expansão agropecuária e energética no centro-norte brasileiro (MATOPIBA) tem sido trágico do ponto de vista geográfico, mais especificamente daquele de uma geografia preocupada com as questões agrárias e ambientais. Se, por um lado, no centro do discurso geral, a segurança alimentar e climática povoa o imaginário sobre a necessidade de ocupação dessas áreas, na prática o que se mostra é uma ampliação dos processos violentos de espoliação de terras de comunidades agroextrativistas que vivem há

centenas de anos nesses lugares, processos esses que são conduzidos por empreendimentos agropecuários e energéticos, com histórico apoio do Estado brasileiro. Neste artigo, busca-se mostrar como tem ocorrido esse processo e suas consequências econômicas e socioambientais para essa nova região onde a fronteira agrícola se consolida.

Palavras-chave: Populações agroextrativistas. Modernização agropecuária. Energia limpa. impactos socioambientais. Centro-norte do Brasil.

Abstract: The recent scenario of agricultural and energy expansion in central-north Brazil (MATOPIBA) has been tragic from a geographic point of view, more specifically from a geography concerned with agrarian and environmental issues. If, on the one hand, at the center of the general discourse, food and climate security populate the imagination about the need to occupy these areas, in practice what is shown is an expansion of the violent processes of land dispossession of agroextractive communities that have lived for hundreds of years in these places, processes that are conducted by agricultural and energy enterprises, with historical support from the Brazilian State. In this article, we seek to show how this process has occurred and its economic and socio-environmental consequences for this new region where the agricultural frontier is being consolidated.

Keywords: Agroextractivist populations. Agricultural modernization. Clean energy. Socio-environmental impacts. Central-north Brazil.

Resumen. El reciente escenario de expansión agrícola y energética en el centro-norte de Brasil (MATOPIBA) ha sido trágico desde el punto de vista geográfico, más específicamente desde una geografía preocupada por las cuestiones agrarias y ambientales. Si, por un lado, en el centro del discurso general, la seguridad alimentaria y climática pueblan el imaginario sobre la necesidad de ocupar estas áreas, en la práctica lo que se muestra es una expansión de los

procesos violentos de despojo de tierras de las comunidades agroextractivas que han vivido durante cientos de años en estos lugares, procesos que son llevados a cabo por empresas agrícolas y energéticas, con el apoyo histórico del Estado brasileño. En este artículo buscamos mostrar cómo se ha dado este proceso y sus consecuencias económicas y socioambientales para esta nueva región donde se está consolidando la frontera agrícola.

Palabras clave: Poblaciones agroextractivistas. Modernización agrícola. Energía limpia. Impactos socioambientales. Centro-norte de Brasil.

Introdução

O Brasil vem se destacando nas últimas décadas no abastecimento de alimentos, com a sua produção alcançando diversos países em distintas regiões do mundo. Na linguagem neoliberal dos representantes dos agentes econômicos, o país se transforma em um grande *player* do mercado global de alimentos. Essa condição foi alcançada pelo seu relevante papel de produtor e exportador de gêneros agrícolas, de carne e de produtos *in natura* e semiprocessados de origem de reflorestamento. Entretanto, é a exportação de produtos primários, com pouco valor agregado, que predomina amplamente na pauta do comércio exterior brasileiro, posicionando o país como importante fornecedor de *commodities* para o mundo.

Se o Brasil vem ganhando esse reconhecimento como celeiro em escala global, isso tem reflexo dentro do território nacional, na medida em que cada vez mais são incorporadas áreas à produção agropecuária em larga escala, sobrecarregando os recursos naturais, como é o caso da terra e da água, e afetando os territórios das populações agroextrativistas em seus espaços de uso tradicional, nos quais a prática sempre foi de aproveitamento comunitário. A fronteira agrícola tornou-se, nesse sentido, o espaço por excelência de avanço desse novo processo produtivo, gerando inclusive um aumento do volume da produção; ao mesmo tempo, tornou-se um local de grande especialização produtiva de determinadas mercadorias agrícolas, não raro em detrimento de outras que tradicionalmente tinham mais vínculos com as formas de produção regionais. Os novos cultivos agrícolas e as fazendas criatórias em larga escala acontecem com a incorporação em grande proporção de meios técnicos, científicos e informacionais (Santos, 1997), o que permite não somente o aumento produtivo, mas também o ganho de velocidade dos fluxos de tais mercadorias até os portos exportadores e de lá aos mercados mundiais. Para que isso ocorresse, esse largo espaço do interior do Brasil foi dotado de uma rede de infraestrutura de transporte, de comunicação e de energia, capaz de acelerar o processo produtivo agrícola e industrial, assim como os fluxos materiais e imateriais. Esses últimos foram viabilizados pelos investimentos governamentais, provendo o território de uma rede digital, favorecendo, sobremaneira, a articulação e facilitando as trocas, as comunicações e o comércio com outras regiões do território nacional e do mundo.

Entretanto, não são apenas os monocultivos agrícolas e as fazendas criatórias de gado bovino que se tornaram dominantes no espaço do centro-norte do Brasil: a instalação de parques de energia eólica e fotovoltaica também definiu um novo contexto econômico em expansão na fronteira agrícola. Os novos usos para a produção energética, sob o comando de grandes grupos econômicos, ganharam vitalidade e já são visíveis na paisagem, sobretudo na área de transição do bioma de caatinga para o de cerrados, em razão das potencialidades de vento e de sol encontradas ali. Isso parece ser uma grande vantagem econômica e ambiental para a região – manifestada, inclusive, no discurso hegemônico de governantes, empresários e muitos ambientalistas para justificar a instalação desses empreendimentos. É preciso, todavia, melhor contextualizar e se aprofundar nos impactos socioambientais que esse tipo de economia provoca nos lugares onde se instala. Simplesmente adotar o discurso de produção da chamada “energia limpa” não resolve os problemas enfrentados pelas populações locais com a instalação desses parques energéticos.

A rigor, o que estamos denominando “espaço do centro-norte do Brasil” abrange uma vasta área do território brasileiro que vem sendo classificada como uma nova fronteira agrícola, por receber grandes empreendimentos voltados para a produção agrícola e pecuária em larga escala e para a instalação de parques de energia eólica e fotovoltaica. Tal área corresponde à transição de domínios morfoclimáticos de parte do bioma de caatinga, de cerrados e de floresta equatorial. Em termos de delimitação política, trata-se do espaço que abarca parte dos estados do Maranhão, do Tocantins, do Piauí e da Bahia (no que vem sendo definido como MATOPIBA), mas também podemos inserir nesse contexto parte do leste do Pará, na medida em que essa sub-região se constitui como um vetor de expansão de monocultivos agroflorestais e de pecuária bovina tecnicamente melhorada, nos mesmos moldes observados nas áreas orientais dessa faixa territorial que faz limite com os estados do Maranhão e do Tocantins. Poderíamos incluir também o norte mato-grossense, que apresenta situação produtiva semelhante à das demais áreas mencionadas aqui; entretanto, como são duas sub-região da fronteira agrícola com particularidades no processo de territorialização do capital, optamos por tratar neste texto somente da delimitação do MATOPIBA.

De todo modo, é importante mencionar que, embora se proponha olhar apenas para esse recorte espacial, a chamada fronteira agrícola brasileira é bem

mais ampla e contempla um vasto espaço do interior do território nacional que vem assumindo um papel importante na produção de *commodities* agrícolas e minerais, bem como de carne bovina, e na exploração madeireira em florestas naturais e em áreas de reflorestamento (nesse último caso, de eucaliptos voltados para a produção, predominantemente, de madeira *in natura* e de celulose). Além disso, nos últimos anos, há um crescimento exponencial de parques eólicos e fotovoltaicos, setor que visa complementar a produção energética do país, sobretudo para se somar àquela advinda das tradicionais usinas hidrelétricas, as quais, aliás, também tiveram expansão na região. Neste texto, optamos também por dar ênfase aos empreendimentos de produção de energia limpa, por acreditar que essa é uma nova questão que leva ao aprofundamento de impactos econômicos e socioambientais no contexto regional e que ainda é pouco debatida nos meios acadêmicos. A apresentação dessa questão e de seus desdobramentos para as comunidades agroextrativistas será complementada com a exposição de outros impactos produzidos por projetos agropecuários que se instalam na região.

Todo esse processo vem afetando expressivamente as populações locais, as quais se deparam com a apropriação de seus territórios por grupos empresariais que comumente se beneficiam de políticas estatais de incentivo à ocupação das terras dos biomas amazônico, dos cerrados e da caatinga. Esse fato não é recente, uma vez que o capitalismo brasileiro foi se consolidando em seus diversos momentos, desde o início da colonização portuguesa, no século XVI. No entanto, se considerarmos apenas o movimento de formação da fronteira agrícola brasileira, que se define mais claramente nos anos 1970, as terras devolutas, mantidas até então sob a guarda das populações agroextrativistas regionais e por elas apropriadas de maneira comunitária, transformam-se em um vasto estoque fundiário sob o controle dos agentes econômicos – estes interessados no novo mercado mundial de alimentos e também no mercado imobiliário, que surgia naquele momento e que se aprofundou nas décadas seguintes. A apropriação privada das terras por tais agentes ocorreu especialmente por meio da grilagem, efetivada pelo uso de diversos mecanismos de violência contra tais populações.

Assim, a proposta deste texto é apontar como o avanço dessa nova economia no espaço do centro-norte do Brasil impulsiona importantes transformações produtivas, espaciais, sociais e ambientais. Isso nos revela um

novo contexto de regionalização do interior do Brasil – situação que nos leva a acreditar numa necessidade de fomentar esse debate nos meios acadêmicos e nas esferas governamentais, tendo em vista que se trata de uma vasta área de uma enorme biodiversidade e que está sendo esgotada em nome do denominado “progresso econômico”.

As investidas de agentes econômicos sobre os espaços do centro-norte e a apropriação dos territórios das comunidades agroextrativistas

As mudanças que se verificam hoje no espaço do centro-norte do Brasil têm suas origens entre as décadas de 1960 e 1970, particularmente nessa última, quando ocorreram grandes investimentos públicos federais visando impulsionar a modernização do setor agropecuário e energético em planos de desenvolvimento regional e nacional, principalmente nas regiões Nordeste, Centro-Oeste e Norte, com forte empenho para a incorporação de áreas florestadas dos biomas amazônico e dos cerrados (Oliveira, 2002). Ou seja, o Estado garantiria as condições para que uma nova economia ganhasse impulso produtivo, sobretudo com o aproveitamento dos recursos naturais que atendessem às demandas produtivas da agropecuária, em especial com a disponibilidade de terra e água, consolidando o que Becker (1982) denominou de “nova Fronteira de recurso”. A intenção era favorecer a integração do mercado nacional e, ao mesmo tempo, garantir o abastecimento de alimentos do mercado internacional, por meio das exportações de produtos primários: grãos, frutas, carne bovina etc. Para cumprir esses compromissos, foram criados em uma parte da fronteira agrícola brasileira, entre outros programas, o Polonordeste, o Projeto Sertanejo e o Programa de Irrigação nas margens dos principais rios (no Nordeste); o Polamazônia (no Norte); e o Polocentro (no Centro-Oeste). Além desses programas, diversas outras iniciativas foram implementadas com o objetivo de tornar viáveis investimentos na hinterlândia brasileira, com a

disponibilização de linhas de créditos de bancos estatais, de subsídios e de incentivos fiscais, visando atender às demandas dos agentes econômicos interessados nas novas oportunidades de reprodução de seu capital na fronteira agrícola em formação (Delgado, 1982; Gasques; Conceição, 2001; Gonçalves Neto, 1997).

No caso da área de abrangência do bioma de cerrados na região Nordeste, que constituirá posteriormente uma parte do MATOPIBA, ocorreram investimentos importantes destinados à transformação de sua base produtiva agropecuária. Os recursos do próprio Polonordeste foram indutores do incentivo à modernização do setor, na medida em que esse programa beneficiou principalmente médios e grandes proprietários rurais dessa sub-região nordestina – situação também observada em relação aos beneficiários dos programas Polocentro e Polamazônia. Ocorreram investimentos oriundos desse programa em diversos setores da economia nordestina, além do direcionamento de recursos para a infraestrutura (estradas vicinais, eletrificação rural e armazenagem). Uma parcela importante dos investimentos destinou-se às atividades produtivas rurais, visando, sobretudo, à modernização técnica e produtiva da atividade pastoril e da agricultura. Na pecuária, ocorreram investimentos para o desenvolvimento da capacidade produtiva das tradicionais fazendas extensivas de gado (especialmente bovino), com direcionamento de recursos para a aquisição de rebanho e seu melhoramento genético, bem como para o melhoramento das pastagens etc. No caso da agricultura, houve investimentos direcionados para a expansão de alguns cultivos agrícolas, como é o caso do arroz, algodão, milho e feijão, mas também para a agricultura irrigada de fruticultura e para projetos de extração vegetal, com destaque para a carnaúba e o babaçu (Bandeira, 1993).

Nos anos 1970 e 1980, outros programas governamentais tiveram diretrizes semelhantes àsquelas dos indicados acima, no sentido de disponibilizarem recursos para aqueles grupos empresariais que pretensamente tinham melhor estrutura econômica para o desenvolvimento de projetos

agropecuários. Esse é o caso dos Fundos de Investimentos do Nordeste (FINOR), administrados pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), e dos Fundos de Investimentos Setoriais (FISSET), vinculados ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF). Naquela época, em ambos os programas, houve destinação de recursos para a implantação de projetos de produção de frutas, especialmente a cajucultura, mas também para o acesso a um vasto estoque de terras devolutas numa área que já despontava como promissora à instalação dos grandes projetos agropecuários, controlados por grandes fazendeiros locais e por grupos empresariais favorecidos com abundantes recursos públicos (Alves, 2009; Bandeira, 1993; Monteiro, 2002). Nem todos esses grupos, todavia, estavam verdadeiramente interessados em tornar produtivas as terras adquiridas, mas, sim, em se apropriar delas para garantir o que viria a ser um próspero mercado fundiário regional, ainda incipiente naquelas décadas, mas que se estruturaria e ganharia projeção à medida que novos grupos desembarcassem na região. Entretanto, essa etapa de territorialização de capital numa área que despontava como nova fronteira agrícola ocorreu também com um vasto esquema de apropriação irregular das terras públicas, manifestada através da grilagem, que se fortaleceu nos anos 1980, quando o mercado de terras começou a ganhar dimensão econômica. Isso produziu grandes prejuízos para as populações agroextrativistas locais, as quais habitavam e utilizavam esses territórios para a reprodução de seus modos de vida (Alves, 2006).

No que diz respeito à atuação do FINOR no Piauí – a qual funcionou de maneira semelhante para as áreas da Bahia e do Maranhão, somente para ficarmos nos estados de nossa análise –, no tocante ao uso dos recursos, à ocupação de áreas propensas ao uso agrícola em larga escala, ao tamanho das áreas adquiridas e ao avanço da grilagem em terras públicas, Bandeira (1993, p. 195) faz a seguinte avaliação:

Uma característica importante dos projetos do FINOR Agropecuário é a extensão, pois, poucas vezes, possuem áreas inferiores a 5.000 ha. No início, as terras eram adquiridas,

sobretudo, na região dos cerrados, diretamente, ao governo estadual, a preços simbólicos, desde que era de interesse da administração a instalação dos referidos projetos no Estado. A “Companhia de Desenvolvimento do Piauí (COMDEPI)” era o órgão encarregado das negociações, mas, em face do desconhecimento da quantidade de terras existentes e da situação em que se encontravam, podiam ser vendidas a mais de um projeto, culminando com a expulsão das pessoas que se encontravam em situação de posse. Em outras zonas, as terras eram adquiridas de proprietários e, via de regra, eram terras “griladas”. Isto porque grandes proprietários da região registravam imensas extensões de terra em seus nomes e, depois, as vendiam aos projetos, mesmo com a ressalva de que o preço da terra era baixo.

Referindo-se novamente à questão dos incentivos do FINOR e aos interesses envolvidos na ocupação do bioma de cerrados no Piauí, particularmente nos municípios da microrregião do Alto Parnaíba, para onde, no estado piauiense, foi alocado um maior volume de recursos do citado programa, o mesmo autor acrescenta:

A maior parte dos projetos instalados em Uruçuí e Ribeiro Gonçalves teve uma história tumultuada. Os primeiros proprietários não tinham intenção de levá-los adiante. Assim, aproveitaram o fato de que o governo estadual dava facilidades na cessão de terras e, juntamente com o prestígio que tinham no contexto regional, formaram forças suficientes para “arrancarem” da SUDENE, através do FINOR Agropecuário – e, antes, do artigo nº 34/18 – recursos, depois desviados para outros negócios, conforme pesquisadores do IPEA constataram, ao longo da avaliação desses projetos (Bandeira, 1993, p. 438).

Continua o referido autor:

Posteriormente, as áreas, quase intocadas, foram vendidas a empresários paulistas, gaúchos, paranaenses e catarinenses, que vieram, na verdade, recebendo novos financiamentos da própria SUDENE, para desenvolver atividades produtivas, com uma parte da área utilizada com arroz, pastagens e até caju, e a outra como reserva de valor, de cunho especulativo. Outras pessoas também adquiriram espaços para lotear e vender para os que ainda estão chegando (Bandeira, 1993, p. 438).

Diniz (1984), em seu texto *Modernização e conflito na Fronteira Ocidental do Nordeste*, destaca a chegada dos grupos econômicos em área de cerrados promovida pelo apoio governamental advindo de incentivos fiscais da SUDENE. São grupos do próprio Nordeste, mas também já aparecem os primeiros sulistas, conforme aponta acima Bandeira (1993), interessados na compra de terras na região. De acordo com Diniz:

Os grupos econômicos são o segundo agente de penetração do capital [no Nordeste Centro-Ocidental Brasileiro, sendo os primeiros os agricultores individuais capitalizados e o terceiro as empresas estatais]. Diferenciam-se dos agricultores individuais pelo suporte governamental de que dispõem, bem como pela violência de sua penetração. São, sobretudo, grupos nordestinos, mormente pernambucanos, amparados pelos incentivos da SUDENE e que tendem a ocupar e cercar grandes áreas. Aparecem também grupos extrarregionais, ligados ao sistema financeiro, como em Canto do Buriti [Piauí], ou, às vezes, acompanhando a migração individual, como em São Desidério [Bahia], aonde começam a chegar grupos empresariais do Paraná (Diniz, 1984, p. 18).

Esse mesmo procedimento foi utilizado pelos grupos econômicos para a instalação de projetos nos cerrados do sul maranhense e do oeste baiano¹. A grilagem foi o *modus operandi* que prevaleceu nos cerrados nordestinos, assim como no estado de Tocantins, que se inseriu nesse processo inicialmente, quando pertencia a Goiás, a partir de recursos do Polocentro, e depois, já emancipado, do Polamazônia e de outros destinados à Amazônia Legal. Esse movimento de apropriação de terra pública por meios fraudulentos constitui uma verdadeira fábrica de falsificação de documentos cartoriais para a apropriação dessas terras, como admite Asselin (1982) para o caso de grilagem no estado maranhense.

Entre os grupos que se instalaram nessa nova fronteira agrícola, destacaram-se os produtores agrícolas de origem da região Sul do Brasil, denominados “sulistas”, os quais adquiriram terras – uma parte delas via a mediação das cooperativas agrícolas – para o desenvolvimento de cultivos de grãos em larga escala. Esses monocultivos foram introduzidos pelos migrantes

¹ Tais procedimentos também foram utilizados para a ocupação do então norte de Goiás, a partir de recursos do Polocentro, área que foi emancipada em 1989, para a criação do estado de Tocantins.

nos platôs planos, sendo que muitos deles passam a viver em suas próprias fazendas ou em pequenas agrovilas, entre outras, Mimoso do Oeste (Bahia) – cujo núcleo urbano se transformou, após a sua emancipação de Barreiras, na cidade de Luís Eduardo Magalhães –, Nova Santa Rosa (Piauí) e Batavo (Maranhão). Essa última é composta por produtores agrícolas que adquiriram lotes rurais através do financiamento por créditos subsidiados com recursos oriundos do Programa Nipo-Brasileiro de Cooperação para Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER), outro programa que resultou de uma parceria dos governos brasileiro e japonês e que foi responsável por incentivo à instalação de grupos de agricultores nos cerrados brasileiros para o desenvolvimento de monocultivos de grãos. No caso da região do MATOPIBA, o PRODECER, além do projeto Batavo, teve uma importante atuação no sul do Maranhão, na criação do projeto denominado PRODECER III, instalado no município de Pedro Afonso, leste tocantinense, e dos projetos Cotia e Coaceral, no município de Formosa do Rio Preto, oeste baiano (Santos, 2016).

A partir dos anos 1990, e sobretudo dos 2000, novos grupos econômicos se instalaram no espaço do centro-norte do Brasil, motivados pelo interesse na aquisição de terras para transformá-las, entre outros usos, em fazendas de pecuária bovina, em monocultivos de grãos (com destaque para soja e milho), de algodão e de reflorestamento de eucaliptos e mais recentemente para a formação de parques de energia eólica e fotovoltaica. Além disso, cresceu também o comércio de terras por meio do seu uso especulativo, tornando-se um mercado bastante lucrativo aos seus promotores, frequentemente grandes empresários e fazendeiros locais. A maior parte do estoque de terras se manteve, até o início dos anos 2000, sob o comando dos grupos que se instalaram na região nos anos 1970 e 1980, beneficiados pelo acesso facilitado a recursos públicos, pelo aproveitamento dos procedimentos fraudulentos através de grilagem e pelas facilidades de transferência de terras públicas promovidas pelas empresas estaduais responsáveis pela administração desse patrimônio, como é o caso da Companhia de Desenvolvimento do Piauí (COMDEPI), conforme apontou Bandeira (1993) em uma das citações acima.

Mas nos anos 2000, especialmente a partir de 2008, ocorreu a ampliação da presença de novos grupos econômicos, de capital nacional e estrangeiro, interessados no lucrativo mercado de terras do centro-norte brasileiro. A crise financeira mundial de 2008 possibilitou a transferência de capital para países

com grandes extensões de terras, formando um mercado de terras de grandes proporções (Sassen, 2016). De acordo com Lima e Nóbrega (2017), esse mesmo movimento foi observado na análise do preço de terras agrícolas em municípios localizados nos estados do centro-norte. Tal fato, inclusive, fomentou algumas empresas a destinarem um setor específico de sua estrutura administrativa para cuidar do comércio fundiário, gerando uma espécie de imobiliária rural dentro do grupo empresarial. Isso ocorreu porque algumas delas resolveram criar uma empresa subsidiária encarregada somente de lidar com a compra e a venda de terras, sendo frequentemente atrelada a outras empresas de fundos de investimentos, para promover mais rapidamente a circulação do capital investido através do comércio financeirizado de terras. O interesse desse tipo empresa pelas áreas de fronteira agrícola está fortemente associado à existência de terras com grande potencial produtivo e de localização privilegiada diante da estrutura logística já construída ou em vias de efetivação na região, sendo que o controle de um estoque considerável desse recurso – que se transforma em um importante ativo financeiro no portfólio da empresa, em especial para a comercialização no mercado internacional – representa a garantia de maximização dos seus lucros.

A respeito da composição societária das empresas imobiliárias agrícolas e da presença delas na região do MATOPIBA, a pesquisa produzida por Pitta e Mendonça (2018) para a Rede Social de Justiça e Direitos Humanos aponta a seguinte situação desses grupos:

O surgimento deste tipo de empresa é recente e se relaciona com a expansão territorial das agroindústrias, com a alta dos preços das *commodities* nos mercados internacionais e com o aumento no preço de terras agricultáveis como ativos financeiros para investidores internacionais. Diversas dessas empresas possuem capital aberto em bolsas de valores (BM&FBOVESPA) e algumas surgiram a partir de agroindústrias brasileiras, como SLC LandCo (fundada em 2012), braço da SLC Agrícola S/A (com capital aberto em bolsa desde 2007) e Radar Propriedades Agrícolas S/A (fundada em 2008), subsidiária da Cosan S/A (com capital aberto em bolsa desde 2005). A BrasilAgro S/A (Companhia Brasileira de Terras Agrícolas), por sua vez, foi fundada em 2005 com abertura de capital em bolsa (IPO: Initial Public Offering ou Oferta Pública Inicial), justamente para alavancar seus negócios e adquirir propriedades agrícolas. Apesar de ter como sócios empresas do ramo imobiliário urbano (Cyrela S/A) e do agronegócio (a argentina Cresud S/A), a BrasilAgro é uma empresa com ações em bolsa que negocia principalmente terra

como ativo financeiro, enquanto SLC LandCo e Radar S/A são subsidiárias de *holdings* maiores. Outras transnacionais imobiliárias agrícolas com propriedades no MATOPIBA são Sollus Capital, Tiba Agro (relacionada ao fundo brasileiro Vision Brazil Investments) e InSolo Agroindustrial (que não tem uma subsidiária que negocie a terra como ativo exclusivamente). Nem todas essas empresas possuem capital aberto em bolsas de valores, mas todas possuem sociedade com capitais financeiros internacionais (Pitta; Mendonça, 2018, p. 34-35).

Como se observa, os grandes grupos econômicos assumem um papel na fronteira agrícola não somente de produtores e vendedores de *commodities*, mas também se transformam cada vez mais em comerciantes de terras no mercado financeiro, com a obtenção de elevadas taxas de lucros. Esse movimento, aliado a um novo impulso por produção de energia eólica e fotovoltaica, gera um interesse ainda maior desses grupos por aquelas áreas pertencentes às populações agroextrativistas, as quais enfrentam, há pelo menos cinco décadas, a pressão dos especuladores imobiliários – para nos determos somente nesse período mais recente de reprodução do capital no interior do território brasileiro.

A produção de energia limpa e o avanço de grupos hegemônicos sobre os espaços das populações agroextrativistas

Durante muitos anos, os principais espaços de produção energética no Brasil se encontravam em áreas com grande disponibilidade de água. Seja ocupando florestas (onde povos originários e ribeirinhos reproduziam suas vidas e as das comunidades), seja cobrindo vilas e cidades já estabilizadas no sertão nordestino, a problemática da produção energética sempre trouxe, a reboque, uma questão ambiental no centro. Não eram incomuns as discussões sobre a melhor forma de produzir energia garantindo a biodiversidade. Essa problemática, no entanto, é ainda mais obscura, porque, junto dessa questão ambiental, torna-se central observar que se trata também de uma questão fundiária.

Nesse sentido, abordar as duas questões de forma imbricada ajuda a entender o contexto atual, que envolve a produção energética e ao mesmo tempo a continuidade de um processo espoliativo no tocante à terra. Isso porque o cenário atual da produção energética mundial tem considerado centralmente o discurso da produção de energia limpa e renovável em substituição à energia originada da queima de combustíveis fósseis. Essa questão tem mobilizado diversos agentes empresariais e tecnológicos na busca por reduzir as emissões de carbono e ao mesmo tempo manter, ainda que isso seja uma contradição, os níveis de produção industrial e fluxos de mercadorias. Alguns países, como China e Alemanha, centraram forças na ampliação e no barateamento de objetos técnicos utilizados para produzir energia renovável, entre os quais têm se destacado a energia eólica e a fotovoltaica (solar). O sexto relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (Intergovernmental Panel on Climate Change – IPCC), realizado em 2022, apresenta, no seu Gráfico 3, dados sobre o barateamento dos custos dos equipamentos necessários à produção dessas energias. Porém, a energia não pode ser produzida apenas com os objetos técnicos, ainda que eles se tornem mais baratos e disponíveis. É importante observar a localização privilegiada para a sua implantação, considerando os aspectos fundiários, ambientais e contextuais. Para tanto, utilizaremos a discussão sobre *green grabbing* (Fairhead; Leach; Scoones, 2012; Kluck, 2022; Sauer, 2024; Sauer; Borras Jr., 2016; Traldi, 2019) para explicar de que maneira esse fenômeno se territorializa em áreas antes pertencentes às comunidades agroextrativistas.

Atualmente, as áreas reconhecidas como propícias à produção de energia solar e eólica no Brasil, inclusive com aporte técnico avalizado pelo Estado (entre os quais podemos destacar, para a Bahia, por exemplo, o Zoneamento Ecológico Econômico, realizado em 2013), não são somente as localizadas no litoral brasileiro, como ocorria nos anos 1990. Pode-se falar até mesmo de uma nova fronteira energética que acompanha diversos processos físicos, e, em muitos casos, socioeconômicos e fundiários, no centro-norte do país.

Os empreendimentos dessa natureza têm buscado no centro-norte as áreas de incidência solar e de ventos, como topos de morros e chapadas, para a implantação de seus parques. Trata-se, ao mesmo tempo, de áreas onde as condições fundiárias têm favorecido a usurpação ilegal de terras, principalmente

por serem locais de terras devolutas, que, no entanto, são de uso tradicional de comunidades rurais (Kluck, 2019; Traldi, 2019). Segundo Traldi (2019, p. 248):

A Atlantic Energias Renováveis está entre as empresas denunciadas por desrespeito aos direitos de comunidades tradicionais e da população em geral. Tais denúncias envolvem, entre outras coisas, assédio a integrantes da comunidade de forma individual, na tentativa de adquirir ou arrendar terras de uso coletivo, coação e assédio aos moradores e às lideranças, tentativas de obtenção de terrenos de forma irregular, não respeitando posseiros e seus direitos, e obtenção de terrenos de forma questionável (CPT-Bahia, 2012; 2013).

O processo ocorre também por meios declaratórios em cadastros públicos fundiários e ambientais, que cada vez mais têm satisfeito as prerrogativas necessárias à negociação de terras e florestas e ampliado, assim, a dilapidação do patrimônio público de terras, além de vir colocando em risco a permanência de diversas comunidades rurais (Kluck, 2020).

Um aspecto que pode estar relacionado a essa dinâmica de apropriação e espoliação que tem no centro a questão fundiária travestida de ambiental (Kluck, 2020) é o viés da financeirização e do mercado de títulos verdes em implementação no Brasil. A esse respeito, Oliveira (2021, p. 157) afirma:

A emissão dos primeiros Títulos Verdes no Brasil é considerada recente, com a primeira empresa a emitir um título rotulado como verde em 2015, seguida por outras quatro empresas privadas. Considera-se que o Banco Público Nacional de Desenvolvimento (BNDES) esteve na vanguarda ao realizar a primeira emissão verde em 2017 [...]. Como nos principais mercados internacionais, o processo de emissão de títulos verdes no Brasil segue basicamente as mesmas regras de uma emissão regular de outros títulos. Cumpre salientar, porém, que os Títulos Verdes devem estar atrelados a uma categoria específica de projetos nos quais a receita será utilizada, sendo elegíveis aqueles relacionados a ações concretas que mitiguem impactos ambientais e climáticos. [...] Em 27 de novembro de 2018, a B3, bolsa de valores oficial do Brasil, passou a reconhecer os Títulos Verdes em seus sistemas. Isso deu visibilidade aos títulos certificados como “verdes” para o desenvolvimento da agenda de sustentabilidade no mercado de capitais brasileiro.

[...] Entre os títulos que se enquadram nesses parâmetros estão debêntures, debêntures de infraestrutura, Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA), Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI) e Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC).

Esse conjunto de interesses e tendências no campo brasileiro, marcado pela participação do Estado, por meio do incentivo ao planejamento, à expansão e à ocupação de áreas interioranas brasileiras, gera, muitas vezes, a ampliação da concentração fundiária e a violência direta através dos processos de grilagem. Somado a isso, na atualidade, além da busca por áreas para a produção de alimento e a especulação com a terra, a produção energética tem impulsionado novas apropriações e ampliado ainda mais uma corrida por terras e florestas nessas áreas de fronteira agrícola, com notória conivência do poder público em todas as suas instâncias, o que gera conflitos com comunidades preexistentes, às quais resta estabelecer estratégias de defesa de seus espaços, conforme veremos no próximo item.

A presença de empresas de energia limpa no espaço do centro-norte e a apropriação dos territórios das populações agroextrativistas

Uma das formas que parece ter ganhado centralidade na atuação das empresas para a aquisição de terras destinadas aos seus empreendimentos é a utilização de meios recém-flexibilizados de comprovação de propriedade (Kluck, 2020). Os cadastros fundiários e ambientais, respectivamente o Cadastro de Imóvel Rural e o Cadastro Ambiental Rural, nas últimas décadas vêm progressivamente ganhando importância para garantir a propriedade da terra aos grupos econômicos, frequentemente aqueles que estão interessados em arregimentar um estoque fundiário para projetos, inclusive especulativos, futuros. Ambos são declaratórios e têm seus dados disponibilizados em sistemas estatais. Não haveria problema nenhum em ser um cadastro declaratório, até mesmo porque o Estado precisa ter os dados cadastrados para

a efetivação de políticas públicas. No entanto, chama atenção o quanto, nos últimos anos, algumas leis, instruções e normas têm permitido que o documento de certificação fundiária e ambiental tenha cada vez mais equivalência de propriedade, servindo para negociações de âmbito rural até que se comprove sua validade (Kluck, 2022). Uma profusão de áreas no centro-norte tem sido reivindicada como propriedade por esses diferentes meios, mesmo que essas áreas sejam usadas por comunidades em suas práticas tradicionais e ainda não haja a comprovação de que elas foram destacadas do patrimônio público, ou seja, que estejam em condição devoluta.

Um exemplo que ganhou notoriedade recentemente nos meios de comunicação e nos órgãos judiciais foi o caso do Condomínio Estrondo, em Formosa do Rio Preto, município do oeste baiano. Tal condomínio é formado por fazendas de grandes extensões territoriais com produção de grãos, especialmente soja. Na área circunvizinha a esse empreendimento, localiza-se a Comunidade de Cacimbinha. Nela, além de perderem o acesso às áreas tradicionalmente utilizadas, denominadas “gerais” (ou fundo e fecho de pasto), seus moradores também se viram impedidos de utilizarem as áreas das grotas, ou de lagoas e nascentes de riachos, as quais inclusive envolvem uma dinâmica de produção e reprodução familiar direta. Isso ocorreu em razão de essas áreas estarem cadastradas como reserva legal do referido condomínio (Oliveira, 2019). O discurso e a prática ambientais, seguindo o Código Florestal, levaram, nesse caso, a uma espoliação do direito real de uso das comunidades.

Algo semelhante está ocorrendo mais ao norte, em comunidades do sul do Piauí, onde o foco da apropriação de áreas dos gerais, ou chapadões, para produção agropecuária está se voltando também para a implantação de projetos de energia eólica e fotovoltaica. Conforme afirmam Bezerra, Reis Neto e Andrade (2021, p. 209),

[...] as energias eólica e solar despontam como as principais, sendo vistas com grande entusiasmo, principalmente no Nordeste brasileiro, que historicamente sofre com problemas ligados à integração e distribuição na rede nacional. Todavia, os eixos de geração de energia no Brasil apresentam características ambientalmente insustentáveis e socialmente injustas, que intensificam os conflitos socioambientais [...].

A instalação de empreendimentos de energia eólica e solar nessa região não ocorre, portanto, sem conflitos. Segundo Martins (2024), em reportagem realizada para a plataforma *Ocorre Diário*, a empresa Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A., ao implantar o Complexo Ventos do Araripe III, atingiu diretamente a comunidade de remanescentes quilombolas do território Serra dos Rafaéis (Chapada do Araripe), e tem colocado em risco outras comunidades, nos municípios piauienses de Marcolândia, Lagoa do Barro, Queimada Nova e Dom Inocêncio.

Assim como no Quilombo Serra dos Rafaéis, a vida de milhares de famílias que estão no trajeto das usinas geradoras de energias renováveis no Piauí mudou para pior depois que tiveram que obedecer às regras impostas pelas empresas que, no Piauí, tocam os projetos das gigantes multinacionais Enel e Neoenergia, empresas europeias (uma italiana e outra espanhola) e que dominam o segmento no estado. Exemplos de violações de direitos humanos e destruição do meio ambiente se multiplicam nas regiões onde estão fincados os projetos de energias eólicas e solar, que, segundo dados do governo estadual, somam 673 de eólicas e 174 de solar até o final de 2023 (Martins, 2024²).

Os registros são abundantes nos meios de comunicação e nos estudos já existentes, como é o caso de Martins (2024), citado acima. São abordados os impactos produzidos pelos parques eólicos e solares, destacando a perda de vegetação nativa pelo desmatamento, a mudança nos hábitos da fauna local, os processos erosivos e a alteração nos costumes da população da região, a exemplo da prática de soltar o gado sazonalmente para o consumo de pastagem natural nos gerais. Além disso, a produção dessa energia frequentemente não chega às comunidades do entorno, na medida em que ela visa atender aos grandes consumidores regionais e/ou nacionais, uma vez que esse sistema de produção energética está interligado a uma rede nacional de transmissão para os grandes centros consumidores do país.

Para ilustrar os tipos de impactos gerados por esses empreendimentos, apresentamos aqui o caso de São Gonçalo do Gurguéia, no sul do Piauí (Figura 1). Esse município tem um dos maiores projetos de energia fotovoltaica do

² A fonte consultada não é paginada.

Brasil, que, inclusive, vem sendo intitulado pela empresa Enel Green Power como o maior empreendimento dessa natureza na América do Sul, devido à sua extensão em área, à quantidade de painéis solares instalados e à quantidade de energia gerada. Tal projeto, iniciado em 2018, ocupa uma área aproximada de 1.200 hectares (mais ou menos 1.200 campos de futebol) numa área do platô plano, onde já ocorreu a instalação de dois parques solares (São Gonçalo I – com capacidade para 475,67 MW – e II – com capacidade para 133,06 MW) e está prevista a implantação de um terceiro (São Gonçalo III – com capacidade para 255,7 MW) nas áreas lindeiras (Power, 2024). No entanto, esse empreendimento de grandes dimensões vem produzindo impactos desde o início de sua implantação, com a remoção da cobertura de vegetação de cerrados numa área de terreno sedimentar que abarca as formações geológicas Urucuia, Areado e Poti, ricas no armazenamento de recursos hídricos, cujas nascentes abastecem os cursos d'água tributários da bacia do Rio Parnaíba, a montante, nas proximidades do Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba (Aguiar; Gomes, 2004). Além disso, em 2020, houve o rompimento da bacia de contenção do parque solar, provocando impactos no entorno do empreendimento, especialmente nas comunidades vizinhas, na medida em que todo o sedimento liberado aterrou nascentes, riachos e brejos com presença de mata de buritis e parte da vegetação nativa do entorno. Acrescenta-se também que esse evento trouxe enormes prejuízos às plantações nas roças dos pequenos produtores locais, sendo que os sedimentos atingiram o Rio Gurguêia, que é o principal curso d'água da região (Martins, 2020³).

³ A fonte consultada não é paginada.

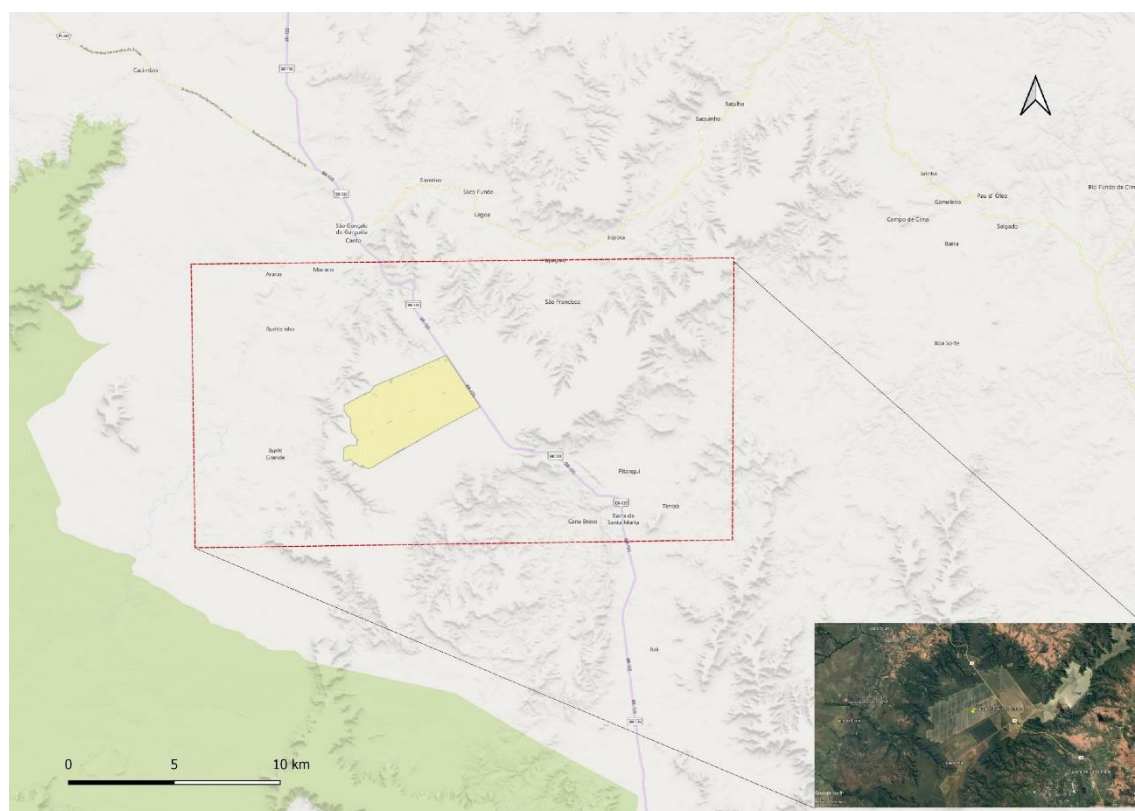


Figura 1. Localização do complexo de parques de energia solar São Gonçalo - São Gonçalo do Gurguéia (Piauí)

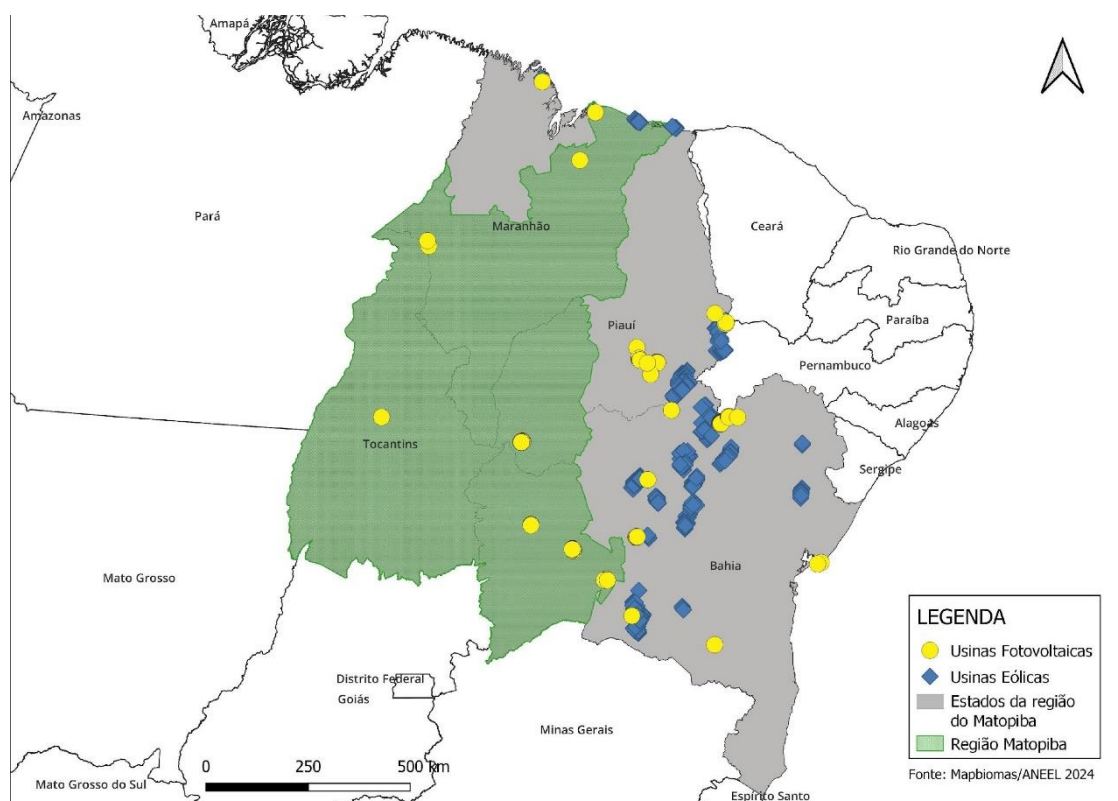
Fonte: Google Earth. Elaborado por Rinaldo Pinho.

Como se observa, há um *modus operandi* das empresas do ramo da denominada “energia limpa” que é muito semelhante ao identificado por Mariana Traldi (2019) e Izá Pereira (2023), ao pesquisarem os empreendimentos de energia eólica: o da apropriação de terras das comunidades, via arrendamentos, oferecendo pagamentos das áreas comuns e de impactos gerados. No caso da apropriação das terras das comunidades, conforme aponta Martins (2024), trata-se de “desequilíbrios contratuais, entre eles, perda de autonomia de vontade quando da assinatura do contrato, limitação do usufruto da terra pelos proprietários, perda essa que ameaça a soberania hídrica e alimentar [...]”.

É importante salientar que a interdependência dos povos agroextrativistas em relação às suas áreas comuns fundamenta sua reprodução social, construída durante séculos na região. Assim, a perda dessas áreas é inviável para a sua manutenção.

A produção de energia limpa, evidenciando uma transição energética em direção à substituição ou à diminuição do uso de combustíveis fósseis, não deveria entrar em conflito com as comunidades preexistentes em áreas onde esses grandes parques são instalados, às vezes, com centenas de torres aerogeradores (turbinas eólicas), no caso dos parques eólicos, e milhares de placas de painel solar, no caso dos parques da energia fotovoltaica – mas isso parece ser a tendência do avanço da implantação dessas estruturas no MATOPIBA⁴. Ao observarmos o mapa abaixo (Mapa 1), notamos que o avanço já ocorrido para diversas áreas dos quatro estados, os quais possuem parte de seus territórios no MATOPIBA, também se amplia para essa nova região de consolidação dos grandes empreendimentos empresariais, com a instalação de atividades que vão além daquelas associadas estritamente à produção agropecuária, como é o caso dos parques de energia limpa.

⁴ Sobre esse tema da transição energética e sua ampliação, alguns autores têm discutido como isso impacta diretamente os territórios e seus usos em diferentes partes do mundo. Ver os recentes artigos e pesquisas de Bridge et al. (2013); Velut (2021); Forget; Bos; Carrizo (2021); Cataia; Duarte (2022); Bringel; Svampa (2023).



Mapa 1. Localização de parques solares e eólicos nos estados da região do MATOPIBA

Fonte: Mapiomas/ ANEEL. Elaborado por Rinaldo Pinho.

No bojo da implantação, além de ser empregado um discurso de grande impacto na opinião pública, dado o fato de as mudanças climáticas estarem no centro da discussão sobre produção e uso energético, são intrigantes mais dois aspectos: o alcance das mudanças socioeconômicas propagandeado quando da instalação e a financeirização “verde” dessas empresas nos mercados financeiros globais (Bridge et al., 2013; Velut, 2022; Forget; Bos; Carrizo, 2021; Cataia; Duarte, 2022; Bringel; Svampa, 2023).

Quanto ao primeiro aspecto, a reportagem de Mena e Almeida (2023), à *Folha de S.Paulo*, é importante, pois apresenta relatos sobre quão pouco, ou apenas negativamente, a implantação dos empreendimentos energéticos de matriz renovável, com custos de bilhões de reais, impacta as comunidades já muito carentes no sertão piauiense. Segundo os autores: “As torres de vento de Betânia do Piauí fazem parte de um complexo de parques eólicos da Auren Energia, ligada ao grupo Votorantim, que recebeu, em 2021, R\$ 1,6 bilhão do

BNDES” (Mena; Almeida, 2023⁵). Já as contrapartidas foram mínimas: “a geração de empregos e de impostos, as compensações ambientais e a construção de uma área de lazer e de uma escola” (Mena; Almeida, 2023).

Vejamos: quanto à geração de empregos, a maior parte se findou ao término da implantação do parque; já em relação à compensação ambiental, isso nada mais é que uma obrigação, dados os impactos gerados em sua instalação; e, por fim, a área de lazer de uma escola é uma contrapartida muito pequena, em face do que foi obtido de empréstimo de um banco de desenvolvimento estatal.

Em relação ao segundo aspecto, a corrida global por recursos e investimentos ambiental e socialmente sustentáveis, compondo as prerrogativas do ESG (Ambiental, Social e Governança; do inglês *Environmental, Social, and Corporate Governance*), tem vinculado seus financiamentos aos “mercados verdes”, por meio dos chamados títulos verdes ou *green bonds*, que colocam na dianteira essas empresas de energia renovável. A Enel, por exemplo, lançou seus primeiros três títulos em 2017, totalizando uma arrecadação de 3,5 bilhões de euros (Power, 2024). Segundo a empresa, “estes projetos verdes elegíveis incluíam, por exemplo, projetos para o desenvolvimento de centrais de produção renovável, a construção e gestão de redes de transporte e distribuição” (Power, 2024). Os relatórios disponíveis no seu *site* indicam investimentos de 550 mil dólares em 2017.

Todo esse conjunto denota um perverso curso das formas de apropriação, que, concordando com Traldi (2019), indica as diferentes maneiras de espoliação, desde as mais diretas, vinculadas aos cercamentos de áreas comuns de comunidades, até os níveis mais amplos, como o direcionamento de investimentos que poderiam melhorar as condições das populações indo para o setor privado e em geral estrangeiro.

Considerações finais

A fronteira agrícola brasileira se transformou em um importante vetor de reprodução do capital em distintas frentes, envolvendo projetos agropecuários,

⁵ A fonte consultada não é paginada.

minerais, madeireiros/de celulose, energéticos e de infraestrutura de transporte e comunicação. Além dos investimentos produtivos, esse vasto espaço da hinterlândia brasileira vem sendo cobiçado por um lucrativo mercado de terras. Isso aponta para novas questões no contexto regional brasileiro, especialmente na fronteira agrícola, na medida em que os grupos empresariais hegemônicos, ao transformarem a terra em um recurso apropriado, também de maneira especulativa, colocam em risco um importante patrimônio natural que antes pertencia às populações agroextrativistas, as quais faziam o uso desses espaços com suas práticas costumeiras. Tais práticas sempre foram sustentadas no uso comunitário, porque eram realizadas em áreas não cercadas, com a presença de vegetação original e a disponibilidade de variados recursos dos ecossistemas locais (brejos, veredas, gerais, baixões etc.), cuja exploração agropecuária e extrativa ocorria em pequena escala.

Por isso, nos últimos anos, com a maior frequência de grupos empresariais produtores agropecuários e especuladores fundiários, têm se tornado mais complexas as questões relativas à dinâmica de ocupação da fronteira agrícola do chamado centro-norte do país, muito em função do aumento da procura e da apropriação de terras públicas para a instalação de monocultivos agrícolas, fazendas de gado e mais recentemente para fins de produção de energia limpa, sobretudo eólica e fotovoltaica, como alternativa à originada de combustíveis fósseis. Quanto aos novos usos de áreas para a instalação dos chamados parques eólicos e solares, trata-se de uma nova dimensão da problemática da fronteira agrícola, especialmente no caso do centro-norte, diante do crescimento de novos empreendimentos dessa natureza na região, questão cuja análise priorizamos um pouco mais neste texto.

Essa discussão sobre a energia limpa vem angariando forte aval da opinião pública e do Estado brasileiro, pelo fato de esse tema tornar-se o cerne do debate sobre as formas de minimizar os fatores que contribuem para as mudanças climáticas. Embora se avalie como importante o avanço de alternativas de fontes energéticas que produzem menor impacto sobre o planeta, é preciso ficar atento a esses empreendimentos e aos efeitos que eles também podem gerar às populações locais. Isso porque, apesar de essa produção energética alternativa ter de fato impactos diretos menores no tocante ao lançamento de carbono na atmosfera, a implantação de parques eólicos e

solares tem gerado diversos conflitos com diferentes comunidades e povos do campo.

As plantas desses empreendimentos têm buscado terras devolutas para ser instaladas – terras essas, porém, que são tradicionalmente utilizadas por camponeses de forma interdependente de suas parcelas familiares, para a criação de animais e a coleta extrativa em geral. Ou seja, trata-se de terras que, apesar de não serem propriedade de ninguém, são usadas e possibilitam a reprodução de muitas famílias, e que, ao serem espoliadas, contribuem para ampliar a triste realidade de uma estrutura fundiária desigual.

Nesse sentido, uma atenção especial precisa ser dada às formas como essas espoliações têm ocorrido, muitas vezes se utilizando de meios legais, contratos e cadastros fundiários e rurais autodeclaratórios (com cada vez maior capacidade de servir como propriedade da terra para fins de negociação) e, ao mesmo tempo, impondo por violência aos integrantes das comunidades o aceite de tais negociações. Ademais, uma vez instalados tais empreendimentos de energia eólica e solar, os impactos são constatados no que se refere à alteração da dinâmica tanto dos ecossistemas locais quanto da população que habita as comunidades rurais do entorno desses negócios que estão sob o controle de grandes empresas.

Os casos abordados no artigo refletem uma realidade cada vez mais frequente no centro-norte, mas que a ele parece não se limitar, dados os alcances das recentes flexibilizações ambientais e fundiárias em nível nacional. Por fim, com este artigo, tivemos a intenção de mostrar o quanto a questão socioambiental, voltada à produção energética atual e aos projetos agropecuários, acarreta uma problemática fundiária antiga, datada de momentos e processos que remontam ao planejamento regional, identificada em teses e outros estudos, os quais demonstram a perversidade do capital em direção à terra na fronteira agrícola do Brasil.

Referências

AGUIAR, Robério Bôto de; GOMES, José Roberto de Carvalho (org.). **Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea, estado do Piauí**: diagnóstico do município de São Gonçalo do Gurguéia. Fortaleza: CPRM – Serviço Geológico do Brasil, 2004.

ALVES, Vicente E. L. **Do Sertão à Fronteira Agrícola**: o espaço geográfico brasileiro em transformação. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2022.

ALVES, Vicente E. L. O mercado de terras nos cerrados piauienses: modernização e exclusão. **Agrária**, São Paulo, n. 10/11, p. 73-98, 2009.

ALVES, Vicente E. L. **Mobilização e modernização nos cerrados piauienses**: formação territorial no império do agronegócio. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

ASSELIN, Victor. **Grilagem, corrupção e violência em Terras do Carajás**. Petrópolis: Vozes, 1982.

BANDEIRA, William J. **Os programas e projetos governamentais e seus efeitos sobre a estrutura agrária piauiense no pós-70**. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

BECKER, Bertha K. **Geopolítica da Amazônia**: a nova fronteira de recursos. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

BEZERRA, Ana K. L.; REIS NETO, Afonso F.; ANDRADE, Maristela O. de. Cidadania ambiental e participação popular: efetividade da legislação ambiental em um parque de energia solar no Piauí. **Revista de Direito da Cidade**, v. 13, n. 1, p. 207-233, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rdc.2021.56396>. Acesso em: 26 abr. 2024.

BRIDGE, GAVIN et al. Geographies of energy transition: Space, place and the low-carbon economy. **Energy Policy**, v. 53, p. 331-340, 2013.

BRINGEL, Breno; SVAMPA, Maristella. Del “Consenso de los Commodities” al “Consenso de la Descarbonización”. **Nueva Sociedad**, n. 306, julio-agosto de 2023. ISSN: 0251-3552.

CATAIA, M.; DUARTE, L. Território e energia: crítica da transição energética. **Revista da ANPEGE**, [S. l.], 2022. DOI: 10.5418/ra2022.v18i36.16356. Disponível em:

<https://ojs.ufgd.edu.br/anpege/article/view/16356>. Acesso em: 3 ago. 2024.

DELGADO, Guilherme C. *Capital financeiro e agricultura no Brasil*. Campinas: Unicamp-ICOM, 1982.

DINIZ, José A. Modernização e conflito na Fronteira Ocidental do Nordeste. *Revista Geonordeste*, Aracaju, ano I, n. 1, p. 12-20, 1984.

ENEL, Grupo. **Títulos Verdes**. Disponível em: <https://www.enel.com/investors/investing/sustainable-finance/green-bonds>. Acesso em: 16 abr. 2024, 15h14.

FAIRHEAD, James; LEACH, Melissa; SCOONES, Ian. Green grabbing: a new appropriation of nature? *Journal of Peasant Studies*, v. 39, n. 2, p. 237-261, abr. 2012.

FORGET, Marie; BOS, Vincent; CARRIZO, Silvina Cecilia; Les matérialités de la transition énergétique en montagne: pour une approche critique. Université Grenoble Alpes, *Revue de géographie alpine*, v. 109, n. 3, p. 1-11, dez. 2021.

GASQUES, José G.; CONCEIÇÃO, Júnia C. P. R da. (org.). **Transformações da agricultura e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 2001.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e agricultura no Brasil (política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980)**. São Paulo: Hucitec, 1997.

IZÁ PEREIRA, L. **A instalação de projetos de energia eólica no Brasil: uma análise a partir do papel do Estado**. Revista GeoUECE, [S. l.], v. 12, n. 23, p. e2023002, 2023.

KLUCK, Erick Gabriel Jones. O reverso da medalha ambiental: *green grabbing* e as novas práticas de apropriação de terra no MATOPIBA. In: ALVES, Vicente E. L. **Do Sertão à Fronteira Agrícola: o espaço geográfico brasileiro em transformação**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2022.

KLUCK, Erick Gabriel Jones. Terra e Floresta em foco: percursos recentes da regularização da terra e anistia a crimes ambientais. *Revista da ANPEGE*, v. 16, n. 29, p. 681-711, 2020.

KLUCK, Erick Gabriel Jones. **Quando o planejamento vai para o brejo: mobilização, migração e colapso da modernização**. São Paulo: Humanitas/FAPESP, 2019.

LIMA, Débora Assumpção; NÓBREGA, Mariana Leal Conceição. Análise do preço de terras agrícolas no Tocantins: decifrando os caminhos do agronegócio. **RA'EGA: espaço geográfico em análise**, Curitiba, v. 40, p. 163 -176, ago. 2017.

MARTINS, Tânia. No Piauí, megaprojetos de energias renováveis violam direitos humanos e da natureza. **Ocorre Diário**. 2024. Disponível em: <https://ocorrediario.com/no-piaui-megaprojetos-de-energias-renovaveis-violam-direitos-humanos-e-da-natureza/>. Acesso em: 16 abr. 2024, 14h04.

MARTINS, Tânia. Empresa de energia solar da Itália causa grandes danos ambientais no Piauí. *Portal AZ*. 2020. Disponível em: <https://www.portalaz.com.br/noticia/meio-ambiente/26674/empresa-de-energia-solar-da-italia-causa-grandes-danos-ambientais-no-piaui/>. Acesso em: 20 abr. 2024, 19h32.

MENA, Fernanda; ALMEIDA, Lalo de. Fome histórica convive com energia do futuro no semiárido do Piauí. **Folha de S.Paulo**. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha-social-mais/2023/12/fome-historica-convive-com-energia-do-futuro-no-semiarido-do-piaui.shtml>. Acesso em: 16 abr. 2024, 14h49.

MONTEIRO, Maria do Socorro L. **Ocupação do cerrado piauiense: estratégia empresarial e especulação fundiária**. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. A Geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, A. F. A. (org.). **Novos caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 2002, p. 63-110.

OLIVEIRA, Rafael. A megafazenda que ameaça descendentes de Canudos equivale a duas São Paulo. **APÚBLICA**. 2019. Disponível em: <https://apublica.org/2019/10/a-megafazenda-que-ameaca-descendentes-de-canudos-equivale-a-duas-sao-paulo/>. Acesso em: 17 abr. 2024, 15h38.

OLIVEIRA, Pedro Ernesto Rodriguez Gomez Furtado de. A emissão de títulos verdes no Brasil. **Controle externo: Revista do Tribunal de Contas do Estado de Goiás**, Belo Horizonte, ano 3, n. 6, p. 153-162, jul./dez. 2021.

PITTA, Fábio T.; MENDONÇA, Maria Luisa; CERDAS, Gerardo. **Imobiliárias agrícolas transnacionais e a especulação com terras na região do MATOPIBA**. São Paulo: Outras Expressões, 2018. v. 1, 66 p.

POWER, Enel Green. **A planta solar recorde do Brasil**. 2024. Disponível em: <https://www.enelgreenpower.com/pt/nossos-projetos/highlights/parque-solar-sao-goncalo>. Acesso em: 20 abr. 2024, 18h42.

SANTOS, Clóvis Caribé Menezes dos. Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados – PRODECER: um espectro ronda os cerrados brasileiros. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 24, n. 2, p. 384-416, out. 2016.

SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço**: Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

SAUER, Sérgio. Eco-agrarian question: land and green grabbing in the Brazilian agricultural frontier. Land Deal Politics Initiative (LDPI). **Conference Paper**, n. 22. International Conference on Global land grabbing. Bogota, Colombia, 19-21 March 2024. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/378970602_Eco-agrarian_question_land_and_green_grabbing_in_the_Brazilian_agricultural_frontier. Acesso em: 15 mar. 2024, 13h40.

SAUER, Sérgio; BORRAS JR., Saturnino. “Land grabbing” e “greengrabbings”: uma leitura da “corrida na produção acadêmica” sobre a apropriação global de terras. **Revista CAMPO-TERRITÓRIO**: revista de geografia agrária, edição especial, v. 11, n. 23, p. 6-42, jul. 2016.

SASSEN, Saskia. **Expulsões**: brutalidade e complexidade na economia global. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2016.

SILVA, Patrícia; SAUER, Sérgio. Regularización ambiental y apropiación verde en la frontera agrícola del Cerrado brasileño. **Conference Paper**, n. 42. International Conference on Global land grabbing. Bogota, Colombia, 19-21 March 2024.

TRALDI, Mariana. **Acumulação por despossessão**: a privatização dos ventos para a produção de energia eólica no semiárido brasileiro. Tese (Doutorado) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019. 378 p. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1637228>. Acesso em: 15 abr. 2024.

VELUT, Sébastien, Une approche géographique de la transition énergétique en Amérique latine, **L'information géographique**, 2021/3, vol. 85.

AUTORES

Vicente Eudes Lemos Alves

Atualmente é professor associado na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Possui licenciatura e bacharelado em Geografia pela Universidade de São Paulo (1994), mestre (2000) e doutor (2007) em Ciências (Geografia Humana) também pela Universidade de São Paulo. Possui experiência nas áreas de ensino e de estudos regionais e agrários. Coordenador do projeto CNPq-Universal denominado “A fronteira agromineral do centro-norte do Brasil: políticas, planejamento regional e transformações socioterritoriais recentes”.

E-mail: veudes@unicamp.br

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/005455062504345>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9505-185X>

Erick Gabriel Jones Kluck

Atualmente é professor do ensino básico da Prefeitura de Ouro Preto, Minas Gerais. Possui licenciatura e bacharelado em Geografia pela Universidade de São Paulo (2007), mestre (2011) e doutor (2017) em Ciências (Geografia Humana) também pela Universidade de São Paulo. Possui experiência nas áreas de ensino e de estudos territoriais, população e agrários. Participa como pesquisador do projeto: “Financeirização, *land grabbing* e reestruturação do setor de florestas plantadas no Brasil”, Fapes/UFES.

E-mail: erick@alumni.usp.br

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/6757723340193821>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3256-9985>

Recebido para publicação em julho de 2024.

Aprovado para publicação em outubro de 2024.

Cartografias do Brasil indígena

Cartographies of indigenous Brazil

Cartografías del Brasil indígena

Juliana Grasiéli Bueno Mota

Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD

julianamota@ufgd.edu.br

Resumo: Revisitar cartografias coloniais do século XVI e subverte-las para pensar um Brasil indígena é o objetivo primeiro deste texto. Também, a partir de novos desenhos sobre o mapa do Brasil, produzido por dois pesquisadores Kaiowá que vivem no Mato Grosso do Sul, apresentamos outras formas para pensar e imaginar uma cartografia indígena do Brasil, conforme autoria indígena. Como mapas “apagam” as pessoas indígenas e suas histórias podem indicar fortemente a presença de um Brasil indígena? A produção de outros desenhos cartográficos sobre o Brasil e sua formação socioespacial indicam e produzem uma cartografia do protagonismo dos povos indígenas do passado, do presente e, com certeza, como adverte Ailton Krenak (ano), na construção de um futuro ancestral.

Palavras-chave: Povos indígenas. cartografias. Geografias e autoria indígena. futuro ancestral.

Abstract: The text's primary objective is to revisit colonial cartographies from the 16th century and subvert them to think about an indigenous Brazil. Also, based on new drawings on the map of Brazil produced by two Kaiowá researchers who live in Mato Grosso do Sul, we present other ways to think and imagine an indigenous

cartography of Brazil from the authorship of indigenous people. How can maps that “erase” indigenous people and their stories strongly indicate the presence of an indigenous Brazil? The production of other cartographic drawings about Brazil and its socio-spatial formation indicate and produce a cartography of the protagonism of indigenous peoples in the past, present and, certainly, as Ailton Krenak emphasizes, in the construction of an ancestral future.

Keywords: Indigenous peoples. Cartographies. Geographies and indigenous authorship. ancestral future.

Resumén: Revisar las cartografías coloniales del siglo XVI y subvertirlas para pensar en un Brasil indígena es el objetivo primordial de este texto. Además, a partir de nuevos dibujos sobre el mapa de Brasil, realizados por dos investigadores kkaiwá que viven en Mato Grosso do Sul, presentamos otras formas de pensar e imaginar una cartografía indígena de Brasil, según la autoría indígena. ¿Cómo pueden los mapas “borrar” a los pueblos indígenas y sus historias que indican claramente la presencia de un Brasil indígena? La producción de otros dibujos cartográficos sobre Brasil y su formación socioespacial indican y producen una cartografía del protagonismo de los pueblos indígenas en el pasado, el presente y, ciertamente, como advierte Ailton Krenak, en la construcción de un futuro ancestral.

Palabras clave: Pueblos indígenas. cartografías. Geografías y autorías indígenas; futuro ancestral.

Introdução: Brasil profundo

Por má consciência e boas intenções, imperou durante muito tempo a noção de que os índios foram apenas vítimas do sistema mundial, vítimas de uma política e de práticas que lhes foram externas e que os destruíram. Essa visão, além de seu fundamento moral, tinha outro, teórico: é que a história [também a geografia], movida pela metrópole, pelo capital, só teria nexos em seu epicentro. A periferia do capital era também o lixo da história. O resultado paradoxal dessa postura “politicamente correta” foi somar à eliminação física e étnica dos índios sua eliminação como sujeitos históricos [e geográficos]. (CUNHA, 1992, p. 18)

Este é um texto que pretendia ser maior do que é. Foi sonhado para pensar e representar as cartografias indígenas que, quase sempre, sofreram tentativas de apagamento da história oficial hegemônica do mito de fundação do Brasil, na construção do Brasil Profundo que habita nossas (como identidade coletiva) imagens e representações sobre os povos indígenas.

O conceito “Brasil Profundo”, de que partimos, é inspirado em Guillermo Bonfil Batalla ([1990] 2019) que, ao elaborar uma análise histórica sobre o México, – arrancando-a sua máscara moderna talhada no colonialismo –, foi construído sobre os escombros das histórias e geografias indígenas. Ao elaborarmos um texto sobre as cartografias de um Brasil indígena, quiçá sua história oficial, podemos dar destaque aos povos indígenas como protagonistas. Também possibilitamos o revés de uma narrativa oficial, a qual os exclui dos primeiros capítulos da história nos primórdios da colonização, e, além de excluir, os representa em papéis secundários e à disposição dos europeus. Sobre isso Maria Regina Celestino de Almeida faz uma importante constatação em sua tese de doutoramento, a seguir:

Desde o século XIX, com raríssimas exceções, os índios têm tido participação inexpressiva em nossa história, na qual, em geral, aparecem como atores coadjuvantes, agindo sempre em fundação dos interesses alheios. Aliás, não agiam, apenas reagiam a estímulos externos sempre colocados pelos europeus. Tem-se quase a impressão de que estavam no Brasil à disposição destes últimos, que deles se serviam à

vontade, descartando-os quando não mais necessários: teriam sido úteis para determinadas atividades e inúteis para outras, aliados e inimigos, bons ou maus, sempre de acordo com os interesses e objetivos dos colonizadores. (ALMEIDA, 2013, p. 25-26)

O coração deste texto parte de um olhar atento sobre as experiências dos indígenas como protagonistas da construção do Brasil, opondo-se à ideia de um Brasil cujas cartografias produzidas sobre os indígenas os enrijecem no passado como mansos e submissos; com culturas puras e autênticas e, que após o contato com a sociedade colonial, só poderiam viver como indígenas “aculturados” ou dizimados.

O Brasil, um país ainda jovem comparado à experiência de muitos países europeus, completou em 2024, 524 anos de seu “descobrimento”, em abril desse ano. Todavia, a conformação deste país não se construiu no reconhecimento dos indígenas como agentes políticos de sua história, da produção de sua geografia. Geógrafos e geógrafas ainda insistem com a ideia de indígenas “aculturados”¹, em pleno século XXI.

Ainda se ignora o indígena como produtor de histórias, colocando-o na condição de vítima sem reconhecer sua capacidade intelectual de tomadores de decisões. O reconhecimento do indígena como ser completo ainda “não ultrapassa os restritos círculos”² de poucos e poucas geógrafas preocupados em aprender sobre o pensamento indígena, mas, quase sempre, adaptar tal pensamento às caixinhas de suas disciplinas e interesses.

¹ Os indígenas e seus modos de vida, aquilo que podemos definir apressadamente de cultura, sempre foram vistos a partir de uma perspectiva de pureza, autenticidade e subalternidade. Essa era a perspectiva assimilacionista que almejava a integração do indígena à sociedade nacional como *indígena aculturado*. Tal perspectiva é recorrente no pensamento de Darcy Ribeiro e Florestan Fernandes, que apesar da grandiosidade e necessidade de seus trabalhos, partiam do princípio que, após o contato com a “civilização”, os indígenas iriam, progressivamente, perder suas características originais. “A aculturação era entendida como o esvaziamento progressivo de culturas originais e em oposição a ela destacava-se a resistência, ato de extrema bravura e rebelião contra o domínio colonial que, no entanto, uma vez reprimido, reservava aos seus heróis o triste papel de vencidos, cuja única opção era aceitar passivamente a nova ordem que se impunha (ALMEIDA, 2013, p. 26).

² Carlos Alberto Ricardo fazia a mesma ponderação, na década de 1990, sobre os desafios de estudantes e professores saberem mais sobre os indígenas brasileiros contemporâneos.

Desde 1970, mas, principalmente, com as renovações historiográficas e antropológicas a partir de 1999, muita coisa mudou, inclusive na Geografia. Sobretudo porque a ocupação do indígena na cena nacional também passou por transformações. Pela primeira vez na história do Brasil têm-se uma ministra indígena, Sonia Guajajara. Ainda, em 2023, tem-se no cargo a primeira mulher indígena, Joênia Wapichana, a assumir a presidência da FUNAI (que passou a ser denominada de Fundação Nacional dos Povos Indígenas). Tantas e tantas outras conquistas que só é possível de ser explicada pela/na mobilização secular dos povos indígenas.

Mota (2015) em diálogo com a definição de espaço da geógrafa Doreen Massey (2008), destaca que noções de autenticidade ou identidades imutáveis estão pautadas pelo desprezo em pensar o reconhecimento do espaço e dos outros em termos de abertura. O espaço não é uma superfície, um sistema fechado e estático, um lugar inexorável caracterizado pelas grandes narrativas ligadas à modernidade, pautado nos fundamentos do “progresso”, do “desenvolvimento” e da “modernização” (MASSEY, 2004; 2008). Tal compreensão poderá no levar a conceber povos com suas culturas e lugares simplesmente “como um fenômeno ‘sobre’ essa superfície” à espera de Colombo, Cabral, Cortez... à espera da civilização (MASSEY, 2008, p. 23).

Massey propõe “imaginar o espaço como uma simultaneidade de histórias-até-agora” (2008, p. 29) ao reconhecer sua composição como produto de inter-relações onde coexistem uma multiplicidade de histórias e trajetórias nunca inacabadas e sempre em devir. Pensar o espaço como devir é a possibilidade do “reconhecimento mais completo da diferença [...] reconhecer que os ‘outros’ realmente existentes podem não estar apenas nos seguindo, mas ter suas próprias histórias para contar” (MASSEY, 2004, p.15).

Cartografias de um Brasil indígena são aqui apresentadas para demonstrar a construção de um país que, desde o seu nascimento, é indígena; e que antes mesmo de ser Brasil era dos povos indígenas. Estima-se que na época pré-cabraliana existiam uma diversidade étnica de mais de 1500 povos que falavam, aproximadamente, 1200 línguas diferentes (RODRIGUES, 1993) com modos de vida e organização socioespacial complexa. Segundo o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), são 274 línguas indígenas faladas em território brasileiro para uma diversidade étnica de 305 povos.

Como se vê, a redução de povos e línguas indígenas pós-contato foi drástica. Somente no século XX, com o projeto de integração nacional e avanço das fronteiras de expansão, Darcy Ribeiro contabiliza os prejuízos do contato por troncos linguísticos: “[...] os Tupi, representados em 1900 por 52 grupos, foram reduzidos a 26; os Aruak, que eram 37, reduziram-se a 23; os Karib passaram de 32 a 22; os Jê, de 27 a 18. Os demais grupos de nossa amostra caíram de 82 para 54” (RIBEIRO, 1996, p. 280). Todavia, importante pensar que a colonização com toda a violência não conseguiu excluir os processos de reconstrução e recriação étnico-cultural conduzidos pelos indígenas, de modo que é “um erro grave crer que a história da conquista representa, para os índios, uma sucessão linear de perdas em vidas, terras e distintividade cultural” (FAUSTO, 2000, p.57).

Tendo já percorrido parte da trajetória deste texto, tomando as informações apresentadas, continuamos buscando apresentar os indígenas como tomadores de decisões, com interesses e histórias próprias sem a prerrogativa de serem “massa de manobra” para validar os interesses de outrem, de modo que, é exatamente por isso, a única possibilidade de explicar a presença indígena na sociedade brasileira contemporânea.

Com a finalidade de esclarecer ao leitor ou a leitora, definimos nossa compreensão de cartografias ao reconhecê-la como uma produção autoral, – não somente individual, mas, sim, coletiva –, que produz imagens e representações sobre os outros e seus lugares com intenções de “contar” ou “esconder” algo. Apresentar e refletir sobre o Brasil indígena a partir de cinco cartografias produzidas em espaço-tempo diferentes, também por seus contextos dos autores que os produziram, mas que falam e produzem o Brasil, os Brasis profundos.

As respectivas cartografias: 1. Planisfério de Cantino (1502); 2. Terra Brasilis ou carta do Brasil (1519), produzida pelo cartógrafo Português Lopo Homem (para o Rei de Portugal); 3. Mapa das Capitâneas Hereditárias. Carta Geral do Brasil, c. 1586-90, de Luís Teixeira; 4. Cartografia dos tape na produção do ára joguigui, do kaiowá guarani Eliel Benites; 5. Yvy Kãdire do kaiowá guarani Germano Lima Alziro.

Apesar de algumas cartografias, àquelas desenhadas no século XVI, representarem o indígena obediente, submisso, manso e em vias de

desaparecimento, demarcam que o Brasil desde o “nascimento” é indígena. Outras cartografias (e mesmo elas) enfatizam a presença indígena, questionam a ideia de oposição rígida entre dominadores e dominados na relação entre indígenas e não indígenas de modo a colocar em suspensão o caráter estático e passivo dos indígenas e trazê-los à cena do Brasil do presente-futuro: o indígena no cenário da política contemporânea e na definição de políticas governamentais.

João Pacheco de Oliveira advertiu que “os índios são personagens quase exclusivos dos primeiros capítulos da história quando se fala dos primórdios da colonização” (OLIVEIRA, 2002, p.11). A partir do século XIX os indígenas têm tido participação inexpressiva na história do Brasil, aparecem, em geral, como atores coadjuvantes que agem a partir dos interesses alheios.

As tentativas de apagamento dos indígenas das narrativas da história oficial como sujeitos políticos, – na produção de imagens e representações na condição de apenas vítimas e passivos aos desejos da colonização e seus colonizadores – corroborou na construção de cartografias de um Brasil que, quase sempre, serviu para dominar e silenciar a “alma indígena”³.

Por tudo isso, cartografias precisam ser repensadas e novas cartografias precisam ser produzidas, como as que estão sendo imaginadas pelos indígenas ao falarem de si e por si mesmo, na construção de contranarrativas “ao contar a própria versão, a presença indígena não faz parte apenas de uma história passada, mas sim de uma história que está sendo tecida no presente, rumo ao futuro” (XACRIABÁ, 2020, não paginado). Repensar e produzir novas cartografias é lançar novas imaginações espaciais sobre o espaço de ação dos povos indígenas, ou, por definição, “repensar (e produzir) suas imagens”..

³ Para Gambini (2002, p.87) a alma indígena é a identidade brasileira assentada na mulher indígena que foi negada pelos colonizadores, pelos jesuítas. “O povo brasileiro vem de um homem branco e uma mulher índia. Mas só sobra o corpo da mãe: a psique, a cultura, a ancestralidade, os significados que vêm de seu mundo foram negados”.

Os indígenas nas cartografias do Brasil do século XVI

Difícil imaginar o impacto e o significado da “descoberta de um Novo Mundo”. Novo, porque ausente dos mapas europeus; novo, porque repleto de animais e plantas desconhecidos; novo, porque povoado por homens estranhos, que praticavam a poligamia, andavam nus e tinham por costume fazer a guerra e comer uns aos outros. Eram canibais, armavam os primeiros relatos, cheios de curiosidade, exotismo e imaginação. (SCHWARCZ; STARLING, 2018, p. 21)

Os povos indígenas desde o “descobrimento” foram diretamente impactados pelo imaginário do ocidente, pelas práticas e imagens produzidas pelo colonialismo que ainda hoje persistem e estão enraizadas em nossa sociedade “moderna”. As quatro cartografias a seguir contam a história do nosso país com o intuito de apagamento, submissão e naturalização dos povos indígenas.

Tais cartografias também são, nesse sentido, representações clássicas do indígena como papel secundário na colonização e, conseqüentemente, na formação do Brasil. São elas: (Figura 1) Cartografia do Planisfério de Cantino, (Figura 2) Cartografia Terra Brasilis ou carta do Brasil, (Figura 3) Detalhes do continente – Cartografia Terra Brasilis ou carta do Brasil e (Figura 4) Cartografia das Capitanias Hereditárias.



Figura 1 – Cartografia do Planisfério de Cantino (1502)

Fonte: Cartografo Português Lopo Homem desenhado para o Rei de Portugal.



Figura 2 - Cartografia Terra Brasilis ou carta do Brasil (1519).

Fonte: Cartografo Português Lopo Homem desenhado para o Rei de Portugal.



Figura 3 - Detalhes do continente - Cartografia Terra Brasilis ou carta do Brasil (1519)

Fonte: Cartografo Português Lopo Homem desenhado para o Rei de Portugal.



As cartografias representam um Brasil em formação, em “descobrimento”, de modo que sua produção nunca foi – e nunca será – obra do acaso, mas, sim, contam ou escondem como o Brasil se produziu como nação. Cartografias dizem bem mais do que representam, muitas vezes a sua produção é exatamente esconder o que insiste em aparecer (DORÉ; FURTADO, 2022). Ou melhor, aparecer exatamente como se quer produzir, como é o exemplo do nascimento de uma nação como o Brasil que, desde o seu princípio, negou a existência plena de humanidade dos povos indígenas.

A imagem 1, o planisfério de Cantino, é um marco da cartografia, uma síntese sobre o saber geográfico e náutico do século XV e XVI. Apontado como o primeiro mapa conhecido a representar o que seria o Brasil. Foi confeccionado em seis folhas de pergaminho, sem assinatura (apesar de ser atribuído a um cartógrafo português) e sem data, e está preservado na biblioteca Estense, em Modena, na Itália, e mede 1.05 X 2.20m (DORÉ, 2022). Ainda é o primeiro desenho a incorporar a linha do equador, os trópicos de câncer, capricórnio e o círculo polar ártico, o que permitiu uma renovação nos rumos da navegação moderna e da produção cartográfica.

O desenho dessa cartografia incorpora um traçado de rosas-dos-ventos, círculos com 32 pontas, que definiram os rumos da navegação. Nessa cartografia os indígenas não estão representados em seu desenho, tampouco as toponímias dos lugares, o que pode ser explicado pela pouca informação sobre a “nova terra descoberta” do ponto de vista dos portugueses. Todavia, os indígenas aparecem nos escritos e legendas, uma prática muito recorrente dos cartógrafos da época a fim de preencher os espaços vazios dos mapas. Na legenda lê-se:

A Vera Cruz chamada pelo nome a qual achou Pedro Álvares Cabral, fidalgo da casa do Rei de Portugal e ele a descobriu indo por capitão-mor de catorze naus que o dito Rei mandava a Calicute e no caminho indo topou com esta terra, a qual terra se crê ser terra firme na qual há muita gente de descrição andam nus homens e mulheres como suas mães os pariram; são mais brancos que baços e têm os cabelos muito corredios; foi descoberta esta dita terra na era de quinhentos. (DORÉ, 2022, p. 24).

Destaca-se ainda as “araras ou ‘papagaios’ [que] representam também o primeiro contato com a natureza e o que ela poderia oferecer. A busca de riquezas minerais era, como se sabe, uma das principais motivações das viagens marítimas”. (DORÉ, 2022, p. 27).

Na imagem 2 vê-se um grande salto de conhecimento geográfico da costa brasileira, e ainda aparecem as entradas dos rios Amazonas e Prata. Seu desenho detalha as relações mais intensas de exploração das novas terras no primeiro século de colonização, sua natureza, fauna e flora, aparecem fortemente detalhadas nessa cartografia, assim como a indicação da submissão indígena na extração do pau-brasil.

O espaço atlântico é ocupado por caravelas e rosas dos ventos que demarcam o poder da Coroa portuguesa. Quanto à imagem do indígena, na sua legenda e título, apresenta-se da seguinte forma:

Esta carta é da região do grande Brasil e do lado ocidental alcança as Antilhas do rei de Castela. Quanto à sua gente, é de cor um tanto escuro. Selvagem e cruelíssima, alimenta-se de carne humana. Este mesmo povo emprega, de modo notável, o arco e as setas. Aqui [há] papagaios multicores e outras inúmeras aves e feras monstruosas. E encontram-se muitos gêneros de macacos e nasce em grande quantidade a árvore que, chamada brasil, é considerada conveniente para tingir o vestuário com a cor púrpura. (DORÉ, 2022, p. 26).

Os indígenas e a natureza, aquilo que os iria distinguir da humanidade e da cultura, eram equivalentes nos desenhos de cartógrafos e, respectivamente, seus colonizadores, – tal como o escrito nessa cartografia ao retratar a nudez entre os indígenas –, as formas como se relacionavam com as plantas e os animais. Exatamente por comporem uma outra racionalidade, europeus não conseguiam compreender as formas outras de estar vivo e habitar a terra. Inclusive, destacam-se as diferentes formas de nomear os lugares. Percebe-se na cartografia (imagem 4), mapa das capitanias hereditárias, produzida por Luís Teixeira, que apresenta diferenças marcantes entre os topônimos indígenas e os nomes que os portugueses davam aos lugares que conheciam.

Os nomes indígenas, em geral, contêm elementos que ajudam a identificar o lugar, são descritivos, como “batu-cabaru”, montanha que serve de cavalo para as nuvens, ou “Ytapoã”, que significa pedra levantada. A nomeação portuguesa, por sua vez, associa-se a formas de tomada de posse, tanto a posse política, pela Coroa portuguesa, quanto religiosa, pela Igreja de Roma. (DORÉ, 2022, p. 28-29).

A cartografia de Luís Teixeira é o primeiro em que está desenhada a divisão das capitanias hereditárias, criadas em 1534, durante o reinado de D. João III (1521-1557). A divisão de terras e entrega a donatários é uma amostragem bastante evidente, desenhada na cartografia, da interferência mais sistemática de Portugal sobre as novas terras “descobertas” e os indígenas. As capitanias se constituíram em doze setores lineares, com extensões que variavam de 30 a 100 léguas (ou entre 180 a 600 quilômetros, considerando a relação 1 légua = 6 km). Os donatários tinham obrigação de nelas nomearem autoridades administrativas, receber taxas de impostos para a coroa, além de redistribuir as terras, chamada de Lei de Sesmarias⁴ (PRADO JÚNIOR, 2004).

Destaque importante sobre as capitanias hereditárias, pouco conhecida historicamente, é o papel dos indígenas nas relações com os donatários e as possibilidades de sua prosperidade ou não. Sabe-se que os colonizadores precisavam, e fizeram uso recorrente, de aliar-se aos indígenas para obterem êxito nos processos de ocupação e exploração do novo mundo. A historiadora Maria Regina Celestino de Almeida, em uma análise rigorosa sobre documentos históricos do século XVI, destaca que as “duas capitanias que mais prosperaram, São Vicente e Pernambuco, foram aquelas cujos donatários puderam contar com o apoio inestimável de lideranças indígenas com as quais estabeleceram estreitos laços de aliança” (ALMEIDA, 2010, p. 27).

Como explicar momentos importantes da nossa história sem considerarmos o protagonismo indígena? Pesquisas, principalmente a partir da década de 1990, demonstram como as escolhas e ações dos indígenas foram decisivas para vitórias ou derrotas dos colonizadores, apesar que,

4 O sistema de Sesmarias foi praticamente uma cópia da legislação criada, em 1375, em Portugal pelo rei D. Fernando I, visando solucionar os problemas referentes à escassez de alimentos e buscando fixar camponeses à terra. (PEREIRA apud MOTA, 2011).

como destaca Maria Regina Celestina Almeida “eles próprios tenham sido sempre os maiores prejudicados” (ALMEIDA, 2017, p. 22).

As cartografias produzidas no espaço-tempo do século XVI, na invenção de um Brasil, não tinham como prerrogativa o retrato do indígena como protagonista de sua formação, todavia, contraditoriamente não era possível negar a sua existência, sua presença originária na ocupação do território pelos colonizadores mesmo diante de uma narrativa poderosa de “espaços vazios” (GALETTI, 2000).

Tal narrativa ainda se aprimora na validação de um sertão, que ainda persiste em pleno século XXI, a ser conquistado pelo Estado e a economia neoliberal. As frentes de expansão e pioneiras em curso para a Amazônia brasileira, também frentes atuantes no Centro-Oeste brasileiro, se pautam em produzir um Brasil a ser ocupado, respectivamente “terras sem gentes para gentes sem-terra”. Aqui, hoje mais do que nunca, as gentes sem-terras são as mineradoras, as madeireiras, as empresas neoliberais insistindo em produzir uma imagem de desenvolvimento sustentável e produzir um Brasil cujo *modus operandi* é o mercado. Isso, obviamente, é outra discussão, mas não poderíamos deixar de registrar que a perversidade do século XVI, a invasão às terras dos povos indígenas, têm se atualizado a cada século. Todavia as feições, os interesses, de certa forma se atualizam à sua imagem e semelhança.

André Doré (2022, p. 21-22) esclarece que “o mapa representa com toda a clareza a passagem de um documento (um mapa) a monumento” que é seu uso para o serviço do poder, de modo que “ele é o resultado do empenho das sociedades em ‘impor ao futuro’ – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias”. As imagens que escolhemos produzem um desenho de um Brasil ainda em construção, evidencia que cartografias não são representações do que se é, mas, sempre, do que se planeja. Cartografias não são inocentes e, tampouco, desinteressadas como desenhos aleatórias a representar um lugar, um Brasil.

É imprescindível que a materialidade de uma cartografia seja analisada a partir da “sua autoria, sua importância, seu contexto de produção, as intenções e os interesses envolvidos no seu desenho” (DORÉ;

FURTADO, 2022, p. 15-16). Absolutamente nada em uma cartografia está ali por acaso. “Todos são alvos de inquirição cuidadosa dos autores para desvelar seus significados, por vezes bem claros; outras, quase ocultos” (DORÉ; FURTADO, 2022, p. 15-16).

Cartografias indígenas

Antes do contato a terra era tão aberta...
(Wisio Kawaiweté, 2017)

“Antes do ‘branco’ pisar na nossa terra a vida era boa, vivíamos a alegria”, é uma narrativa recorrente entre os kaioiwá, que vivem em Mato Grosso do Sul, e que vai de encontro à explicação feita por outros diversos povos, como as feitas por Wisio, povo Kaiabi, sobre os impactos do contato na vida indígena.

Antes da chegada do homem branco, os indígenas eram livres e felizes, a terra era o próprio devir, em aberto para ser habitada, sem fronteiras e sem limites, o que difere dos habitus moderno ocidental. Outras vivências com a terra operavam nas relações entre povos indígenas, mas nenhuma delas tinha como mediador a cerca, a propriedade privada.

Antes do contato Wisio, e tantos outros povos indígenas, experimentou – experimentaram – uma vida diferente. Outras histórias existiam sem ainda existir o Brasil. Outras cartografias e formas de habitar a terra eram partilhadas por milhares de povos e coletivos de pessoas com formas próprias de pensar e agir, modos próprios de falar e refletir sobre o mundo, de relações de afeto e inimizades com os outros, na produção dos outros, de suas histórias próprias e formas singulares de geo-grafar a/na Terra.

Para quem tem dúvidas se outro mundo é possível? Outro mundo é possível porque já existiu, “o que é hoje o Brasil indígena são fragmentos de um tecido social cuja trama, muito mais complexa e abrangente, cobria provavelmente o território como um todo” (CUNHA, 1992, p. 14). As estimativas da população indígena pré-colombiana e pré-cabralina ainda são controvérsias, mas afirma-se que pelo menos mil povos habitavam as terras que hoje chamamos de Brasil.

Diante de uma conformação socioespacial extremamente complexa no passado, e ainda hoje com múltiplas estratégias de resistência para continuarem a existir no presente-futuro, os povos indígenas devem ser percebidos como uma presença atual e importante, cujas ações de mobilização demarcam no chão da Terra comum a vida com uma multiplicidade de estratégias para continuarem a existir.

Re-existem desde a chegada do primeiro “branco” invasor, como certa vez explicou o ñanderu Jorge, atualmente vive na Reserva Indígena de Dourados. Re-existem pela rebeldia em enfrentar interesses de fazendeiros, madeireiros, mineradoras e o agronegócio (sendo esse o maior poder econômico e político existente no Brasil hoje) ao construírem uma outra lógica de ocupação do espaço.

Atualmente estima-se a existência de 5 mil povos indígenas em todo o mundo, cuja estimativa seria de 476.6 milhões de pessoas, o que representa 6.2% da população mundial (IWGIA⁵, 2024). Como já dissemos anteriormente, no Brasil, os povos indígenas correspondem a 305 povos. Em 2022, a população indígena correspondeu a 1.693.535 pessoas, o que representou 0,83% da população total do país. Em 2010 essa população correspondia a 0,47%. Apesar da população indígena no Brasil ainda não corresponder 1% da população total, destaca-se uma ampliação expressiva desde o Censo Demográfico de 1991⁶, mas, sobretudo, em 2010, por ter sido um marco no recenseamento da população indígena no Brasil, impulsionado por novas metodologias que permitiram resultados mais eficientes para viabilizar a contagem dos residentes indígenas.

Tais resultados sobre a população indígena só podem ser explicados por séculos de resistências, formas diversas de promoverem a vida em um país cujas ações socioespaciais foram impulsionadas para dizimar os povos indígenas. É nesse contexto trágico que até meados de 1970 era recorrente uma visão bastante pessimista sobre os povos indígenas por parte dos indigenistas, o seu desaparecimento era algo compreendido como inevitável diante de séculos de

⁵ IWGIA – *International Work Group for Indigenous Affairs*.

⁶ Importante ressaltar que em 1991 (também no Censo 2000), a categoria “indígena” foi investigada no quesito cor ou raça na Amostra. No Censo 2010 e 2022, o censo indígena investigou o contingente populacional indígena dentro do quesito cor ou raça, totalizando o universo de domicílios pesquisados (IBGE, 1991; 2000; 2010; 2022).

colonização e as políticas integracionistas no início do século XX implementadas pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Os indígenas iriam, progressivamente, desaparecer! E esse era o grande mito que a roda viva da colonização do passado e do presente, graças aos indígenas, não tiveram êxito.

Hoje, após 524 anos de colonização, e mais de 100 anos do que objetivava a política de assimilação do SPI, a vida indígena, em sua multiplicidade e diversidade, demarca as toponímias de um Brasil profundo a partir de outras cartografias, como as duas a seguir (Imagem 5 – Cartografia dos tape na produção do ára joguigui; Imagem 6 – Cartografias de um Brasil Yvy Kãdire), produzidas por dois autores kaiowá e geógrafos que elaboraram cartografias das suas terras ancestrais a partir de uma outra forma de grafar a terra, de produzir o Brasil.

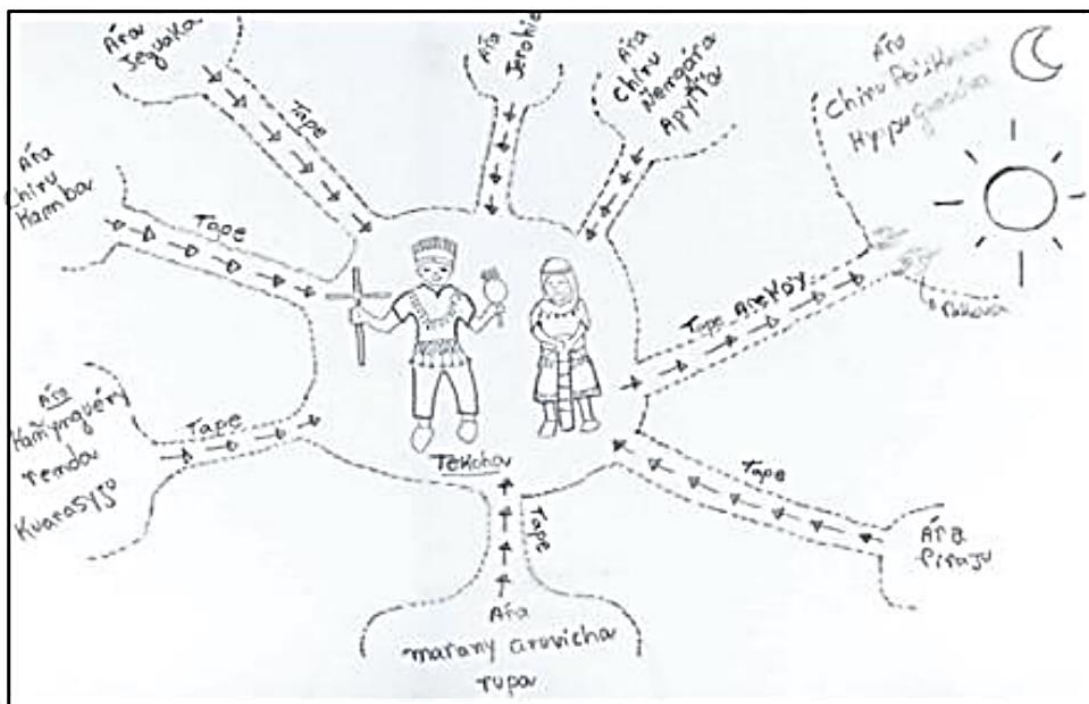


Figura 5 - Cartografia dos tape na produção do ára joguigui

Fonte: Elaborado por Eliel Benites, 2021.

Eliel Benites (2021) explica, em sua tese de doutorado, que os *tape* são caminhos, estradas e/ou trilhas produzidas pelos kaioiwá e guarani ao longo de sua existência terrestre, conectando relações com os espíritos,

gentes, plantas e relações outras com o mundo em transformação, com os novos agentes que passaram a ocupar suas terras e produzir a Reserva *Te'yi kue* e a produção de diferentes *tape*, como os *tape guasu* (atrelados às novas relações que passaram a desenvolver desde a chegada dos não indígenas); e os *tape po'i* (que são os lugares íntimos dos kaiowá). Em diálogo com Dona Amélia, o autor Eliel entende que *ára joguigui* são camadas celestes sobrepostas do mundo kaiowá e guarani conectadas por diferentes *tape*.

A explicação de Benites (2021, p.98), em diálogo com Amélia, é que “o *ára pyti'a* está na região onde nascem o sol e a lua (nascente), que é o *ára* do *ñanderuvusu*, da sua esposa *ñandesy guasu* e de *pa'ikuara* (seu filho, o próprio sol); o *ára jerohie* e o *ára jeguaka* estão na região do nordeste até o noroeste; do lado oeste está o *ára chiru kamba* (aldeia dos guardiões das doenças), o *ára kañynguéry renda* e o *kuarasyju* (aldeia dos guardiões dos mortos); e no sul e sudeste se localizam o *ára marana'y aruvicha* (aldeia dos guardiões das tempestades) e o *ára piraju*. As setas indicam os *tape* (caminhos) por onde transitam esses *chiru*, e o casal de kaiowá e guarani representa o lugar do *tekoha* humano, o lugar do encontro para prosseguir na direção do *ára pyti'a*. Na representação, podemos também perceber as trilhas cósmicas (*tape*) e os dois pés de bananeira, que, segundo a *ñandesy* Dona Amélia, identificam o início do *okarusu* (grande pátio do *ñanderuvusu*)”. A seguir, outra representação (Figura 6):



Figura 6 - Cartografias de um Brasil Yvy Kādire

Fonte: Elaborado por Germano Lima Alzino, 2024.

O *kaiowá* Germano produziu, em diálogo com o *ñanderu* Jairo Barbosa, essa bonita cartografia que demonstra uma outra forma de imaginação geográfica sobre o Brasil. Jairo explicou que antigamente os *kaiowá* se reconheciam como *kanindeju*, e a terra que habitavam antes do “descobrimento” era *Ivy kādire* (yvy – terra + *kādire* – arara), cujo significado é uma pessoa sagrada que de tanto rezar virou um pássaro.

Kãdire é a terra sagrada, o lugar bom de viver antes da chegada dos colonizadores. Nessa época, esclarece Jairo, não existiam os kaiowá contemporâneos. Os kaiowá de hoje eram (ou descendem) os *ava kanideju*, por isso o que hoje entendemos por Brasil era o *Yvy Kãdire* representado por uma pessoa sagrada, um grande *ñanderu*, e o pássaro, *arara kãdire*.

Germano, a partir dos ensinamentos de Jairo, subverte a representação do Brasil oficial e hegemônica. Ao invés da bandeira e o brasão oficial temos um rezador – *ñanderu* – e duas araras. Compõem ainda o desenho cartográfico o *kurusu* (cruz) e a *maracá* (chocalho com sementes), que compõem a cultura material que são imprescindíveis para existência kaiowá. O Brasil é outro nesse desenho, imaginado e sonhado por Jairo e registrado por Germano.

As cartografias de Germano e, da mesma forma, aquela produzida por Eliel Benites demonstram o interesse desses pesquisadores pelas histórias e geografias do seu povo. São dois professores e pesquisadores cujo processo de formação deve ser contextualizado por dentro do papel político da educação escolar intercultural indígena que, consequentemente, tem permitido o domínio do uso do “papel-documento”⁷ e da escrita – o que antes se dava somente pela oralidade. Gerações tem se formado e produzido suas próprias histórias que compõem livros didáticos (também produzido na língua nativa) para as aldeias, trabalhos de conclusão de curso, mestrados e doutorados.

É o Brasil indígena produzido pelos povos indígenas, da juventude indígena em diálogo com as pessoas mais velhas de seus coletivos étnicos na construção de representações sobre a Terra e formas de habitá-la. O *kurusu* e a *maracá* seguram o mundo para que o mundo não despenque, formas extraordinárias de adiar o fim do mundo (KRENAK, 2019) estão sendo produzidas e contadas nas terras indígenas. Desenhar o Brasil de outros jeitos indica a potência radical da emergência de um futuro ancestral (KRENAK, 2022) que só é possível com o reconhecimento e garantia às terras dos povos indígenas.

⁷ Os kaiowá, sobretudo os *ñanderu* e *ñandesy*, insistem na transformação do mundo indígena a partir da chegada do papel-documento que tem sentido no mundo dos brancos, mas, que, foi incorporado pelos indígenas a fim de comporem o direito a seus territórios étnicos ancestrais.

Considerações finais

Os povos indígenas sempre estiveram nas cartografias a representar e produzir uma imagem-ideia de Brasil em desenhos produzidos por aqueles que sempre os silenciaram. Atualmente indígenas produzem seus próprios desenhos para representar o mundo, a Terra e o Brasil, a partir de suas cosmogeografias (MOTA, 2015). Indígenas demarcam sua presença complexa na sociedade contemporânea na construção de uma nova cartografia do Brasil. Reivindicam seus territórios e contam uma versão própria dos processos de colonização que seus ancestrais participaram como agentes políticos. Exatamente por serem protagonistas de suas histórias, os indígenas têm se tornado autores e autoras que questionam a geografia do Brasil com topônimos coloniais.

São eles que reivindicam seus direitos territoriais na escala local de suas redes de pertencimento na luta por seus territórios ancestrais e, ao mesmo tempo, na mobilização nacional do movimento indígena. Destaca-se aqui a importância da APIB (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil). Indígenas estão questionando a geografia oficial do Brasil e produzindo outras geografias, as geografias indígenas, como pesquisadoras e pesquisadores que falam de si e sobre seus povos, trazendo, portanto, um método revolucionário nas formas como produzir a Geografia e elaborar um pensamento outro sobre ela.

Novos autores e novas autoras indígenas estão elaborando uma nova cartografia do Brasil. Nesse aspecto, os indígenas deixam de ser “objetos” de análise do outro não indígena e estão redesenhando o Brasil em um outro sentido, com outros interesses e intenções, ocupam o devido lugar de “sujeitos” produzindo cartografias de um Brasil indígena.

Josemar Benites, guarani, mestre em geografia e professor da escola na Mbo´eháro Tava Okara Rendy, na terra indígena Cerrito, município de Eldorado (Mato Grosso do Sul), escreveu em sua dissertação: “Os brancos sempre escreveram sobre nós. Agora somos nós, que também escrevemos” (BENITES, 2022). E desenharam outras cartografias de um Brasil que é, antes mesmo de ser uma nação, indígena. Os povos indígenas têm nos provocado a pensar que um Brasil que se pretende continuar a existir precisa apoiar e se juntar as suas mobilizações e, dessa maneira, garantir um futuro ancestral. Um futuro ancestral não como utopia, mas como possibilidade real, pois, como escreveu

Krenak olhando os meninos Yudjá remando em uma canoa no rio observação a invocação do tempo ancestral.

Os meninos remavam de maneira compassada, todos tocavam remo na superfície da água com muita calma e harmonia: estavam exercitando a infância deles no sentido do que o seu povo, os Yudjá, chamam de se aproximar da antiguidade. Um deles, mais velho, que estava verbalizando a experiência, falou: “nossos pais dizem que nós já estamos chegando perto de como era antigamente”.

Eu achei tão bonito que aqueles meninos ansiassem por alguma coisa que os seus antepassados haviam ensinado, e tão belo quanto que a valorizassem no instante presente. Esses meninos que vejo em minha memória não estão correndo atrás de uma ideia prospectiva do tempo nem de algo que está em algum canto, mas do que vai acontecer exatamente aqui, neste lugar ancestral que é seu território dentro dos rios. (KRENAK, 2022, p. 5-6)

*Dedico este texto aos povos indígenas, especialmente aos kaiowá e guarani, por me ensinarem que o Futuro Ancestral é possível.

Referências

ALMEIDA, Maria Celestino de. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

ALMEIDA, Maria Celestino de. **Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro**. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

ALMEIDA, Maria Celestino de. A atuação dos indígenas na História do Brasil: revisões historiográficas. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 37, nº 75, 2017

BATALLA, Guillermo Bonfil. **México profundo: uma civilização negada**. trad. Rebecca Lemos Igreja. Brasília: Editora UnB, 2019.

BENITES, Eliel. **A busca do teko araguyje (jeito sagrado de ser) nas retomadas Territoriais Guarani e Kaíowá**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2021.

BENITES, Josemar. **Tekoha Laguna Piru**: memórias de um território étnico imaginado e sonhado pelos guarani. Dourados, MS: UFGD, 2022.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras: Fapesp, 1992.

DORÉ, Andréa; FURTADO, Junia Ferreira. **História do Brasil em 25 mapas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

DORÉ, Andréa. Antes de existir o Brasil. Planisfério de Cantino, 1502. In: DORÉ, Andréa; FURTADO, Junia Ferreira. **História do Brasil em 25 mapas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

FAUSTO, Carlos. Os índios antes do Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 2000. GALETTI, Lylia da Silva Guedes. **Nos confins da civilização**: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso. Tese (Doutorado em História) - FFLCH, USP, São Paulo, 2000.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo demográfico 2010. Características gerais dos indígenas – resultados do universo**. Disponível em: http://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Caracteristicas_Gerais_dos_Indigenas/pdf/Publicacao_completa.pdf. Acesso em 10 jul. 2024.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo demográfico 2022. Características gerais dos indígenas – resultados do universo**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html>. Acesso em 10 jul. 2024.

IWGIA. **The Indigenous World**. Copenhagen, Denmar Dwayne Mamo: Eks-Skolens Grafisk Design & Tryk, 2024.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das letras, 2019

KRENAK, Ailton. **Futuro Ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

MASSEY, Doreen Barbara. Filosofia e política da espacialidade: algumas considerações. **Revista GEOgraphia**, 2004, Ano 6, n.12.

MASSEY, Doreen Barbara. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Territórios, multiterritorialidades e memórias dos povos Guarani e Kaiowá**: diferenças geográficas e as lutas pela des-colonização na Reserva Indígena e nos acampamentos-tekoha – Dourados/MS. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Presidente Prudente: UNESP, 2015.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **O nascimento do Brasil e outros ensaios**: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades. Rio de Janeiro: Contracapa, 2002.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 26.ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização**: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RODRIGUES, Ayrton Dall’Igna. Línguas indígenas: 500 anos de descobertas e perdas. **D.E.L.T.A.** Vol.9, N.1, São Paulo. 1993. p. 83-103.

SCHWARCZ, Lilian Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil**: uma biografia. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

Wisio Kawaiwete. Antes do contato a terra era tão aberta. In: RICARDO, Carlos Alberto; RICARDO, Fany Pantaleoni (Org). **Povos Indígenas no Brasil 2011/2016**. São Paulo: Instituto Socioambiental (ISA), 2017.

AUTORA

Juliana Grasiéli Bueno Mota

Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, mestrado em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados e doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - FCT-UNESP (2015). Atualmente, é professora na Universidade Federal da Grande Dourados, onde leciona na Faculdade de Ciências Humanas nos cursos de graduação e pós-graduação em Geografia. Coordena o Grupo de Pesquisa Geografias e Povos Indígenas (GeoPovos Nandereko).

E-mail: julianamota@ufgd.edu.br

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/0584039873715893>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6674-1555>

Recebido para publicação em maio de 2024.

Aprovado para publicação em agosto de 2024.

Povos Indígenas do Cerrado e Alimentação: estudo de caso do Povo Inỹ /Karajá do município de Aruanã (GO)

*Indigenous peoples of cerrado and food: case
study of the Inỹ/Karajá People of the municipality
of Aruanã (GO)*

*Pueblos indígenas del cerrado y alimentación:
un estudio de caso del Pueblo Inỹ/Karajá del
municipio de Aruanã (GO)*

Benjamim Pereira Vilela

Instituto Federal de Goiás – IFG
benjamim.vilela@ifg.edu.br

Eguimar Felício Chaveiro

Universidade Federal de Goiás – UFG
eguimar@hotmail.com

Ângelo Silva Cavalcante

Universidade Estadual de Goiás-UEG
angelo.cavalcante@ueg.br

Resumo: O povo indígena Karajá se autodenomina Inỹ, cujo significado é “nós”, “nós mesmos”, pertence ao tronco linguístico Macro-Jê e dividem-se em três línguas: Karajá (GO/MT), Javaé e Xambioá (TO). Estão localizados no Vale do Rio Araguaia e seus afluentes em 29 aldeias. O presente estudo é sobre o povo Karajá do município de Aruanã (GO), que segundo dados da SESAI, corresponde a cerca de 360 indígenas que vivem em duas aldeias, uma dentro e outra fora de Aruanã. Alguns fatores têm desarticulado a vida desse povo, tais como: a perda da língua materna pelos mais

jovens; problemas de alcoolismo; proletarização; diferentes lideranças com interesses distintos; a perda dos ritos; famílias que viviam na Ilha do Bananal (TO) mudando-se para a aldeia BdèBure; o enfraquecimento e a falta de políticas públicas para a Educação Escolar Indígena – e um contingente de problemas ligados às mudanças territoriais do Cerrado, em geral, e do município de Aruanã-GO, em particular. A pesquisa em curso constatou, até o momento, que os problemas apresentados mediante pressões territoriais, sobretudo do turismo e da agropecuária, afetam o acesso ao alimento; a sua distribuição entre os sujeitos; a dieta e os gostos culturais; a forma de conquista do alimento; os objetos utilizados para preparar a comida, bem como a forma de fazer a comida, efetivando a insegurança alimentar. Tais como as mudanças territoriais da planície do Araguaia, ocorrem mudanças da alimentação Karajá. A metodologia é de estudo de caso e trabalhos de campo são basilares para o levantamento dos dados e análises. Autores como Afrika, (2000); Sena (2023), Sorre (1952), entre outros, foram fundamentais.

Palavras-chave: Povo Iny/Karajá. Alimentação. Nutricídio. Asfixia Territorial.

Abstract: The Karajá indigenous people call themselves Iny, whose meaning is “we”, “ourselves”, belongs to the Macro-Jê linguistic trunk, is divided into three languages: Karajá (GO/MT), Javaé and Xambioá (TO) and are located in the Araguaia river valley and its tributaries in 29 villages. The present study is about the Karajá people from the municipality of Aruanã (GO) who, according to SESAI data, are around 360 indigenous people who live in two villages, one inside and outside of Aruanã. The loss of their original language by young people; alcoholism problems; proletarianization; different leaders with different interests; loss of rites; families who lived on Ilha do Bananal (TO) moving to BdèBure village; weakening and lack of public policies for Indigenous School Education – and a number of problems linked to territorial changes in the Cerrado, in general, and in the municipality of Aruanã-Go, in particular, have disrupted the

lives of these people. The ongoing research has so far found that the problems presented through territorial pressure, especially from tourism and agriculture, affecting access to food; its distribution between subjects; diet and cultural tastes; the way in which food is obtained; the objects that make the food; the way of making food, creating food insecurity. Just like the territorial changes of the Araguaia dam, they occur as changes in the Karajá diet. The methodology is a case study and fieldwork is essential for data collection and analysis. Authors such as Africa, (2000); Sena (2023), Sorre (1952), among others, were fundamental.

Keywords: Iny/Karajá people. Food. Nutricide. Territorial Asphyxiation.

Resumén: El pueblo indígena Karajá se autodenomina Iny, cuyo significado es "nosotros", "nosotros mismos". El lenguaje de ese grupo pertenece al tronco lingüístico Macro-Jê y se divide en tres lenguas: Karajá (GO/MT), Javaé y Xambioá (TO). Esa población se ubica en el valle del río Araguaia y sus afluentes, en 29 aldeas. El presente estudio trata sobre el pueblo Karajá del municipio de Aruanã (GO), que, según datos de la SESAI, corresponde a cerca de 360 indígenas que viven en dos aldeas, una dentro y otra afuera de Aruanã. Algunos factores han desarticulado la vida de estas personas, tales como: la pérdida de la lengua materna por parte de los más jóvenes; el alcoholismo; la proletarización; diferentes líderes con distintos intereses; la pérdida de los ritos; familias que vivían en la isla de Bananal (TO) que se trasladan a la aldea de BdèBure; el debilitamiento y la falta de políticas públicas para la Educación Escolar Indígena – y un contingente de problemas vinculados a los cambios territoriales del Cerrado, en general, y del municipio de Aruanã–GO, en particular. La investigación en curso ha constatado, hasta ahora, que los problemas surgidos a través de las presiones territoriales, especialmente del turismo y de la agricultura, afectan el acceso a los alimentos; su distribución; dieta y gustos culturales; la manera de obtener la comida; los objetos utilizados para preparar los alimentos, así como hacerlos, lo que provoca la inseguridad alimentaria. Al igual que los cambios territoriales de la llanura

Araguaia, hay cambios en la dieta Karajá. La metodología es un estudio de caso y el trabajo de campo es básico para la recolección y análisis de datos. Autores como Afrika, (2000); Sena (2023), Sorre (1952), entre otros, fueron fundamentales.

Palabras clave: Pueblo Iny/Karajá. Alimentación. Nutricídio. Asfixia territorial. Geografía. Paisage. Espacio. Lugar. Territorio.

Introdução

Estamos certos de que as sociedades mundializadas, complexas, agitadas, com novos padrões acumulativos e com novas forças produtivas, transformando o entretenimento em expediente de trabalho, como visto na ideia de economia da atenção e de extrativismo do olhar, recolocam os conflitos sociais, a ontologia das classes e o lugar dos grupos sociais em seus domínios. Pode-se dizer que há, além de um novo estatuto cognitivo planetário, conforme pontua Fraser (2019), desafios para suplantar os muros epistemológicos, as fronteiras dos saberes e as especializações redutoras da empresa acadêmica neoliberal.

Além disso, a vida de trabalhadores informais, de gente que se envolve com o trabalho burocrático e com o terciário, de pedreiros, serventes, operários, comerciários, bancários, trabalhadores da segurança, cuidadores, entregadores de entregadores de aplicativo, de professores e professoras, de profissionais da saúde e alguns sujeitos indígenas, são implicadas decisivamente pelas táticas das empresas plataformas e pelas big techs, como a Uber, a Amazon, a Microsoft, a Apple e outras.

Essa implicação, diferentemente do que ocorria antes, apresenta uma força singular: apodera-se das sinapses dos sujeitos, sequestra o seu tempo de vida, cria uma espacialidade nova, que Ferreira (2024) denomina “geração do quarto”. No trânsito ideológico, essas empresas se juntam aos poderes nacionalistas, aos conservadores e, inclusive, às camadas fascistas, controlando os dados, endereçando-os em forma de fake news, estabelecendo uma nova prática política: o cancelamento.

O resultado, além do maior monopólio já visto na história da humanidade, dá conta de que apenas cinco (5) empresas possuem mais capitais que todos os países fora os dos EUA e China. Consequentemente, tem-se o adoecimento do sujeito, o crescimento da violência em todos os níveis e o esgotamento emocional dos trabalhadores.

A leitura desse quadro, conforme recomenda Moreira (2007), insere as reflexões no que é concreto. De fato, não se pode pensar a produção do conhecimento, a sua divulgação, o seu sentido ético e político, fora da realidade social em que é produzido. Nessa circunstância, surge a problemática desse

trabalho: como os povos indígenas do Cerrado goiano, especificamente o povo Karajá-Aruanã, desenvolvem a sua relação com a alimentação?

Além do diálogo de pesquisa entre os autores, vale-se do conteúdo originado da pesquisa intitulada “A Produção de Alimentos Saudáveis no Cerrado Goiano: propostas para a soberania alimentar dos povos Karajá-Aruanã-Go” – CNPQ - Chamada CNPq Nº 04/2021. A premissa teórica consiste nessa ideia: dentre os desafios dos povos indígenas do Cerrado goiano, historicamente constituídos - e os novos desafios impostos pelas sociedades mundializadas - situa-se o da alimentação.

Nesse contexto, nota-se que, cada vez mais, o povo Karajá-Aruanã, perde as fontes naturais da alimentação, sendo compelido à proletarização para sobreviver. Esse processo os subordina às vicissitudes do mercado, tal como o território do Cerrado, em geral, está subordinado ao comércio de commodities.

Leitura territorial dos povos indígenas do Brasil

Os estudos e as pesquisas mirados nos povos indígenas em 2024 indicam que problemas estruturais do passado e os problemas estruturais do presente se estendem no Brasil inteiro. São terras invadidas, sequestradas, territórios fragmentados, precarização da vida, da sobrevivência e da existência. Não se pode, contudo, dizer que os povos indígenas, imersos nesses problemas, não agiram, resistiram, lutaram.

Pode-se dizer que a história dos povos indígenas do Brasil é marcada por séculos de “lutas e batalhas” pela vida, pela terra, pela integridade corporal, linguística e cultural. Se, no passado, um dos maiores desafios dos povos indígenas foi o de sobreviver aos massacres organizados pelos colonizadores, hoje, a permanência em seus territórios tem sido uma luta diária, marcada por diversas e diferentes pressões e repressões de violência.

A morte física e os abalos culturais e simbólicos são, com frequência, uma realidade anunciada em jornais e no interior dos movimentos indígenas devido à vulnerabilidade em que vários povos se encontram. As políticas do Estado brasileiro, em constante barganha com megaprojetos de mineração, madeiras, hidrelétricas, rodovias, estradas, linhas de transmissão de energia,

agronegócio, entre outros, afetam as terras indígenas, reforçam a dimensão da ameaça à vida e à cultura desses povos.

De maneira, que se pode sintetizar que a história de ocupação do Brasil se dá, em diferentes contextos e formas, fermentando conflitos e revoltas populares, massacres e genocídios relacionados à distribuição e à proteção de terra. Nessa conjuntura, as regiões brasileiras tiveram ocupações e processos de desenvolvimento distintos, desiguais e heterogêneos. A ocupação litorânea no sudeste do país, por exemplo, foi fundamental para o início da colonização, provocando o isolamento de outras regiões outrora distantes dos colonizadores, como é o caso da região Centro-Oeste.

Por conseguinte, dores, contradições e conflitos foram inevitáveis e presentes cotidianamente na vida de povos indígenas que habitavam no Brasil. Deve-se reconhecer que, a partir do século XV, marco da colonização do Brasil, foi tirado de muitos povos indígena o direito de viver conforme seus antepassados e suas tradições milenares.

Além das políticas de terras sob domínio, a corte portuguesa utilizava o trabalho escravo e indígena. Logo, esses sujeitos eram invisibilizados como portadores de direitos, opiniões e sentimentos. Essa forma política fortaleceu a ideia de que os indígenas serviriam no primeiro momento da ocupação do Brasil apenas como mão de obra para o progresso outrora almejado e que a presença deles em suas terras eram entraves para o desenvolvimento.

Bonfim (2011) explica que os povos indígenas brasileiros, historicamente, sofreram uma proposital invisibilidade, que está diretamente ligada à forma violenta de expropriação de suas terras durante toda a feitorização portuguesa, o que fez desaparecer uma série de culturas, modos de vida, línguas e organizações sociais originais.

As práticas indigenistas portuguesas no período de ocupação evidenciam o desejo de tornar os povos indígenas domesticados, dependentes e servos da Coroa, baseada no princípio de civilização, do cristianismo e da integração dos índios à sociedade luso-brasileira. Essa estratégia violenta tinha um objetivo: torná-los úteis aos interesses econômicos e socioculturais da empresa colonizadora.

Com massacres em massa, a dizimação e a extinção de muitos povos indígenas foi intensa, principalmente entre os séculos XV e XVIII, período em que culturas, línguas e costumes foram seviciados. Nesse contexto é que se deu o surgimento e a criação dos territórios indígenas idealizados, demarcados e organizados pelos colonizadores, no qual os povos indígenas deveriam viver conforme as leis europeias civilizadas.

Para Barbosa (2008, p.02) e para outros autores, embora o colonialismo não seja uma ação histórica nova, a colonialidade continua. Trata-se de uma política de um Estado, de um projeto de sociedade e de afirmação da sociedade capitalista em nível mundial.

O projeto colonizador tinha como alcance o enriquecimento da classe dominante do povo explorador sobre o outro: o colonizado. Houve, no projeto, uma cumplicidade da nação dominada alicerçada num pacto de poder. É importante sublinhar que a colonização não foi e apenas uma arma de um povo contra outro, não é “apenas” um “problema social” e “econômico”. É, fundamentalmente, um problema étnico e cultural.

Tal política acaba jogando para baixo as economias e as culturas dos povos que foram dominados e, em seguida, colonizados. A partir daí, nota-se que o caráter demarcador do “homem branco”, desde o princípio, não beneficiou os indígenas, possibilitando, desde então, invasões às terras tradicionais e a apropriação destas para fins lucrativos de grandes investidores e empreendimentos.

Os estudos de Heck e Prezina (2012) afirmam que, no território brasileiro, na época da colonização, os povos indígenas somavam aproximadamente seis milhões, de acordo com os critérios da estatística histórica do período, sendo a Amazônia a região mais povoada. Embora haja diferenças demográficas, étnicas e de língua, há semelhanças no modo como os povos indígenas, em todas as regiões do Brasil, foram tratados pelos colonizadores.

A ocupação do estado de Goiás, por exemplo, está diretamente ligada à política de aldeamentos e ação dos paulistas do século XVI, ou melhor, os bandeirantes. Nas ações dos bandeirantes, os conflitos com indígenas eram bastante comuns. Segundo Ataídes (2006, p. 58), a ocupação colonizadora do Centro-Oeste e a redução demográfica dos povos indígenas são processos que existem em torno de quatro séculos, e ainda não se podem considerar

estabelecidos em vista dos constantes conflitos de terra entre indígenas e posseiros.

Há de se considerar também que, mesmo antes de 1722, época em que Bartolomeu Bueno da Silva (o Anhanguera), veio para fixar-se em território goiano, várias bandeiras e mesmo grupos menores vagavam pelo interior à procura de ouro e de sujeitos indígenas para escravizar. A postura do “colonizador” foi a de, primeiramente, catequisar para depois civilizar os indígenas, produzindo violentas formas de organização do território e da vida indígena.

A gestão colonial e suas práticas para com os povos indígenas, muitas vezes, se apresentavam contraditórias e confusas, como ressaltou Apolinário (2005, p.174). Mesmo que, nos termos da lei, se proibisse, veementemente, a escravidão indígena ou os maus-tratos, em alvarás, provisões e cartas régias, ficavam brechas, permitindo que os colonizadores utilizassem mecanismos coercitivos violentos e os meios da própria escravidão, à qual eram submetidos os sujeitos indígenas.

Na certeza imposta pelo colonizador de que os indígenas causavam entraves ao progresso e à busca pelo ouro, foram criados, entre 1741 e 1872, aldeamentos indígenas para desocupar as suas terras e direcioná-las à extração do minério, além das atividades agrícolas e pastoris. A época de Ouro em Goiás foi intensa e breve. Após 1950 e anos de exploração, verificou-se a decadência rápida da mineração. Por outro lado, só se explorou o ouro de aluvião, isto é, das margens dos rios.

Ao se evidenciar a decadência do ouro, várias medidas administrativas foram tomadas por parte de governo, sem alcançar, no entanto, resultado satisfatório. Convém compreender que a economia do ouro, sinônimo de lucro fácil, não encontrou, de imediato, um produto que a substituísse em nível de vantagem econômica. Palacin e Moraes (1975) consideram que a decadência do ouro afetou a sociedade goiana, principalmente na forma de ruralização e regresso a uma economia de consumo.

Com o processo de decadência da mineração, no século XIX, a economia goiana entrou em uma intensa crise, situação essa que afetou os povos indígenas em Goiás, haja vista que houve um crescente interesse por terras para

uso da agricultura e da pecuária. Isso fez intensificar as disputas e conflitos também pelas terras indígenas.

Com a decadência da mineração, a população da Capitania de Goiás teve de se adaptar à vida no campo e consumou o que foi denominado tempo da fazenda-roça goiana. As terras indígenas foram transformadas em fazendas de gado, lavouras e territórios similares. Era comum, longe dos territórios de exploração de ouro, erguerem-se engenhos de açúcar em território indígena.

No século XVIII, os aldeamentos indígenas em Goiás começaram a declinar, especialmente em razão da sua considerável redução populacional. Os sujeitos indígenas remanescentes foram “abandonados” e tiveram, eles mesmos, que lutar pela sobrevivência de diferentes formas.

Os conflitos territoriais implicados na vida dos povos indígenas de Goiás marcaram os séculos XVIII e XIX. A forma mais comum de resistência indígena foi o enfrentamento. As consequências disso foram a destruição e a dizimação de muitos povos indígenas, já que o contingente populacional desses povos se reduziu drasticamente.

O movimento de criação do Estado brasileiro, chamado de Independência do Brasil, no século XIX, não alterou o quadro social e econômico de Goiás. Alguns grupos oligárquicos se destacaram durante o período imperial e permaneceram no poder até as primeiras décadas do século XX, como os Bulhões, os Fleury e os Caiado.

No ano de 1818, por carta régia de Dom João VI, a Vila tornou-se Cidade de Goiás. Após o colapso da mineração, a economia goiana, nos séculos XVIII e XIX, passou a se dedicar às atividades ligadas à pecuária e à agricultura. No século XX, Goiás desenvolveu a agricultura como principal atividade econômica. Porém, durante as três primeiras décadas desse século, Goiás continuou atrelado à política oligárquica da Primeira República.

A Abolição da escravidão, em 1888, também não alterou as condições de trabalho e de moradia dos escravos que viviam em Goiás. Aliás, a população de Goiás era constituída por uma maioria negra e uma minoria branca. No século XX, a oligarquia dos Caiado tomou o poder político do estado até a Revolução de 1930. Getúlio Vargas, que havia instalado a Revolução, monopolizou o poder e nomeou o interventor Pedro Ludovico Teixeira, que fazia oposição aos Caiado.

A partir da década de 1930, deve-se considerar que Goiás entra em um marco divisório de um novo padrão territorial, que permitiria inserir o estado na economia nacional. Em 1940, Goiás cresce rapidamente. A construção de Goiânia, a ocupação do Mato Grosso goiano, o Plano de Desenvolvimento do governo de Mauro Borges e a economia rural de Goiás; a campanha nacional de "Marcha para o Oeste", que culmina, na década de 1950, com a construção de Brasília, imprimem um ritmo acelerado ao "desenvolvimento" de Goiás.

Os sistemas de transnacionalização de consumo e capital marcaram a década de 1960 e, no final de 1970, as políticas de tecnificação da agricultura possibilitaram transformações significativas, especialmente as econômicas, estreitando o setor agrícola e industrial e fortalecendo a agroindústria no estado. Ainda na década de 1970, o POLOCENTRO (Programa Para o Desenvolvimento do Cerrado) e o PRODECER (Programa Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento do Cerrado) foram programas essenciais para a incorporação da região Centro-Oeste na fronteira agrícola nacional e na linha de desenvolvimento de modo geral.

Com o objetivo de melhorar a infraestrutura de transportes, a logística de armazenamento, as técnicas de produção e correção do solo, dentre outras transformações, os programas citados foram muito importantes para o desenvolvimento das atividades agroindustriais em Goiás. A partir de 1980, os investimentos em Goiás foram intensos e tinham como base o financiamento rural e políticas de incentivos regionais e locais como atrativos para investidores nacionais e internacionais.

Frente a esse contexto, Mendonça (2004) destaca que a matriz espacial de Goiás é a modernização, compreendida como tecnificação e estratégia de domínio territorial. Assim, as bases econômicas de Goiás passaram a ser gradativamente marcadas pelas atividades econômicas de mineração, pecuária, agricultura, agroindústria e agronegócio, sendo, as últimas, fundamentais para a projeção econômica do estado em 2024.

O povo indígena Inỹ - Karajá de Aruanã/GO

É corrente ouvir das lideranças indígenas que o povo indígena Karajá se autodenomina Inỹ, cujo significado é "nós", "nós mesmos". O nome Karajá é de

origem Tupi, cujo significado aproxima-se de “macaco grande”. Conforme explicita Rodrigues (2012), os Karajá pertencem ao tronco linguístico Macro-Jê e dividem-se em três línguas: Karajá (GO/MT), Javaé e Xambioá (TO).

Ao todo, os povos Karajá possuem cerca de 29 aldeias, ramificadas ao longo do Vale do Rio Araguaia e de seus afluentes. A maior quantidade de aldeias localiza-se na Ilha do Bananal, estado do Tocantins. De acordo com Salera Júnior; Malvasio e Giralдин (2006), as aldeias dos subgrupos Karajá e Xambioá estão às margens do Araguaia; as dos Javaé ficam às margens do rio Javaés, um braço menor do rio Araguaia, que contorna a parte leste da Ilha do Bananal, no Tocantins.

Com o contato e a convivência acentuados com os sujeitos não indígenas, o povo Karajá, segundo Toral (1992), sofreu mudanças culturais, redução demográfica e processos migratórios entre os três subgrupos. De acordo com dados da Secretaria de Saúde Indígena (2024), o povo Karajá, localizado no município de Aruanã, no estado de Goiás, soma cerca de 360 pessoas, distribuídas em duas aldeias, denominadas Buridina e BdèBure.

Portanto, há também muitos indígenas Karajá que vivem fora da aldeia e/ou terra indígena. Estão em várias cidades do estado de Goiás, como Aruanã; Anápolis; Goiânia; Cidade de Goiás; Aragarças, entre outras.

Sob a pressão do turismo urbano de Aruanã-GO, premidos pela cidade e pela cultura urbana, sem autonomia para usarem o Rio Araguaia, imerso na pressão econômica do agronegócio movido por bois e soja na planície do Araguaia, o Povo Karajá, em suas duas aldeias, sofre vários abalos em sua identidade e cultura.

Alguns fatores têm desarticulado a vida desse povo, a saber: a perda da língua materna pelos mais jovens; problemas de alcoolismo; proletarização; diferentes lideranças com interesses distintos; perda dos ritos; famílias que viviam na Ilha do Bananal (TO) mudando-se para aldeia BdèBure; o enfraquecimento e a falta de políticas públicas para a Educação Escolar Indígena – e um contingente de problemas ligados às mudanças territoriais do Cerrado, em geral, e do município de Aruanã-GO, em particular. Apesar disso, há frentes que, com os Karajá, lutam em sua defesa.

Todos os problemas contextualizados mediante essas pressões territoriais afetam o acesso ao alimento; a sua distribuição entre os sujeitos; a dieta e os gostos culturais; a forma de conquista do alimento; os objetos utilizados para preparar a comida, bem como a forma de fazer a comida, efetivando a insegurança alimentar. Tal como as mudanças territoriais da planície do Araguaia, ocorrem as mudanças da alimentação Karajá.

A alimentação do Povo Karajá

O alimento é um objeto cuja conectividade é profunda e ampla. Ele está ligado aos elementos bióticos; também às drenagens e ao solo. Tem ligação com o Estado, com a geopolítica, como os movimentos sociais. A sua inscrição econômica é decisiva, passando pela esfera da produção, da circulação e do consumo. Está diretamente ligado à cultura, aos símbolos, aos gostos e se ramifica na emoção, no afeto e no desejo.

No campo da pesquisa geográfica, desde os trabalhos de Max Sorre (1952) até os feitos pelo grupo Geossabores, o alimento ocupa um lugar importante face a sua ligação com o clima, com as tradições culturais, com a estrutura do território e com a relação cidade-campo. Não há nenhuma corrente geográfica, desde as críticas até as liberais, que não identifiquem o alimento como objeto de estudo.

Nesse quesito, o geógrafo Caio César Alencar de Sena, a partir de sua tese de doutoramento cujo título é: “Da Modernização à Globalização Alimentar: o local e o global na Região Metropolitana de Goiânia” (2023), expõe uma ideia: vive-se atualmente o momento da globalização alimentar. Mesmo com diferentes resistências, desvios e pactos, as práticas e os gostos alimentares, sob o comando de um fordismo alimentar, operam no sentido de criar o adestramento do paladar como uma estratégia de negócio e de política. Os seus argumentos dão conta que

A globalização alimentar é entendida como o processo de transformação das culturas alimentares por meio das indústrias da alimentação e seus projetos de padronização dos hábitos. Tal processo tende a pressionar, secundarizar e se apropriar de elementos locais até que possa substituí-los. Esse processo, além de dilacerar o cotidiano, tem alterado a forma como grupos e

sujeitos sociais pensam e significam seus patrimônios alimentares (SENA, 2023, p. 30).

De fato, vive-se em 2024, um contexto de profundas transformações das práticas alimentares. As mudanças justificam a estratégia de países ricos, especialmente dos Estados Unidos da América, no pós-guerra, em transformar o alimento em uma mercadoria potente economicamente do capitalismo contemporâneo.

Além das pesquisas agronômicas feitas pelos Estados de países ricos, que alçam o controle de sementes; dos nutrientes do solo; da composição genética dos cultivares; das tecnologias e das forças produtivas e das ações estratégicas em criar um mercado mundial de alimento para transformá-lo numa peça da hegemonia econômica mundial dos EUA, agia-se, com o mesmo propósito, para desarticular a dinâmica de produção de alimentos de povos e comunidades tradicionais.

Foi com essas estratégias que ocorreu o processo de modernização do processo produtivo estabelecendo o que hoje denomina-se financeirização dos hábitos alimentares. O geógrafo explica que

A globalização alimentar é a evidência do imperativo do sistema de mercado: comida como consumo. Revela também a força das redes e dos grupos corporativos (indústrias produtoras de alimentos) na transformação das culturas alimentares (...) que alcançam desde as mudanças no campo, com a produção moderna de alimentos, até as paisagens urbanas, com estabelecimentos de alimentação e suas tendências neoliberais advindas do processo de financeirização até de hábitos alimentares (SENA, 2023, p. 30).

Tendo em vista as palavras do geógrafo, é fácil verificar que a globalização alimentar alcançou as aldeias, impôs-se aos sujeitos indígenas, como é o caso do povo Karajá, que vive em um regime mercantil de mobilização do alimento. Arelada a isso, tem-se a fragmentação do território Karajá e o alagamento, durante quase todo ao ano, da área II (que fica na divisa com MT), conforme Figura1, a mais importante para caça, coleta plantação de arroz,

mandioca e milho e criação de animais, restando apenas a área III para criação de animais e hortas.

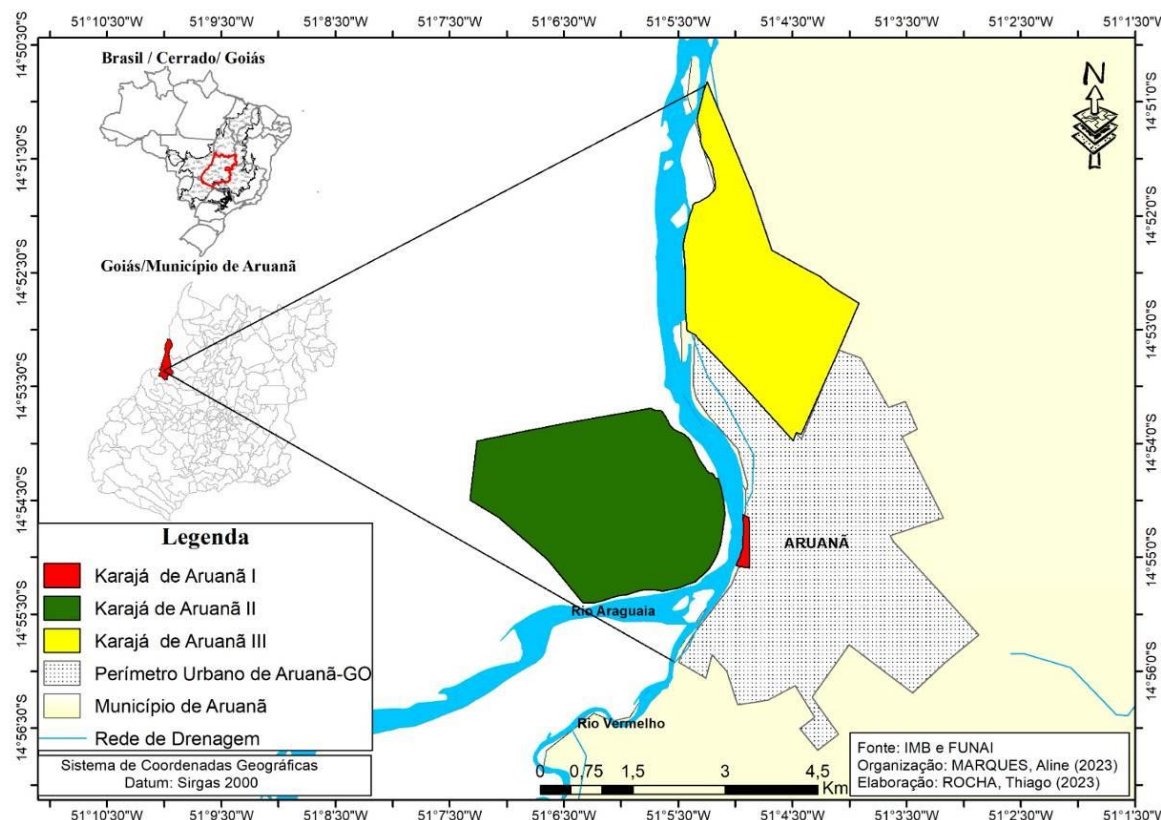


Figura 1 - Mapa das Aldeias Karajá

Fonte: IMB e FUNAI (2022).

Nesse contexto, houve uma desestabilização das suas práticas e de seus hábitos alimentares enraizados, tornando-os dependentes dos supermercados. O mesmo processo gerou também rupturas entre o ambiente de vida dos Karajá e a produção dos alimentos.

Conforme narrativas obtidas em campo, os indígenas Karajá sublinharam que a base de sua alimentação consistia, anteriormente, na caça, na pesca e no extrativismo. Animais como queixada, mutum, jacu, paca, pata asa branca, anta, mateiro e pomba do bando, caçados às margens do rio Araguaia, se juntavam ao grolado de mandioca. Somando a isso, destacam-se dois alimentos essenciais na alimentação tradicional do povo Karajá: o tracajá e o mel. Entretanto, a partir da década de 1980, com as mudanças territoriais na planície e no próprio rio, a dieta alterou-se drasticamente.

Alteram-se, ainda, os vínculos dos povos Karajá com o rio Araguaia, pois, à medida que o território foi sendo ocupado por fazendeiros e por posseiros, no mesmo contexto, ocorria a formação de latifúndios de criação de gado bovino, iniciando também a prática de turismo de sol e praia na cidade de Aruanã. Essas mudanças promoveram uma disputa pelas terras indígenas.

Dessa forma, os efeitos nas mudanças da produção de alimentos e nas transformações das práticas e dos hábitos alimentares, com base no monopólio do rio Araguaia pela atividade turística, geraram uma disputa cultural entre a cultura urbana e as tradições dos povos Karajá. Pela lógica territorial, a cidade invadiu as aldeias, os corpos, a língua, os gostos e os expedientes simbólicos dos sujeitos Karajá.

Nessa mesma situação, pode-se afirmar que as mudanças no uso e na significação do Araguaia foram acompanhadas de um processo rápido de desmatamento das terras da planície. O preço baixo das terras foi uma motivação para se formar os latifúndios da pecuária. Houve uma rápida substituição da pecuária extensiva pelas modernas pastagens artificiais. Isso, a um só tempo, provocou mudanças nas paisagens e na vida do povo Karajá.

Com a valorização do preço da terra, do suporte técnico-mecânico para realizar o desmatamento e do plantio de cultivares artificiais, houve a sedimentação de uma lógica econômica nova na planície fluvial do Araguaia. Isso gerou como consequência a fuga de animais, a diminuição dos peixes e a fragmentação da terra indígena, desarticulando a cultura, os costumes, as práticas e os hábitos alimentares indígenas.

Além dessas mudanças, protagonizou-se a redução dos vínculos vitais dos Karajá com o rio Araguaia, com a terra e também com a cultura de sua origem. Tal fato se intensificou com a urbanização das aldeias e também do rio Araguaia, compelindo os sujeitos indígenas a um regime de proletarização. Esse regime criou o processo de proletarização indígena, efetivando a relação entre salário e dependência do supermercado.

Anteriormente, a prática de coleta de raízes, frutos, madeira, penas, cipós, folhas de palmáceas, além da caça e da pesca, garantiam a alimentação e também as práticas culturais, como a realização de festas, a produção e a narrativa dos mitos importantes na cosmologia Karajá, como as celebrações das divindades, o lazer das crianças e os adornos. Porém, agora tudo alterou-se. O

contato necessário com a cultura urbano-mercantil promoveu a cisão de valores e gostos dos sujeitos Karajá, especialmente dos mais jovens, que não querem mais falar a língua indígena o Inyrybe e nem mesmo usar o símbolo Komarurà.

Algo notório em Aruanã é a prática do turismo que teve uma implicação simbólica na representação dos povos indígenas. A cultura avassaladora do turismo de temporada se aplacou nas aldeias, o que reposicionou a função cultural do rio, agora, à mercê de turistas urbanos. Convém entender que, à medida que a cidade se desenvolvia e, com ela, os objetos turísticos, o que se viu foi a criação de uma tática de assédio aos costumes, aos saberes e ao trabalho dos sujeitos Karajá, colocando-os como parceiros da prática do turismo predatório.

A ambiguidade e a complexidade cultural dos Karajá desdobraram-se na fratura entre corpo e alma. O corpo é visivelmente identificado como indígena, mas a sua alma, mediante os gostos, o uso da língua e as táticas de vida, é forjada pela cultura branca predatória. O suicídio tem sido frequente entre eles, apresentando um dos maiores índices. O alimento, objeto do corpo e também da alma, assimilou as tensões, tanto é que há sujeitos Karajá com obesidade e com diabetes. A partir disso, pode-se entender que o alimento está ligado à integridade total do povo Karajá.

Considerações finais

As condições em que o povo Karajá está inserido requer um olhar ancorado numa perspectiva geográfica, levando em consideração diferentes escalas. Nota-se um processo de fragilização de suas práticas alimentares tradicionais, as quais veem sendo substituídas por comportamentos que são reflexos das intervenções e ações externas, decorrentes da lógica capitalista, em detrimento de suas escolhas culturais e nutricionais, baseadas em suas trajetórias.

Essa condição decorre do processo de asfixia territorial, em múltiplas dimensões em que os povos Karajá estão inseridos, em especial após os anos 1970, na perda de seu território, ocasionada por alguns motivos, como a invasão de suas aldeias na cidade de Aruanã. A redução do tamanho de

suas terras conduziu a dificuldades para obtenção de alimentos que fazem parte da alimentação tradicional; afetando sua arte e sua sociabilidade.

Essa asfixia foi crescendo à medida que o turismo no Rio Araguaia foi se desenvolvendo e constituindo uma grande paisagem na escala de Goiás. O turismo anterior, ligado à pescaria e, posteriormente, a sol e praia, mobilizou a economia e a gestão da cidade, dando outra significação para o Rio Araguaia, levando os Karajá a perderem o Rio, que é a base cosmológica essencial de sua vida. O turismo também gerou um conjunto de empreendimentos, de maneira que as aldeias ficam premidas entre investimentos imobiliários de diferentes formas e frentes econômicas.

A asfixia ocorre, também, por atividades econômicas como pecuária extensiva num primeiro momento, depois, intensiva e modernizada, e, em seguida, as lavouras de soja, alterando-se, assim, a partir dos anos de 1970, sua função. O seu território se torna dependente da cidade, gerando o consequente estabelecimento de relações de subordinação.

Dessa maneira, infere-se que ocorre um processo de nutricídio (Afrika, 2000). No caso dos Karajá, essas mudanças promovem um genocídio nutricional mediado pela alimentação, causando doenças como hipertensão, depressão, ansiedade, problemas cardíacos, diabetes, entre outros.

Os desafios contemporâneos, que passam pela invasão de suas terras para pesca e caça predatória, a pressão imobiliária e do agronegócio próximos às suas aldeias e o turismo predatório contribuem para aumentar a complexidade ao combate à insegurança alimentar e à mudança em suas práticas alimentares, provocando o enfraquecimento das práticas de seus elementos culturais.

Dessa forma, é importante enfatizar a necessidade de se buscar o fortalecimento e a luta pela soberania, por meio dos seus direitos territoriais e culturais.

É necessário reforçar a necessidade de disponibilizar alimentos tradicionais de suas práticas alimentares, por meio do acesso ao Rio Araguaia e a áreas de Cerrado preservados, como também a disponibilidade dos recursos naturais necessários para práticas culturais e cosmológicas.

A pesquisa que ora apresentamos aponta a necessidade de políticas públicas e práticas que reforcem e reconheçam os direitos indígenas, promovendo uma gestão do território alinhada com as tradições, visando à reconexão de suas práticas alimentares e culturais.

Concluimos que é preciso avançar no sentido da realização de pesquisas, estudos e subsídios teóricos para auxiliar a busca de uma justiça alimentar e territorial, sendo necessária a participação do Estado e da sociedade civil organizada, em conjunto com o povo Karajá, na busca da construção de estratégias que garantam que a cultura alimentar Karajá seja preservada. Para isso, é preciso aprender e apoiar as práticas de resistência e transformação cultural desse povo.

Resta dizer que o caminho científico e cultural a percorrer, é marcado por dificuldade e implicações políticas, sociais e econômicas.

Referências

APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. **Os Akroá e outros povos indígenas nas fronteiras do sertão: políticas indigenistas e indígenas na capitania de Goiás**. Goiânia: Kelps, 2005.

ATAÍDES, J. M. **Cuidando do patrimônio Cultural**. Goiânia: UCG, 2006. v. 1.

AFRIKA, Llaila O. **Nutricide: The Nutritional Destruction of the Black Race**. London: A&B Publishers Group, 2000. p. 431.

BARBOSA, Altair Sales. Ocupação Indígena no Sistema Biogeográfico do Cerrado. In: GOMES, Horieste. **Universo do Cerrado**. Goiânia: Ucg/Puc, 2008. Cap. 2. p. 1-278. (1).

BONFIM, Tania. Elena. (2011). Avaliação psicológica e saúde mental: aplicações da psicologia clínica em comunidades indígenas. **Psicólogo in Formação**, 15(15), 155-168. doi: 10.15603/2176-0969/pi.v15n15p155-168. » <https://doi.org/10.15603/2176-0969/pi.v15n15p155-168>

FERREIRA, Hugo Monteiro. **A geração do quarto: quando crianças e adolescentes nos ensinam a amar**. Rio de Janeiro: Record, 2024. 154 p.

FRASER, Alistair. **Curating digital geographies in an era of data colonialism**. Geoforum, [S.L.], v. 104, p. 193-200, ago. 2019. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.geoforum.2019.04.027>.

HECK, Egon; PREZIA, Benedito. **Povos indígenas: terra é vida**. 7. ed. São Paulo: Atual, 2012.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no cerrado do sudeste goiano**. 2004. 458 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciência e Tecnologia: departamento de Geografia, Universidade Estadual de São Paulo – Campus Presidente Prudente, São Paulo, 2004.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e Ser em Geografia**. São Paulo: Contexto, 2007. p. 202.

PALACIN, Luís; MORAES, Maria Augusta Sant'anna. **História de Goiás (1722-1972)**. Goiânia: Imprensa UFGO, 1975. p. 125.

SALERA JÚNIOR, G.; MALVASI, A.; GIRALDIN, O. Relações cordiais. **Ciência hoje SBPC**. Vol. 38. Brasília (2006)

SENA, Caio César Alencar de. **Da modernização à globalização alimentar: o local e o global na região metropolitana de goiânia**. 2023. 300 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2023.

SORRE, Maximilien. **A geografia da alimentação**. São Paulo. USP. Confins. 2021 (1952).

TORAL, André Amaral de. **Cosmologia e Sociedade Karajá**. 1992. 280 f. Tese (Doutorado) - Curso de Antropologia Social, Universidade do Rio de Janeiro., Rio de Janeiro, 1992.

AUTORES

Benjamim Pereira Vilela

Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (2006) e mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (2009). Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Jataí. Atualmente é professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. Atua nos seguintes temas: educação ambiental, geografia humana, sustentabilidade, cartografia, geografia da alimentação, estudos culturais e educação profissional. É membro do Instituto Cultural e Educacional Bernardo Élis Para os Povos do Cerrado (ICEBE).

E-mail: benjamim.vilela@ifg.edu.br

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0327090183681398>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9495-2904>

Eguimar Felício Chaveiro

Possui Graduação em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (1987), Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Goiás (1996), Doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (2001) e Pós-Doutorado em Saúde do Trabalhador pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz/RJ). Atualmente é Professor Titular do Instituto de Estudos Socioambientais, da Universidade Federal de Goiás (IESA/UFG).

E-mail: eguimar@hotmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9540141505352914>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8608-2278>

Ângelo Silva Cavalcante

Possui graduação em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (2003). Atualmente é docente da Universidade Estadual de Goiás. Tem experiência na área de Economia, com ênfase em Crescimento e Desenvolvimento Econômico, atuando principalmente nos seguintes temas: cidadania, desenvolvimento, economia solidária, administração e autogestão.

E-mail: angelo.cavalcante@ueg.br

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9082913162470048>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-4802-1471>

Recebido para publicação em junho de 2024.

Aprovado para publicação em outubro de 2024.

O censo quilombola no Mato Grosso do Sul: avanços e controvérsias

*The quilombo census in Mato Grosso do Sul:
progress and controversies*

*El censo quilombola en Mato Grosso do Sul:
avances y controversias*

João Batista Alves de Souza

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul – IFMS
joao.batista@ifms.edu.br

José Maurício Paiva Andion Arruti

Universidade de Campinas-Unicamp
jmarruti@unicamp.br

Resumo: O objetivo desse trabalho é comentar a iniciativa inédita do IBGE em realizar, no corpo do censo demográfico de 2022, um censo quilombola, tendo por referência seus resultados para o estado do Mato Grosso do Sul. Primeiro, apresentamos alguns precedentes na produção de fontes de informação sobre comunidades quilombolas no Brasil e no Mato Grosso do Sul, que nos permitem recepcionar e colocar os dados do censo em contexto. Em seguida, revemos algumas das inovações metodológicas fundamentais realizadas pelo IBGE no censo de 2022, assim como os resultados obtidos para a descrição da população quilombola no Mato Grosso do Sul. Por fim, registramos as divergências apontadas pelas lideranças quilombolas no estado com relação aos dados divulgados pelo IBGE para, em seguida, propor uma hipótese explicativa para tais divergências no estado, tomando como exemplo o caso da comunidade de

Dezidério/Picadinha.

Palavras-chave: comunidades quilombolas. Censo. Demografia. Invisibilidade.

Abstract: The objective of this work is to comment on IBGE's unprecedented initiative in carrying out a quilombola census within the framework of the 2022 demographic census, using its results for the state of Mato Grosso do Sul as reference. First, we present some precedents in the production of information sources on quilombola communities in Brazil and Mato Grosso do Sul, that allow us to receive and contextualize census data. Next, we review some of the fundamental methodological innovations carried out by IBGE in the 2022 census, as well as the results obtained to describe the quilombola population in Mato Grosso do Sul. Finally, we recorded the discrepancies pointed out by the quilombola leaders in the state regarding the data released by the IBGE, then, taking the case of the community of Dezidério/Picadinha as an example, to propose an explanatory hypothesis for such divergences.

Keywords: quilombola communities. Census. Demography. invisibility.

Resumén: El objetivo de este trabajo es comentar la iniciativa inédita del IBGE de realizar, en el cuerpo del censo demográfico de 2022, un censo quilombola, tomando como referência sus resultados para el estado de Mato Grosso do Sul. Primero, presentamos algunos precedentes en la producción de fuentes de información sobre comunidades quilombolas en Brasil y Mato Grosso do Sul, que nos permiten recibir y contextualizar datos censales. A continuación, revisamos algunas de las innovaciones metodológicas fundamentales llevadas a cabo por el IBGE en el censo de 2022, así como los resultados obtenidos para describir la población quilombola en Mato Grosso do Sul. Por último, registramos las divergencias señaladas por los líderes quilombolas en el estado con relación a los datos divulgados por el IBGE para, entonces, tomando

como ejemplo el caso de la comunidade de Dezidério/Picadinha, proponer una hipótesis explicativa de tales divergencias.

Palabras clave: comunidades quilombolas. Censo. Demografía. invisibilidad.

Introdução

A Constituição Federal de 1988 interrompeu um processo secular de invisibilização das comunidades negras tradicionais no Brasil. Por meio do artigo 68 do ADCT, o legislador constituinte optou por visibilizar essas comunidades nomeando-as como “remanescentes de quilombos”. A referência aos quilombos derivava da importância que o evento histórico do quilombo de Palmares havia adquirido, ao longo do século XX, para o movimento negro brasileiro. O artigo constitucional fazia referência, portanto, mais a uma metáfora política, do que às comunidades que seriam beneficiadas por ele. A Constituição reconheceu o direito dessas comunidades às terras que ocupam, assim como reconheceu sua cultura e documentos históricos como patrimônios nacionais (artigos 215 e 216), antes de as conhecer, de saber quantas eram, onde se localizavam. Talvez esse desconhecimento tenha sido fundamental para viabilizar esse reconhecimento.

Foram as políticas pública efetivamente criadas e executadas para as comunidades quilombolas, a partir de 2003 (Decreto presidencial 4887), que permitiram começar a reunir informações de âmbito nacional sobre essas comunidades. Na medida em que a Fundação Cultural Palmares certificava comunidades e que o Incra abria processos de reconhecimento e titulação dos seus territórios, na medida em que o Inep incluiu as escolas quilombolas no censo escolar e que o CadÚnico incluiu a identificação dos beneficiários como moradores de comunidades quilombolas, foi sendo criada uma imagem mais nítida do universo representado pelas comunidades quilombolas no país. Mesmo assim, a visão que emergia era parcial e fragmentária, na medida em que cada órgão ou política pública adotava definições funcionais aos seus objetivos ou serviços, recortando o universo quilombola a partir de critérios distintos.

Ainda assim, aos poucos, fomos desentranhando as comunidades negras tradicionais de outras formas de nomeação que as invisibilizavam, como a de camponês, agregado, trabalhador ou proletário rural. Aos poucos foi sendo reconhecida sua singularidade no interior de categorias mais amplas, com as de pobre ou de negro. O avanço desse processo, no entanto, não implicou o simples desvelamento de uma realidade dada. Foi preciso que as próprias comunidades negras tradicionais consentissem em adotar o rótulo oficial de

quilombolas, um termo que, em sua origem, é acusatório e carregado de estigma. Esse consentimento foi produzido, é necessário observar, pela presença da militância do movimento negro, pela atuação dos projetos de extensão universitários e, em alguns casos, pela busca ativa de órgãos responsáveis pelas políticas públicas nessas comunidades. A mediação desses movimentos e agências foi fundamental para a difusão dos novos significados constitucionais atribuídos à categoria quilombo e quilombola, disseminando as oportunidades abertas pelas novas políticas públicas. Era necessário que as próprias comunidades compreendessem que o uso dos termos quilombo e quilombola haviam se invertido, deixando de servir à perseguição, para servir ao reconhecimento de direitos. Era necessário que elas se reconhecessem no rótulo oficial de quilombolas.

O problema, portanto, nunca foi apenas saber quantas eram as comunidades quilombolas, onde elas se localizavam e quais suas características, todas perguntas objetivas e sincrônicas. O problema também dizia – e talvez continue a dizer, em alguma medida – respeito ao tempo exigido por esse processo de ressemantização da categoria constitucional, e por essa miríade de processos de auto-atribuição comunitária. Quanto mais se contava comunidades quilombolas, mais comunidades havia para se contar. Isso revela o fato de que as chamadas políticas de reconhecimento não apenas reconhecem, mas produzem realidade, ao alterarem o jogo de forças sociais que estabelecem os limites entre o estigma e o orgulho, o dizível e o indizível, a memória e a história.

O objetivo desse texto é comentar a iniciativa inédita do IBGE em realizar, no corpo do censo demográfico de 2022, um censo quilombola, assim como comentar os resultados dessa iniciativa com relação ao Mato Grosso do Sul. Para isso, inicialmente apresentaremos algumas das fontes de informação sobre comunidades quilombolas que nos permitem colocar os dados do censo em contexto. Em seguida, identificaremos algumas das inovações metodológicas fundamentais realizadas nesse censo, e alguns dos seus resultados, em especial ao Mato Grosso do Sul. Neste ponto passamos a registrar a divergência das lideranças quilombolas de Mato Grosso Sul com relação aos dados divulgados pelo IBGE, para em seguida, tomando como exemplo o caso das comunidades de Dezidério/Picadinha, propor uma hipótese explicativa para tal divergência.

A dispersão dos dados oficiais

Até o censo demográfico do IBGE de 2022, a população quilombola não estava ausente dos dados oficiais, mas era representada de formas parciais, derivadas das necessidades de diferentes órgãos oficiais ou políticas sociais contabilizarem seus públicos. Isso significava partir de definições e recorte distintos, o que resultava em dados descontraídos e discrepantes. Não havia qualquer base oficial que oferece uma estimativa do número de pessoas que vivem em áreas de quilombo ou, muito menos, das suas características demográficas ou socioeconômicas.

O Censo Escolar, por exemplo, que capta informações a partir da identificação de escolas localizadas em ‘áreas de quilombo’, ou que atendem crianças oriundas de comunidades quilombolas, depende da percepção ou posição política do(a) gestor(a) à frente da escola ou da secretaria de educação do município, que é quem vai efetivamente preencher o questionário do Inep. A própria captação do dado, portanto, depende da configuração política local, precisando ser revista e submetida a mecanismos de monitoramento para que o dado seja adequadamente avaliado. Segundo o Censo da Educação Básica de 2020, eram 2.526 “escolas situadas em áreas quilombolas” e 275.132 matrículas de estudantes nessas escolas, em todo o Brasil. Mas não é possível apurar, por meio deste censo, quantas comunidades quilombolas são contempladas por essas escolas. Além disso, o dado sobre quilombolas não está disponível nas edições mais recentes desse censo.

No caso do Cadastro Único (CadÚnico), o dado é captado segundo a auto-atribuição do informante, que declara sua família como moradora e pertencente a uma comunidade quilombola. O CadÚnico não discrimina, entretanto, se a área de referência da família é titulada ou não, ou em qual estágio do processo de reconhecimento ela se localiza. Também não oferece dados detalhados sobre os membros da família, impedindo comparações os dados oferecidos pelo censo demográfico, cuja unidade de coleta não é “família”, mas “domicílio”. Finalmente há a dificuldade de espacializar essa informação, já que nem todas as secretarias municipais e assistência social atualizam nos dados dos quilombolas junto ao Centro de Referência de Assistência Social.

A Fundação Cultural Palmares também possui uma lista das comunidades quilombolas, que resulta do processo administrativo de emissão a certidão

Autodefinição, que atesta às instituições e órgãos públicos que aquela comunidade deve ser contemplada pelas políticas públicas destinadas aos remanescente de quilombo. Este é o primeiro passo para a titulação do território quilombola pelo Incra, por exemplo. Na lista divulgada pela Fundação Cultural Palmares em abril de 2024, existem 3.716 comunidades quilombolas no Brasil, para as quais a FCP emitiu 3.026 certidões. A região Nordeste concentra 1.830 comunidades certificadas, seguida pela região Sudeste com 535 certificações. O Norte do país contabilizou 308 comunidades certificadas, a região Sul obteve 152 certificações e a região Centro-Oeste possui 152 comunidades quilombolas, das quais 22 estão localizadas no estado de Mato Grosso do Sul.

Finalmente, há a lista de comunidades com processos abertos no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, a quem compete o processo de regularização fundiária dos territórios quilombolas¹. De acordo com dados disponibilizados pelo INCRA, até dezembro de 2023, foram emitidos 349 títulos sobre 332 Territórios Quilombolas, abrangendo 382 comunidades quilombola em todo o país, totalizando uma área titulada de 1.137.730,4489 hectares. Havia também outros 577 processos abertos e ainda não concluídos, que incluíam 41.418 famílias. Desses processos em andamento, 244 estavam em fase de elaboração do relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) e 324 tinham editais publicados para a elaboração dos RTID.

Assim, a discussão sobre regularização fundiária pouco se comunicava com a questão da educação e das condições sociais das comunidades e famílias quilombolas por meio dos dados oficiais. Isso sempre manteve os estudos sobre comunidades quilombolas principalmente no plano dos estudos de caso, com poucos investimentos na produção de interpretações mais gerais, regionais ou nacionais, muito menos que fossem capazes de articular diferentes dimensões dessas realidades.

Alguns pesquisadores e grupos de pesquisa e o próprio movimento social propuseram formas alternativas de produzir e organizar informações sobre

¹ Processo composto pelas seguintes etapas: abertura do processo no INCRA para o reconhecimento do território quilombola; em seguida, o estudo da área com a produção do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID); após a publicação do RTID o processo é aberto para o contraditório; a quarta etapa diz respeito à publicação da portaria no D.O.U que declara os territórios quilombolas; posteriormente o decreto presidencial autoriza a desapropriação de terras; o penúltimo passo é a retirada dos ocupantes; sendo que a última etapa é a emissão do Título de propriedade coletiva para a comunidade

comunidades quilombolas, de forma a superar tal dispersão e incompatibilidade entre as bases oficiais. Isso foi feito por meio de amostragens, como ocorreu com o projeto Quilombos e Educação, do Coletivo de Educação da CONAQ, que coletou informações de 1.097 professores(as), estudantes, pesquisadores(as), gestores, relativos à aproximadamente, 200 comunidades quilombolas de todas as regiões, presentes na Jornada Nacional realizada em dezembro de 2020. Em outros casos, foram realizados levantamentos de comunidades quilombolas estaduais e regionais, em geral realizados em parceria entre universidade e movimento quilombola, que alcançaram extensão, detalhamento e graus de acurácia muito distintos. A seguir, nos determos em duas dessas tentativas de produzir ou organizar dados estaduais e nacionais sobre as comunidades quilombolas. Elas foram escolhidas por representarem investimentos anteriores desses autores nessa direção, mas também e fundamentalmente, por nos oferecerem parâmetros válidos para recepcionar e avaliar as novas informações produzidas pelo Censo Demográfico do IBGE de 2022.

Um exercício sobre o censo 2010

Entre 2013 e 2014, pesquisadores do NEPO-Unicamp (Núcleo de Estudos de População 'Elza Berquó') e do CEM-CEBRAP (Centro de Estudos da Metrópole do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento) firmaram parceria para a realização do projeto "Desigualdades e Diferenças no Brasil" cujo objetivos era desenvolver um breve estudo sobre as desigualdades no Brasil a partir dos dados oficiais e quantitativos referentes aos povos indígenas e comunidades quilombolas.

Diante da inexistência de informações oficiais detalhadas sobre a população quilombola no Brasil, a principal estratégia empreendida foi localizar ao menos os territórios quilombolas oficialmente reconhecidos e titulados e cruzar essas informações com os dados demográficos disponibilizados nos censos do IBGE. Em termos práticos, o trabalho principal resultou na criação de um banco de dados a partir da sobreposição entre os mapas georreferenciados dos territórios quilombolas titulados e os dados dos setores censitários do IBGE para o censo de 2010.

Essas informações foram colhidas em duas fontes de dados diferentes: os mapas georreferenciados (shapes) existentes na base do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) que fizessem referência a territórios identificados como quilombolas, no total de 169; e, para o caso dos territórios que não possuíam tais mapas georreferenciados, utilizamos o Diário Oficial da União (D.O.U.), que possui os memoriais descritivos dos territórios. Isso resultou no georreferenciamento de 171 territórios quilombolas em todo o Brasil, reunidos em uma só base. Em seguida, esses mapas foram sobrepostos a um banco nacional de setores censitários georreferenciados, construído pelo Centro de Estudos da Metrópole (CEM-Cebrap). Com isso foi possível construir uma aproximação da população quilombolas daqueles 171 territórios titulados².

O produto final dessa etapa consistiu na criação de um banco de dados sobre a situação quilombola em comunidades tituladas no Brasil com dados censitários detalhados (aproximadamente 400 variáveis) sobre a população de cada um desses territórios. Apesar de não ser nosso objetivo apresentar os dados detalhados daquele estudo, vale observar que, em qualquer chave de comparação, os indivíduos dos territórios quilombolas compulsados apresentavam uma larga margem de desvantagem social com relação à população nacional e, em especial, com relação à população dos municípios em que estavam situados. Isso pode ser resumido na forma de 3 indicadores: renda, saneamento e educação.

A renda das pessoas residentes naqueles 171 territórios quilombolas titulados era, em 2010, 31,5% menor do que o rendimento médio da população indígena e aproximadamente um terço do rendimento médio mensal dos brancos. Diferentemente do que se poderia esperar, a renda mais baixa não pode ser explicada pela pobreza do município onde se localizam: a renda nominal nos territórios quilombolas é, em média, 42% mais baixa do que a da população nos municípios aos quais pertencem, uma diferença que ocorria tanto nas áreas urbanas quanto rurais. São também alarmantes os dados que mostram uma grande porcentagem de mulheres responsáveis pelo domicílio com rendimento nominal mensal de até meio salário-mínimo: se, com relação à

² A descrição minuciosa dessa metodologia está descrita em: Arruti, José Maurício et al. "Diversidade e desigualdade: contribuição metodológica ao estudo demográfico da população quilombola no Brasil. Trabalho apresentado no XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em São Pedro/SP – Brasil, de 24 a 28 de novembro de 2014.

totalidade da população nacional, este conjunto de mulheres corresponde a 8,5% do total, nos setores censitários relativos aos territórios quilombolas a porcentagem atingia 23,1%.

As condições de vida em termos de saneamento também apontavam para um quadro de aguda precariedade. Nas áreas urbanas, a proporção dos domicílios com abastecimento de água é significativamente menor nos domicílios quilombolas (70%) que no restante do país (90%), incluindo os municípios nos quais estão localizados os territórios quilombolas. No que se refere ao esgotamento sanitário, os domicílios particulares permanentes com o acesso à rede de esgoto são menos frequentes nos territórios quilombolas do que nos municípios selecionados e no Brasil em geral, e essa diferença é de 6 pontos percentuais na zona rural e de mais de 30 na área urbana.

Às vulnerabilidades anteriores soma-se o analfabetismo: a porcentagem de alfabetizados com 10 anos ou mais de idade é de 91% no país e de 94,3% nos municípios em que estão localizados os territórios quilombolas, nesses mesmos territórios essa taxa é de 75,6%. Se este indicador aponta para uma situação histórica de desvantagem dos jovens e adultos quilombolas, quando observamos o mesmo indicador para a população entre cinco e nove anos, percebemos que tal desvantagem não foi mitigada pelas políticas da última década. No caso das crianças entre 5 e 9 anos, a taxa é de apenas 49,5% contra 72,0% nos municípios em que estão situados e 68,5% no total nacional. Esse quadro aponta para a reprodução das desigualdades e para um futuro sem muitas oportunidades para a parcela jovem dessas comunidades.

Um levantamento colaborativo no Mato Grosso do Sul

Entre 2018 e 2021, no Laboratório de Geoprocessamento da UFGD (LABGEO), realizamos parte do processo de pesquisa que resultou na tese intitulada *Existir e resistir: as geografias das comunidades quilombolas no município de Corumbá-MS (2021)*, também buscou-se produzir dados mais sistemáticos e detalhados, do ponto de vista geográfico e demográfico, sobre as 22 comunidades quilombolas do Mato Grosso do Sul. Disso

resultou o mapeamento disponibilizado na plataforma Geoquilombolas³, que busca apresentar os dados demográficos produzidos pelas próprias lideranças das comunidades quilombolas pesquisadas.

A pesquisa, de metodologia qualitativa, adotou como procedimentos (a) as entrevistas semiestruturadas, (b) a escuta ativa, (c) o diálogo aberto e, durante o período da pandemia de covid-19, o diálogo aberto online. As entrevistas semiestruturadas foram realizadas principalmente junto às lideranças da comunidade e representantes do poder público, enquanto a escuta ativa e o diálogo aberto (presencial e online) foram realizadas com os demais sujeitos que constituem as comunidades quilombolas. Assim, foram descritas a formação e as trajetórias de cada comunidade, além da produção de informações sobre a quantidade de residentes em cada território. Para a produção da cartografia (figura 2), foram colhidos os pontos com as coordenadas geográficas de cada comunidade, ou durante a visita às comunidades pesquisadas, ou, em decorrência do período pandêmico, pelo compartilhamento da própria localização pelo aplicativo Whatsapp das lideranças das comunidades. Esses dados foram trabalhados em um software (ArcGIS 10.6), onde foram cruzados com as bases cartográficas do IBGE, para produzir o mapa de localização das 22 comunidades quilombolas de Mato Grosso do Sul.

A pesquisa beneficiou-se também do cruzamento com dados provenientes de duas fontes oficiais. Uma delas foi o Censo Quilombola Municipal de Corumbá, realizado entre os meses de julho e dezembro de 2017, tendo por base o questionário do Universo do Censo Demográfico do IBGE aplicado em 2010: informações sobre as características do morador, a composição dos domicílios, a participação em programas sociais, a escolaridade, a renda e o trabalho. A outra fonte oficial foi o Cadastro Geral de Informações Quilombolas (CGIQ), lançado pela Fundação Cultural Palmares em 2019, como objetivo de levantar: (a) Número de famílias; b) Localização do endereço e das coordenadas geográficas da comunidade; c) Acesso a serviços públicos; d) Empreendimentos que impactam essas comunidades; e) Conflitos fundiários; f) Atividades produtivas; g)

³ Projeto de Pesquisa Geoquilombolas: Panorama demográfico das comunidades quilombolas no Mato Grosso do Sul do Censo ao Território Edital nº 103/2023 - Fluxo contínuo para seleção de projetos de pesquisa na Instituição. Acesso em: <http://www.geoquilombolas.com.br>.

Celebrações, festejos, manifestações culturais e religiosidade. É importante registrar que moradores de pelo menos duas comunidades quilombolas de Corumbá nos explicitaram suas dúvidas sobre se deveriam efetivamente preencher o Cadastro Geral de Informações Quilombolas da Fundação Palmares. O contexto de declarações racistas por parte do presidente Bolsonaro, a sua promessa de que não demarcaria nenhum território quilombola a mais, e o perfil do então dirigente da fundação, levantavam sérias dúvidas sobre as intenções e usos das informações sobre as comunidades.

Ainda assim, a pesquisa nos permitiu mapear as trajetórias de idas e vindas entre a os territórios tradicionalmente ocupados e os núcleos familiares. Abordamos a formação das comunidades quilombolas e elaboramos um mapa interativo abrangendo os 15 municípios onde se localizam as 22 comunidades quilombolas do Mato Grosso do Sul. Adicionalmente, foram criadas páginas específicas para cada comunidade quilombola, as quais, além de detalhar a localização territorial, disponibilizam informações, vídeos e imagens que retratam a fundação, organização, expressões culturais e religiosas, bem como o processo de resistência desses grupos.

O propósito central da plataforma consiste na geração e disseminação de conteúdo informativo sobre as comunidades quilombolas localizadas no estado de Mato Grosso do Sul. Isso inclui a apresentação de dados históricos relacionados às famílias e associações que constituíram essas comunidades. A plataforma também busca ampliar a visibilidade dos eventos, celebrações culturais e do patrimônio histórico imaterial desses coletivos, servindo como um recurso informativo relevante para estudantes, educadores do ensino básico e pesquisadores interessados na temática quilombola. Representa, ainda, uma oportunidade para que as comunidades quilombolas conheçam a realidade de outras comunidades similares no próprio estado. Até a conclusão deste estudo, a plataforma registrou um total de 3.938 acessos desde o seu lançamento.

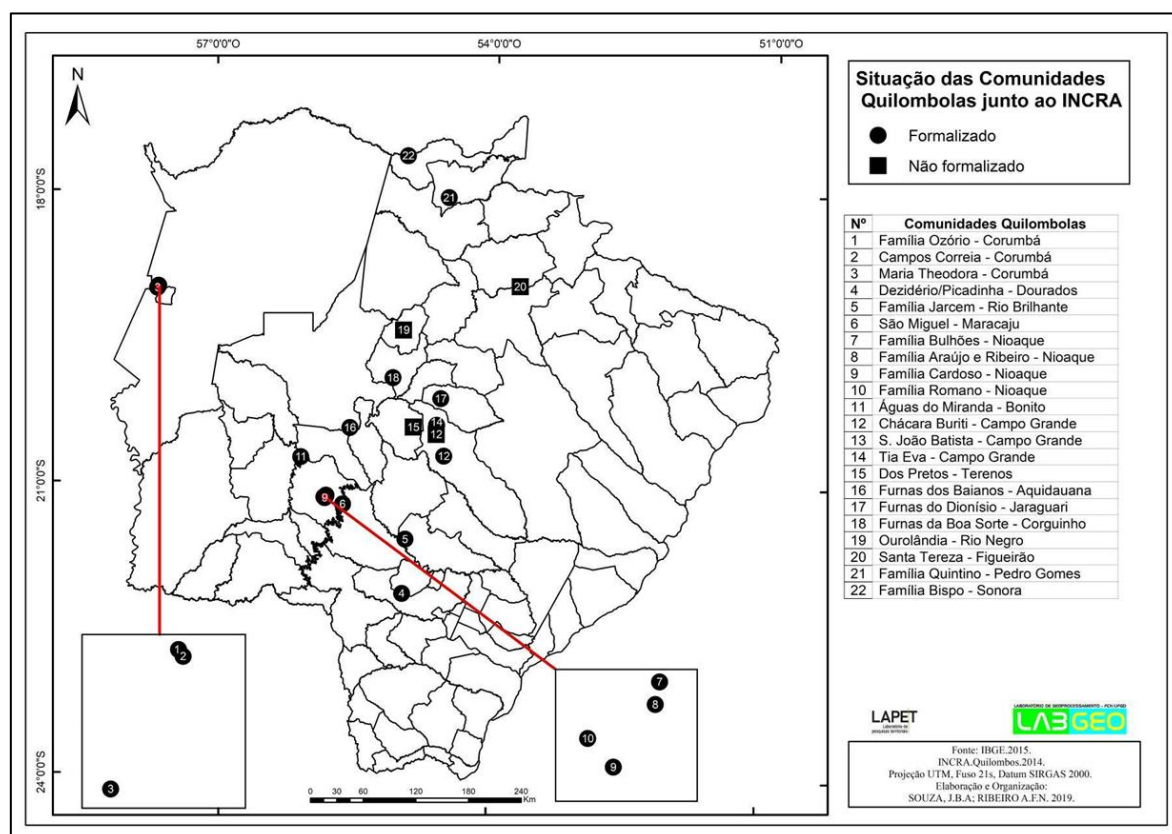


Figura 1: Situação das comunidades quilombolas no estado de Mato Grosso do Sul

Fonte: elaborada e organizada por Souza e Ribeiro (2019b).

O censo demográfico de 2022

Em 2018 tiveram início tratativas para a realização do Censo Quilombola Nacional, pela primeira vez na história do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE. Além das evidentes dificuldades técnicas decorrentes da própria introdução de um ou mais novos itens de coleta de dados, o censo enfrentou também vários desafios políticos e orçamentários decorrente das políticas adotadas a partir de 2016 e aprofundadas no governo Bolsonaro.

Em abril de 2021 o governo federal anunciou que a pesquisa do Censo, já adiada em 2020, não seria realizada em 2021, por falta de previsão orçamentaria. Em resposta, o Supremo Tribunal Federal (STF) deferiu liminar favorável à Ação Cível Originária ajuizada pelo Estado do Maranhão (ACO 3508), determinando que a União e o IBGE adotassem as

medidas necessárias à realização do censo demográfico, entre outros motivos, para evitar descontinuidades e desequilíbrios na execução de políticas públicas. Estava em jogo o papel crucial desempenhado pelo Censo Demográfico na definição de uma agenda de Estado, por ser a, ou uma das principais ferramentas públicas capazes de oferecer um painel total da população brasileira, evidenciar demandas, avaliar os efeitos das políticas já implementadas, fonte quase exclusiva de informação para o planejamento governamental sobre os âmbitos local ou municipal (HÜBNER; RODRIGUES RECK, 2023)

Ainda assim, o censo quilombola foi desenvolvido a partir de 2020, marcado por profundas inovações metodológicas. Em primeiro lugar, respeitando o direito à consulta prévia, livre e informada, conforme a Convenção 169 da OIT, tanto quanto respondendo à uma avaliação científica sobre a eficácia técnica da participação dos próprios atores sociais na definição dos procedimentos e ferramentas do censo, houve um processo de consulta prévia às comunidades quilombolas, representadas pela CONAQ. Esse processo de consulta e diálogo foi desenvolvido em 4 etapas anteriores à própria aplicação do censo, e seguidas de outras 2 etapas, realizadas durante a sua própria aplicação, com a função de monitoramento do processo. Durante essas consultas foram discutidos os novos quesitos que deveriam ser incluídos no censo, o treinamento especial que seria dado aos recenseadores nas áreas quilombolas, as estratégias de localização dessas áreas e de comunicação com as suas lideranças, além dos resultados de uma aplicação piloto.

Na última etapa, caberia à CONAQ consultar as lideranças locais dos territórios quilombolas para verificar se o recenseamento havia sido realizado adequadamente. Diante da identificação de problemas, eles deveriam reportá-los ao IBGE.

Em segundo lugar, houve também uma importante inovação metodológica na definição das unidades de coleta dos dados censitários, com importantes impactos sobre a noção convencional de território. Decidiu-se que o quesito de identificação como quilombola abriria automaticamente e apenas quando o agente recenseador estivesse em uma área pré-mapeada como “localidades quilombolas”. Isso implicou na elaboração de uma “cartografia censitária colaborativa”, baseada em uma

tipologia inédita de “localidades”, que buscou contemplar a diversidade de formas de ocupação do território pela população quilombola. Essa cartografia foi construída com base em informações oficiais, mas também no intenso diálogo com a CONAQ, com outras organizações da sociedade civil e com lideranças comunitárias, do que resulta seu caráter “colaborativo”. Essa cartografia produziu um “Mapa de Setores em Territórios Quilombolas”, no qual constam 3 tipos de “localidades quilombolas”: “Territórios Quilombolas”; “Agrupamentos quilombolas”; e “Outras áreas de interesse censitário”.

Os Territórios Quilombolas são aqueles oficialmente delimitados, por meio de processos conduzidos pelo INCRA ou pelos Institutos de Terras Estaduais. Nessas categorias foram identificados 494 territórios, em 24 estados e no Distrito Federal, ainda que para 37 deles as informações não tenham sido sistematizadas porque não possuem limites digitalizados. Os Agrupamento Quilombolas foram definidos como os conjuntos formados por 15 ou mais indivíduos quilombolas em uma ou mais moradias espacialmente contiguas, que estabelecem vínculos familiares ou comunitários, que pertencem a Comunidades Remanescentes de Quilombos, ou que podem ser caracterizados como grupos étnico-raciais, nos termos do Decreto no 4.887, de 2003. As “Outras áreas de interesse censitário”, que não são definidas em setores censitários, são localidades que não podem ser caracterizadas pela ocupação contígua de domicílios, mas traduzem outras configurações territoriais: agrupamentos de indivíduos autodeclarados quilombolas cujos domicílios apresentem distâncias maiores que 50 metros; trechos dos territórios ou agrupamentos quilombolas que não possam ser definidos como setores censitários; residências quilombolas dispersas no entorno dos territórios e agrupamentos quilombolas; ou simplesmente áreas nas quais haja registros de provável existência de indivíduos quilombolas.

Trata-se de um esforço inédito do IBGE em superar as limitações impostas pela lógica estado-centrada, que projeta sobre a sociedade o seu padrão de divisões administrativas homogêneas e exclusivas, e que exige a contiguidade espacial entre os domicílios para a definição de unidades territoriais específicas sob a forma de setores censitários (Censo Demográfico 2022 – Quilombolas: Primeiros resultados do universo, 2023).

Foi essa metodologia que permitiu, pela primeira vez, que o Estado brasileiro reconhecesse a existência de 5.972 “localidades quilombolas” no país. Quando, no primeiro semestre de 2023, os primeiros dados do Censo Quilombola foram divulgados pelo IBGE, tomamos conhecimento de que desse total de localidades, menos de 7% são de “Territórios” de alguma forma oficialmente delimitados, enquanto a massa de 5.568 (93,2%) localidades são dos tipos “Agrupamentos” e “Outras localidades de interesse”. Delimitados, mas não necessariamente titulados: apenas 4,3% da população quilombola chegou à etapa final do processo de regularização dos seus territórios, revelando o quão pouco esse processo avançou desde a promulgação da constituição de 1988. Os 494 territórios quilombolas delimitados estão distribuídos por 24 Unidades da Federação, ficando de forma apenas Acre e Roraima⁴.

Também ficamos sabendo da existência de 473.970 domicílios com pessoas quilombolas, situadas em 1.696 dos 5.570 municípios brasileiros. E aprendemos que a região Nordeste concentra 68,19% pessoas do total de quilombolas, seguida pelas regiões Sudeste, com 13,73%, Norte, com 12,51%, Centro-Oeste, com 3,39% e, por último, a região Sul, com 2,19% da população quilombola brasileira.

Conforme esses dados, a população quilombola do Mato Grosso do Sul é composta por 2.572 pessoas. Esses indivíduos estão distribuídos em vinte e duas comunidades quilombolas, as quais estão situadas em quinze municípios do estado, todas certificadas pela Fundação Cultural Palmares, mas nem todas com processos abertos no INCRA, corroborando as informações levantadas pela pesquisa de 2021 (ver figura 1).

Em maio de 2024, o IBGE divulgou novo relatório sobre o censo quilombola e indígena com dados sobre idade e gênero. Em relação à distribuição etária da população quilombola brasileira, o Censo revela que a idade mediana das pessoas quilombolas é de 31 anos, menor que a população total residente no Brasil, que é de 35 anos (2022). O relatório

⁴ Apesar disso, em 2022 foi criado Instituto Quilombola de Direitos e Defesa Social de Roraima, presidido por Manuel Pereira, ex-integrante da Associação de Remanescentes de Quilombo de Bom Jardim (ARQBOMJA), Santarém (PA). Manuel migrou para o município de Boa Vista em 2021. Ver mais em: <https://www.redeamazon.org/post/quilombolas-organizam-entidade-representativa-em-roraima>

também indica que 48,44% população quilombola brasileira possui até 29 anos de idade e o grupo com maior representatividade é de indivíduos entre 15 e 29 anos de idade, compreendendo 24,75% da população. Em seguida, temos o grupo de zero a 14 anos de idade, que representa 23,69% da população. Por fim, o grupo de 30 a 44 anos de idade corresponde a 21,92% da população quilombola. A idade mediana dos quilombolas no estado de Mato Grosso do Sul é de 35 anos, três anos acima da mediana nacional para essa população. Isso nos leva ao índice de envelhecimento (que considera a proporção de indivíduos com mais de 60 anos para cada 100 habitantes com até 14 anos) das pessoas quilombolas no estado. Se este índice é de 54,98 para o Brasil, no Mato Grosso do Sul, este número aumenta para 74,32.

Com relação à residência, 44,52% dos quilombolas sul-mato-grossenses residem em territórios quilombolas, enquanto 55,48% da população quilombola do estado estão situados fora desses territórios. Além disso, apenas 12,6% da população quilombola reside em territórios quilombolas oficialmente delimitados.

Para facilitar a compreensão dos dados divulgados pelo IBGE, elaboramos o mapa (figura 2), que espacializou a distribuição da população quilombola pelos 21 municípios sul-mato-grossense.

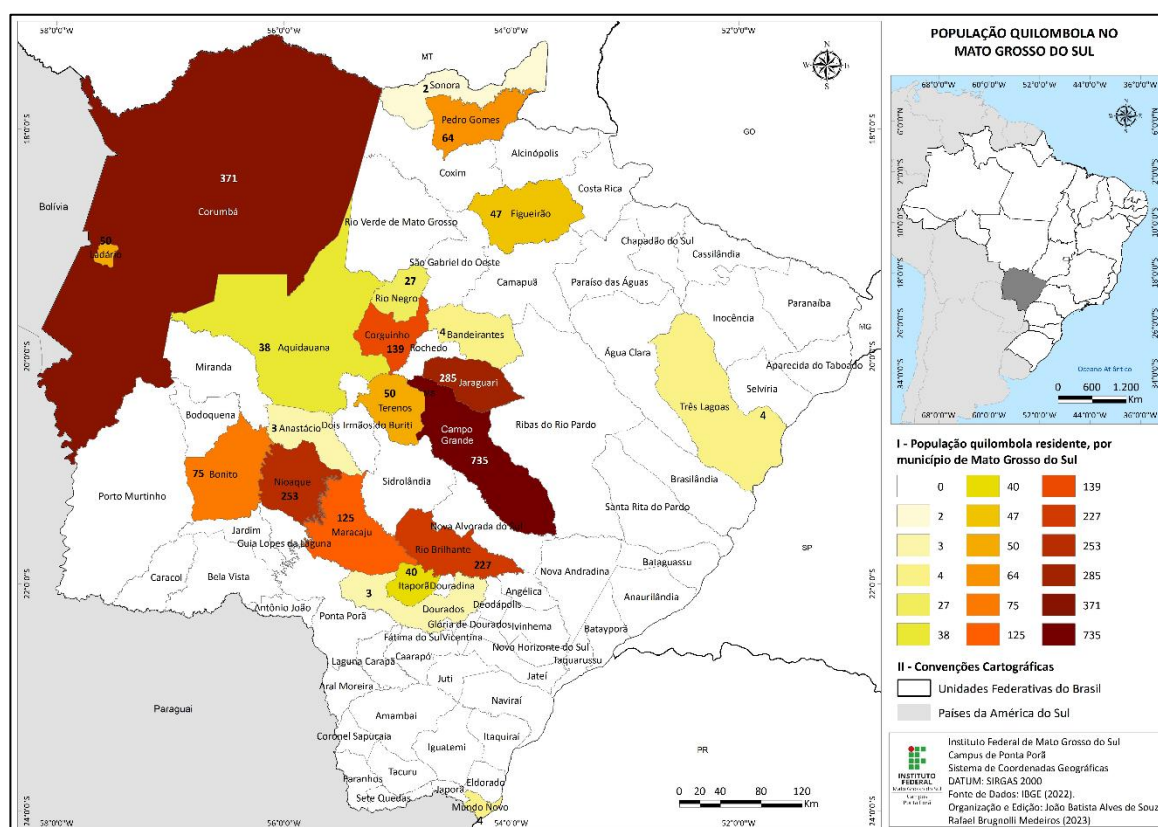


Figura 2: População Quilombola no Mato Grosso do Sul

Fonte: SOUZA, J.BS; MEDEIROS, 2023.

Apesar de não termos informações sobre Três Lagoas e Mundo Novo, nossa pesquisa informa que as 50 pessoas quilombolas que residem no município de Ladário são membros da Comunidade Campos Correia, município de Corumbá, mas localizadas fora do território quilombola. Há, entretanto, divergências entre os números apresentados pelo censo do IBGE e aqueles indicados pelas lideranças quilombolas.

Divergências entre números e limites

O período de isolamento social imposto pela pandemia de covid-19 intensificou o uso das redes pessoais e dos aplicativos de comunicação interpessoal e em grupo. As reuniões foram substituídas pelos envios de áudios via aplicativo de WhatsApp e as visitas de campo deram lugar a interações remotas. Isso resultou em inúmeras dificuldades, mas também trouxe novas oportunidades e ampliou a rede de atores engajados.

Neste período foi criado o grupo “Quilombos Unidos” no aplicativo de WhatsApp, por meio do qual realizamos muitas consultas para viabilizar o projeto Geoquilombolas e que, desde então, tornou-se um importante canal de comunicação entre os presidentes das associações quilombolas, representantes das universidades e do INCRA, entre outras entidades que pesquisam e debatem a temática quilombola nas vinte e duas comunidades quilombolas do estado.

Após a divulgação dos resultados do Censo Quilombola em julho de 2023, o grupo “Quilombos Unidos” serviu como espaço de compartilhamento da sequência de reportagens da grande imprensa regional que comentavam os dados divulgados pelo IBGE sobre o censo 2022, em especial os relativos ao Mato Grosso do Sul. Uma característica comum a essas matérias foi o modo pelo qual reforçavam a ideia de que a população quilombola no estado do Mato Grosso do Sul era diminuta, uma das menores do país. A imprensa sul-mato-grossense, que raramente publica reportagens positivas sobre a temática quilombola, passou a usar os dados do censo de forma a inverter o efeito esperado pelas lideranças: no lugar do censo servir como instrumento de visibilidade e legitimidade das comunidades quilombolas, foi usado insistentemente para diminuir o peso e o sentido desta presença, para além da dimensão especificamente demográfica. Uma reportagem publicada no portal G1, por exemplo, afirmava que “o número dos quilombolas do estado de Mato Grosso do Sul só não é menor que a do Distrito Federal, onde foram registradas moradia de 305”⁵. Outra matéria publicada pelo Correio do Estado, destacava que “o número de 2.546 pessoas quilombolas corresponde a 0,09% do total de moradores do Estado”⁶. Vários outros sites enfatizaram a mesma ideia: “Baixa população quilombola em MS ocorre por fatores históricos, diz

⁵ TAVARES, Gabrielle. Censo Demográfico: Mato Grosso do Sul tem a 2ª menor população quilombola do país. G1MS, Campo Grande, 27 de julho. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2023/07/27/censo-demografico-mato-grosso-do-sul-tem-a-2a-menor-populacao-quilombola-do-pais.ghtml> Acesso em: 10 março. 2024.

⁶ VACCARI, Glaucé. Mato Grosso do Sul tem a segunda menor população quilombola do País. Correio do Estado, Campo Grande, 27 de jul. de 2023. Disponível em: <https://correiodoestado.com.br/cidades/mato-grosso-do-sul-tem-a-segunda-menor-populacao-quilombola-do-pais/418021/> Acesso em: 15 março. 2024.

pesquisador” (Campo Grande News)⁷, “Quilombolas representam 0,9% dos moradores de Mato Grosso do Sul” (Primeira Página)⁸. Essas matérias da imprensa baseavam-se nas informações disponibilizadas por um informativo à imprensa do próprio IBGE no dia 27 de julho de 2023 “com os primeiros resultados do Censo Demográfico 2022 para a população Quilombola”. Nas 5 páginas do informativo, o IBGE destacava os seguintes tópicos: (1) Mato Grosso do Sul tem o quarto menor número de pessoas quilombolas entre as Unidades da Federação; (2) Mato Grosso do Sul possui 21 municípios com pessoas quilombolas; (3) Média de moradores em domicílios ocupados de MS com pelo menos um morador quilombola e de 2,95; e (4) Mato Grosso do Sul ocupa o terceiro lugar entre os estados com maiores percentuais de população quilombola em territórios oficialmente delimitados. No segundo desses tópicos, o informativo trazia uma tabela com a população quilombola residente por município no estado (Figura 3).

⁷ CORREIA, Guilherme. Baixa população quilombola em MS ocorre por fatores históricos, diz pesquisador. CAMPO GRANDE NEWS, Campo Grande, 29 de jul. de 2023. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/brasil/cidades/baixa-populacao-quilombola-em-ms-ocorre-por-fatores-historicos-diz-pesquisador>. Acesso em: 16 março. 2024.

⁸ PP, Redação. Quilombolas representam 0,9% dos moradores de Mato Grosso do Sul. Primeira Página, Campo Grande, 27 de jul. de 2023. Disponível em: <https://primeirapagina.com.br/cidadania/quilombolas-representam-09-dos-moradores-de-mato-grosso-do-sul/>. Acesso em: 24 março. 2024.

Tabela 1 - População quilombola residente, por município de Mato Grosso do Sul		
	Município	Pessoas quilombolas (Pessoas)
1	Campo Grande (MS)	735
2	Corumbá (MS)	371
3	Jaraguari (MS)	285
4	Nioaque (MS)	253
5	Rio Brilhante (MS)	227
6	Corguinho (MS)	139
7	Maracaju (MS)	125
8	Bonito (MS)	75
9	Pedro Gomes (MS)	64
10	Terenos (MS)	50
11	Ladário (MS)	50
12	Figueirão (MS)	47
13	Itaporã (MS)	40
14	Aquidauana (MS)	38
15	Rio Negro (MS)	27
16	Três Lagoas (MS)	4
17	Mundo Novo (MS)	4
18	Bandeirantes (MS)	4
19	Dourados (MS)	3
20	Anastácio (MS)	3
21	Sonora (MS)	2

Figura 3: População quilombola residente por municípios no Mato Grosso do Sul

Fonte: IBGE, Informativo para a imprensa (27/06/2023)

Não bastasse o desconforto com o uso que a imprensa estadual vinha fazendo desses dados, ao tomarem conhecimento do próprio informe à imprensa do IBGE, por meio do grupo “Quilombos Unidos”, as lideranças das comunidades quilombolas de Dezidério Felipe de Oliveira e Picadinha, ou simplesmente Picadinha (municípios de Dourados e Itaporã), Furnas do Dionízio (Jaraguari), Família Bispo (Sonora), Comunidade dos Pretos (Terenos) e Águas do Miranda (Bonito e Santa Tereza de Figueirão) identificaram divergências importantes com relação aos números apresentados naquela tabela com a população quilombola residente em seus municípios. Em pelo menos seis municípios a população quilombola recenseada ficou abaixo de quatro pessoas, e em pelo menos quatro municípios foram identificadas divergência com relação ao número de pessoas quilombolas identificadas pelas lideranças.

As lideranças da comunidade de Picadinha, por exemplo, questionavam o número de apenas 3 quilombolas residentes no município de Dourados e de 40 no Município de Itaporã. Em contraste com esses dados, elas argumentavam com o número de cestas básicas distribuídas pela Subsecretaria de Igualdade Racial durante a pandemia de covid-19, que contemplara 142 famílias no município de Dourados. Outra evidência, agora

oficial, de um possível erro no recenseamento do IBGE relativo à comunidade de Picadinha está no portal do Ministério da Saúde, que apresenta a população quilombola imunizada em cada município. Nele há o registro de que 89 quilombolas foram imunizados com a primeira dose da vacina no município de Dourados, sobre uma população quilombola residente de 57 pessoas.



Figura 4: Ministério da Saúde - Vacinômetro COVID-19

Fonte: Ministério da Saúde, 2021.

O fato de existirem mais quilombolas acessando cesta básica do que quilombolas vacinados, e mais vacinados do que residentes no município, segundo informações provenientes de duas políticas públicas diferentes, é um importante indicativo da complexidade que envolve a contagem de população quilombola, da diversidade dos modos de habitar e pertencer, e de como a mobilidade quilombola pode impactar sobre os registros oficiais. Contudo, o aspecto mais relevante para as lideranças quilombolas é o fato de que qualquer daqueles números supera em dezenas de vezes os 3 quilombolas recenseados pelo IBGE em 2022.

A tabela (Tabela 1), apresenta o resultado dos nossos esforços para apurar os pontos de divergência entre lideranças quilombolas e o censo do IBGE. Ela identifica distorções em pelo menos 6 municípios, chegando a um número estimado de quilombolas residentes que praticamente triplica a população recenseada pelo IBGE naqueles municípios. Tendo por referência

essa divergência, seria necessário acrescentar 793 pessoas quilombolas ao total de 2.546 recenseadas pelo IBGE no estado.

Município	CENSO -IBGE	Comunidades Quilombolas
Dourados	3	229
Jaraguari	285	400
Bonito	75	128
Terenos	50	156
Figueirão	47	228
Sonora	2	64
Total	412	1.205

Tabela 1 - População quilombola nos municípios de MS

Fonte: IBGE e comunidades Quilombolas, 2024. Elaboração própria.

As lideranças quilombolas recorreram ao poder público e encaminharam ofícios e e-mails para o escritório do IBGE no estado, solicitando a correção dos dados informados, alertando para como tais divergências podem trazer prejuízos para a população quilombola sul-mato-grossense, principalmente no acesso à saúde e educação, entre outras políticas públicas. Em 02 de agosto de 2023, a liderança da comunidade quilombola Família Bispo, (Sonora), encaminhou ofício Supervisão de Disseminação de Informações – SDI, solicitando a correção dos dados informados de 2 para 64 pessoas quilombolas existentes na comunidade. Poucos dias depois, em 14 de agosto, algumas lideranças se reuniram na superintendência da Unidade Estadual do IBGE no estado para discutir essas divergências. Em 27 de outubro, nós encaminhamos por e-mail a nossa lista atualizada (Tabela 1) para Supervisão de Disseminação de Informações – SDI, sem conseguirmos resposta. Em 26 de abril de 2024, encaminhamos à própria Superintendência do IBGE em Mato Grosso do Sul uma solicitação de informações especificamente relacionada às divergências apontadas pela Comunidade de Picadinha. Desta vez, obtivemos em resposta, o documento intitulado *Informações Gerais Prestadas*, assinado eletronicamente no dia 06 de maio de 2024.

O documento começa lembrando as atribuições das diferentes instituições relacionadas ao tema: da Fundação Cultural Palmares em manter um cadastro de comunidades certificadas, do Incra em abrir

processos de regularização e concluí-los, assim como do IBGE na produção e análise, pesquisa e disseminação de “informações de natureza estatístico-demográfica, socioeconômica, geocientífica, geográfica, cartográfica, territorial, geodésica e ambiental”. Em seguida descreve brevemente a metodologia adotada pelo Censo Demográfico de 2022 para a identificação e contagem de localidades e pessoas quilombolas, ponderando que ela foi elaborada por meio de consultas públicas junto às organizações representativas da população quilombola e que, durante a “operação censitária”, coube ao IBGE respeitar e não avançar sobre as atribuições legais de outros órgãos.

Finalmente, o documento passa a descrever, mais concretamente, que, seguindo a metodologia acordada, os recenseadores aplicaram a pergunta “você se considera quilombola?” em toda as localidades identificadas como contendo domicílios da comunidade, além de terem sido colhidas informações sobre de pessoas quilombolas residentes fora das áreas pré-definidas como localidades quilombolas. Em seguida, apresenta o mapa de localização que, por razões que não conseguimos apurar (o processo de regularização fundiária do INCRA ainda se encontra em sigilo), divide o território da comunidade em dois: Território Dezielrio Felipe de Oliveira e Picadinha, e Território Picadinha. O mapa mostra os dois territórios ocupando uma área contígua, mas irregularmente recortada entre eles, com manchas descontínuas, salpicada de trechos não quilombolas. Algo que não está explícito no documento, mas é importante para a interpretação da situação é o fato do território dessas comunidades estar completamente cercado por fazendas de monocultura, principalmente de soja.

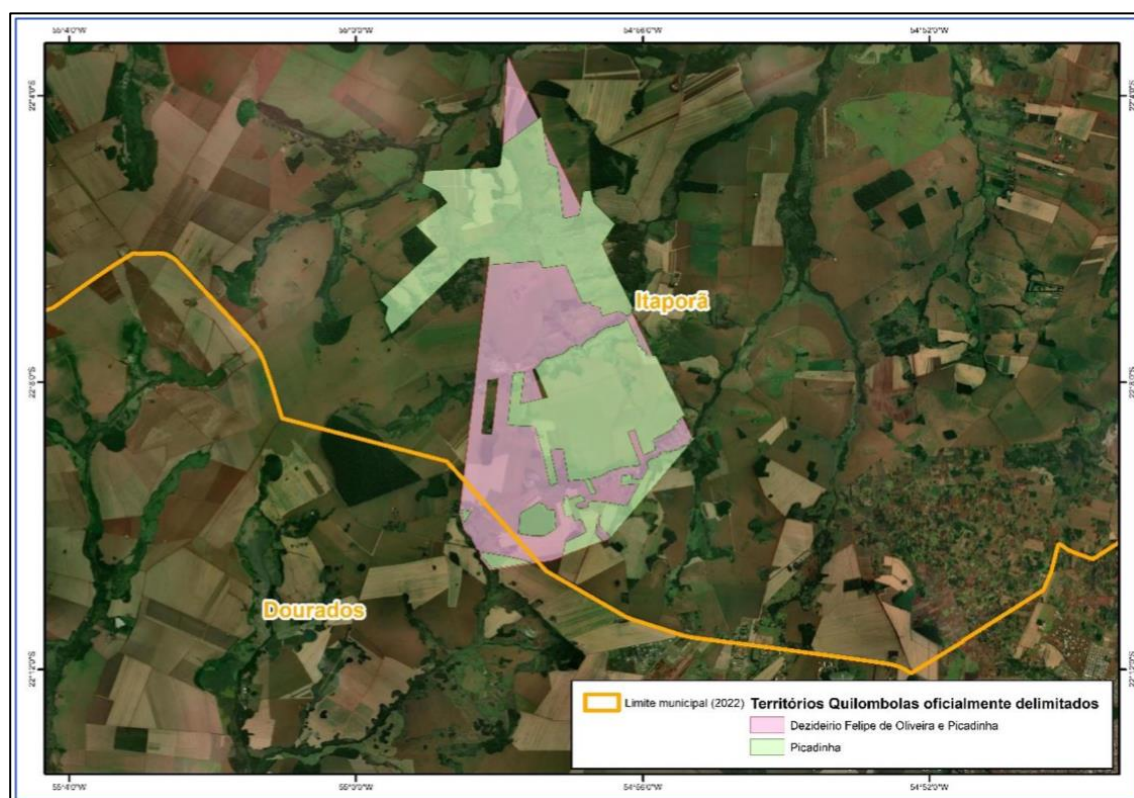


Figura 5 - Mapa de localização das comunidades de “Dezidério Felipe de Oliveira e Picadinha” e “Picadinha”

Fonte: IBGE, 2024.

Finalmente, o documento responde aos questionamentos das lideranças de duas formas. Na primeira, ele informa os números de residentes quilombolas nos Municípios em questão: 40 pessoas quilombolas em Itaporã, sendo que 35 em Território Quilombola; e 29 pessoas quilombolas em Dourados, sendo que nenhuma delas em território quilombola. “Ou seja”, diz o documento, “dentro do Território Quilombola de Dourados, na pergunta se o informante e seus familiares se identificavam como quilombolas, a resposta foi sempre negativa”. Por outro lado, o documento informa os números de residentes totais nos Territórios Quilombolas: 128 pessoas residentes no Território Dezidério Felipe de Oliveira e Picadinha, sendo que apenas 3 delas se declararam quilombolas, todas moradoras de Itaporã; 63 pessoas residentes no Território Picadinha, sendo que apenas 32 autodeclaradas quilombolas, novamente todas no município de Itaporã. Para facilitar a visualização dos dados, nós os resumimos na tabela abaixo (Tabela 2)

Município	TQ Dezidério e Picadinha	TQ Picadinha	Fora de TQ	Total
Dourados	0	0	29	29
Itaporã	3	32	5	40
Total	3	32	34	69

Tabela 2 - População residente nos municípios de Dourados e Itaporã, dentro e fora dos Territórios Quilombolas

Fonte: Elaboração própria. Fonte: Informações Gerais Prestadas, IBGE (06.05.2024)

O relatório, portanto, corrige os dados relativos ao município de Dourados: de 2 para 29 indivíduos quilombolas residentes, justificando essa correção da seguinte forma:

“Os resultados [atuais] referem-se a□ segunda apuração do Censo Demográfico 2022, compostos pelos dados coletados até□ o dia 28/05/2023 com a incorporação das revisões de campo e outros ajustes realizados entre 29/05/2023 e 07/07/2023.

O número de 69 pessoas quilombolas em ambos os municípios, entretanto, continua divergindo dos 229 quilombolas contabilizadas pelo presidente da Associação Rural Quilombola Dezidério Felipe de Oliveira (ARQDEZ), criada em 31 de março de 2005, ano em que teve início o processo de titulação de seu território. Qual a explicação para essa divergência? Tomaremos o caso de Dezidério/Picadinha como exemplo para propor uma hipótese.

A hipótese da multipolaridade territorial

A comunidade quilombola Dezidério/Picadinha originou-se da territorialização de Dezidério Felipe de Oliveira, nascido em 1867, na cidade de Uberaba (MG), sob condição escrava. No ano de 1907, Dezidério migrou para a região sul de Mato Grosso, estabelecendo-se no atual Distrito de Picadinha, do município de Dourados (Dias, 2017). Em meados da década de 1920, Dezidério obteve o título provisório do território que ocupava,

delimitado com uma área de 3.748 hectares, mas faleceu no ano de 1935 sem conseguir a titulação definitiva das terras (Saruwatari, 2014). Depois da morte de Dezipério, sua viúva, que não era alfabetizada, concedeu plena autoridade ao engenheiro agrônomo, que havia realizado a delimitação de 1920, para gerir os trâmites relacionados à titulação das terras (idem). Depois de realizada a titulação, em 1938, o engenheiro alegou que a viúva de Dezipério possuía dívidas com ele, as quais deveriam ser compensadas com a transferência da propriedade sobre as terras da família (Santos, 2010). Este foi apenas o início do processo de expropriação das terras da família de Dezipério. Dos 3.748 hectares existentes em 1935, restaram apenas 40 hectares em 2010, onde quinze núcleos familiares persistem, mantendo-se por meio da agricultura familiar (Figura 6).

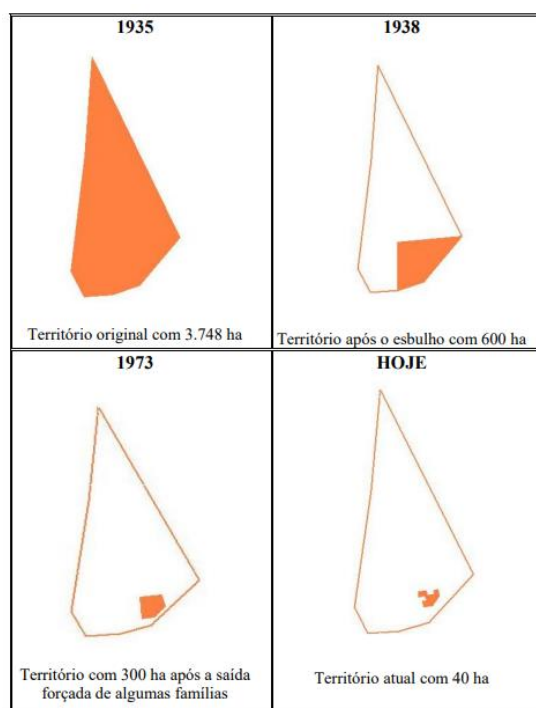


Figura 6 - Fragmentação do território 1935- 2010

Fonte: Santos, 2010, p. 229.

Santos (2010) e Saruwatari (2014) destacam a dispersão territorial vivenciada desde então pelos descendentes de Dezipério. A maioria dos núcleos familiares quilombolas originários de Picadinha migraram de seu território tradicional para a área urbana de Dourados, estabelecendo-se predominantemente nos bairros Jardim Flórida I e II, Jardim Clímax, Alto do Indaiá, Vila Matos, Vila Almeida, Jardim Primavera e BNH 1º Plano. No que

concerne as pessoas quilombolas que têm por referência o território tradicionalmente vinculado a Dezidério, Santos (2010) registrou a presença de 37 pessoas quilombolas habitando uma área de 40 hectares e um contingente de 325 quilombolas vivendo na zona urbana de Dourados e em outros municípios do Estado de Mato Grosso do Sul. Saruwatari (2014), por sua vez, registra 40 pessoas quilombolas residentes na comunidade e um número superior a 300 quilombolas nas periferias da cidade de Dourados, em decorrência daquele despojo territorial.

Conforme relatado pela liderança e presidente da ARQDEZ, no ano de 2024, o território de 40 hectares abriga 18 famílias, somando um total de 40 indivíduos quilombolas na comunidade. Adicionalmente, estima-se que aproximadamente 229 quilombolas residam nos bairros Jardim Flórida I e II, Jardim Clímax, Alto do Indaiá, Vila Matos, Vila Almeida, Jardim Primavera e BNH 1º Plano.

Além disso, Santos destaca a existência de “relações mais densas entre as pessoas que moram na Picadinha com as que residem atualmente na cidade de Dourados” (SANTOS, 2010: 242), constitui uma rede entre núcleos familiares que permite aos que estão fora do território, na periferia urbana, acessarem recursos do território. Sem acesso direto à terra, os núcleos quilombolas urbanos criaram estratégias de sobrevivência baseadas em uma multiterritorialidade.

O fenômeno identificado na comunidade quilombola Dezidério Picadinha assemelha-se, portanto, ao conceito de multipolaridade territorial já descrito para as comunidades quilombolas de Corumbá: conjunto de lugares produzidos pelos núcleos familiares na sua mobilidade cotidiana entre os bairros da cidade de Corumbá e as sedes das comunidades quilombolas, assim como nos seus deslocamentos decorrentes do ciclo de cheias do Rio Paraguai, que inunda o território tradicionalmente ocupado, as áreas de agricultura familiar, lotes, assentamentos⁹.

⁹ Ver mais em: DE SOUZA, J. B. A. A produção de multipolaridades territoriais na comunidade quilombola ribeirinha Família Ozório (Aquirrio) no Pantanal sul-matogrossense. Boletim Campineiro de Geografia, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 47-62, 2023. DOI: 10.54446/bcg.v12i1.2836. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-campineiro/article/view/2836>. Acesso em: 31 maio. 2024.

Compreende-se que as comunidades quilombolas responsáveis pela produção de territórios multipolares são aquelas cujo território não se limita a uma área exclusiva e definida e onde os quilombolas circulam por distintas localidades, motivados por fatores ambientais, econômicos e conflitos fundiários. Neste contexto, os núcleos familiares que migraram para a área urbana continuam a manter vínculos com o território de origem, assim como os novos lugares quilombolas criados no espaço urbano servem de apoio às necessidades de mobilidade daqueles situados no território de origem.

Tudo indica que Picadinha vive fenômeno semelhante de multipolaridade territorial, constituído a partir dos fluxos, deslocamentos e mobilidades dos núcleos familiares quilombolas que se deslocam entre o Território de Picadinha, no município de Itaporã, e a área urbana do município de Dourados, onde não foram identificados como pessoas quilombolas pelo Censo 2022.

Considerações finais

Até os anos de 2023, a representação da população quilombola nos dados oficiais era fragmentada e inconsistente, refletindo a falta de uma base oficial capaz de oferecer informações ao mesmo tempo gerais e precisas sobre o número e as características demográficas e socioeconômicas dessa população. O censo de 2022 representou um marco na superação dessa lacuna. Os resultados concernentes ao estado de Mato Grosso do Sul, entretanto, nos oferecem um ponto de vista crítico sobre os resultados deste esforço, de valor teórico e metodológico. As divergências entre os dados oficiais e aqueles estimados pelas lideranças e associações quilombolas são bons para pensar por que evidenciam desafios que não são apenas da “operação censitária”, mas da própria definição histórica e antropológica das comunidades e dos territórios quilombolas.

Primeiro, observamos que o sentido mais geral do Censo, de conhecer e visibilizar as comunidades e pessoas quilombolas, foi invertido por parte da imprensa local. Os dados divulgados foram divulgados e comentados em sob um viés político, que busca transformar o que deveria ser apenas uma comparação entre a população quilombola do Mato Grosso do Sul e de

outros estados, em um enunciado sobre a suposta irrelevância social dessa população.

Em seguida, buscamos organizar as informações provenientes das críticas que diversas lideranças quilombolas fizeram aos dados divulgados. A discrepância entre os números oficiais do Censo 2022 e as estimativas das próprias comunidades quilombolas não apontam necessariamente para um erro - seja na apuração das lideranças ou dos recenseadores do IBGE - mas para a complexidade inerente à identificação e ao registro de populações que, em função de uma histórico de expropriações e de adaptações sociais e ecológicas, constroem não apenas diferentes “espaços de vida” (Courgeau, 1974; Domenach e Picouet, 1996), mas verdadeiros territórios multilocalizados.

A breve análise do caso da comunidade quilombola Dezidério/Picadinha, sublinha a necessidade de completar o recenseamento demográfico oficial decenal de populações quilombolas com análises qualitativas e dados complementares, de forma a capturar a diversidade de suas experiências territoriais e mobilidades. Ela mostra também, mais uma vez, a importância da produção dos censos demográficos e da ampla e democrática discussão dos seus resultados. A população cada vez mais tem assumido uma posição ativa diante da “operação censitária”, porque ela definitivamente deixou de ser apenas um dispositivo biopolítico, ou apenas uma das ferramentas de construção do nacional. O censo cada vez mais é também instrumento de controle do próprio Estado, ao servir à população como parâmetro para demandar e avaliar políticas públicas, assim como tornou-se, definitivamente, um espaço de questionamento da homogeneidade nacional, servindo de instrumento de reconhecimento da diversidade nacional, ampliando e colorindo o velho retrato de família.

Referências

ARRUTI, J. M. Quilombos. *In*: Osmundo Pinho; Lívio Sansone. (org.). **Raça; Novas Perspectivas Antropológicas**. 1 ed. Salvador: EDUFBA, 2008, v. 1, p. 315-350. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/3tqqd> Acesso em: 04 fev. 2024.

BRASIL, IBGE. Brasil tem 1,3 milhão de quilombolas em 1.696 municípios. **Agência IBGE** Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37464-brasil-tem-1-3-milhao-de-quilombolas-em-1-696-municipios-do-pais> Acesso em: 15 março. 2024.

BRASIL, IBGE. **Censo 2022 Panorama indicadores quilombolas.** Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/indicadores.html?localidade=BR&tema=3> Acesso em: 4 maio. 2024.

BRASIL, IBGE. **Informações Gerais Prestadas.** A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://transparenciasda.ibge.gov.br/docs/validador.jsf> informando o código verificador 4071795441368873557 e o código CRC CA42B3BB. Superintendência do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em Mato Grosso do Sul. Acesso em: 6 de Maio de 2024, às 12:32:2.

BRASIL, INCRA. **Títulos expedidos às comunidades quilombolas** Disponível em: https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundaria/Vejaoandamentodatitulaoqueilombola_31.12.2023.pdf Acesso em: 15 maio. 2024.

BRASIL, INCRA. **Títulos expedidos às comunidades quilombolas.** Disponível em: https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundaria/Vejaoandamentodatitulaoqueilombola_31.12.2023.pdf Acesso em: 15 maio. 2024.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. **Coletânea de Legislação Ambiental e Constituição Federal.** MEDAUAR, O. (org.). 7. ed. Coleção RT Minicódigos. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais. 2008. 1117 p.

BRASIL. Ministério da saúde. **Vacinômetro.** Disponível em: https://infoms.saude.gov.br/extensions/SEIDIGI_DEMAS_Vacina_C19/SEIDIGI_DEMAS_Vacina_C19.html Acesso em: 20 abril. 2024.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Programa Brasil Quilombola.** Brasília, DF: 2004. 48 p. Disponível em: <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/376?mode=full>. Acesso em: 12 nov. 2019.

COLLADO, LETÍCIA FIGUEIREDO; LEICHSENRING, ALEXANDRE RIBEIRO; MOUNTIAN, ANDRÉ GAL. A Saga do Censo Demográfico brasileiro de 2020. Boletim de Políticas Públicas/OIPP No16 agosto/2021. Disponível em: https://sites.usp.br/boletimoipp/wp-content/uploads/sites/823/2021/10/Collado_Leichsenring_Mountian_agosto_2021.pdf. Acesso em: 29 maio. 2024.

COURGEAU, D. Les premières migrations de Français dans la période contemporaine. Population (French Edition), 29e Année, Migrations, pp. 11-24, mar. 1974.

DIAS, Lúnia Costa. **Comunidade Quilombola Dezidério Felipe de Oliveira**. Belo Horizonte: FAFICH, 2017.16p. (Terras de quilombos) Baseado no Relatório antropológico de identificação e delimitação do território da Comunidade Quilombola Dezidério Felipe de Oliveira / de Carlos Alexandre Barbosa Plínio dos Santos. Disponível em https://assets-global.websitefiles.com/5f80666abc83ca81a92a2c8e/62e96f0630621dbcc5d3d1cb_Dezid%C3%A9rio-MS.pdf Acesso em: 29 maio. 2024.

DOMENACH, H. e PICOUE, M. Las Migraciones. Tradução Eduardo Bologna. Dirección General de Publicaciones de la Universidad Nacional de Córdoba. Córdoba, 1996.

HÜBNER, Bruna Henrique; RODRIGUES RECK, Janriê. Ação Cível Originária (ACO) 3508 e a importância da realização do censo demográfico para as políticas públicas no Brasil. Direito e Desenvolvimento, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 211-223, 2023. DOI: 10.26843/direitoedesenvolvimento.v14i1.1488. Disponível em: <https://periodicos.unipe.br/index.php/direitoedesenvolvimento/article/view/1488>. Acesso em: 29 maio. 2024.

MATO GROSSO DO SUL, Diário Oficial nº 7.078. Página 56 de 31 de janeiro de 2011. Disponível em: <https://www.spdo.ms.gov.br/diariodoe/Index/Download/40709> Acesso em: 29 maio. 2024.

MOURA, C. **História do negro brasileiro**. São Paulo, SP: Ática, 1989.

SANTOS, C. A. B. P. dos. **Fiéis descendentes: redes-irmandades na pós-abolição entre as comunidades negras rurais Sul-Mato-Grossenses**. Tese de doutorado. Brasília: UNB, 2010.

SARUWATARI, Gabrielly Kashiwaguti. **Comunidade Quilombola Dezidério Felipe de Oliveira: tradição, política e religião entre os “negros da Picadinha”**. 2014. 195 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/bitstream/prefix/117/2/GabriellyKashiwagutiSaruwatari.pdf> Acesso em: 30 maio. 2024.

SOUZA, J. B. A.; MEDEIROS, B. R. (orgs.). **População Quilombola no Mato Grosso do Sul**. Fonte de dados: IBGE (2022) (1870-1976). Projeção, UTM, Fuso 21s, Datum SIRGAS, 2020.

SOUZA, J. B. A.; SILVA, P. A. A. (orgs.). **Mapa de localização das comunidades quilombolas no município de Corumbá – MS, Corumbá, MS: LABGEO/UFGD. IBGE. Mapeamento das unidades territoriais**, 2015. INCRA. Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária/Quilombos, 2014. Imagem Online Map. Projeção, UTM, Fuso 21s, Datum SIRGAS, 2019.

SOUZA, João Batista Alves de. **Existir e resistir: as geografias das comunidades quilombolas no município de Corumbá-MS**. 2021. 387 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2021.

AUTORES

João Batista Alves de Souza

Possui Licenciatura em Geografia pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS (2007), Mestrado em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD (2010) e Doutorado em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD (2021). Realizou Estágio Pós-Doutoral no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília - UnB. (2023-2024) Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul - IFMS - Campus Dourados. Ganhador do Prêmio Capes de melhor Tese em Geografia - Edição 2022.

E-mail: joao.batista@ifms.edu.br

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/4724688760902492>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5073-3534>

José Maurício Paiva Andion Arruti

Possui Mestrado e Doutorado em Antropologia Social no Museu Nacional-UFRJ. Professor Dr. do Departamento de Antropologia da UNICAMP e pesquisador do CEBRAP (Núcleo Afro), credenciado nos Programas de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS), Ciências Sociais (PPGCS) e História (PPGH) da UNICAMP. Realizou estágios pós-doutorais no CEBRAP (FAPESP, 2003-2006), na Getty Foundation, Los Angeles, CA (2015) e na Jackson School of International Studies da University of Washington, Seattle, WA. (BPE-FAPESP, 2018).

E-mail: jmarruti@unicamp.br

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/5528125458118360>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7281-1158>

Recebido para publicação em junho de 2024.

Aprovado para publicação em setembro de 2024.

O agronegócio que come o Brasil que tem fome

The agribusiness devouring a starving Brazil

El agronegocio que devora a un Brasil hambriento

Natália Freire Bellentani

Programa de Pós-graduação em Agriculturas Amazônicas – INEAF/UFPA
natfbe@gmail.com

Resumo: “Brasil é referência mundial no combate à fome, diz ONU”. “Brasil volta ao Mapa da Fome das Nações Unidas”. Menos de uma década separa essas duas manchetes de jornal veiculadas por grandes portais nacionais de notícias. A primeira de 2013 e a segunda dada em 2022. Na espiral do autoritarismo vivenciado no referido período, o Brasil retrocedeu em todas as dimensões humanas da nossa história recente e, definitivamente, conviver com o fato de que mais de 20 milhões de pessoas não comem, é de uma brutalidade desmedida. A catástrofe da fome no Brasil se apresenta como um problema estrutural, tal qual a sua estrutura fundiária baseada no latifúndio e produção de *commodities* voltadas ao mercado externo. Logo, nunca foi tão importante diagnosticar com clareza o problema teórico e prático do conceito de segurança alimentar e nutricional e seu par indissociável, a soberania alimentar. Portanto, nesse artigo vamos abordar a realidade concreta do campo no Brasil hoje, onde o agronegócio é largamente privilegiado em detrimento da produção de alimentos saudáveis, ao tempo em que compreende-se que a problemática alimentar não se restringe à produção e consumo.

Palavras-chave: mundialização da agricultura. Agronegócio. reforma agrária. justiça social. fome.

Abstract: "Brazil is a global reference in the fight against hunger, says the UN." "Brazil returns to the UN Hunger Map." Less than a decade separates these two headlines published by major national news outlets — the first in 2013, the second in 2022. In the spiral of authoritarianism experienced during this period, Brazil regressed in every human dimension of our recent history. Living with the fact that over 20 million people go without food is an unfathomable brutality. The catastrophe of hunger in Brazil presents itself as a structural issue, much like its land ownership structure, based on large estates and commodity production aimed at the international market. Thus, it has never been more important to clearly diagnose the theoretical and practical problems related to food and nutritional security, alongside its inseparable counterpart, food sovereignty. Therefore, in this article, we will address the concrete reality of the rural area in Brazil today, where agribusiness is largely favored over the production of healthy food, while recognizing that the food issue extends beyond mere production and consumption.

Keywords: mundialization of the agriculture. agribusiness. agrarian reform. social justice. starving.

Resumén: "Brasil es una referencia global en la lucha contra el hambre, dice la ONU." "Brasil regresa al Mapa del Hambre de la ONU." Menos de una década separa estos dos titulares publicados por importantes medios nacionales, el primero en 2013 y el segundo en 2022. En la espiral de autoritarismo experimentada durante este período, Brasil retrocedió en todas las dimensiones humanas de nuestra historia reciente. Vivir con el hecho de que más de 20 millones de personas no tienen acceso a alimentos es una brutalidad inconcebible. La catástrofe del hambre en Brasil se presenta como un problema estructural, al igual que su estructura de propiedad de la tierra, basada en grandes latifundios y la producción de mercancías orientadas al mercado internacional. Por lo tanto, nunca ha sido más importante diagnosticar claramente los problemas teóricos y prácticos relacionados con la seguridad alimentaria y

nutricional, junto con su contraparte inseparable, la soberanía alimentaria. Así, en este artículo, abordaremos la realidad concreta de las zonas rurales en Brasil hoy, donde el agronegocio es en gran medida favorecido sobre la producción de alimentos saludables, reconociendo que el problema alimentario va más allá de la mera producción y consumo.

Palabras clave: mundialización de la agricultura. Agronegocio. reforma agraria. justicia social. hambre.

Introdução

E sem saber onde isso vai dar
E sem saber o quanto vai doer
Interminável é o dia em que a fome visita o irmão
Pior que a fome é um dia de humilhação/
E provar da carne que o homem comeu
E provar do sangue que se esqueceu
Hoje o tambor vai se rebelar
Onde isso vai dar?

(Arthur Cortes Verocai / Kleber Cavalcante Gomes, 2016)

No interior da ciência geográfica nos deparamos com diferentes categorias, conceitos, noções e palavras que frequentemente são utilizados nos estudos sobre a agricultura e a alimentação no Brasil e que demonstram claramente distintas posições, ideias e valores de certos grupos e classes sociais.

Neste contexto, entendemos que o esforço de um debate metódico e teórico deve refletir um conjunto de conceitos que tenham existência histórica na ação acadêmica intelectual, atentos à dinâmica social, e deste modo possa garantir a coerência dos trabalhos científicos.

Logo, a abordagem deste texto seguirá o movimento do método dialético, por meio do materialismo histórico, enquanto teoria científica, e tem por principal objetivo analisar os processos recentes que tratam da reinclusão do Brasil no “Mapa da Fome Mundial” (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) e as lutas e resistências dos indígenas, quilombolas, camponeses e trabalhadores contra a crise alimentar contemporânea.

Mais do que superar déficits nutricionais, para suplantar tal tragédia, entende-se ser determinante executar políticas públicas eficientes e reforçar seus verdadeiros propósitos: democratizar a posse e o acesso às terras; garantir financiamento e assistência técnica aos agricultores (especialmente aos familiares); formar estoques de alimentos; extinguir o escandaloso desperdício de alimentos; fomentar as ações dos Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional e suas respectivas conferências em todas as escalas; combater o monopólio agroindustrial, o uso de agrotóxicos, transgênicos, etc., e por fim

articular os diferentes setores da sociedade civil para enfrentar a insegurança alimentar e nutricional em todos os graus: leve, moderado ou grave¹.

Espera-se com esse esforço analítico contribuir para o debate sobre a segurança alimentar e nutricional no Brasil não apenas no âmbito acadêmico, mas sobretudo nas ações diretas da sociedade, permitindo-nos imaginar novos caminhos, longe das manchetes mais recentes².

Em face disso, este texto concentra-se no questionamento dos porquês do agravamento da crise do sistema alimentar e nutricional, a qual vem produzindo particularidades em cada fração dos territórios. Assim sendo, em uma perspectiva científica, “nem mais santa, nem menos subversiva”, buscaremos compreender esta realidade que objetivamos estudar, por meio de uma lógica contraditória que opera sobre materialidades e imaterialidades e é determinante para construirmos um presente digno e justo para a sociedade.

O avanço da ocupação territorial pelo agronegócio e a luta pela terra e pelo território no Brasil

O estudo da realidade concreta do campo no Brasil hoje, passa pela análise do processo de expansão do capitalismo monopolista e a busca pelo entendimento dos conflitos entre os povos indígenas, quilombolas, posseiros e camponeses e os latifundiários, capitalistas e/ou proprietários/grileiros de terra³.

A análise das estratégias de espoliação, ou acumulação primitiva – originária em Marx (1890), presentes no embate entre latifundiários/grandes proprietários de terra/grileiros de terras e camponeses/posseiros/quilombolas/indígenas no país, o que em verdade

¹ Escala Brasileira de Medida Domiciliar de Insegurança Alimentar (EBIA). Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-brasil/glossario/inseguranca-alimentar-e-nutricional>. Acesso em: Maio de 2024.

² FAO, FIDA, OMS, PMA y UNICEF. 2023. Versión resumida de El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo 2023. Urbanización, transformación de los sistemas agroalimentarios y dietas saludables a lo largo del continuo rural-urbano. Roma, FAO. Disponível em: <http://doi.org/10.4060/cc6550es>. Acesso em: Maio 2024.

³ “Os conflitos fundiários são a marca da questão agrária do Brasil, onde o Estado, em todos os níveis e esferas, tem permitido que grandes proprietários de terras adquiram parcelas fundiárias de forma ilimitada e não raro ilícita, por meio da grilagem e da expulsão de ocupantes tradicionais”. (Bombardi, 2023).

aparece como um conflito “produtivo x não-produtivo”, constitui-se em um processo central de acumulação via captura da renda fundiária.

Esta lógica de acumulação tem como expressão geográfica a categoria território, na medida em que revela um sentido de classe no processo de apropriação do espaço e determinação de relações de poder a partir da propriedade privada da terra.

Assim, as estratégias de apropriação de terras, a gênese central dos conflitos fundiários, na lógica da economia do agronegócio tem seus efeitos funestos sobre os modos de vida no campo brasileiro. Estratégias de um setor econômico como sínteses de uma “nova hegemonia política” que atua sobre a sociedade e o Estado brasileiros (DELGADO, 2012). Uma hegemonia que se realiza, em múltiplas faces, a partir dos mecanismos de expansão mundial de *commodities*, caracterizando uma trajetória de reprimarização da economia e “comoditização” da agricultura; acumulação e concentração fundiárias na lógica da apropriação da renda fundiária; do recrudescimento das forças conservadoras via criminalização dos movimentos sociais e as alterações no ordenamento jurídico; da expansão do crédito público e a apropriação do antivalor e, não menos importante, do amalgama ideológico do agronegócio pela lógica do valor e da desconstituição dos diversos modos de reprodução social.

As mudanças recentes ocorridas no território agrário no mundo, e no Brasil, afetam de modo significativo à vida dos sujeitos no campo e na cidade. A existência, simultânea, de uma agricultura pautada na exportação de mercadorias e da presença do modo de viver dos camponeses/posseiros/quilombolas/indígenas, na maior parte das vezes não se realiza. Há um efetivo distanciamento entre as ações de grandes empresas do negócio agropecuário e os processos de conservação e manutenção das florestas, rios e solos, o que provoca, gradativamente, o extermínio desses sujeitos, visto que eles têm a manutenção de sua vida pautada em uma dimensão direta e concreta com esses elementos.

O Brasil insere-se no mercado mundial agropecuário como exímio produtor de *commodities* (café, milho, cacau, trigo, boi gordo, suco de laranja, arroz, algodão, soja, farelo e óleo de soja, açúcar e etanol) e esse é o projeto que se tem para o campo brasileiro, independentemente dos governos que

executam suas políticas públicas no Estado brasileiro, a garantia do direito à alimentação é inviabilizada, conforme afirma com ênfase o pesquisador José Raimundo Sousa Ribeiro Junior “a fome é um fenômeno estrutural no Brasil, trata-se de um elemento estruturante da nossa sociedade”⁴.

A expropriação provoca a fome, bem como a exploração dos trabalhadores a provoca também. Na sua crítica a chamada acumulação primitiva até então concebida a moralizar e, naturalizar o processo de acumulação de riqueza, Karl Marx, vai demonstrar o quão violento é esse processo, através de roubo, saques, devastações e conversão dos meios de vida daqueles que ali estavam, em capital⁵. Marx, ainda nos lembra que esse processo que vai se aprofundando ao longo do tempo, ao qual podemos incorporar uma reflexão importante de Rosa de Luxemburgo no livro “A Acumulação do Capital: Contribuição ao Estudo Econômico do Imperialismo”, que a lógica do capital, impede a existência de outras formas de reprodução da vida, que não a sua própria dinâmica.

O que podemos observar dessa constatação de Marx e observação de Luxemburgo, é que a reprodução do capitalismo, obedece a lógica da conversão de seres humanos em mão-de-obra para sua exploração, ou seja, mercadoria, mas para isso também precisa destruir outras formas de reprodução da vida, que basicamente necessita de territórios para que o possa reproduzir a vida livremente (MARTINS, 2019).

Portanto, se encontramos a origem do capitalismo na acumulação primitiva, o colonialismo, é aquele momento histórico que cria as condições para que a forma que conhecemos do capitalismo, as condições para que isso acontecesse, ocorreu no período conhecido como colonialismo, por isso, a nossa compreensão é, para melhor entender, o que se passa hoje no Brasil, não

⁴ Fome no Brasil não é conjuntural, pontual, transitória ou atípica; é estrutural. Entrevista especial com José Raimundo Sousa Ribeiro Junior. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/627336-fome-no-brasil-nao-e-conjuntural-pontual-transitoria-ou-atipica-e-estrutural-entrevista-especial-com-jose-raimundo-sousa-ribeiro-junior>. Acesso em: Abril 2024.

⁵ Givanildo Manoel (2023). Povos Indígenas, o agronegócio e a acumulação colono-capitalista. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yYI2P-BGDWU>. Acesso em: Maio de 2024.

se pode dissociar, o colonialismo do capitalismo, ou como bem nos ensinou Carlos Walter Porto-Gonçalves a colonialidade da modernidade⁶.

Essa lógica permeia todos os ciclos históricos, tendo como principais vítimas desse processo, os camponeses e principalmente os povos indígenas e africanos sequestrados de África, porém, para que possamos dialogar com a conformação dessas práticas colonialistas perversas, persistentes e reincidentes, temos que ter na invasão, ocupação e expropriação territorial, nosso foco de análise, portanto, pensando do ponto de vista do território e a conversão dos povos em mão-de-obra a ser explorada, diante dessa lógica esses sujeitos, suas terras e seus territórios, são um alvo permanente, impondo a mesma lógica que origina esse modelo econômico hoje coroado pela expansão desenfreada do agronegócio e seus correlatos em permanente reinvenção da acumulação primitiva e práticas de violência para manutenção das exportações de *commodities* agrícolas e minerais.

Sendo assim, por meio da investigação dos fatos e das abstrações que compõem as múltiplas determinações dos processos históricos, bem como da realidade fundiária brasileira, é possível afirmar que o processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção em sua etapa monopolista no campo brasileiro é, hoje, celebrado e coroado pelo novo ciclo de expansão das monoculturas sob uma lógica opressora que gera a concentração fundiária e está baseada em condições degradantes da mão-de-obra, no trabalho escravo, na agroquímica determinando a devastação do ambiente por meio de seu padrão concentrador da propriedade, da renda, da riqueza e do poder político⁷.

No presente trabalho reitera-se que o processo integração agricultura-indústria está em consonância com as formas de produção capitalista, ressaltando que Oliveira (2005) insistiu na necessidade de considerar que:

[...] A industrialização da agricultura revela, assim, que o capitalismo está contraditoriamente unificando o que ele separou no início do seu desenvolvimento: indústria e agricultura. Essa unificação está sendo possível porque o

⁶ PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. "Freio de emergência, a vida em perigo" – Programa Café Filosófico. Disponível em: https://youtu.be/pTd4Om_W5sQ?si=04EpX8RboVkJXbDg. Acesso em: Jan. 2024.

⁷ CPT. Conflitos no Campo Brasil 2023. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/6746-conflitos-no-campo-brasil-2023>. Acesso em: Abril de 2024.

capitalista se tornou também proprietário das terras, portanto, latifundiário. Isto se deu também porque o capital desenvolveu liames de sujeição que funcionam como peias, como amarras ao campesinato, fazendo com que ele produza, às vezes, exclusivamente para a indústria. Um exemplo desse processo ocorre com as usinas ou destilarias de açúcar e álcool, onde atualmente indústria e agricultura são partes ou etapas de um mesmo processo. Capitalista da indústria, proprietário de terra e capitalista da agricultura têm um só nome, são uma só pessoa. Para produzir utilizam-se do trabalho assalariado, dos bóias-frias que moram/ vivem nas cidades (OLIVEIRA, 2005, p.105)

A partir dessa avaliação, é possível entender o caminho teórico construído por Oliveira (2005), que assumiu as relações sociais em sua totalidade e particularidades, e apresentou como centralidade a sociedade com suas classes distintas, não excluindo as questões relativas à interdependência dos setores, complementando-as. Ao mesmo tempo, fica claro, ainda que de forma sucinta, que a agricultura aqui não se coloca de forma subordinada à indústria. Recordando que, do ponto de vista econômico, o primeiro momento da reprodução ampliada do capital, a produção, não pode ser considerado como fator menos importante que os demais; pelo contrário, entende-se aqui, a partir de uma leitura crítica da realidade, que sem este momento específico não é possível a realização dos demais (distribuição, circulação e /ou consumo)⁸.

Ao fazermos a discussão teórica acerca da mundialização da agricultura e, portanto, da concentração econômica e territorial, identificamos no mínimo três sujeitos sociais centrais no debate acerca dos setores do agronegócio: proprietário da terra (ou grileiros de terra), o capitalista que cultiva as mercadorias e o capitalista que as processa. E no caso brasileiro essa configuração é hegemônica e essa simultaneidade não pode ser confundida com a anulação de uma, ou de outra classe, pelo contrário, as classes são cada vez mais distintas e opressoras. Acontece que atuam juntas pelo objetivo central da acumulação e exploração de outras classes e é justamente por isso que a luta dos camponeses, posseiros, quilombolas e indígenas segue contra o avanço do agronegócio.

⁸ MARX, Karl (1859). Para a crítica da economia política. In MARX, K. Para a crítica da economia política; Salário preço e lucro; O rendimento e suas fontes. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

Setores do agronegócio e o projeto em curso para agricultura e pecuária no campo brasileiro

Grãos

A produção capitalista do setor de grãos (cereais, leguminosas e oleaginosas) hoje é controlada por empresas mundiais de capital estrangeiro e nacional que tratam os alimentos como *commodities*. As safras são cada vez maiores e as projeções de aumento de produção no campo brasileiro batem recordes anuais. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) a área total plantada para a próxima safra de soja sofrerá um aumento de 4,8%, totalizando mais de 43 milhões de hectares ocupados por essa monocultura em nosso país (IBGE, 2023). Estima-se uma produção em torno de 152 milhões de toneladas de soja colhida para a safra 2022/2023 (CONAB, 2023).

O cenário não é diferente para o cultivo do milho, serão mais de 125 milhões de toneladas colhidas para a próxima safra e a área total plantada atingirá o patamar de 22 milhões de hectares, um aumento de 3,5% com relação a 2021/2022 (CONAB, 2023). Os dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), veiculados por Oliveira (2016), indicam que os maiores grupos econômicos que possuem unidades exportadoras distribuídas por todo o território nacional são: Bunge Limited; ADM do Brasil (Archer Daniels Midland Company); Cargil Incorporated; Amaggi & LD Commodities S.A; Louis Dreyfus Commodities Brasil S.A.; Multigrain S.A. (Grupo Mitsui & Co); Cofco International Brasil S.A. (Noble Brasil LTDA); Agrex do Brasil S.A. e controladas (Mitsubishi Corporation); O Telhar Agropecuária LTDA (Grupo El Tejar), entre outros.

Pecuária de leite e de corte

O Brasil é o terceiro maior produtor mundial de leite e o maior exportador de carne bovina do mundo. Segundo dados da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), houve um aumento significativo da produtividade animal brasileira nos últimos anos, contribuindo diretamente para o aumento da produção nacional de leite e carne. O crescimento exponencial da produção pecuária fez com que o Brasil se tornasse líder na exportação de carne bovina,

paralelamente o processo de associação e/ou fusão de empresas estrangeiras com as nacionais (cooperativas, inclusive) tem se intensificado nas últimas décadas e hoje o setor de carne bovina e derivados, de acordo com a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec), é controlado por empresas multinacionais de origem brasileiras, como JBS S/A, Marfrig Global Foods S/A e Minerva S/A. E o setor de lácteos, informa Oliveira (2016), é dirigido por monopólios mundiais, como por exemplo, a suíça Nestlé S/A, a francesa Lactalis e também o grupo Danone. De acordo com a Abiec, responsável por 98% do comércio internacional de carnes bovinas, em 2022 o Brasil exportou em torno de 2 milhões de toneladas de carne in natura e os estados que mais produziram e exportaram foram: SP, MT, GO, MG e MS e os principais destinos foram: China, Hong Kong, EUA, Chile e União Europeia (ABIEC, 2023). No caso da produção nacional de leite em 2022, de acordo com o IBGE e a Embrapa, o volume foi de 23 bilhões de litros produzidos no país e o mercado consumidor interno ainda é a centralidade desse setor que movimenta os negócios das maiores empresas de laticínios do Brasil que segundo a Abraleite são: Laticínios Bela Vista, UNIUM, Nestlé, Embaré, e Aurora. Contudo, o setor trabalha a passos firmes para o crescimento das exportações do leite e produtos lácteos brasileiros, com foco no leite em pó, leite condensado, iogurte, manteiga, queijo e outros derivados (ABRALEITE, 2023).

Madeira, papel e celulose

O modelo predatório de produção madeireira advém dos monocultivos florestais distribuídos pelo campo brasileiro com destino a produção de carvão vegetal que atende prioritariamente as demandas da siderurgia, e a madeira em toras para fins de produção de celulose e papel, além de construção civil e móveis. As florestas plantadas para produção de celulose, papel e madeira estão distribuídas por todo território nacional, de acordo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, com destaque para os estados de Minas Gerais, São Paulo, Bahia, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e Espírito Santo. Importa lembrar que a produção madeireira não provém exclusivamente de florestas plantadas, mas também de florestas nativas, localizadas predominantemente na região amazônica. Os investimentos e fomentos para o setor são contínuos, desde o plantio até a organização industrial, e o Brasil destaca-se como o país com o menor custo para a produção madeireira (condições edafoclimáticas, legislação ambiental e trabalhista) (BNDES, 2023).

Setor sucroenergético

No Brasil, a produção de cana-de-açúcar destinada à fabricação de açúcar e etanol se mostra, historicamente, como uma atividade econômica muito qualificada para a obtenção de altos rendimentos para a agroindústria canavieira. E o estado de São Paulo, continua sendo o maior produtor de cana-de-açúcar do país.

De acordo com a CONAB a área de colheita para a safra 2022/23 alcançou a marca de mais de 8 milhões de hectares, com uma produtividade recorde de 72 toneladas por hectare, o que resultará em uma produção de aproximadamente 600 milhões de toneladas de cana-de-açúcar para ser processada. Importa lembrar que são poucos grupos econômicos ligados ao setor que definem, sem concessões, todas as questões relacionadas a preparação do solo e o plantio, passando pela escolha das variedades que serão cultivadas, tratamentos culturais, colheita e processamento (CONAB, 2023).

E são esses mesmos grupos que se utilizam dos instrumentos da economia de mercado, como fusões, associações e aquisições para a concentração e centralização dos capitais, como é o caso da Raízen, uma joint venture entre a Shell e a Cosan, que leva consigo o título de maior produtora de açúcar e etanol do Brasil (RAIZEN, 2023). A União da Indústria de Cana-de-Açúcar - UNICA, por meio de seu Observatório da cana e bioenergia, informa que na última safra foram mais de 27 milhões de toneladas de açúcar (branco e bruto) exportadas para os cinco continentes e pelo menos 2,5 milhões m³ de etanol (anidro e hidratado), evidenciando o açúcar ainda como protagonista da agroindústria canavieira no Brasil. (UNICA, 2023)

De acordo com a Embrapa (2022) o Brasil é, atualmente, o maior produtor de cana-de-açúcar do mundo, seguido pela Índia, e é, isoladamente, o maior produtor de açúcar e álcool e o maior exportador mundial de açúcar⁹.

Com 25% da produção global, o Brasil é o maior produtor mundial de açúcar. O açúcar produzido pelas associadas da UNICA tem como destino as

⁹ Carlos Eduardo Freitas Vian. Cana - Séries históricasj. <https://www.embrapa.br/agencia-de-informacao-tecnologica/cultivos/cana/pre-producao/socioeconomia/estatisticas/series-historicas>. Acesso em Abril: 2024.

indústrias: alimentícia (tanto para consumo direto quanto ingrediente de outros alimentos), de bebidas e farmacêutica.

Aproximadamente 80% do açúcar produzido no Brasil é exportado, correspondendo a 50% das exportações mundiais. O adoçante brasileiro chega a mais de 100 países ao redor do mundo, “ajudando a combater a desnutrição, sendo uma importante fonte natural e acessível de energia para as pessoas”, de acordo com os capitalistas da indústria, proprietários de terra e capitalistas da agricultura¹⁰.

Frutas

A Associação Brasileira dos Produtores Exportadores de Frutas e Derivados (Abrafrutas) informa que o Brasil ocupa hoje a terceira posição no ranking dos maiores produtores de frutas do mundo, com mais de 2,5 milhões de hectares cultivados e pelo menos 58 milhões de toneladas de frutas produzidas que atende prioritariamente o mercado interno, o qual permanece como principal destino da produção brasileira. O monocultivo dessas culturas em extensas áreas, principalmente no Sudeste e Nordeste, também é marcado por desmatamento, contaminação de água e solos devido ao uso de agrotóxicos, além de casos frequentes de denúncias de trabalho análogo à escravidão. De acordo com os dados do IBGE, o estado de São Paulo é o maior produtor de frutas do Brasil, alcançando o registro de mais de 18 milhões de toneladas de frutas produzidas, tendo a concentração desse volume voltado para a citricultura. Além do mercado interno, as frutas também são destinadas à exportação e de acordo com o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) as principais frutas brasileiras exportadas in natura são: laranjas, maçãs, bananas, melancias, melões, uvas, limões e limas, melões, mangas e abacates (MAPA, 2023). Os destinos das frutas estão concentrados nos países da União Europeia (67%), seguido pela América do Norte (17%) e América do Sul (4%). Na pauta de exportações, a Abrafrutas reforça a inclusão do processamento e da industrialização como forte demanda do mercado externo, principalmente no que se refere a produção de sucos concentrados e integrais congelados.

¹⁰ UNICA. Brasil: o maior produtor mundial de açúcar. Disponível em: [https://unica.com.br/setor-sucroenergetico/acucar/#:~:text=Com%2025%25%20da%20produção%20global,\)%2C%20de%20bebidas%20e%20farmacêutica](https://unica.com.br/setor-sucroenergetico/acucar/#:~:text=Com%2025%25%20da%20produção%20global,)%2C%20de%20bebidas%20e%20farmacêutica). Acesso em: Maio de 2024.

Podemos mencionar ainda outros setores do agronegócio, como o de algodão, vinculado à indústria têxtil e processamento de óleo; do cacau; do café; da borracha, entre outros que reforçam a tese de Larissa Bombardi (2023) que, no desenvolvimento do capitalismo, a produção agrícola tem deixado de se configurar como produção de alimentos e tem, ao contrário, se configurado em uma forma de substrato para a reprodução do capital (BOMBARDI, 2023).

Dada essa situação escancarada, pautar alternativas postas em marcha pelos principais atingidos por esse modelo, como é o caso dos movimentos de luta pela terra e pelo território, liderados por camponeses, quilombolas, indígenas, posseiros, e também pelos trabalhadores na cidade é determinante para a construção da segurança nutricional e soberania alimentar.

A centralidade da reforma agrária, agricultura familiar e agroecologia para a soberania alimentar

Longe de um processo de (re) distribuição de direitos, temos convivido, dia-a-dia, com a internacionalização da economia brasileira, processo que define a lógica de desenvolvimento na agricultura, revelando uma intrínseca relação entre a indústria e a agricultura. Fato que pode ser verificado nos monopólios exercido pelos setores do agronegócio, frequentemente subsidiados pelo Estado, vide Planos Safra¹¹, onde a agricultura familiar, sabidamente responsável pela maior parte dos alimentos produzidos para suprir as demandas da alimentação dos brasileiros, não alcança a marca dos 20% do valor total distribuído. Além dos perdões de dívidas, redução nas multas nos juros frequentemente concedidos aos latifundiários/capitalistas/grileiros de terras.

Quando o tema é segurança alimentar e combate à fome a reforma agrária tem de estar no cerne da questão. Afinal, a reforma agrária de acordo com o texto original do estatuto da Terra de 1964 deve ser entendida como “o conjunto de medidas que visam promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento da produtividade” (BRASIL, 1964).

¹¹ Ministério da Agricultura e Pecuária - Presidente anuncia Plano Safra 2023/2024 com financiamento de R\$ 364,22 bilhões. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/presidente-anuncia-plano-safra-2023-2024>. Acesso em: Maio de 2024.

Tendo como princípio a função social da propriedade,

[...] essa legislação explicitava que haveria a partir de então uma política fundiária e uma política agrícola e que todos os institutos vinculados ao meio rural estariam sob a égide desses instrumentos. Por razões políticas, o governo militar que instaurou a ditadura no Brasil não fez cumprir o disposto na legislação agrária. Por força da influência dos latifundiários, a política agrícola - que era favorável a esta classe - constituiu-se principalmente pelas linhas de financiamento agrícola que promoveram a revolução verde - movimento de entrada dos agrotóxicos, adubos e produtos químicos que inflacionaram o meio ambiente rural com danos irreparáveis não só a natureza, mas ao pequeno trabalhador do campo que passou a dever aos bancos, perder suas terras em decorrência da ilusão da melhoria da produção, inclusive, custava muito mais do que o fruto que ele colhia, mesmo com todo aparato químico. Somente o grande produtor podia usufruir deste sistema que para ele tinha sido criado. (MANIGLIA, E.; VERRONE, A. D., 2014)

Partindo deste firme propósito legal depreendemos que a reforma agrária não se realizou na história do nosso país. Em realidade, podemos dizer que os camponeses - que constituem uma das classes da sociedade pautada no modo de produção capitalista - têm historicamente lutado para ter acesso à terra e sofrem dolorosamente com as mazelas desse embate¹².

A ausência de uma drástica modificação da estrutura agrária no país vem aumentando significativamente as desigualdades sociais no campo brasileiro, tornando-o inclusive o espaço de maior concentração da fome e desnutrição no Brasil¹³. Paralelamente, a difusão de um ideário neoliberal, propagandeado pelos monopólios que comandam a produção agrícola mundial, reflete não somente sobre a ciência e a tecnologia que passaram a capitalizar o conhecimento, mas

¹² De acordo com a CPT, ao todo, foram notificados 973 conflitos no campo em 2023. [...] A maioria dos conflitos em 2023 foi pela terra (791), seguida pelo trabalho escravo rural (102) e conflitos pela água (80). Aproximadamente 527 mil pessoas estiveram envolvidas em conflitos nos primeiros seis meses do ano. Sobre a categoria que sofre a violência por terra, os povos indígenas e suas comunidades são as mais atingidas com 38,2% dos casos, seguida dos trabalhadores rurais sem-terra (19,2%), posseiros (14,1%) e quilombolas (12,2%). Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/6746-conflitos-no-campo-brasil-2023>. Acesso em: Abril de 2024.

¹³ REDE PENSSAN. VIGISAN, Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil. 2020. Disponível em: http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf. Acesso em: Maio de 2024.

também ratifica a privatização e destruição dos recursos naturais, a violência no campo, os modelos de produção e as políticas governamentais e internacionais agrárias, pesqueiras e pecuárias que viabilizam esses monopólios em mãos de poucas empresas multinacionais.

Estes fatores revelam também como se dá a expansão das monoculturas e o desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro, onde as classes dominantes, que concentram as terras do país e as mantêm improdutivas (servindo como reserva de valor¹⁴ e/ou patrimonial¹⁵), excluem os pobres no campo e na cidade, privando-os do direito a uma alimentação adequada e, como consequência, do direito à vida.

Jean Ziegler (2003) afirma que o direito à alimentação é um direito humano que está protegido pela lei internacional. Ele é o direito para ter acesso regular, permanente e desobstruído, tanto diretamente ou por meio de compra; Qualitativamente e quantitativamente a alimentação deve ser suficiente, correspondendo às tradições culturais do povo ao qual o consumidor pertence, e assegurando, tanto física como mental, individual e coletivamente uma vida digna e livre de ansiedade. Os governos têm uma obrigação legal de respeitar, proteger e assegurar o direito à alimentação [...] a obrigação primária para realizar o direito à alimentação é dos governos nacionais. Neste nível, acesso à terra é fundamental, e a reforma agrária deve ser um elemento chave das estratégias dos governos que visam reduzir a fome. Em muitos lugares do mundo, as pessoas lutam pela sobrevivência porque são sem-terra ou porque as propriedades são demasiado pequenas que não podem daí tirar o seu sustento.

A reforma agrária deve ser justa, honesta e transparente ... [e] mais atenção deve ser dada aos modelos alternativos propostos pela sociedade civil,

¹⁴ [...] “É por isso que o proprietário de terra é um personagem de dentro do capitalismo. Ao se apropriar de grandes extensões de terra, ele retém essa terra como reserva de valor, ou seja, com o objetivo de especular, de poder se apropriar da renda da terra. É o que fazem os grandes capitalistas que se converteram em colonizadores, vendedores da mercadoria terra” [...] (Oliveira, 2007).

¹⁵ [...] “Estas grandes extensões de terras estão concentradas nas mãos de inúmeros grupos econômicos porque no Brasil, ela funciona, ora como reserva de valor, ora como reserva patrimonial. Ou seja, como instrumento de garantia para o acesso ao sistema de financiamentos bancários, ou ao sistema de políticas de incentivos governamentais.” (Oliveira, 2007)

particularmente o conceito de soberania alimentar. Acesso à terra e reforma agrária, em especial, devem ser elementos-chave do direito à alimentação¹⁶.

Ratificando a formulação de Maniglia e Verone (2014) a reforma agrária vai além da desconcentração fundiária e tem em seu conteúdo outras políticas que são: combate à fome, produção de alimentos, geração de renda e o desenvolvimento rural sustentável.

Priorizar os alimentos *in natura* e combater os efeitos de doenças crônicas a longo prazo na saúde do consumidor de alimentos processados e ultraprocessados¹⁷ não é uma tarefa individual, visto que o consumo de uma dieta saudável está ficando cada vez mais caro em relação aos produtos não saudáveis, conforme nos informa Rafael Moreira Claro, em pesquisa recente que realizada pela Escola de Enfermagem e a Faculdade de Medicina da UFMG, em conjunto com a Universidade de São Paulo e o Instituto de Defesa do Consumidor¹⁸.

Importa lembrar que a retirada do país do “Mapa da Fome Mundial” não significou, necessariamente, a promoção da segurança alimentar e nutricional¹⁹, pois o combate a fome não pode ser feito com os ultraprocessados. As políticas públicas de fomento à produção agroecológica, são o meio pelo qual enfrentaremos a fome - com comida de verdade. E refutamos argumentos malthusianos e neomalthusianos, muitas das vezes propagandeados por ambientalistas e dispersados por meios de comunicação em massa comprometidos com as classes hegemônicas, que comem enquanto a maior parte tem fome.

¹⁶ ZIEGLER, Jean. Report of the special rapporteur of the Commission on Human the Right to Food. Disponível em: <http://www.righttofood.org>. Acesso em: Abril. 2024.

¹⁷ Os alimentos processados são aqueles em conserva, com alto teor de sal ou açúcar e seu consumo excessivo pode desencadear doenças cardíacas e obesidade. Já os ultraprocessados, são em geral feitos por indústrias de grande porte que incluem em sua fabricação diversas etapas e técnicas de processamentos, incluindo ingredientes como sal, açúcar, óleos e gorduras (BRASIL, 2014).

¹⁸ COUTO, Laura. "Preços de alimentos saudáveis, em relação aos ultraprocessados, deve aumentar até 2025". Disponível em: <https://cbn.globo.com/brasil/noticia/2024/06/05/precos-de-alimentos-saudaveis-em-relacao-aos-ultraprocessados-deve-aumentar-ate-2025.ghtml>. Acesso em: Junho de 2024.

¹⁹ PETERSEN, Paulo. Disponível em: <https://agroecologia.org.br/2020/11/23/paulo-petersen-comida-de-verdade-como-elo-de-lutas-pela-democratizacao-da-sociedade/>. Acesso em: Junho 2024.

A reestruturação de políticas públicas como a retomada do Programa Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA); a manutenção e ampliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); a efetivação de políticas que compõem o Plano Safra da Agricultura Familiar; a composição da nova Cesta Básica de Alimentos²⁰, bem como o fortalecimento das atividades e a vivacidade dos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, nos permitem - conjuntamente com a realização de uma reforma agrária popular que garanta o direito à terra de forma democrática e legítima - compor um quadro de possibilidades de superação da fome no Brasil.

Soma-se a isso a valorização real do salário mínimo pago aos trabalhadores, visto que, hoje no Brasil, estar empregado não é estar livre da fome. A pesquisa “Perfil e Comportamento do Endividamento Brasileiro 2023” revelou que, das dívidas contraídas por conta do cartão de crédito, 59% correspondem a gastos de alimentos em supermercados²¹.

Por fim, enfatizamos a demanda urgente e concreta que está posta para a comunidade científica que deve estar alerta para a composição dessa agenda de pesquisa, colocando-se ombro a ombro com os camponeses, quilombolas, indígenas, posseiros e trabalhadores na construção de um projeto emancipatório de soberania alimentar para o Brasil.

Considerações finais

Por tudo isto, vale lembrar que enquanto o alimento for tratado como um ativo de especulação financeira, as justificativas proferidas pelo agronegócio para o cultivo indiscriminado de *commodities* serão provavelmente aceitas e, como produto desta especulação, a soberania alimentar está ameaçada.

²⁰ BRASIL. Portaria MDS nº 966, de 6 de março de 2024. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-mds-n-966-de-6-de-marco-de-2024-546839622>. Acesso em: Junho de 2024.

²¹ BUONO R.; LICHOTTI, C. (2022). A cada 10 brasileiros que se endividaram com o cartão de crédito, 7 o utilizaram para comprar comida. <https://piaui.folha.uol.com.br/cada-10-brasileiros-que-se-endividaram-com-o-cartao-de-credito-7-o-utilizaram-para-comprar-comida/>. Acesso em: Junho de 2024.

Em coro com Oliveira (2008), afirmamos que a lógica do neoliberalismo é uma só: manda-se comida a quem paga mais, não a quem tem fome. Nem para o povo do próprio país esta oferta fica assegurada .

E para concluir, reforçamos que o Brasil jamais será um país democrático enquanto não realizar a reforma agrária. E para que atenda todas as demandas/metastas de assentamento e garanta a possibilidade da construção de uma sociedade justa que tenha dignidade e cidadania, a reforma agrária deve ser realizada por meio de um intenso processo de politização, fundamentalmente no que diz respeito a relação dos sujeitos com a propriedade privada da terra. Afinal, não será “uma reforma” que promoverá a transformação da sociedade, mas sem dúvida ela pode e vai contribuir na essência deste resultado.

Há esperança em cada luta travada pelos trabalhadores nas cidades, em cada ocupação de terra no campo, em cada retomada de territórios indígenas e quilombolas em nosso país. E nessa perspectiva, é oportuno reforçar que para os cientistas e técnicos que se dedicam às investigações sociais e históricas de condições reais, a pesquisa deve gerar conhecimento científico, mas também se apresentar como um instrumento de intervenção social - tarefa esta que contribui para a transformação da realidade em que (sobre)vivemos.

Referências

ABIEC. *Perfil da pecuária do Brasil: Relatório Anual, 2022*. Disponível em: <https://www.abiec.com.br/publicacoes/beef-report-2022/>. Acesso em: Mar. 2023.

ABRAFRUTAS. *Brasil, o pomar do mundo*. Disponível em: <https://abrafrutas.org/>. Acesso em Abr. 2023.

ABRALEITE. *25º Ranking das Maiores Empresas de Laticínios no Brasil*. Disponível em: <https://www.abraleite.org.br/2022/05/23/apresentamos-o-25o-ranking-das-maiores-empresas-de-laticinios-do-brasil-em-2021/>. Acesso em Mar. 2023.

AMORIM, Ana Laura Benevenuto de; RIBEIRO JUNIOR, José Raimundo Sousa; BANDONI, Daniel Henrique. *Programa Nacional de Alimentação Escolar: estratégias para enfrentar a insegurança alimentar durante e após a COVID-19*. Rev. Adm. Pública, Rio de Janeiro, v. 54, n.4, p. 1134-1145, Aug. 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003476122020000401134&lng=en&nrm=iso. Acesso em: Abril de 2024.

BOMBARDI, LARISSA M. *Agrotóxicos e colonialismo molecular*. 1. ed. Editora Elefante, 2023. 108p.

BNDES. *Panorama Setorial: Setor Florestal, Celulose e Papel*. Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/15402/1/4%20Panorama%20Setorial_Setor%20Florestal%2C%20Celulose%20e%20Papel_P.pdf. Acesso em Mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Guia alimentar para a População Brasileira*. 2ª ed. 1-158p. 2014. https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-brasil/publicacoes-para-promocao-a-saude/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf/view. Acesso em: Maio de 2024.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. *Grãos - Área - Produção e Produtividade*. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/institucional/publicacoes/perspectivas-para-a-agropecuaria/item/18847-perspectivas-para-a-agropecuaria-volume-10-safra-2022-2023>. Acesso em: Abril 2023.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. *Produção e Produtividade*. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/institucional/publicacoes/perspectivas-para-a-agropecuaria/item/18847-perspectivas-para-a-agropecuaria-volume-10-safra-2022-2023>. Acesso em Mar. 23.

DELGADO, G. C. *Do Capital Financeiro na Agricultura à Economia do Agronegócio – mudanças cíclicas em meio século (1965/2012)*. Porto Alegre, Editora UFRGS/PGDR, 2012.

EMBRAPA GADO DE LEITE. *ANUÁRIO Leite 2022: pecuária leiteira de precisão*. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/doc/1144110/1/Anuario-leite-2022.pdf>. Acesso em Mar. 2023.

FOOD and Agriculture Organization of the United Nations (2009). *How to feed the world in 2050*. vol. 2020. Rome.

FOOD and Agriculture Organization of the United Nations, International Fund for Agricultural Development, United Nations Children's Fund, World Food Programme, & World Health Organization (2020). *The State of Food Security and Nutrition in the World 2020*. Transforming food systems for affordable healthy diets. Rome: FAO

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *LSPA - Levantamento Sistemático da Produção Agrícola*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9201-levantamento-sistematico-da-producao-agricola.html>. Acesso em: Março 2023.

LUXEMBURGO, R. *A Acumulação do Capital: Contribuição ao Estudo Econômico do Imperialismo*. Trad. Marijane Vieira Lisboa. 2ª ed. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MANIGLIA, E.; VERRONE, A. D. *Reflexões sobre a reforma agrária: um debate jurídico presente (ou ausente?) na democracia brasileira*. In: Jornada de estudos agrários: territórios e Movimentos Sociais, 2014, Marília-SP. Jornada de estudos agrários: territórios e Movimentos Sociais, 2014.

MAPA. *O Plano Nacional de Desenvolvimento da Fruticultura (PNDF)*. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/mapa-lanca-plano-de-fruticultura-em-parceria-com-o-setor-privado/PlanoNacionaldeDesenvolvimentodaFruticulturaMapa.pdf>. Acesso em: Abr. 2023.

MARTINS, J. de S. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo: Contexto, 2019

MARX, K., *O Capital*. Livro I. Trad.: Reginaldo Sant'anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008 [1890].

MDIC. *Exportação e Importação Geral*. Disponível em: <http://mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior>. Acesso em: Março 2023.

OLIVEIRA, A. U. de. *Agricultura brasileira: transformações recentes*. In: ROSS, J.L.S. (Org.), *Geografia do Brasil*. 5. ed. rev. e ampl. São Paulo: Edusp, 2005.

OLIVEIRA, A. U. *Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária*. São Paulo: FFLCH, 2007, 184p.

OLIVEIRA, A. U. *A Mundialização da Agricultura Brasileira*. São Paulo: Iandê Editorial, 2016, 545p.

RAIZEN. *Quem somos*. 2022. Disponível em: <https://www.raizen.com.br/sobre-araizen/quem-somos/nossa-historia>. Acesso em: Abr 2023.

UNICA. *Observatório da cana e Bioenergia*. Disponível em: <https://observatoriodacana.com.br/listagem.php?idMn=143>. Acesso em Abr. 2023

VEROCAI, A., GOMES, K. C. *O tambor*. São Paulo: SESC: 2016.

ZIEGLER, J. *Le Droit à l'alimentation*. França: Mille et une Nuits, 2003.

AUTORA

Natália Freire Bellentani

Doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas e mestre em Geografia pela Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP - Câmpus de Presidente Prudente. Possui graduação em Engenharia Agrônoma pela Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias, UNESP - Câmpus de Jaboticabal e em Geografia - Licenciatura, pela Universidade Anhanguera. É pesquisadora do Grupo de Pesquisa LEETRA - Universidade Federal de São Carlos e do Instituto de Agriculturas Amazônicas (INEAF) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Tem experiência na área de Geografia Agrária, atuando principalmente nos temas da questão agrária e indígena no Brasil.

E-mail: natfbe@gmail.com

Curriculum lattes: <http://lattes.cnpq.br/7171340790646597>

Recebido para publicação em junho de 2024.

Aprovado para publicação em setembro de 2024.